

Afinidades não eletivas
**A propósito do livro de Olivier Besancenot
e Michaël Löwy**

Para um diálogo sem frases vazias entre libertários e marxistas

Versão francesa: Éditions du Monde libertaire/Éditions libertaires

René Berthier

A tradução que fiz de meu livro *Affinités non électives* em português seria numa linguagem muito aproximada e imperfeita sem a vigilância e a paciência dos amigos que gentilmente o revisaram: Felipe Castilho de Lacerda, assim como Alexandre Samis para o capítulo 7 e Leonardo Brito para o capítulo 8.

Sou extremamente grato a eles.

“Um programa político tem valor apenas quando, saindo de generalidades vagas, ele determina precisamente as instituições que ele propõe no lugar daquelas que ele quer derrubar ou reformar.”

Bakunin

Introdução

Olivier Besancenot e Michaël Löwy publicaram um livro intitulado *Afinidades Revolucionárias: As Nossas Estrelas Vermelhas e Negras*, que visa destacar as “alianças e a solidariedade” entre o movimento libertário e o movimento comunista.

Os dois autores querem “lançar luz sobre este lado ignorado, muitas vezes deliberadamente, que revela a fraternidade de suas lutas”. Parece-me ser uma excelente ideia¹.

O presente trabalho, no entanto, não é, estritamente falando, uma resposta às *Afinidades Revolucionárias*: de fato, pareceu-me muito difícil responder aos pontos de vista expressos por Besancenot e Löwy porque sua argumentação é muito alusiva e vaga, baseada em uma apresentação extremamente aproximada dos fatos. Portanto, em vez de responder, escolhi simplesmente abordar os mesmos fatos, as mesmas perguntas, mas à nossa maneira: o leitor fará de si mesmo uma ideia.

Sempre que o marxismo está em crise, ele escolhe entre duas atitudes, dependendo do caso:

1. Para fazer-nos esquecer das experiências *concentraciônicas* do “marxismo real”, os autores marxistas voltam atrás e tentam apresentar o marxismo como um “humanismo”; eles então se referem aos textos juvenis de Marx, os *Manuscritos de 1844*,

¹*Aviso*: o autor se expressa neste texto a título estritamente pessoal e pode, ocasionalmente, expressar opiniões que não são necessariamente admitidas no movimento libertário.

esquecendo que seu autor rejeitou categoricamente o humanismo após a feroz crítica que Max Stirner fizera em 1845.

2. Eles se esforçam para dar ao marxismo um polimento libertário, tentam amansar os anarquistas dizendo: “Não somos assim tão diferentes”. Então, eles se referem a dois documentos que são, a meus olhos, falsificações históricas: *A Guerra Civil na França*, de Marx (maio de 1871) e *O Estado e a Revolução*, de Lenin (novembro de 1917).

O primeiro livro é um texto oportunista escrito na época da Comuna de Paris – um texto em que Marx pretende adotar uma abordagem federalista, enquanto ele sempre atacou ferozmente o federalismo: Marx *odiava* o federalismo. Segundo ele, tratava-se de uma forma política que era uma relíquia da Idade Média. Em várias ocasiões, insultou os seus correspondentes, chamando-lhes “federalistas”.

O segundo livro, escrito em um momento difícil em que Lenin precisava do apoio dos anarquistas russos, não faz concessões sobre o que ele realmente pensa, mas deu ao leitor superficial a impressão do contrário. Quando o livro foi publicado, muitos anarquistas e sindicalistas revolucionários franceses acreditavam que Lenin era um anarquista.

A crise que o marxismo revolucionário atravessa hoje é um efeito colateral da crise do marxismo em geral. O colapso da URSS privou muitas pessoas de um modelo. Já então, ninguém pensava que este modelo era perfeito, mas continuava a ser um modelo. A tese do “Estado operário degenerado”, caro aos trotskistas, também entrou em colapso, assim como a ideia de que a revolução mundial estava próxima porque, disseram-nos, “as forças produtivas” haviam “parado de crescer”².

Em suma, bastava fazer na União Soviética uma revolução política, não uma revolução social: substituir os burocratas por verdadeiros revolucionários (trotskistas, se possível).

É verdade que a perda da hegemonia marxista poderia ter sido um fator que permitiu o diálogo. Este fato é particularmente visível, na

²Tese cara aos trotskistas representados pela Quarta Internacional e presentes em vários países do mundo.

prática, pelos militantes libertários da CGT francesa, por exemplo; mas a maior tolerância ao anarquismo ou anarcossindicalismo é também consequência da “crise da militância”, o que significa que o que resta dos núcleos comunistas na Confederação é forçado a ser mais complacente.

Mas isso também pode ser visto na teoria, como aponta Tomás Ibáñez:

“Esta recente abertura do marxismo ao anarquismo provavelmente responde ao fato de que as últimas cinco ou seis décadas têm sido mais devastadoras para algumas de suas suposições do que para as dos anarquistas”³.

É verdade que muitos libertários podem ter pensado, após o colapso da URSS, que o movimento anarquista seria finalmente capaz de se expressar, de se desenvolver. O comunismo, que tinha fornecido às massas populares um futuro radiante e ilusório, foi muitas vezes designado pelos anarquistas como o principal obstáculo ao desenvolvimento do anarquismo. Foi uma atitude confortável, que evitou questionar as causas internas do baixo desenvolvimento do movimento.

Agora que a União Soviética fora definitivamente derrotada, o caminho estava aberto, pensou-se, para o desenvolvimento de uma verdadeira alternativa anarquista ao capitalismo. No entanto, era preciso dizer que a natureza confidencial do anarquismo persistiu, ainda que mantivesse continuidade histórica em muitos países, inclusive na América Latina, onde sofreu uma terrível repressão durante o período das ditaduras. Em outras palavras, os anarquistas ainda têm de analisar por que o colapso do comunismo soviético beneficiou em tão pouco seu movimento – ou mesmo em nada.

Em geral, podemos pensar que os social-democratas de esquerda – os marxistas revolucionários – já entenderam que nunca mais retomarão o Palácio de Inverno; e que os libertários entenderam que nunca mais voltarão a fazer as coletivizações de 1936-1939 na

³Tomás Ibáñez,

http://www.fondation-besnard.org/IMG/pdf/II_faut_imaginer_Sisyphes_heureux.pdf

Espanha. Embora muitos ativistas de ambas as correntes tenham vivido por muito tempo em um delírio de identificação com seus respectivos modelos, acho que podemos dizer que esse período definitivamente acabou.

As diversas variedades do marxismo revolucionário, especialmente os trotskistas, tentaram adaptar-se. De certa forma, os trotskistas adaptaram-se melhor aos novos tempos do que os anarquistas. Eles voltaram ao seu modelo original: tornaram-se social-democratas, mas com um ou outro entalhe mais à esquerda do que a social-democracia “ordinária”.

Resolveram se atolar um pouco mais na política parlamentar: como Marx, eles pensam que não há política exceto na participação no jogo eleitoral, pensam que o movimento revolucionário é apenas “visível” em sua participação em campanhas eleitorais, por falta de estar visível no próprio Parlamento. Ouvimos frequentemente os ativistas se queixarem de que a sua atividade é definida apenas por prazos eleitorais. Uma eleição passada, você tem que preparar a outra.

Quando Marx culpou os federalistas da AIT pelo seu “apoliticismo”, na verdade, culpa-os pela sua rejeição da ação parlamentar, que, em seu entender, era a única forma de ação política que podia ser considerada. Claro, os marxistas revolucionários de hoje dizem que eles só concorrem às eleições porque é a maneira de fazer sua voz ser ouvida, de fazer propaganda. Note-se que, inicialmente, todos os social-democratas revolucionários do século XIX diziam que a participação nas eleições parlamentares era apenas um meio de propaganda.

Quanto aos anarquistas, eles foram incapazes, ou não quiseram, retomar em grande escala o modelo anarcossindicalista. A supremacia do modelo social-democrata, mesmo colaboracionista entre “parceiros sociais”, dificulta seriamente qualquer perspectiva de emancipação e saída do capitalismo.

Uma exceção, no entanto: Espanha (novamente!). Uma organização anarcossindicalista foi reconstituída após a morte de Franco, mas em uma base muito mais estreita do que na década de 1930.

Responder a Besancenot & Löwy apresenta uma dificuldade

metodológica real, porque seu trabalho é uma longa série de aproximações descontextualizadas, afirmações acaloradas e adoçamento dos fatos, a fim de poder apresentar a todo custo a ilusão de afinidades entre o marxismo e o anarquismo. *Afinidades Revolucionárias* procura atenuar as críticas aos anarquistas, atenuar as diferenças – o que é desconcertante para nós porque não estamos acostumados a isso! Mas o seu livro também busca diminuir a responsabilidade dos comunistas em todos os episódios em que eles usaram a repressão contra a classe trabalhadora. Kronstadt? Sim, foi um “erro e uma falha”, mas não houve escolha, foi isso ou abrir a porta para a reação – uma afirmação perfeitamente questionável.

A satisfação das exigências dos marinheiros de Kronstadt (que incluíam a igualdade das rações alimentares entre bolcheviques e não-bolcheviques...) não teria causado um influxo de reação, mas, ao contrário, uma extensão da dinâmica revolucionária em toda a Rússia. E a menor tentativa de reação, interna ou não, teria recebido um levantamento de massas comparável ao de fevereiro de 1792 na França revolucionária (ver nota 56). Mas é certo que o partido bolchevique teria perdido o monopólio do poder, o que os bolcheviques queriam evitar a todo custo.

Houve períodos durante os quais as duas correntes – anarquista e comunista – colaboraram. E foram mais frequentemente os anarquistas que colaboraram com os comunistas do que o contrário. Há também muitas interações teóricas, muitas vezes ignoradas por ambos os lados. De fato, é impossível responder a Besancenot & Löwy porque ler seu livro é como entrar em uma névoa espessa.

É extremamente frustrante ter de dedicar dez páginas de explicações para contrariar dez linhas de aproximações ou de mentiras.

Assim, em vez de examinar ponto por ponto todas as passagens questionáveis do livro de Besancenot e Löwy, pensei que seria mais útil lidar com os mesmos pontos e compará-los com outra visão da história, a nossa própria.

Um exemplo entre muitos outros: no capítulo sobre a revolução russa, podemos ler: “Em outubro de 1917, os soviets, tendo tomado consciência de sua própria força, suplantaram o poder institucional e

tomaram o poder⁴. Duas páginas depois aprendemos que “a insurreição, organizada pelos bolcheviques, dá [sic] poder ao 2º Congresso de Sovietes da Rússia [...]”.

Estas declarações são contraditórias: (a) os soviets tomaram o poder; (b) os bolcheviques deram o poder aos soviets. É um ou outro, você tem que escolher.

Além disso, tais declarações são totalmente falsas, são até escandalosamente desonestas: a realidade é que a insurreição de outubro de 1917 foi precisamente destinada a *impedir* que o 2º Congresso dos Sovietes tomasse o poder, como veremos. De fato, o que aconteceu foi que os soviets tinham decidido tomar o poder no seu 2º Congresso a 25 de outubro. Mas, aqui está: embora os bolcheviques estivessem numa boa posição em muitos soviets, Lenin queria obsessivamente que o partido bolchevique tomasse o poder, *antes* do congresso soviético. Há inúmeras cartas de Lenin ordenando aos bolcheviques que tomassem o poder *antes do 2º Congresso dos Sovietes*, acusando-os de traição se não o fizessem.

Por conseguinte, é suficiente consultar os textos da época escritos pelos protagonistas para ter uma ideia do que realmente aconteceu. Estas são chamadas de fontes primárias, que só por si mesmas nos permitem reivindicar uma abordagem histórica e racional.

Algumas das questões abordadas na *Afinidades Revolucionárias* são, na minha opinião, de pouco interesse. Por isso, me concentrarei apenas nas questões que considero essenciais. A “Carta a Louise Michel”, embora comovente, não é muito importante no debate, exceto para mostrar que Besancenot está de uma forma ou de outra ligado pessoalmente, através de sua avó, ao caráter mítico da Comuna. Isso não cria “afinidades” com o anarquismo.

Besancenot parece estar familiarizado com a referência à sua avó, já que a mencionou durante uma viagem ao México. O mesmo vale para os outros personagens mencionados no capítulo “Retratos”, cujo único propósito, em minha opinião, é encontrar conexões entre o marxismo e o anarquismo onde não há nenhuma: Rosa Luxemburgo odiava os anarquistas, Pierre Monatte havia negado o anarquismo havia muito tempo quando se juntou ao Partido Comunista em 1923,

⁴Página. 105.

depois de ter traído o sindicalismo revolucionário⁵. Além disso, trazer Emma Goldman e Durruti de volta ao marxismo requer muita imaginação: a única atração que estes dois personagens podem ter do ponto de vista marxista é que a primeira foi durante um tempo enganada pela ilusão do bolchevismo e o segundo proporciona (através dos “Amigos de Durutti”) uma oportunidade para criticar a CNT espanhola.

Quanto ao Subcomandante Marcos, acho que Besancenot não está ressentido, porque quando foi ao México em dezembro de 2008 para o *Festival Mundial da Digna Raiva*, os zapatistas o fizeram perceber que não era bem-vindo em Chiapas porque havia participado de um encontro com o PRD (Partido da Revolução Democrática), um partido de “esquerda”, membro da Internacional Socialista, mas que os zapatistas consideram um de seus inimigos porque, ao lado dos outros partidos “grandes”, sempre apoiou a repressão do Estado contra as revoltas indígenas e populares.

Quem é o público das *Afinidades Revolucionárias*? O nível do discurso é muito básico: o livro não procura demonstrar, mas afirmar uma série de coisas que deveriam indicar que há um possível acordo entre anarquistas e marxistas.

Parece-me óbvio que Besancenot & Löwy se dirigem a um público proveniente dos vastos movimentos sociais da década de 1990, que desenvolveram práticas descritas como “libertárias”: assembleia, rejeição partidária, oposição às hierarquias sindicais, antiglobalização, etc.. A extensão significativa de movimentos de protesto organizados de forma “horizontal” e opostos à sua recuperação pelos partidos políticos também pode ser um “alvo” para *Afinidades Revolucionárias*. Talvez o livro também aborde uma franja de militantes do movimento anarquista organizado. Mas o livro pode ter uma função no complexo funcionamento interno das

⁵“Quando foi privado da sua bússola libertária, o sindicalismo revolucionário deslocou-se. Fritz Brupbacher, revolucionário suíço e amigo de Pierre Monatte, lembra em seu livro *Sessenta Anos de Heresia* que o criador da *Vie ouvrière*, depois da revolução russa, ‘havia adotado a ideia do Estado como Lenin a definiu em seu livro *O Estado e a Revolução*’ e que, ‘em 1921, Monatte pensou que o PC era talvez esta minoria dominante’ que deveria liderar as massas, a minoria ativa que o sindicalismo tentou criar na França, sem sucesso” (Jacques Toublat, “Considérations sur l’anarcho-syndicalisme”, em *Anarcho-syndicalisme & anarchie* [Réponse à Murray Bookchin], ACL, p. 84).

tendências que percorrem o NPA.

Tomás Ibáñez se refere corretamente ao “anarquismo extramuros” para se referir às “enormes manifestações antiglobalização no início dos anos 2000 ou no movimento de 15 de maio de 2011 no seu início, ou em Occupy Wall Street, ou na Praça Taksim em Istambul. Em todos esses movimentos, que seria muito abusivo qualificar de anarquistas, havia princípios anti-hierárquicos, práticas não autoritárias, formas horizontais de organização e também o uso da ação direta, hostilidade ao exercício do poder e desconfiança em relação a qualquer tipo de vanguardismo”⁶.

Em suma, as “coisas reais” acontecem fora de todas as organizações revolucionárias “oficiais”, incluindo os anarquistas, e é aí que devemos ir buscar as tropas da organização revolucionária de amanhã, da mesma forma que os comunistas da década de 1920 foram ao movimento sindical para procurar recrutas para o partido. Tomás Ibáñez sempre comenta com razão:

“Eu ficaria muito mais tranquilo se os esforços daqueles que aspiram a uma *grande* organização anarquista fossem para desenvolvê-la, para construí-la, ganhando novos espaços e uma nova militância, em vez de usar o que já existe, o anarquismo *atualmente* ativo, para reestruturá-la, com o risco de impedir, ou mesmo de destruir, esse anarquismo que proliferou sem a necessidade de uma organização forte do tipo usual”⁷.

A argumentação de *Afinidades Revolucionárias* permanece constantemente no nível do discurso político elementar, acessível a um público cuja formação política não lhe permite ter uma visão crítica do seu discurso. No entanto, sobre a questão das “afinidades” entre o marxismo e o anarquismo, haveria muito a dizer sobre a gênese e as inter-relações teóricas entre essas duas correntes: o problema é que, nesse sentido, o marxismo é muito devedor do anarquismo, e não tenho certeza de que Besancenot & Löwy estejam

⁶“Charla/Debate con Tomás Ibáñez y Carlos Taibo: Actualidad del anarquismo”, http://www.fondation-besnard.org/IMG/pdf/Debate_Actualidad_del_anarquismo_08-05-15.pdf.

⁷*Ibid.*

tão interessados em expandir essa questão.

01. – A Associação Internacional dos Trabalhadores

Muitos livros se referem à AIT como se fosse obra de Marx. Nada poderia estar mais longe da verdade. O próprio Marx reconhece que ela não é “filha de uma seita, [nem] de uma teoria”. É, acrescenta, o “produto espontâneo do movimento proletário gerado pelas tendências naturais e irremovíveis do movimento popular”⁸. Esta admirável afirmação feita num relatório ao Congresso de Bruxelas não esconde as frenéticas manobras de Marx para manter uma posição dominante no Conselho Geral. Além disso, a correspondência de Marx e Engels dá inúmeras provas de que eles consideravam a Internacional como seu campo exclusivo de ação.

Originalmente, Marx só tinha respondido a um convite de Victor Le Lubez, um exilado francês em Londres, para representar a imigração alemã na organização emergente. Primeiro tentou recusar o convite, mas imediatamente compreendeu as questões envolvidas. Decidiu participar da comissão provisória como exilado alemão. Este comitê incluía 21 ingleses e 10 alemães, 9 franceses, 6 italianos, 2 poloneses e 2 suíços. Com efeito, só os ingleses e os franceses representavam uma realidade operária.

A AIT foi antes de tudo o resultado de uma iniciativa anglo-francesa. James Guillaume escreveu com alguma razão que a Internacional era “uma criança nascida nas oficinas de Paris e fomentada em Londres”. Falando de Marx, o companheiro de Bakunin acrescenta: “Ele entrou para a Internacional no momento em que a iniciativa dos trabalhadores ingleses e franceses tinha acabado de criá-la. Como o cuco, ele veio pôr o seu ovo num ninho que não era dele. O seu objetivo era, desde o primeiro dia, fazer da grande organização dos trabalhadores o instrumento de suas opiniões

⁸Relatório do Conselho Geral para o Congresso de Bruxelas, 1868.

peçoais”⁹.

Dizer, como Besancenot & Löwy o fazem, que os apoiadores de Proudhon estiveram presentes “desde o início” é estar *muito distante da verdade*, é um desejo deliberado de minimizar o seu papel na fundação da Internacional, porque eles foram, com os seus camaradas ingleses, seus *co-fundadores*: a influência de Proudhon foi então decisiva no movimento operário francês, mesmo que seu pensamento fosse muitas vezes mal entendido por seus sucessores, e usado de forma errada¹⁰.

No entanto, o princípio da associação dos trabalhadores, a autonomia dos trabalhadores em relação ao capital e ao Estado, a gestão da produção pelos próprios produtores – ou seja, a autogestão – e a noção de federalismo em matéria política e econômica etc., constituem uma base comum para o movimento operário francês: são aspirações que vêm das profundezas da classe trabalhadora e são frequentemente expressas de uma forma confusa, mas firme.

Besancenot & Löwy mencionam a autogestão muitas vezes no seu livro. No entanto, é surpreendente não ver o nome de Proudhon, muitas vezes referido como o “pai da autogestão”. Esta teria sido uma excelente oportunidade para destacar uma das “afinidades revolucionárias” de que falam.

A iniciativa de criar uma organização internacional pertence, portanto, a dois grupos de trabalhadores envolvidos nas lutas em seus respectivos países: um grupo de dirigentes sindicais ingleses e um grupo de mutualistas proudhonianos franceses.

⁹James Guillaume, *Karl Marx pangermaniste*, p. 5 (Reprint from the collection of the University of Michigan Library).

¹⁰É difícil imaginar hoje a influência das ideias de Proudhon na Europa de seu tempo. Seus artigos de jornal foram lidos apaixonadamente pelas classes trabalhadoras. Sua *Primeira Memória* (“O que É Propriedade?”, descrito como “o manifesto científico do proletariado francês” por Marx), sua *Justiça* (“um dos livros mais importantes do século XIX”, segundo H. de Lubac, e sua *Capacidade Política* (“este catecismo do movimento operário francês”, segundo o sociólogo Georges Gurvitch, fez dele um dos líderes do socialismo europeu. O próprio Engels escreveu a Marx em 18 de dezembro de 1850, que, na Inglaterra, “Proudhon é um pasto pronto” (Engels para Marx, 18 de dezembro de 1850). Assim que os seus livros foram publicados, foram traduzidos para o alemão, o espanhol e o russo. Engels, mais uma vez, reconhece a extensão da influência de Proudhon no prefácio de 1890 do *Manifesto Comunista*.

Os ingleses. A classe trabalhadora inglesa estava poderosamente organizada no nível sindical. Em 1859, uma grande greve dos trabalhadores da construção de Londres confrontou os dirigentes sindicais com a necessidade prática de solidariedade com o movimento operário continental para impedir a contratação de grevistas.

A Internacional desenvolveu-se na Inglaterra, mas os seus números declinaram muito rapidamente e ela não deixou nenhuma influência significativa no movimento laboral daquele país. A AIT só se manifestou na forma da relação pessoal de Marx com os líderes sindicalistas. Os membros ingleses representaram inicialmente o maior grupo da nova organização: 25.000 em 1866, 50.000 em 1867; mas isto representava uma fração ínfima da massa do movimento sindical inglês. Além disso, não havia nenhuma federação inglesa. As contribuições foram irregulares.

Marx rapidamente percebeu que a confusa reunião de Saint Martin's Hall constituía um evento que seria absolutamente decisivo para o futuro do movimento sindical internacional. Infelizmente, as considerações sórdidas de baixa estratégia levarão Marx a impedir a todo custo a formação de uma Federação Inglesa: esta vai se constituir só muito mais tarde, e em oposição à liderança “marxista” da Internacional.

Os franceses. O movimento operário francês tinha sofrido uma repressão feroz após a revolução de 1848 e durante o regime imperial de Napoleão III. Em 1861, os tipógrafos parisienses fizeram uma grande greve. Uma nova geração de ativistas tinha surgido, influenciada por teses de Proudhon e defendendo a associação de trabalhadores, a organização de cooperativas, o crédito mútuo.

Ao contrário da Inglaterra, o movimento operário francês não tinha organizações poderosas, mas possuía tradições, uma cultura, que o leva a reivindicar autonomia. Havia também um movimento associativo bem estabelecido – reformista, é claro, mas que desconfiava da burguesia e opunha-se a qualquer colaboração política com ela -; assim, a influência de Proudhon se via muito presente.

Em 22 de julho de 1864, uma assembleia reuniu os principais líderes sindicais de Londres e seis trabalhadores franceses. No dia seguinte, os ingleses acolheram os franceses numa reunião restrita em que foram lançadas as bases de um acordo. A Associação Internacional dos Trabalhadores foi definitivamente formada durante uma viagem de Tolain e Perrachon, acompanhados por Passementier, a Londres em setembro de 1864.

Em 29 de setembro de 1864, em uma reunião no Saint Martin's Hall, a AIT foi oficialmente constituída. É aprovado o projeto francês de criação de seções na Europa ligadas por um comitê central. A nova organização, essencialmente franco-inglesa, inclui, no entanto, imigrantes poloneses, e foi responsável pela elaboração dos estatutos da organização. Nesse momento, Marx era apenas um exilado alemão que aderiu à subcomissão responsável pela redação dos estatutos. Em seguida, tornou-se Secretário Permanente para a Alemanha: não exercerá qualquer outro cargo oficial na Internacional.

01-1 Uma Estrutura de Tipo Sindical

A estrutura criada é, em princípio, a de uma associação sindical de trabalhadores, mas, na realidade, a Internacional acabará por ser um conglomerado composto por grupos sindicais, cooperativas, grupos nacionais, grupos de propaganda. Um Conselho Geral estabelece “relações entre as diferentes associações de trabalhadores de tal maneira que os trabalhadores de cada país estejam constantemente conscientes dos movimentos de sua classe nos outros países”.

Além do Conselho Geral, devem ser formadas federações nacionais e seções locais de trabalhadores. A Internacional realizará congressos anuais soberanos. O movimento sindical inglês (as Trade Unions) recusa-se a aderir. No entanto, as seções aparecerão muito rapidamente na França, Bélgica, Suíça, Espanha, Itália e Holanda. Note-se que nunca houve uma federação alemã, embora os alemães estivessem sobrerrepresentados no Conselho Geral. Em preparação para o Congresso de Haia, que deveria excluir Bakunin e James Guillaume, Engels reconheceu que as seções alemãs tinham enviado apenas algumas centenas de contribuições ao Conselho Geral.

A partir de 1866, a AIT foi marcada por uma profunda evolução. Na Europa, o setor do artesanato, que continua a ser importante, está diminuindo face ao desenvolvimento da grande indústria. A introdução do maquinismo proletário integrou sucessivamente os diferentes ramos da indústria artesanal; outros ramos da indústria desenvolveram-se. Esta reestruturação da produção conduz a movimentos de preços, salários, demissões, desemprego, crises cíclicas. Um movimento de greves espalhou-se e intensificou-se por toda a Europa, cuja repressão, muitas vezes feroz, apenas aumentou a influência da Internacional, fundada apenas dois anos antes. As greves, que até então tinham um carácter fortuito, tornaram-se verdadeiras batalhas de classes, permitindo que os trabalhadores experimentassem em primeira mão a solidariedade que por vezes lhes chega do estrangeiro.

As revoltas desses trabalhadores são principalmente desencadeadas por condições locais e fatores econômicos: pressão dos empregadores sobre as organizações de trabalhadores, salários mais baixos, horários de trabalho aumentados, preços mais elevados, tentativas dos trabalhadores em obter melhores condições de trabalho. A maioria dos trabalhadores desconhece a existência da AIT. É durante as lutas que eles lideram, que os trabalhadores descobrem sua efetiva solidariedade. Se a Internacional não intervém na eclosão de greves, manifesta-se através de apelos à solidariedade transfronteiriça, organiza recolhas, envia dinheiro para os grevistas.

A AIT incentiva e trabalha para a formação de sindicatos, o reagrupamento das forças dos trabalhadores. Foi graças à sua intervenção que os trabalhadores em bronze parisienses saíram vitoriosos do confronto, que os trabalhadores em edifícios de Genebra finalmente triunfaram. Para os trabalhadores insatisfeitos com seu destino, seus jornais oferecem críticas à ordem social e soluções. Até 1866, os apoiadores belgas e franceses de Proudhon se opunham às greves, mas a partir de 1867 puderam ver o grande valor da greve no campo da propaganda, da solidariedade e da unidade dos trabalhadores¹¹.

¹¹A Proudhon é creditada a ideia de que ele se opôs às greves. Mas ele disse apenas que as greves não podem resolver fundamentalmente a questão social. Alguns autores chegam ao ponto de dizer que Proudhon aprovou o assassinato de grevistas pela polícia; este é o caso particular de Iuri Steklov, historiador

01-2 Marx e Bakunin: Um Pouco de Perspectiva

Se a AIT constitui um evento central nas respectivas constituições do anarquismo e do marxismo, uma pequena distância permitiria melhorar a perspectiva, colocando os “teóricos” no seu lugar. O marxista Franz Mehring é um dos poucos a ter percebido a situação com um olhar aguçado. Em sua biografia de Marx, ele escreve de maneira muito relevante sobre a tendência bakuniniana:

“Percebemos que a razão pela qual ela tomou seu nome emprestado de Bakunin foi porque ela acreditava que suas ideias resolveriam os antagonismos e conflitos sociais dos quais ela era o produto”¹².

Bakunin não estava na posição de líder partidário: era um observador atento das práticas do movimento operário, que analisava e teorizava. Muitos trabalhadores se encontraram em seu discurso porque ele descreveu suas próprias práticas. Franz Mehring, portanto, não tem uma abordagem ideológica sobre a questão¹³, ele faz uma análise racional, em termos de classe, das forças sociais envolvidas. As seções que acreditavam poder confiar em Marx foram

bolchevique e autor de uma *História da Primeira Internacional*. Esta acusação deriva de uma leitura errada do texto de Proudhon – o que facilmente acontece quando se lê muito rapidamente. Para Proudhon, as lutas econômicas, como as greves, que ele reconheceu como “o único meio” de defesa dos trabalhadores, são mais ações de desespero do que lutas efetivas adaptadas às necessidades. Além disso, os aumentos salariais têm lugar num sistema cujas leis inerentes anulam os seus efeitos. Proudhon viveu numa época de transição de uma produção predominantemente artesanal para uma economia industrial. Ele não entendeu o que Bakunin havia compreendido perfeitamente: se as greves não mudam fundamentalmente a condição de trabalho, são um poderoso fator de educação revolucionária, unificação da classe trabalhadora e treinamento para lutas mais amplas, uma “ginástica revolucionária”, como diriam mais tarde os sindicalistas revolucionários.

¹²Franz Mehring, *Karl Marx – Histoire de sa vie*, Éditions sociales, p. 522.

¹³Por abordagem ideológica entendemos a abordagem que consiste, por exemplo, em considerar *A Guerra Civil na França* como um livro de história sobre a Comuna, contendo a verdade sobre esse evento, e não como um livro que expõe as opiniões de Marx sobre o assunto, em um determinado momento e por determinadas razões.

aquelas que encontraram nele uma justificativa para sua própria atividade institucional: elas são essencialmente orientadas para a reivindicação do sufrágio universal e o estabelecimento da democracia parlamentar:

1. – Estavam com Marx (até certo ponto), os trabalhadores ingleses, que não eram uma federação da AIT; os líderes sindicalistas estavam apenas usando a Internacional para obter a reforma eleitoral. Depois do Congresso de Haia (1872), a novíssima federação inglesa (constituída oito anos após a fundação da AIT...), revoltada com as intrigas de Marx, se uniu às posições da Federação de Jura, mas sem aderir às chamadas teses “anarquistas”...

2. – A AIT alemã não existia. A lei proibía os alemães de aderir a uma organização internacional, e os socialistas alemães respeitavam a lei, ao contrário dos trabalhadores franceses, espanhóis e italianos.

3. – Quanto à seção de Genebra, foi composta pela aristocracia dos cidadãos trabalhadores da indústria relojoeira suíça, que estavam em processo de conclusão de alianças eleitorais com a burguesia radical: “foram apanhados em compromissos eleitorais com os radicais burgueses”, como diz Bakunin.

Se Marx e os seus amigos controlavam o aparelho da Internacional, tinham muito pouco apoio no proletariado da época. Marx tentará manobrar, sem sucesso, entre as diferentes correntes do socialismo alemão para que uma federação alemã seja efetivamente representada. As chamadas correntes do socialismo alemão, em disputa permanente, não se interessaram pela AIT durante seu período de constituição, interessaram-se um pouco por ela durante os dois anos de sua maior expansão, e depois perderam o interesse nela: a AIT, e Marx, serviram apenas aos líderes socialistas alemães como instrumentos chamados ao resgate para arbitrar seus conflitos internos.

Foi só depois da publicação de *O Capital* que eles realmente se interessaram por Marx, pois ele se tornou uma figura conhecida, e tê-lo ao seu lado era um trunfo na competição que os partidos socialistas estavam fazendo entre si.

A lei que proibía os alemães de aderir a uma organização internacional raramente foi aplicada, mas serviu de álibi para os

líderes alemães justificarem a sua falta de envolvimento com a Internacional. Também havia a proibição na França, Espanha, Itália, Bélgica e Portugal, mas isso nunca impediu o desenvolvimento da organização nesses países. No entanto, os trabalhadores alemães estavam interessados nela; o Conselho Geral recebia frequentemente pedidos de ajuda, ou pedidos de adesão de trabalhadores alemães que não encontravam qualquer eco junto aos líderes socialistas de seu país. Marx fez relatórios ao Conselho Geral, nos quais a importância da Alemanha foi muito superestimada. Ampliou consideravelmente qualquer evento que pudesse apoiar a ideia de uma atividade internacionalista na Alemanha.

J. P. Becker, um grande amigo de Marx (e antigo membro da Aliança Bakuniniana, começou a organizar, com grande sucesso, uma federação de língua alemã da Suíça, que era uma forma de contornar a lei. Mas Marx opôs-se ferozmente a ela: uma organização baseada na língua não se prestava a uma estratégia parlamentar nacional, uma vez que teria reunido membros que *falavam* alemão, mas que não podiam *votar* num parlamento alemão.

O tempo coincidiu com a fundação do Partido Social-Democrata Alemão e, quando este se desenvolveu, a organização anterior da AIT na Alemanha declinou – fato sublinhado por Franz Mehring em sua *Vida de Karl Marx*. As seções criadas por J. P. Becker foram esvaziadas de sua substância. O Partido Social-Democrata, teoricamente afiliado, tinha uma relação puramente platônica com a Internacional, segundo o próprio Engels:

“[...] a posição do Partido dos Trabalhadores Alemães em relação à Internacional *nunca* foi clara. Ficamos com uma relação puramente platônica; nunca houve nenhum apoio real, nem mesmo pessoas isoladas (com poucas exceções)”¹⁴.

Assim, quando Marx e seus amigos decidiram excluir os federalistas do Congresso de Haia, em setembro de 1872, ele foi singularmente privado de ativos, além de seu controle sobre o aparelho da organização.

¹⁴Carta de Engels a Theodor Cuno, 7-8 de maio de 1872.

Bebel escreveu no *Volkstaat* de 16 de março de 1872 que os membros alemães da Internacional nunca tinham pago contribuições em Londres! A sobrerrepresentação dos alemães no Conselho Geral e no Congresso de Haia foi apenas o resultado da manipulação de Marx. Quatro meses antes do Congresso de Haia, que deveria ratificar a exclusão de Bakunin e James Guillaume, Engels escreveu para Liebknecht uma carta em pânico: quantos cartões você distribuiu, ele perguntou: “Os 208 calculados pelo Finck não são tudo!”

“A coisa se torna séria, e precisamos saber onde estamos, caso contrário, você nos forçaria a agir por conta própria, considerando que o Partido Social-Democrata do Trabalho é estrangeiro para a Internacional e se comporta em relação a ela como uma organização neutra”¹⁵.

É difícil expressar com mais clareza a falta de interesse dos social-democratas alemães em relação à AIT. Em comparação, a federação espanhola tinha 40 000 membros e as seções francesas representavam 100 000 membros na véspera da Comuna.

01-3 Os desafios do confronto

Quais foram os desafios do confronto entre Bakunin e Marx, feito de múltiplas peripécias e que terminará com a exclusão burocrática de Bakunin e James Guillaume da Internacional?

1. Deveríamos promover partidos políticos nacionais apresentando candidatos para as eleições (posição de Marx) ou devemos manter a estrutura de tipo sindical (posição de Bakunin)?

2. Deve a AIT definir uma política única para todos os seus membros (a posição de Marx) ou deve deixar que as várias seções, que se encontram “em condições tão diferentes de temperamento, cultura e desenvolvimento econômico”¹⁶, amadureçam através do debate po-

¹⁵Carta de Engels a Wilhelm Liebknecht, 22 de junho de 1871.

¹⁶Bakounine, *Oeuvres*, t. III, éd. Champ libre, p. 179.

lítico antes de alcançar uma posição geral (ponto de vista de Bakunin)?¹⁷

De acordo com Georges Haupt, a recusa de Marx em participar de um debate doutrinário com Bakunin “é sobretudo tática”. Todo o esforço de Marx tende a minimizar Bakunin, a negar qualquer consistência teórica ao seu rival. Ele se recusa a reconhecer o sistema de pensamento de Bakunin “porque Marx procura assim desacreditá-lo e reduzi-lo às dimensões de um líder de seita e conspirador do tipo antigo”¹⁸.

Seja nos congressos de Genebra ou de Lausanne, em 1867, as posições do Conselho Geral, isto é, de Marx, não suscitaram entusiasmo. As coisas começaram a mudar no Congresso de Bruxelas em 1868. A questão do ensino obrigatório e gratuito é levantada, bem como a da igualdade de direitos para as mulheres. Os mutualistas são derrotados: opuseram-se à análise dos problemas políticos. Para homens como Varlin e César de Paepe, a análise dos problemas políticos não pode ser excluída, mas esses problemas devem ser abordados no seio da Internacional. O Congresso concluiu com esta declaração do Presidente Eugène Dupont:

“Não queremos governo porque ele só serve para oprimir o povo. Não queremos mais exércitos permanentes porque servem apenas para massacrar as pessoas, não queremos religiões porque servem apenas para apagar as luzes e destruir a inteligência.”

Foi no Congresso de Basileia, em 1869, que se chegou a um verdadeiro ponto de viragem. Bakunin é agora membro. Os proudhonianos de direita foram definitivamente derrotados na sequência de uma aliança entre bakuninistas, blanquistas e marxistas. Houve um confronto sobre a questão da herança, que não tinha

¹⁷Bakunin e seus apoiadores não foram os únicos a perceber a posição de Marx como uma vontade de impor um “programa único” à Internacional. Um ativista inglês, pragmático e nada partidário da tendência bakuniniana, resumiu muito bem a situação: “Sendo assim, é certo que seria impossível adotar uma política uniforme que fosse aplicável a todos os países e em todas as circunstâncias” (*L'internationale, documents et souvenirs*, t. II, éditions G. Lebovici, p. 25).

¹⁸Georges Haupt, *Bakounine: combats et débats*, Institut d'études slaves, 1979.

nenhum interesse substantivo, mas que serviu de pretexto para os marxistas contarem os votos. Apresentaram uma alteração à resolução votada, que foi rejeitada. O peso respectivo das diferentes correntes pode ser determinado a partir dos votos expressos sobre as várias emendas ou moções:

- 63% dos delegados da AIT se reúnem em textos coletivistas “bakuninianos”;
- 31% estão agrupados em textos “marxistas”;
- 6% mantêm suas convicções mutualistas (orgulhosos).

Tal situação é obviamente inaceitável para Marx. É depois do Congresso de Basileia que começaram os ataques mais violentos contra o revolucionário russo. “Este russo, é claro, quer se tornar o ditador do movimento operário europeu. Deixe-o cuidar de si mesmo, se não será excomungado”, profetizou Marx em carta a Engels, datada de 27 de julho de 1869. É exatamente isso que vai acontecer. As intrigas de Marx e seus seguidores levaram às decisões da Conferência de Londres de 1871 (decisão de excluir Bakunin e James Guillaume) e do Congresso de Haia em 1872 (sua exclusão real).

Enquanto, no plano teórico, muitas coisas aproximam Marx e Bakunin, eles se opõem radicalmente no projeto político e na estratégia a ser adotada. Para Marx, o proletariado deve tomar o poder usando as formas institucionais criadas pela burguesia: o Parlamento. Ele e Engels estão convencidos de que onde existem instituições representativas e democracia política, os trabalhadores poderão adquirir “supremacia política” porque estão em maioria. A utilização de formas de ação extraparlamentares – a violência – é considerada marginalmente e para impor o sufrágio universal e as formas parlamentares.

Bakunin acredita que a burguesia, mesmo que seja liberal, usará os mesmos meios que os regimes descritos como autoritários para derrotar a revolução. Ele acredita que a burguesia nunca se permitirá ser despojada de sua propriedade e privilégios por meios democráticos. “O despotismo governamental nunca é tão formidável e violento como quando se baseia na suposta representação e

pseudovontade do povo”¹⁹.

Para Marx e Engels, a recusa em participar das eleições é percebida como uma recusa de qualquer ação política, porque, segundo eles, a ação política só pode ser parlamentar. Engels acusará os partidários de Bakunin: “Estes senhores exigem abstenção completa de qualquer ação política, em particular a não participação em todas as eleições”²⁰. Mas Bakunin considera que a ação política não se limita à participação em órgãos parlamentares, mas na luta de classes de maneira geral. De fato, Marx tinha compreendido perfeitamente a posição de Bakunin, mas ele só se expressa sobre essa questão em sua correspondência privada, nunca em um texto público:

“A classe operária não deve envolver-se na política. A sua tarefa limita-se a organizar-se em sindicatos. Um dia, com a ajuda da Internacional, eles suplantarão todos os Estados existentes”²¹.

Marx ainda acrescenta isso: “Este burro nem sequer compreendeu que qualquer movimento de classe como tal é necessariamente um movimento político e sempre foi”²² – algo que Bakunin nunca negou: ele considerou que a ação política não se limita a participar nas eleições, mas na luta de classes de maneira geral.

Bakunin não rejeitou a ação política como tal, mas negou que se limitasse à ação parlamentar; quanto a Marx, cujo pensamento era mais complexo do que o que Bakunin poderia saber de acordo com os elementos à sua disposição na época, ele não exclui o uso de formas de ação extraparlamentares – força –, mas é apenas marginalmente, e para impor formas parlamentares.

Engels também havia perfeitamente compreendido a essência do pensamento de Bakunin, além das distorções da polêmica: ele

¹⁹Bakounine, *Étatisme et anarchie*, IV, p. 221.

²⁰Carta a Louis Pio, 7 mars 1872.

²¹Pode-se jogar o mesmo jogo que Marx e apresentar suas posições da seguinte maneira: “A classe trabalhadora deve fazer política. A sua tarefa limita-se a organizar-se em partidos. Um dia, eles tomarão o poder e suplantarão todos os Estados existentes.”

²²Carta a Lafargue, 19 avril 1870.

escreveu a Theodore Cuno: “Como a Internacional de Bakunin não deve ser feita para a luta política, mas para poder, em liquidação social, substituir imediatamente a antiga organização do Estado, ela deve aproximar-se o mais possível do ideal bakuninista da futura sociedade”²³.

A formulação é irônica, mas Engels resume perfeitamente o ponto de vista de Bakunin e o que mais tarde se tornará o sindicalismo revolucionário. Esta era a ideia que se encontrava na Carta de Amiens em 1906. E aí reside o significado da noção de “destruição do Estado”: nada mais é do que a substituição da organização de classe da burguesia – o Estado – pela do proletariado.

Essa organização de classe reúne os indivíduos como trabalhadores, em seu local de trabalho, por um lado, e em uma estrutura interprofissional, por outro. Esta dupla estrutura, vertical e horizontal, desenvolve-se em um modelo federal até o nível nacional e internacional. Essa é uma ideia básica do bakuninismo, diretamente inspirada por Proudhon e que será encontrada no sindicalismo revolucionário da CGT quando a estrutura geográfica horizontal (*Bourses du Travail*) se associar à estrutura industrial (a Federação Nacional de Sindicatos). Esta abordagem é rejeitada por unanimidade por todos os teóricos marxistas, com a notável exceção de Pannekoek, que repetiu essa ideia várias vezes em seus escritos:

“A luta de classes revolucionária do proletariado contra a burguesia e seus órgãos é inseparável do controle dos trabalhadores sobre o aparato de produção e sua extensão ao produto social, a forma de organização que une a classe em sua luta constitui simultaneamente a forma organizacional do novo processo de produção”²⁴.

Uma excelente definição do anarcossindicalismo, feita por um teórico marxista... Bakunin tinha perfeitamente definido o que separava os federalistas da Internacional da Social-Democracia Alemã: ele declarou em uma conferência: “Os objetivos que propomos são tão diferentes, a organização que recomendamos às

²³Carta a Th. Cuno, 24 janvier 1872.

²⁴Pannekoek, *Les Conseils ouvriers*, EDI, p. 273.

massas trabalhadoras deve ser essencialmente diferente da deles”²⁵. Isto mostra que ele estava bem consciente de que havia uma profunda diferença na estratégia e no projeto entre os federalistas da Internacional e os marxistas. Esta ideia não é uma “invenção” de Bakunin, porque a citação data de 1872 e a mesma ideia pode ser encontrada num pequeno texto de César de Paepe datado de 1869, intitulado, significativamente, “As Instituições Atuais da Internacional do Ponto de Vista do Seu Futuro”. O militante belga também parte da ideia de que as instituições que o proletariado forma sob o capitalismo prefiguram as instituições do futuro: “Queremos mostrar que a Internacional já oferece o tipo de sociedade que virá e que suas diversas instituições, com as modificações necessárias, formarão a futura ordem social”²⁶.

01-4 O Congresso de Haia (2-7 de setembro de 1872)

Obviamente, não contarei a história do Congresso de Haia, que votou pela exclusão de Bakunin e James Guillaume; vou me restringir a dizer algumas palavras sobre as incríveis manipulações que presidiram sua conduta com o objetivo de garantir a execução adequada da exclusão de Bakunin e James Guillaume. As manobras de Marx e Engels para assegurar uma maioria no Congresso de Haia foram inacreditáveis. “A Alemanha deve ter o maior número possível de representantes”, escreveu Marx a Kugelmann, em 29 de junho de 1872, embora a Internacional esteja muito sub-representada naquele país. O Conselho Geral exerce seu direito de distribuir mandatos, o que significa que muitos delegados não representam nenhuma seção operária. Dezoito delegados são proscritos franceses que vivem em Londres, integrados ao Conselho Geral e que não representam nada. Lafargue tem três mandatos. Sorge, amigo Marx, tem dez mandatos em branco. Valmiant tinha três mandatos, incluindo um de uma seção suíça a favor de Bakunin, que obteve através de um deputado conservador...

²⁵“Aos Companheiros da Federação das Seções Internacionais do Jura”, *Œuvres*, t. III, éd. Champ libre, p. 74.

²⁶Citado em Bakounine, *Œuvres*, éd. Lebovici, tome III, appendice III, p. 255-256. Cf. *Le Progrès* du Locle, n° 9 du 1^{er} mars 1869, o artigo “L’Internationale et ses institutions de l’avenir”.

Delegados franceses tinham mandatos dos quais não se sabia de quem os recebiam: era impossível verificar os mandatos. Serrailleur, Secretário do Conselho Geral para a França (onde a AIT era clandestina), chegou a Haia com os bolsos cheios de mandatos. Seis delegados franceses eram conhecidos apenas por seu pseudônimo, sem qualquer indicação da cidade de onde receberam os seus mandatos. O único que anunciou uma cidade – Rouen – foi logo rejeitado pela federação de Rouen porque ele tinha votado com o Conselho Geral embora tivesse o mandato com o imperativo de votar a favor dos federalistas.

Os internacionalistas de Bordéus perceberam que seu delegado, a quem foi dado o mandato com o imperativo de votar com os federalistas, havia votado com o Conselho Geral. Dois outros delegados franceses, Swarm e Walter – pseudônimos – foram detidos pouco depois e levados a julgamento, um em Toulouse e outro em Paris. Soube-se que Swarm, agente do Conselho Geral em Toulouse, era um delator; quanto a Walter, agente do Conselho Geral em Paris, arrependeu-se e jurou tornar-se um oponente feroz da Internacional²⁷. Terminado o Congresso de Haia, o Conselho Federal Inglês percebeu que o delegado que o representava não era sequer membro da Internacional!

A Alemanha não tinha nenhuma seção da Internacional, mas apenas uns poucos membros individuais. Como resultado, não pôde enviar delegados regulares para o Congresso. No entanto, para fortalecer a posição de Marx, nove alemães foram apresentados como delegados de seções inexistentes da AIT. Para poder votar na convenção, as seções deveriam ter pago suas cotas. No entanto, Bebel tinha escrito no *Volkstaat* de 16 de março de 1872, que os internacionalistas alemães nunca tinham pago contribuições para Londres²⁸! O Congresso vota poderes plenos ao Conselho Geral para suspender seções, ramos, federações. Marx justifica que é necessário proteger-se de agentes provocadores que poderiam criar seções, federações: mas com esse argumento, cada seção que é criada é suspeita! A outra decisão importante do Congresso é a votação da Resolução IX, que passará a ser o artigo 7a dos Estatutos, sobre a

²⁷James Guillaume, *L'Internationale, documents et souvenirs*, vol. I, t. 2, p. 326.

²⁸*Idem*.

constituição da classe trabalhadora como partido político. Finalmente, dos três ativistas cuja exclusão tinha sido proposta: Bakunin, James Guillaume e Adhémar Schwitzguébel, apenas o último escapou à excomunhão.

Quando as federações-membro da AIT perceberam a manipulação a que haviam sido submetidas, rejeitaram as decisões deste Congresso fraudulento:

- a Federação do Jura, 15 de setembro de 1872;
- os delegados das seções francesas em outubro;
- a Federação Italiana em dezembro, bem como a Federação Belga;
- a Federação Espanhola em janeiro de 1873, bem como as Federações Holandesa e Inglesa.

Como resultado dessas rejeições das decisões de Haia, as federações que protestavam foram simplesmente excluídas da Internacional. Em outras palavras, Marx e Engels excluíram da Internacional quase todo o movimento operário organizado da época! Certamente, nem todas as federações eram “bakuninistas” e a rejeição das práticas de Marx não constituiu um ato de adesão ao ponto de vista “anarquista”. No entanto, esta rejeição expressa claramente que a unidade internacional do movimento operário só foi possível a partir de uma solidariedade concreta, como propôs Bakunin e que a “poderosa centralização de todas os poderes nas mãos do Conselho Geral” resultou na dissolução de fato da AIT²⁹.

Em Proudhon, “autoridade” é um conceito ligado ao *poder estatal*. Aplicado à AIT, o termo “antiautoritário” na verdade significava “antiburocrático” e distinguia as seções e federações que se opuseram à centralização burocrática da Internacional por Marx e sua comitiva. “Autoridade”, neste caso, não tinha um significado psicológico ou comportamental, referindo-se a um “temperamento” autoritário; ser “autoritário” era simplesmente comportar-se como um burocrata. Mais tarde, a palavra assumiu um senso comportamental, sob a influência do individualismo no movimento: o mero fato de se organizar era considerado “autoritário”.

²⁹Cf. *Œuvres*, Champ libre, t. III, p. 411.

No caso da Internacional, esta não foi uma burocratização ligada apenas à crescente complexidade da gestão de questões atuais, mas de burocratização visando monopolizar o poder. Assim, John Hales, membro do comitê inglês da Internacional, conta as dificuldades que teve com a burocracia da organização:

“Quem não conhecia o falecido Conselho Geral não pode ter ideia de como os fatos foram distorcidos ali e como as notícias que poderiam nos ter informado foram interceptadas. Nunca houve uma conspiração secreta cuja ação tenha sido mais secreta do que a do antigo Conselho Geral”.

Hales diz que, quando era secretário-geral deste Conselho, “nunca consegui obter os endereços das federações do continente”. Um dia, o Conselho Federal Inglês recebeu uma carta muito importante do Conselho Federal Espanhol; mas o signatário desta carta, Anselmo Lorenzo, tinha-se esquecido de dar o seu endereço na carta. John Hales conta que “o Conselho Federal Inglês então pediu ao cidadão Engels, que era na época o secretário correspondente do Conselho Geral para a Espanha, para dar-lhe o endereço do Conselho Federal Espanhol: o cidadão Engels recusou-se formalmente”. Engels fez a mesma recusa em relação ao Conselho Federal de Lisboa³⁰. Podemos ver que a burocracia contra a qual os federalistas lutavam não era uma ficção.

01-5 Saint-Imier, uma Cisão?

O Congresso de Saint-Imier, realizado em 15 de setembro de 1872, é muitas vezes referido como uma cisão. Se procurarmos a Associação Internacional de Trabalhadores Antiautoritários no Google, podemos ler: “A constituição desta nova internacional tem lugar em Saint-Imier a 15 de setembro de 1872” e ficamos a saber que “A Internacional ‘oficial’ denuncia esta cisão”.

Houve, de fato, dois congressos nesse dia em Saint-Imier.

O primeiro, o da Federação do Jura, realizado de manhã,

³⁰Carta reproduzida em James Guillaume, *L'Internationale documents et souvenirs*, vol. II, p. 25.

contestou as decisões de exclusão tomadas em Haia e o direito do Conselho Geral de legislar em nome das federações-membro. O segundo, realizado à tarde, foi um Congresso Internacional Extraordinário da AIT, convocado por iniciativa dos italianos³¹, que confirmou as posições da Federação do Jura e também denunciou as decisões de Haia. O Conselho Geral estava assim totalmente isolado: nenhuma federação o apoiou, além da Federação Alemã fantasmagórica, que, na verdade, não existia.

Saint-Imier não era uma cisão! Foi simplesmente um Congresso Extraordinário da AIT, reunindo a esmagadora maioria das federaçõesmembro, e que decidiu que a Internacional de 1864 deveria continuar! Isto é tão verdadeiro que a numeração dos seguintes congressos naturalmente seguiu a dos congressos anteriores.

O Congresso de Saint-Imier só tomou as decisões que teriam sido tomadas se as federações da Internacional tivessem sido regularmente convocadas com delegados cujos mandatos não tivessem sido fraudados e se tivessem sido honestamente informados da situação. Foram os “marxistas” que provocaram uma cisão, tomando decisões antiestatutárias, que foram rejeitadas por todas as outras federações constituídas da Internacional. A reação da burocracia que dirigia o Conselho Geral foi inacreditável: decidiu excluir a Federação do Jura e, em seguida, todas as federações que contestaram essa exclusão.

As exclusões do Conselho Geral – que, entretanto, tinha sido transferido para Nova Iorque – não tiveram, obviamente, qualquer efeito. O 6º Congresso – esse, sim, ordinário – da AIT chamada “antiautoritária” foi convocado em Genebra, de 1º a 6 de setembro de 1873, na continuidade dos congressos anteriores da Internacional, com delegados das Federações Inglesa, Belga, Holandesa, Suíça, Espanhola, Italiana e delegados franceses.

Pouco depois, também em Genebra, realizou-se o Congresso dos divisores “marxistas”, no qual quase ninguém participou, além dos genebrinos, que queriam mudar a sede da AIT para Genebra, o que perturbou Marx, que queria transferi-la para Nova Iorque, onde

³¹A Federação Italiana foi uma criação muito recente, mas havia seções da AIT na Itália. Embora ainda não fosse um membro, Bakunin estava por trás da criação de várias delas.

ninguém iria. Havia também um certo Heinrich Oberwinder, que fazia parte da ala direita do movimento socialista austríaco. Sob o nome de Schwarz, Oberwinder se deu bem com Becker, que lhe deu uma dúzia de mandatos austríacos dos quais ninguém sabe de onde, que foram distribuídos aos alemães em Genebra. Este Congresso foi um tal fiasco, como o próprio Marx o admitiu³² que o relatório nem foi publicado.

É preciso, portanto, proclamá-lo: o Congresso Extraordinário da AIT em Saint-Imier, que decidiu emendar os estatutos, não foi uma cisão; não foi uma nova Internacional, mas a mesma, que continuou. Foi um sucesso retumbante para os federalistas. Este sucesso foi certamente de curta duração, pois a experiência terminou seis anos mais tarde. A Federação do Jura decidiu, no seu Congresso de 3 a 5 de agosto de 1878, não convocar mais Congressos Internacionais. Este Congresso, que deveria ter lugar em Freiburg, nunca ocorreu. A Internacional Antiautoritária tinha literalmente evaporado no ar.

Mas essa é outra história³³...

01-6 Tentativas de Reconciliação

Besancenot & Löwy podem não estar cientes de que os militantes federalistas da AIT, aqueles que foram excluídos pela burocracia do Conselho Geral, fizeram repetidas tentativas para chegar a um acordo com os socialistas de Estado, para se aproximar deles. O *Boletim da Federação do Jura*, de 3 de setembro de 1876, recorda num artigo que, desde 1869, eles não haviam cessado de “pregar a união e a paz”. Os Jurassianos Antiautoritários nunca tiveram com o Estado socialista de então a atitude sectária que este último tinha constantemente com eles. Enquanto os socialistas estavam de modo geral em uma situação de total incompreensão das teorias federalistas, os jurassianos constantemente tentaram se engajar em um diálogo com eles. De certa forma, o verdadeiro nascimento do anarquismo remonta ao dia em que os “anarquistas” perceberam que nenhum diálogo era possível, quando, em 1896, foram definitivamente expulsos dos congressos socialistas internacionais

³²Carta de Marx a Sorge, 27 de setembro de 1873.

³³Esta questão é abordada em René Berthier, *La fin de la première internationale*, éditions du Monde Libertaire.

em que persistiram em participar após o colapso da chamada AIT “antiautoritária”.

Antes desta data fatídica, os “antiautoritários” mostraram uma admirável falta de sectarismo. Até mesmo a questão das candidaturas dos trabalhadores ao Parlamento foi abordada pelos ativistas do Jura de uma forma totalmente aberta. Assim, o jornal *Solidariedade*, que defendia o ponto de vista dos jurassianos, considerava que se tratava de uma questão de táticas “que poderiam ser resolvidas de diferentes maneiras, segundo os países e as circunstâncias”, diz James Guillaume – em plena conformidade com as decisões tomadas pelo Congresso Internacional de Saint-Imier em 1872. O *Solidariedade* de 4 de junho de 1870 diz em um artigo intitulado “As Candidaturas Internacionais e Trabalhistas”:

“Se os ingleses, alemães, americanos... acreditam que estão a servir a causa do trabalho através de candidaturas de trabalhadores, não podemos culpá-los. Afinal, eles são mais competentes do que nós para julgar a situação no seu país... Mas nós pedimos a mesma tolerância. Pedimos que nos seja permitido julgar qual é a tática mais adequada à nossa posição, sem concluir desdenhosamente que somos intelectualmente inferiores”³⁴.

Desde o início da disputa sobre a questão das candidaturas dos trabalhadores, os internacionalistas do Jura trataram o caso sem qualquer dogmatismo, em nítido contraste, aliás, com o que mais tarde seria a posição anarquista. A Federação do Jura nunca escondeu a necessidade de aproximação com os socialistas, apesar das consequências da sua exclusão da AIT. Assim, o *Boletim da Federação do Jura*, relatando o funeral de Bakunin na sua edição de 9 de julho de 1876, relata que “após a cerimônia, teve lugar uma reunião na sede da Sozialdemokratischer Verein. Ali, o mesmo desejo saiu de todas as bocas, alemã, italiana, francesa e russa: o esquecimento, na tumba de Mikhail Bakunin, de todas as discórdias puramente pessoais, e a união, no campo da liberdade, de todas as frações do partido socialista de ambos os mundos”. O artigo especifica as condições para esta necessária reconciliação, que não

³⁴Cf. James Guillaume vol. I, 3e partie, ch. 2, tome II, p. 43.

deve ser o resultado de uma fusão efêmera: “A cada grupo deve ser dada plena liberdade de ação e propaganda; somente devem ser excluídas desta ação e propaganda as recriminações pessoais entre homens que perseguem basicamente o mesmo objetivo, suspeitas injustas, insultos e calúnias, que só desonram aqueles que as lançam”.

Os participantes no funeral de Bakunin aprovaram uma resolução:

“Os trabalhadores reunidos em Berna por ocasião da morte de Mikhail Bakunin, e pertencentes a cinco nações diferentes, alguns deles apoiantes do Estado operário, outros apoiantes da livre federação de grupos de produtores, acreditam que a reconciliação não só é muito útil, muito desejável, mas também muito fácil, com base nos princípios da Internacional tal como formulados no artigo 3 dos Estatutos Gerais revistos no Congresso de Genebra de 1873”.

Por conseguinte, a assembleia reunida em Berna propõe que todos os trabalhadores esqueçam as dissensões vãs e infelizes do passado e se unam mais estreitamente com base no reconhecimento dos princípios enunciados no artigo 3º dos estatutos acima mencionados”³⁵.

Esta resolução devia ser saudada de várias formas.

Do ponto de vista dos federalistas, a unidade não significa alinhamento com uma única posição; não era incompatível com diferentes abordagens à emancipação do trabalho; é revelada pela manifestação de uma solidariedade concreta em caso de conflito com o Estado e o Capital. Este é obviamente um ponto de vista que a corrente marxista não poderia aceitar.

Em 1876, uma reconciliação parecia ser possível. “Saudamos

³⁵O artigo 3 dos estatutos da Internacional, revisto em Saint-Imier, afirma: “As federações e seções mantêm a sua total autonomia, ou seja, o direito de se organizar segundo a sua vontade, de administrar os seus próprios assuntos sem qualquer interferência externa e de determinar por si próprias o rumo que pretendem seguir a fim de alcançar a emancipação do trabalho”. Em outras palavras, a Associação Internacional dos Trabalhadores resultante do congresso de Saint-Imier reconhece o direito das federações de adotar uma estratégia eleitoral. De acordo com a visão de Bakunin, o caráter “antiautoritário” da Internacional é o resultado do fato de que nenhuma estratégia é imposta.

com a maior alegria este fato importante, que resultará em um aumento considerável na força do partido revolucionário, dissipando muitos mal-entendidos e fornecendo uma oportunidade para que os homens que só se julgam uns aos outros por boatos se conheçam e se valorizem mutuamente”, segundo o *Boletim da Federação do Jura*.

“Esta aproximação era desejada e exigida mesmo nos momentos em que a luta entre as duas frações da Internacional era mais aguda. Não será inútil mostrar, com algumas citações dos vários jornais que sucessivamente serviram de órgão para os socialistas do Jura, que sempre procuramos a união e a paz, e que a conciliação que hoje se realiza é apenas o cumprimento do desejo que temos nutrido há oito anos”.

Esta aproximação obviamente não aconteceu: O *Tagwacht* de Zurique, ferozmente oposto à Federação do Jura, publicou em 17 de outubro de 1876 uma carta com cinco assinaturas, em nome de um Comitê Central do Grupo das Secções Internacionais de Língua Alemã, que foi um ataque violento contra a Internacional Antiautoritária, atacando os “Bakuninistas na função” acusados de “causar discórdia e desorganização como sempre e em todo o lado, em vez de organização e união”... O objetivo desta carta, publicada em duas partes, era claramente mostrar que não havia acordo possível entre as duas correntes do movimento operário, “entre os representantes do socialismo científico”, como os autores da carta modestamente se autodenominam, e os “cérebros rachados da Internacional Bacunista”³⁶. Entre os signatários da carta estava J. Ph. Becker, executor das tarefas sujas de Marx, um dos membros mais violentamente antibakuninianos da Internacional. Foi ele quem organizou as manipulações de mandatos durante o congresso dos secessionistas marxistas em Genebra, em setembro de 1873.

Apesar dos esforços de Marx e Engels, que constantemente tentaram jogar combustível no fogo e aumentar a distância entre “antiautoritários” e “socialistas de Estado”, os militantes da Federação do Jura, que foram as verdadeiras forças motrizes do movimento federalista, não pouparam esforços para alcançar a

³⁶Cf. James Guillaume, 6^e partie, ch. VII, p. 87.

reconciliação. Foi nesta qualidade que a Federação do Jura, e depois a Internacional Antiautoritária, em seu congresso de Berna, em 1876, propôs convocar um congresso reunindo todas as correntes do movimento operário para encontrar formas de reuni-las.

Um dos principais argumentos apresentados pelos jurassianos, e por James Guillaume em particular, para justificar a aproximação com a social-democracia alemã – porque é disso que se trata – é que as diferenças entre as duas correntes não eram tão importantes e que os jurassianos não se opuseram em princípio às táticas eleitorais, uma vez que as próprias resoluções do Congresso de Saint-Imier deixaram às federações-membro a tarefa de determinar o seu próprio caminho. O relatório da Federação do Jura para o Congresso de Berna, provavelmente escrito por James Guillaume, diz o seguinte:

“Não devemos acreditar que os Jurassianos têm em relação à candidatura dos trabalhadores, considerada como meio de propaganda e agitação, a repugnância invencível que lhes é atribuída. Pelo contrário, não estariam longe de experimentá-la, nem que fosse para demonstrar, experimentalmente, àqueles que acreditam na possibilidade de transformar a sociedade através de simples reformas legislativas, que eles nutrem ilusões”³⁷.

Os líderes socialistas alemães não queriam uma aproximação com os “anarquistas”. Eles não queriam, de forma alguma, considerar a possibilidade de implementar estratégias e modos de organização plurais. Quando a AIT antiautoritária desapareceu, os militantes que se encontravam “órfãos da Internacional”, e aqueles que reivindicavam seu legado, como Fernand Pelloutier e Émile Pouget, persistiram em se sentir apegados à grande família do socialismo e continuaram a querer participar dos congressos socialistas internacionais organizados pela social-democracia, sem qualquer problema, pelo menos no início. Engels e os líderes alemães fizeram de tudo para excluí-los, mas isso levou algum tempo.

Em 1889 e 1891, os anarquistas quiseram participar dos Congressos de Paris e Bruxelas, mas a sua presença deu origem a

³⁷James Guillaume, *L'Internationale documents et souvenirs*, 6^e partie, Ch. VIII, p. 100.

protestos violentos. Grande parte dos delegados dos trabalhadores ingleses, holandeses e italianos, indignados com este comportamento, retiraram-se. Não se sentindo suficientemente fortes, no entanto, os socialistas não votaram a favor de quaisquer medidas sobre a questão parlamentar e alianças com os partidos do governo. Foi no Congresso de Zurique, em 1893, que pensaram poder aprovar uma moção que dizia, entre outras coisas, que “todas as câmaras sindicais serão admitidas no próximo congresso; [assim como] partidos e grupos socialistas que reconheçam a necessidade de organização e ação política dos trabalhadores”. Os anarquistas, expulsos pela porta, voltaram pela janela em 1896 ao Congresso de Londres... como delegados sindicais. Dos quarenta e três delegados operários franceses, vinte eram notórios anarquistas, incluindo Émile Pouget e Fernand Pelloutier...

Foram Fernand Pelloutier e Augustin Hamon que tiveram a ideia de organizar uma delegação “sindical-anarquista” ao Congresso de Londres (o termo “anarcossindicalista” ainda não existia). Foram auxiliados por Malatesta, que vivia em Londres e conhecia os círculos sindicalistas, e por Cornelissen, na Holanda. Este último escreveu um texto para a ocasião intitulado “Comunismo Revolucionário. Projeto para uma Compreensão e Ação Comum dos Socialistas Revolucionários e Comunistas Anarquistas”. Este foi mais um exemplo de uma tentativa de unidade com os socialistas de Estado, mas desta vez limitada aos socialistas revolucionários...

Foram necessários três dias de batalha para que os socialistas fossem vitoriosos, por uma margem estreita, para que fosse aprovada uma resolução excluindo de futuros congressos esses grupos, mesmo corporativos, que não aceitavam a necessidade do parlamentarismo. O relatório introdutório do Congresso Anarquista de Amsterdã, realizado em 1907, dizia sobre este evento: “A maioria queria pôr um fim aos anarquistas; eles não tinham ideia de que tinham acabado de expulsar o proletariado organizado deles para sempre”³⁸.

³⁸ *Anarchisme et syndicalisme, Le congrès anarchiste international d'Amsterdam.* – Introduction d'Ariane Miéville et Maurizio Antonioli. Nautilus; Éditions du Monde libertaire.

01. – 7 Na Prática

A estratégia eleitoral que o marxismo quis impor levou muito tempo para se afirmar. Não havia uma impermeabilidade rigorosa entre a corrente que rejeitava a ação parlamentar e a que a defendia, pelo menos ao nível dos ativistas de base. Era comum na Europa da década de 1880-1890 que militantes ou grupos socialistas locais mudassem para o anarquismo. Este é o caso da França, Alemanha, Inglaterra, Holanda e Itália. É o debate sobre a oportunidade de tomar parte em ações eleitorais que normalmente desencadeava estes movimentos. Portanto, este não foi um debate acadêmico entre Bakunin e Marx, mas um problema que os ativistas estavam realmente a enfrentar na prática, muitas vezes depois de o terem experimentado na prática.

A Resolução Socialista de 1893, que exigia que os socialistas “fizessem todos os esforços” para se dirigir à ação parlamentar, tornando-a obrigatória, marginalizou os anarquistas, mas também marginalizou muitos socialistas que se opuseram ao parlamentarismo, bem como aqueles para quem a ação parlamentar era apenas uma opção entre muitas, e aqueles que a experimentaram e a consideraram inconclusiva.

Engels também o experimentou: em 1891, apesar da introdução de um sistema representativo, descobriu que “o governo tem todo o poder executivo”, e que “as câmaras não têm sequer o poder de recusar impostos”. “O medo de uma renovação da lei contra os socialistas paralisa a ação da social-democracia”, diz ele³⁹, confirmando novamente a visão de Bakunin de que as formas democráticas oferecem poucas garantias para o povo.

À distância de mais de um século, esquece-se que entre 1870 e 1900, todas as estratégias estavam apenas na fase experimental, a separação entre a corrente social-democrata e a corrente sindicalista federalista não era absolutamente irremediável. Vimos que os libertários participaram obstinadamente durante muito tempo dos congressos socialistas internacionais e depois, quando a Segunda Internacional foi constituída, nos congressos desta última até 1896. Mas o oposto também é verdade: dentro da social-democracia havia correntes oposicionistas que eram próximas ao anarquismo.

³⁹*Critique du programme d' Erfurt*, Éd. sociales, p. 101.

Na Alemanha, uma fração do Partido Social-Democrata foi excluída em 1880 e evoluiu para o anarquismo; Johan Most, que se tornou uma figura do anarquismo americano, fez parte dessa oposição. Já em 1885, outra oposição apareceu no partido alemão, o “Jungen” (Juventude), a favor da formação de grupos autônomos e denunciando “a influência pequeno-burguesa e socialista do Estado” e a ideia de uma organização centralizada. Uma cisão ocorreu em 1891 e o Jungen criou a Associação de Socialistas Independentes, em uma base federalista, defendendo a “luta de classes pura” e o antiparlamentarismo. Muitos de seus ativistas, como Gustav Landauer, evoluiriam para o anarquismo. A Associação foi dissolvida em 1894, a maioria dos ativistas retornou ao Partido Social-Democrata e seus líderes tornaram-se porta-vozes do revisionismo, ou seja, reformistas extremistas.

Na Bélgica, os violentos motins de trabalhadores eclodiram em 1886. No seio do Partido dos Trabalhadores Belga, houve então um pedido de ação direta. Esta corrente fundou o Partido Republicano Socialista em 1887, favorável ao sufrágio universal, mas também era a favor de uma greve insurrecional. Esta dissidência desapareceu em 1889 e reintegrou o partido.

Na Holanda, uma personalidade como Domela Nieuwenhuis, ex-pastor convertido ao socialismo, desempenhou um papel importante na formação da esquerda holandesa. Inicialmente, defendeu a construção de sindicatos, o sufrágio universal e as greves econômicas. Dentro da Liga Social-Democrata (SDB), ele permaneceu convencido da necessidade de usar o parlamento como um fórum revolucionário. No entanto, ele rejeitou o parlamentarismo em 1891 e tornou-se, na Segunda Internacional, o único líder não parlamentar. Esta evolução explica-se pela observação de que as exigências de melhoria das condições de vida da classe trabalhadora enfrentam sistematicamente a violência do empregador e do Estado. A denúncia da social-democracia como uma fração da burguesia constituirá um dos pontos de encontro entre anarquistas e comunistas dos conselhos. Estes últimos dirão que a social-democracia é a corrente mais consistente dentro da fração avançada da burguesia.

Em 1891, Nieuwenhuis defendeu na Segunda Internacional a ideia de uma greve geral dos trabalhadores dos países beligerantes em caso de guerra. Em 1893, ele propôs uma moção, que foi

aprovada pelo seu partido por uma estreita maioria, rejeitando qualquer atividade eleitoral. Isto mostra até que ponto a estratégia eleitoral estava longe de ter permeado a corrente social-democrata internacional. Ocorreu uma cisão, com a formação de um Partido Social-Democrata dos Trabalhadores no modelo alemão, que, na Holanda, era percebido pelos trabalhadores como uma organização liderada por uma pequena minoria de elementos de classe média. No entanto, o equilíbrio de poder acabou por se alterar rapidamente, pois um número crescente de membros da Liga Social-Democrata teve que se juntar ao eleitoralismo.

Os militantes deste partido juntaram-se ao partido reformista ou ao movimento libertário. A organização dissolveu-se em 1900. Em 1896, Nieuwenhuis abandonou ostensivamente o Congresso de Londres da Segunda Internacional, que tinha decidido excluir os anarquistas. Ele e seus apoiadores, que se uniram ao anarquismo, deixaram a Liga Social-Democrata em 1897.

Nieuwenhuis e Cornelissen colaboraram durante algum tempo e fundaram um jornal, *O Socialista Libertário*, e uma organização efêmera, a Federação dos Socialistas Libertários. O centro de gravidade do movimento libertário estava agora no sindicato. Em 1893, foi formado o NAS (Secretariado Nacional do Trabalho), sob a influência de Cornelissen. Esta organização, com uma pequena, mas muito militante adesão, estará na vanguarda da luta de classes na Holanda.

Houve, portanto, um “período de transição” durante o qual os grupos de trabalhadores experimentaram uma ou outra estratégia, passando de uma corrente para outra, dependendo das circunstâncias. A recusa categórica dos dirigentes da Segunda Internacional em integrar em suas fileiras qualquer grupo que não aceitasse a ação parlamentar pode ter contribuído para forjar uma relativa homogeneidade de fachada no movimento socialista, mas isso foi feito à custa da vida e do debate.

A recusa da social-democracia alemã contra qualquer discussão sobre a greve geral em caso de guerra foi a consequência óbvia de sua abordagem dogmática e sectária dos problemas. No entanto, o modelo representado pela Segunda Internacional não estava definitivamente fixado, uma vez que aceitava as organizações sindicais – desde que fossem favoráveis à estratégia eleitoral (isto foi

chamado de “ação política”). Assim, os militantes franceses expulsos de um congresso socialista como anarquistas retornaram ao próximo congresso com um mandato da CGT.

Até 1900, havia mesmo uma convergência real entre o anarquismo e o socialismo de esquerda não parlamentar. Na verdade, as delegações socialistas em congressos internacionais não eram então homogêneas porque o modelo social-democrata ainda não tinha sido definitivamente estabelecido ou totalmente imposto. Assim, quando a delegação alemã do Congresso da Segunda Internacional, em Zurique, expulsou da sala os Independentes de Gustav Landauer – uma tendência contrária ao parlamentarismo – esse ato de intolerância provocou um verdadeiro clamor, e cinquenta delegados deixaram a sala em solidariedade. Os dissidentes do Congresso realizaram reuniões separadas: ingleses, italianos, anarquistas franceses, a maioria dos socialistas holandeses, socialistas franceses. Foi nestes encontros que Domela Nieuwenhuis declarou que “a fusão de todos os elementos revolucionários é possível”⁴⁰.

Esta convergência entre anarquistas e socialistas revolucionários levou a um congresso em 1900 e deveria ter levado à formação de uma Internacional antiautoritária. O Congresso foi dispersado pela polícia, sob as leis antianarquistas de 1894, e nunca se realizou⁴¹. Mas seria, sem dúvida, um erro atribuir à polícia francesa a responsabilidade exclusiva pela não criação de uma Internacional antiautoritária: também aqui os fatores internos desempenharam um papel importante. Se a iniciativa tivesse correspondido a uma necessidade premente do período histórico, teria sido bem sucedida. Não surpreende que a maioria dos socialistas antiparlamentares acabou por voltando à social-democracia..

⁴⁰ *Le Temps*, 12 août 1893.

⁴¹ Cf. Guillaume Davranche, “Pelloutier, Pouget, Hamon, Lazare et le retour de l’anarchisme au socialisme (1893-1900)”, *Cahiers d’histoire. Revue d’histoire critique*, n. 110, 2009.

02. – A Guerra Franco-prussiana, a Comuna de Paris e a Liquidação da AIT

A Comuna de Paris – que durou três meses – é um mito fundador que foi instrumentalizado pela maioria das correntes do movimento operário. Todos podem encontrar nela inspiração e um modelo. Três meses após a tomada do poder, os bolcheviques teriam comemorado, e Lênin teria dito que agora eles poderiam desaparecer, porque eles tinham durado tanto quanto a Comuna. Verdadeira ou falsa, esta história, que nos foi contada por Marcel Body, é particularmente significativa⁴².

O movimento libertário não é exceção nesse processo de produção de mitos, entendendo-se que a constituição de mitos não é necessariamente uma coisa negativa. Dos jacobinos aos federalistas, dos republicanos aos libertários, dos patriotas aos internacionalistas, todos podem se beneficiar dos acontecimentos que começaram em março de 1871, desde que escondam tudo o que contradiz suas próprias teses.

No entanto, “a Internacional parisiense, na véspera da Comuna, é majoritariamente proudhoniana”⁴³. Quando a Comuna é proclamada, “entre os trinta eleitos internacionais, quase dois terços podem ser considerados como proudhonianos”⁴⁴. Para além das disposições terroristas de influência blanquista, o programa da Comuna é também claramente proudhoniano: Georges Gurvitch escreveu que

⁴²Marcel Body (1894-1984) era um tipógrafo que fazia parte das tropas enviadas para a Rússia para combater a revolução. Ele desertou e entrou para o Partido Bolchevique e foi membro do Grupo Comunista Francês em Moscou desde 1918, militante do Partido Comunista e diplomata da URSS na Noruega. Rapidamente adotou uma posição crítica em relação ao poder stalinista e tornou-se um dos seus opositores. Ao retornar à França, foi expulso do Partido Comunista Francês em 1928. Ele foi tradutor de Bakunin para o Instituto Internacional de História Social em Amsterdã. Ele nos disse que quando Denikin fez a sua invasão ao norte da Rússia esmagando a resistência do Exército Vermelho, os líderes do partido receberam ordens para fazer as malas e se prepararem para fugir para a Finlândia. A fuga finalmente não ocorreu, pois as tropas makhnovistas romperam as linhas de abastecimento de Denikin, cortando o seu avanço. O fato de ter salvo a revolução não granjeou aos makhnovistas nenhum reconhecimento por parte dos bolcheviques.

⁴³J. Bruhat, J. Dautry & E. Tersen, *La Commune de 1871*, Éditions sociales, 1960.

⁴⁴*Ibid.*

“todas as medidas administrativas, econômicas e políticas serão inspiradas por Proudhon”⁴⁵. Permanece, portanto, que os temas que persistem em sobreviver permanecem essencialmente temas libertários: federalismo, autonomia. No entanto, por estranho que pareça, os libertários são provavelmente os que menos procuraram “recuperar” a Comuna de Paris.

O que significa para eles a Comuna de Paris?

1) Marca a afirmação consciente da entrada do movimento popular na modernidade;

2) É, juntamente com a experiência da AIT (mas provavelmente menos do que esta última), um dos eventos fundadores da oposição entre anarquismo e marxismo e é, portanto, um tema-chave no debate sobre o projeto revolucionário.

O fato mais interessante deste acontecimento histórico não está, no entanto, na observação das opções ideológicas e políticas de cada um, mas o fato de que, ao serem dadas essas opções, os protagonistas foram levados, pela lógica das coisas, a realizar, ou a fazer apologia de uma obra às vezes contrária às suas opções; o exemplo de Marx – externo aos acontecimentos, é verdade – sendo sem dúvida o mais notável.

A Comuna tentou criar uma organização federalista contra o centralismo estatal, a federação de comunas autônomas tendo que assegurar a gestão dos assuntos públicos. Opõe-se à “unidade como nos tem sido imposta até hoje pelo Império, pela monarquia e pelo parlamentarismo”. Propõe “a associação voluntária de todas as iniciativas locais, a contribuição espontânea e livre de todas as energias individuais para um objetivo comum, o bem-estar, a liberdade e a segurança de todos”. Isto é o oposto das posições marxistas.

O seu objetivo é conseguir “a mais completa e frutuosa revolução moderna de todas aquelas que iluminaram a história”. Esta última

⁴⁵Georges Gurvitch, que foi testemunha direta da formação dos soviets em 1905, relata que “os primeiros soviets russos foram organizados por proudhonianos [...] que vieram de elementos de esquerda do Partido Socialista Revolucionário e [...] da social-democracia [...]. A ideia de revolução pelos soviets de base [...] é [...] exclusivamente proudhoniana” (Cf. Jean Duvignaud, “Georges Gurvitch, une théorie sociologique de l’Autogestion”, *Autogestion*, n° 1, 1967).

afirmação mostra a consciência dos atores da Comuna para a realização de uma obra original.

Os trabalhadores e os socialistas revolucionários eram poucos no Conselho Geral e nas comissões. Estes últimos eram compostos principalmente por pequenos republicanos burgueses, anticlericais, patriotas mais ou menos jacobinos ou blanquistas. Os socialistas, chamados “a minoria”, foram em grande parte militantes da AIT: foram eles que deram à Comuna o seu ideal e fundaram o mito revolucionário. Entretanto, a AIT na França estava muito enfraquecida quando a revolta popular eclodiu em Paris. Os militantes mais ativos foram presos ou tiveram de fugir para a Bélgica. Aqueles que continuaram sua ação foram chamados de espíões prussianos. A guerra tinha roubado à maioria das seções os seus adeptos. A crise econômica e o desemprego tinham feito o resto. Dos 81 membros do Conselho Geral da Comuna, 17 eram membros da AIT, mas nenhum deles podia ser chamado de “marxista” ou “bakuninista”. Os membros da International desempenharam um papel específico, sem que a sua organização fosse capaz de influenciar os eventos.

A fraqueza numérica do proletariado da época, o peso social esmagador da pequena burguesia, o fraco desenvolvimento das forças produtivas; tudo isso só acentua a natureza surpreendente do conteúdo revolucionário do mito criado entre março e maio de 1871. Para além da fraqueza das realizações efetivas da Comuna, o mito revolucionário foi largamente alimentado pela memória do heroísmo do povo de Paris face à barbárie de Versalhes, aos 25.000 rebeldes massacrados, aos prisioneiros e feridos executados, aos cadáveres deixados para trás; pela natureza impiedosamente sistemática da repressão, aos 13.440 homens, mulheres e crianças detidos, condenados à morte ou à deportação para a Nova Caledônia.

Tanto quanto um mito unificador para o proletariado internacional, a Comuna de Paris tem sido o revelador da verdadeira natureza da burguesia e do Estado. Esta lição ainda é verdadeira: a emancipação social das massas exploradas enfrentará sempre a reação mais impiedosa da classe dominante.

02-1 Um Evento Fundador

Embora a maior parte dos temas revolucionários da Comuna fossem de inspiração libertária, Bakunin permaneceu muito reservado. Ele pensa que, para além das realizações concretas, é sobretudo a mensagem enviada pela Comuna ao proletariado internacional que permanece válida:

“A Comuna de Paris durou muito pouco tempo, e foi impedida no seu desenvolvimento interno pela luta mortal que teve de apoiar contra a reação de Versalhes, para que pudesse, digo, nem sequer aplicar, mas apenas teoricamente elaborar o seu programa socialista. Além disso, deve-se admitir que a maioria dos membros da Comuna não era estritamente socialista, e se eles provaram ser assim, foi porque foram irresistivelmente atraídos pela força inexorável das coisas, pela natureza do seu ambiente, pelas necessidades da sua posição e não pela sua íntima convicção. Os socialistas, à frente dos quais está, naturalmente, o nosso amigo Varlin, constituíam apenas uma minúscula minoria na Comuna; no máximo, eram apenas catorze ou quinze membros. O resto eram jacobinos...”

Mais adiante no texto, Bakunin acrescenta:

“Além disso, a situação do pequeno número de socialistas convictos que faziam parte da Comuna era extremamente difícil. Eles não se sentiram suficientemente apoiados pela grande massa da população parisiense, a organização da Associação Internacional, muito imperfeita em si mesma, abraçando apenas alguns milhares de indivíduos, teve que apoiar uma luta diária contra a maioria jacobina e em que circunstâncias!”⁴⁶

Ao contrário de Marx, que estava em Londres, Bakunin estava na França na época e participou do levantamento de Lyon. Aí, propôs, entre outras medidas, a criação de uma milícia revolucionária

⁴⁶Bakounine, *L'Empire Knouto-Germanique et la Révolution Sociale*. Préambule pour la seconde livraison. Bakounine, Œuvres, tome VIII.

permanente, o sequestro de toda a propriedade pública e privada e a demissão de todos os funcionários públicos. Ele também propôs medidas de reorganização econômica: as comunas revolucionárias tiveram que nomear delegados, nomear comissões para reorganizar o trabalho, e entregar às associações de trabalhadores o capital de que precisavam. Quando o conselho municipal decidiu reduzir o salário diário dos trabalhadores nos estaleiros de construção nacionais, Bakunin opôs-se a que os trabalhadores viessem desarmados à manifestação de protesto.

Marx não conseguiu evitar zombar da ação de Bakunin, que falhou. As circunstâncias não estavam, obviamente, maduras. No entanto, um historiador bolchevique, Iuri Steklov, afirma que a intervenção de Bakunin em Lyon foi “uma tentativa generosa de despertar a energia adormecida do proletariado francês e direcioná-la para a luta contra o sistema capitalista e, ao mesmo tempo, repelir a invasão estrangeira”⁴⁷. Steklov acrescenta que o plano de Bakunin não era tão ridículo:

“Na mente de Bakunin, era necessário aproveitar as convulsões causadas pela guerra, a incapacidade da burguesia, os protestos patrióticos das massas, suas tendências sociais confusas, para tentar uma intervenção decisiva dos trabalhadores nos grandes centros, para arrastar o campesinato para trás e assim iniciar a revolução social mundial. Ninguém então propôs um plano melhor”⁴⁸

Bakunin acredita que, “se a revolução social na França não sair diretamente desta guerra, o socialismo morrerá por muito tempo em toda a Europa”⁴⁹. Depois do fracasso de Lyon, escreveu a Palix, um de seus companheiros: “Começo a pensar que a França está acabada... Em vez do seu socialismo vivo e real, teremos o socialismo doutrinário dos alemães”⁵⁰... Ele sabe que a vitória prussiana levará à criação do império alemão, e Bakunin teme sobretudo que, se os trabalhadores alemães forem levados a servir “a

⁴⁷In: Fernand Rude, *De la Guerre à la Commune*, Éditions Anthropos, p. 20-21.

⁴⁸*Ibid.*

⁴⁹Carta a, 31 août 1870.

⁵⁰In: Fernand Rude, *De la Guerre à la Commune*, éditions Anthropos, p. 19.

instituição do Estado germânico”, a solidariedade que deveria “unidos ao ponto que se confundam com seus irmãos, os trabalhadores explorados de todo o mundo” será sacrificada à “paixão política nacional”⁵¹.

Divididos entre “solidariedade trabalhista socialista” e “patriotismo político do Estado nacional”, os trabalhadores alemães correm o risco de estar “unidos com seus compatriotas burgueses contra os trabalhadores de um país estrangeiro”.

Bakunin, porém, prestará homenagem a esses líderes social-democratas e aos trabalhadores alemães que tomaram posições internacionalistas contra a guerra, o que contrastou com a postura de Marx no início do conflito.

02-2 Guerra de Defesa?

Nas análises desenvolvidas por Marx e Engels sobre a Guerra Franco-prussiana, dois períodos devem ser assinalados.

1) Antes da Comuna, a correspondência de Marx e Engels mostra, sem possível divergência, que eles são a favor de uma vitória prussiana, porque esta tornará possível alcançar, mesmo que “de cima”, a unificação da Alemanha. A guerra é apresentada como uma guerra defensiva para a Alemanha. Além disso, uma vitória alemã garantiria a hegemonia do socialismo alemão sobre os franceses.

2) Depois da Comuna, esta tese já não pode ser apoiada: Marx retomou o seu papel de Secretário Geral da AIT e defendeu a insurreição. Ele publicou seu famoso livro, *A Guerra Civil na França*, no qual, em total contradição com suas próprias ideias, defendeu o ponto de vista federalista. (Marx sempre se opôs firmemente ao federalismo, o que ele comparou a uma forma política da Idade Média).

As posições internacionalistas de Marx são frequentemente enfatizadas, mas os autores marxistas tendem a entrar muito rapidamente no período anterior à Comuna. Já em 1844, Marx tinha escrito que “o proletariado alemão é o teórico do proletariado

⁵¹Cf. Bakounine, *Œuvres*, Champ libre, VII, p. 92.

européu”⁵², o que é, naturalmente, uma forma de legitimar a sua posição como líder: a vocação da classe trabalhadora alemã é assim traçada desde o início. Em 20 de julho de 1870, no início da guerra, Marx escreveu uma carta a Engels na qual afirmava que “os franceses precisam ser espancados. Se os prussianos forem vitoriosos, a centralização do poder estatal será útil para a centralização da classe trabalhadora alemã”.

Marx continua novamente:

“O domínio alemão também transformará o centro de gravidade do movimento operário da Europa ocidental da França para a Alemanha; e basta comparar o movimento nos dois países, de 1866 até hoje, para ver que a classe operária alemã é superior à francesa em teoria e organização. A preponderância, na cena mundial, do proletariado alemão sobre o proletariado francês seria, ao mesmo tempo, a preponderância da nossa teoria sobre a de Proudhon”.

É indiscutível que a opinião de Marx sobre o futuro do movimento operário europeu estava subordinada ao único ponto de vista da unidade alemã. Assim, quando o deputado socialista da Saxônia, Wilhelm Liebknecht, que era contra a hegemonia prussiana sobre a Alemanha, acusou a Confederação da Alemanha do Norte de ser um instrumento da Prússia e o Reichstag de ser “a folha de figo do absolutismo nu”, foi acusado de ser prussosofóbico, austrófilo fanático e, no último insulto, federalista. Para Marx, federalista era um insulto. Quando o mesmo Liebknecht se absteve na votação das dotações de guerra, ele foi violentamente atacado por Marx. Ao colocar o problema em termos da hegemonia de uma classe trabalhadora sobre a outra, Marx apenas confirmava os temores de Bakunin sobre a estratégia política do marxismo: a organização do proletariado em partidos políticos em bases nacionais leva à negação do internacionalismo.

⁵²Notas críticas sobre o artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”, in: *Vorwärts*, 07-08-1844.

Engels retomou a ideia da carta de Marx de 20 de julho. Em 15 de agosto, ele explicou que a vitória alemã era necessária para o futuro do proletariado e saudou a união sagrada que existia na Alemanha. A massa do povo alemão, disse ele, e todas as classes, entenderam que era a existência nacional que estava em jogo, “e eles reagiram imediatamente”. Pregar, nestas condições, a obstrução da política do rei e colocar “todos os tipos de considerações secundárias acima do essencial, como faz Wilhelm [Liebknecht]”, parece impossível para ele⁵³.

As “considerações secundárias”, neste caso, foram obviamente a oposição à guerra e as declarações internacionalistas dos trabalhadores parisienses e saxões; sendo o “essencial” a guerra nacional que supostamente deveria soldar a unidade nacional alemã. Engels até denunciou o chauvinismo dos franceses, que, pela falta de terem “levado uma boa surra”, tornaram impossível a paz entre os dois países!

Em 17 de agosto de 1870, Marx respondeu aprovando a análise de seu amigo: “A guerra tornou-se nacional”, comentou. O argumento da guerra nacional fornece a sua própria justificação, porque ela responde a um propósito que vai além dos interesses particulares ou dinásticos, e é, portanto, uma guerra que o movimento operário alemão pode, e deve, apoiar. (Assim, vemos que as posições da social-democracia alemã, no início da Grande Guerra, são perfeitamente consistentes com as de Marx).

02-3 A Política Alemã de Marx durante a Guerra Franco-prussiana

Quando, em 4 de setembro de 1870, o Império francês desmoronou sob os golpes do exército prussiano, a seção francesa da AIT lançou um apelo internacionalista pedindo aos trabalhadores alemães que abandonassem a invasão e propondo uma aliança fraterna que lançaria as bases dos Estados Unidos da Europa. Deve ficar claro que a liderança londrina da AIT não tem nada a ver com esta iniciativa internacionalista: ela até se opõe a ela! Marx chegará

⁵³Carta de Engels a Marx, 15 de agosto de 1870.

ao ponto de descrever este Apelo como “ridículo”. Tem, disse ele, “provocado risos e raiva entre os trabalhadores ingleses”⁵⁴.

A social-democracia alemã respondeu favoravelmente a este apelo e os seus dirigentes foram imediatamente detidos. Entre eles, estavam Liebknecht e Bebel que, já em julho, tinham-se absterido de votar os créditos de guerra:

“Os internacionalistas alemães entendiam que não era possível votar a favor de uma guerra empreendida pela autocracia prussiana e que, tampouco, havia que se deixar levantar alguma suspeita de nutrirem qualquer simpatia por Napoleão III”⁵⁵.

Apesar de suas diferenças com a social-democracia alemã, Bakunin não hesitou em “fazer justiça aos líderes do partido da democracia socialista” e a todos aqueles que tiveram a coragem de “falar uma linguagem humana no meio de toda essa animalidade burguesa ruidosa”⁵⁶.

Deve-se notar que Marx, naquela época, tinha uma grande consideração pelos líderes sindicais ingleses, com os quais tinha uma relação equívoca, e que estavam totalmente desinteressados na Internacional. Três deles, porém, haviam sido cooptados por ele para o Conselho Geral. Marx nunca tentou criar uma seção inglesa da AIT. Esta só surgiu tardiamente, e em oposição a Marx.

Os líderes dos sindicatos ingleses não estavam interessados em questões ideológicas ou internacionais e deixaram Marx fazer o que ele queria. Marx precisava dos britânicos; eles lhe permitiram fortalecer suas posições porque ele não tinha absolutamente nenhum apoio ao nível das federações existentes: não havia sequer uma federação alemã, apenas um punhado de membros individuais. O apelo da seção francesa da AIT⁵⁷ deve ter parecido para Marx demasiado radical para ser aceito pelos líderes sindicais ingleses. Na

⁵⁴Carta de Marx a Engels, 10 de setembro de 1870.

⁵⁵Alexandre Samis, *Negras Tormentas*, ed. Hedra, p. 201

⁵⁶Bakounine, *L'Empire knouto-germanique*, Champ libre, VIII, 58.

⁵⁷Não havia nenhuma federação francesa da AIT expressando-se publicamente e organizando congressos, por causa da repressão; mas, ao contrário da Alemanha, havia muitas seções ativas. Uma “federação francesa” foi formada finalmente na Suíça e publicou dois números do *Avant-Garde*, em 1877 e 1878.

verdade, estes últimos acusaram mais tarde os insurgentes da Comuna de serem “bandidos”...

Em 7 de setembro, Engels escreveu que os trabalhadores franceses “agora reivindicam, com o pretexto de que as vitórias alemãs lhes deram uma república, que os alemães devem abandonar imediatamente o solo sagrado da França ou então: guerra sem tréguas! É aquela velha fanfarronice. [...] Espero que estas pessoas retomem o bom senso tão logo a euforia passe, caso contrário, tornar-se-ia infernalmente difícil continuar as relações internacionais com eles”. Engels não está errado ao dizer que as vitórias prussianas deram uma república à França, mas é a república que, a partir de Versalhes, vai organizar o esmagamento da Comuna de Paris.

Preocupado ao ver o proletariado parisiense e o povo pobre agitando-se, Engels escreveu novamente em 12 de setembro:

“Se pudéssemos ter alguma influência em Paris, teríamos que impedir que os trabalhadores se movessem até a paz, e Bismarck em breve estará em condições de fazê-lo, seja tomando Paris ou porque a situação europeia o obriga a acabar com a guerra”.

Assim, pode-se ver que, por duas vezes, em 1870 como em 1848, numa situação revolucionária, Marx e Engels quiseram frear o impulso popular porque ele não se encaixava em suas opções estratégicas⁵⁸. Assim, em 9 de setembro, o Conselho Geral da AIT – ou seja, Marx – publicou um discurso recomendando aos trabalhadores franceses:

1. Não derrubar o governo, porque isso seria “loucura desesperada”;
2. Para “cumprir o seu dever como cidadãos”;

⁵⁸Durante a revolução de 1848-1849 na Alemanha, Marx e Engels, aplicando os esquemas do seu novíssimo “método” histórico, acreditaram que havia chegado a hora da revolução burguesa e que, portanto, ela deveria ser encorajada a ascender ao poder. Marx decidiu então dissolver a Liga dos Comunistas, o primeiro partido comunista da história, para não prejudicar este projeto. Marx e Engels foram excluídos do primeiro partido comunista da história (Cf. Fernando Claudín, *Marx, Engels et la révolution de 1848*, Maspéro, 1980).

3. Não “deixar-se levar pelas memórias nacionais de 1792”⁵⁹.

Os operários, diz a mensagem, “não têm que recomeçar do passado, mas construir o futuro”. Que, calmos e resolutos, aproveitem a liberdade republicana para trabalhar construir a sua organização de classe⁶⁰.

Vamos decifrar: “Trabalhar para construir a sua organização de classe” significa usar as instituições da república burguesa para desenvolver uma política parlamentar e tomar o poder através das urnas. Marx se esquiva do fato de que a vitória prussiana seja também a vitória da reação na França e na Alemanha. Na realidade, não é isso que o preocupa. Este, acredita ele, é o preço a pagar pela criação de instituições parlamentares que, a longo prazo, assegurarão necessariamente o domínio político do proletariado.

Nos textos de Marx e Engels da época, afirma-se expressamente, por um lado, que a vitória alemã é uma vitória do movimento operário alemão, e que a vitória alemã significaria a subordinação do movimento operário francês ao movimento operário alemão (“a predominância de nossa teoria sobre a de Proudhon”). As relações entre as classes trabalhadoras nacionais são percebidas como relações de antagonismo nacional. A vitória prussiana resolveria de uma vez por todas a questão nacional alemã: “Os trabalhadores alemães poderiam se organizar em escala nacional, o que eles não puderam fazer até agora”.

⁵⁹Em fevereiro de 1792 foi formada uma aliança militar entre a Áustria e a Prússia, ameaçando uma revolução. O Duque de Braunschweig lançou irresponsavelmente um manifesto que ameaçava represálias piores contra as cidades que se atreviam a resistir à invasão. O manifesto suscitou indignação geral e um entusiasmo revolucionário. Em setembro, a pátria foi declarada em perigo e um comício de massa constituiu um exército de voluntários que, em Valmy, esmagou o exército prussiano. A partir daí, começou o período das guerras revolucionárias: o exército do Sul entrou em Savoy, tomou Chambéry. Outro exército atravessou o Reno, ocupou Speyer, Worms, Mainz, Frankfurt. O exército de Dumouriez entrou na Bélgica e derrotou os austríacos em Jemmapes, ocupou Mons e entrou em Bruxelas sob a aclamação da população. Em 1870, Marx e Engels ficaram aterrorizados com a possibilidade de uma sublevação repetir a revolta em massa de 1792.

⁶⁰Seconde Adresse du Conseil général sur la guerre franco-allemande, in *La Guerre civile en France*, Éditions sociales, 1968, p. 289.

02-4 Marx, Modificação de Perspectiva: A Comuna de Paris

A teoria da guerra de defesa, que legitimou a guerra do lado alemão com a ideia de que foi a França que a iniciou e que a Alemanha era apenas a vítima não podia ser sustentada indefinidamente. A opinião revolucionária unânime e a resistência das massas parisienses forçaram Marx e Engels a mudar de ponto de vista. Tanto Blanqui como Bakunin apelaram à guerra revolucionária desde o início, denunciaram as hesitações do governo, previram que a hegemonia prussiana significaria o triunfo da reação na Europa. Foi apenas cinco meses depois que Marx retomou o argumento da guerra revolucionária. Tal como em 1848-1849, ele só adotou uma abordagem revolucionária quando o movimento se retirava.

É somente diante do óbvio conluio entre Bismarck e Thiers que Marx mudará seu ponto de vista. Aquele que ele pensava ser o adversário do bonapartismo – Thiers – é agora acusado de ter “precipitado a guerra com a França com suas declarações contra a unidade alemã” e de ter aceitado a paz a todo custo, implorando “permissão e meios para realizar a guerra civil em seu próprio país esmagado”⁶¹.

A partir de então, o papel involuntariamente progressivo de Bismarck arrefeceu, enquanto a glória dos trabalhadores parisienses vilipendiados seis meses antes se elevava. *A Guerra Civil na França* é a expressão dessa mudança de perspectiva. Daí em diante, diz Marx, a guerra nacional é uma “pura mistificação dos governos destinada a atrasar a luta de classes”. A dominação de classes, ainda se diz, “não pode mais se esconder sob um uniforme nacional, os governos nacionais são unânimes contra o proletariado”! Assim, a luta de classes retomou seu lugar como a força motriz da história; os trabalhadores franceses não foram mais solicitados a “cumprir seu dever cívico” – o voto – nem a abster-se de derrubar o governo.

O livro que Marx escreveu sobre a Comuna é frequentemente citado como uma expressão típica do seu pensamento político, embora ele tenha abordado este evento de um ponto de vista federalista, ou seja, em total oposição às suas ideias. É conhecida a famosa fórmula de Engels sobre a Comuna como a forma finalmente

⁶¹K. Marx, *La Guerre civile en France*, Éditions sociales, pp. 182-183.

encontrada da ditadura do proletariado⁶². No entanto, os textos de Marx que precedem o livro não trazem nada desta ideia, e os textos que se lhe seguem nunca mais fazem alusão a ela. O próprio Bakunin, além disso, presta homenagem à Comuna como uma “negação histórica do Estado”⁶³, mas salienta que não teve tempo para realizar muito, que múltiplas contradições internas a paralisaram e que o seu principal interesse como evento foi estabelecer um precedente.

O *Manifesto* simplesmente afirmou que a primeira etapa da revolução é a conquista do regime democrático, ou seja, do sufrágio universal. Isto é, confirmado por Engels no prefácio de *Lutas de Classe na França*⁶⁴. Em nenhum lugar, o *Manifesto* diz como a conquista da democracia poderia assegurar a hegemonia política do proletariado.

Engels diz simplesmente, no seu projeto “Catecismo”⁶⁵, que o sufrágio universal garantirá diretamente o domínio da classe operária nos países onde a classe operária é maioritária. Em países onde o proletariado é uma minoria, o seu domínio será assegurado indiretamente pela aliança com os camponeses e com os pequenos burgueses que dependem do proletariado para os seus interesses políticos, e que terão, portanto, de “submeter-se rapidamente às exigências da classe trabalhadora”. Engels aponta que uma segunda revolução pode então ser necessária, mas que só pode terminar com a vitória do proletariado.

No entanto, precisamente, a observação cuidadosa da situação política na Alemanha leva Bakunin à conclusão de que uma aliança política com a pequena burguesia ou com a burguesia radical em bases parlamentares conduz inevitavelmente à subjugação do proletariado aos estratos com os quais ele se alia. As vituperações de

⁶²Prefácio de 1891 de *La Guerre civile en France*.

⁶³Bakounine, *Œuvres*, Champ libre, III, 213.

⁶⁴A revolução referida no *Manifesto Comunista* é a revolução democrática, que vai impor o sufrágio universal numa sociedade ainda marcada pelo feudalismo. A sobreposição do discurso leninista sobre o que Marx tinha realmente dito levou gerações de ativistas a reinterpretar as palavras de Marx de uma maneira errada.

⁶⁵A primeira versão do *Manifesto* foi um “catecismo” escrito por Engels, ou seja, um documento escrito sob a forma de perguntas e respostas, que foi abandonado e reescrito na forma que conhecemos hoje.

Engels no final de sua vida contra a influência pequeno-burguesa no Partido Social Democrata confirmam esses medos.

As concepções de poder de inspiração blanquista e jacobina de Marx dominariam, apesar do interlúdio momentâneo da Comuna, acompanhadas de um profundo desprezo por todos os adversários socialistas do jacobinismo.

Embora nem Proudhon nem Bakunin tivessem nada a ver com isso, foram as concepções federalistas que dominaram na Comuna de Paris: federações de comunas descentralizadas, substituição de delegados eleitos e revogáveis pelo aparelho estatal, o que contrasta consideravelmente com a apologia do trabalho de centralização iniciado pela monarquia, tal como desenvolvido no *18 Brumário*. Agora, Marx adere à obra da Comuna, e o discurso do Conselho Geral da AIT, escrito por ele, foi redigido do ponto de vista dos próprios *communards*. Até agora, a criação de uma sociedade socialista estava, para o *Manifesto*, condicionada à criação de um Estado proletário democrático decorrente do sufrágio universal ou, para *As Lutas de Classes na França*, à criação de um Estado ditatorial.

A aprovação do trabalho da Comuna — e em 1871, Marx tinha escolha? — corresponde assim a uma completa inversão do seu ponto de vista sobre a questão do poder, ao abandono do ponto de vista centralista e ao encontro com as teses proudhonianas e bakuninistas (embora estes dois últimos pontos de vista não devam ser assimilados), segundo as quais a destruição do aparelho estatal e o estabelecimento de uma estrutura política descentralizada, à qual o federalismo assegura a coesão global, é a condição prévia para o estabelecimento do socialismo. Se a Comuna era uma negação histórica do Estado, como diz Bakunin, a insurreição comunista em Paris inaugurou a revolução social; A sua importância não reside nas “provas muito fracas que teve oportunidade e tempo para fazer”, mas nas ideias que suscitou, “a luz brilhante que lançou sobre a verdadeira natureza e propósito da revolução, as esperanças que despertou por toda a parte e, portanto, a forte comoção que produziu entre as massas populares de todos os países”⁶⁶. Ele acrescentou:

⁶⁶Bakounine, *Œuvres*, Champ libre, III, 166.

“O efeito foi tão tremendo em todos os lugares, que os próprios marxianos, cujas ideias haviam sido derrubadas por essa insurreição, foram forçados a tirar seus chapéus diante dela. Eles fizeram muito mais: revertendo a lógica mais simples e seus verdadeiros sentimentos, eles proclamaram que seu programa e propósito eram deles. Foi uma caricatura bufão, mas forçada. Tiveram que fazê-lo, sob pena de serem esmagados e abandonados por todos, tanta foi a paixão que esta revolução provocou em todos”⁶⁷.

Bakunin não foi o único a perceber o contraste entre as posições anteriores de Marx e as que ele defendeu na altura da Comuna. O biógrafo de Marx, Franz Mehring, também observa que *La Guerre civile en France* é difícil de conciliar com o *Manifesto* e que Marx desenvolve um ponto de vista semelhante ao de Bakunin.

“Por mais brilhantes que estas análises fossem, disse Mehring, elas estavam, no entanto, ligeiramente [sic] em contradição com as ideias defendidas por Marx e Engels durante um quarto de século e já avançadas no *Manifesto Comunista*. [...] O elogio que o discurso do Conselho Geral dirigiu à Comuna de Paris por ter começado a destruir radicalmente o Estado parasitário foi difícil de conciliar com esta última concepção [...] É fácil entender por que os apoiantes de Bakunin poderiam facilmente usar o discurso do Conselho Geral à sua maneira”⁶⁸.

Madeleine Grawitz escreve sobre este assunto: “Marx, ofendido por ver a revolução explodir, como ele tinha previsto, mas julgando-a erroneamente bakuninista, consegue após a derrota apropriar-se de um movimento que, não só o ignora, como se opõe a todas as suas teorias”⁶⁹.

As concepções “libertárias” que Marx impôs a si mesmo sob a pressão dos acontecimentos permanecem perfeitamente oportunistas e isoladas em sua obra, e de modo algum correspondem ao seu

⁶⁷*Ibid.*

⁶⁸Franz Mehring, *Karl Marx, Histoire de sa vie*, Éditions sociales, p. 504.

⁶⁹Madeleine Grawitz, *Bakounine*, Plon, 1990, p. 467.

pensamento real; elas respondem irrefutavelmente a um desejo de recuperar o movimento. Inegável? Muitos refugiados se reuniram em Londres e Marx estava tentando reuni-los com ele, especialmente os blanquistas. Os *communards* ingratos não se uniram a ele e Marx escreveu a Sorge, furioso:

“E esta é a minha recompensa por desperdiçar quase cinco meses a trabalhar para os refugiados e por salvar a sua honra, publicando *A Guerra Civil na França*”⁷⁰.

Assim, Marx “salvou a honra” dos *communards*... Esta simples frase revela tanto o seu verdadeiro pensamento sobre a Comuna como o significado que deve ser dado à obra que ele escreveu nesta ocasião. É um trabalho oportunista que só pode ser uma referência para aqueles que querem distorcer o verdadeiro pensamento de Marx e dar-lhe uma coloração “anarquista”. *A Guerra Civil na França* não pode de forma alguma constituir uma referência no estudo do pensamento de Marx.

Além disso, ele nem sequer mencionou a Comuna na sua *Crítica do Programa de Gotha* (1875). Engels apenas toca a superfície do assunto numa carta a Bebel sobre o mesmo programa, quando propõe substituir a palavra “Estado” pela palavra germânica *Gemeinwesen* (comunidade), “excelente palavra alemã antiga, que responde muito bem à palavra francesa ‘*commune*’”⁷¹.

Quando, vinte anos mais tarde, Engels escreveu, no prefácio da edição alemã de *A Guerra Civil*: “Olhe para a Comuna de Paris. Era a ditadura do proletariado”, a expressão “ditadura do proletariado” já não tem qualquer significado. Em 1850, significava uma ditadura centralizada sem representação popular; em 1891, sob a pena de Engels, significava a hegemonia dos trabalhadores através da conquista do parlamento. Na verdade, ele escreveu no mesmo ano em sua crítica ao programa de Erfurt:

“Uma coisa é certa, é que nosso partido e a classe trabalhadora só podem alcançar a dominação na forma de uma república democrática. Esta última é até mesmo

⁷⁰Carta de Marx a Sorge, 9 novembre 1871.

⁷¹Carta a Bebel, 18-28 mars 1875, in *Sur l'anarchisme et l'anarcho-sindicalisme*, éditions du progrès, Moscou, 1973, p. 170.

a forma específica da ditadura do proletariado, como mostra a Grande Revolução Francesa⁷²”.

Estamos em total confusão.

03. – De Saint-Imier à Carta de Amiens

Besancenot & Löwy têm absolutamente razão ao dizer que a criação da CGT “é um retorno ao movimento unificador que a criação da Primeira Internacional havia gerado quarenta anos antes”. Mas a Internacional com a qual a CGT está renovando seus laços não é a do Conselho Geral, que excluiu todo o movimento operário da época, mas a da chamada AIT antiautoritária. Naquela época, havia poucos marxistas revolucionários: aqueles que diziam ser marxistas estavam mais preocupados com a política eleitoral e as reformas de fachada, e passaram muito tempo tentando excluir os “anarquistas” dos congressos socialistas internacionais.

Coloquei “anarquistas” entre aspas porque, no discurso da social-democracia alemã, é descrito como tal qualquer militante que fale a favor da greve geral, e isso não foi limitado ao movimento anarquista.

Após a morte de Bakunin, houve uma ruptura com os princípios que o revolucionário russo tinha desenvolvido. Segundo ele, a Internacional tinha de manter o seu carácter de organização de massas: os trabalhadores não devem aderir a ela com base numa ideia, num programa, mas na solidariedade mútua e na defesa de seus interesses materiais. O revolucionário russo acreditava que o movimento operário internacional não tinha alcançado um grau homogêneo de desenvolvimento e que seriam necessários muitos anos de debate interno para atingir essa homogeneidade. Entretanto, foi necessário incentivar esses debates e evitar a todo custo a imposição de um programa único para a Internacional – um projeto que Bakunin atribuiu a Marx.

⁷²Marx e Engels, *Critique des programmes de Gotha et d' Erfurt*, p. 103, Éditions sociales.

Para conseguir constituir uma organização internacional de massas lutando contra o sistema capitalista, não era necessário começar por expor grandes princípios teóricos, era necessário abordar o proletariado “não com ideias gerais e abstratas, mas com uma compreensão real de seus males reais”⁷³.

A oposição de Bakunin à adoção de um programa único e obrigatório também se baseou no fato de que, se um programa fosse adotado, inevitavelmente levaria os apoiadores de diferentes correntes a também querer impor um programa, e então “haveria tantas Internacionais quanto diferentes programas”⁷⁴: seria o deslocamento da organização.

A partir desse momento, podemos distinguir duas correntes opostas dentro da Internacional antiautoritária. Essa oposição, que já existia antes de Saint-Imier permanece abafada. Em sua monumental obra *L'Internationale, documents et souvenirs*, James Guillaume não procura destacá-los, mas a presença deles é real. Eles poderiam ser descritos como “proto-sindicalistas revolucionários” e “proto-anarquistas”.

Com os sindicalistas, há James Guillaume, Bakunin, a federação espanhola e durante algum tempo a federação belga; com aqueles que comecem a ser designados como “anarquistas”, há Pierre Brousse, Andrea Costa, mas também Malatesta, Cafiero etc. Este confronto levaria ao que eu chamo de “ruptura” com o bakuninismo.

03-1. Saint-Imier: “O Ato Fundador” do Anarquismo?

O Congresso de Saint-Imier é, por vezes, apresentado como o “ato fundador” do anarquismo. É verdade que, após a exclusão de Bakunin e James Guillaume da Internacional, no Congresso de Haia em setembro de 1872, e depois da exclusão da Federação do Jura, as outras federações da AIT rejeitaram estas exclusões. Marx encontrou-se totalmente isolado. O Congresso Internacional de Saint-Imier foi, de certo modo, a manifestação deste desacordo; mas nem todas as federações que contestavam as decisões de Haia o fizeram de acordo com as posições da Federação do Jura: algumas delas eram abertamente a favor da conquista do poder através de eleições. O

⁷³Bakounine, *Protestation de l'Alliance*.

⁷⁴Bakounine, *L'Empire knouto-germanique*.

Congresso Internacional de Saint-Imier não foi convocado com base na adesão aos princípios “anarquistas”, mas no princípio de que cada federação tinha a possibilidade de escolher seu próprio caminho para a emancipação dos trabalhadores, *incluindo o caminho eleitoral*. Não existe qualquer ambiguidade sobre este ponto. Ao contrário do que muitas vezes se diz, o Congresso Internacional de Saint-Imier não foi, portanto, o “ato de fundação” do anarquismo.

Certamente, havia militantes na Federação do Jura que defendiam posições “anarquistas”, opostas à estratégia parlamentar. Mas a AIT “antiautoritária” não era anarquista; era “antiautoritária” precisamente porque não tinha um programa obrigatório e porque as federações que tinham feito diferentes escolhas, *inclusive parlamentares*, mas que concordavam com a exigência de solidariedade internacional dos trabalhadores, podiam coexistir. Esta autonomia das federações era totalmente inaceitável para Marx.

No entanto, após o congresso de Saint-Imier, a corrente anarquista (sem aspas) tentará questionar esses princípios. O Congresso de Verviers (Bélgica), realizado em 1877, finalmente impôs à AIT um programa único, o programa anarquista, ou seja, conseguiu o que Bakunin havia tentado evitar a todo custo. O congresso fará literalmente o que Bakunin e seus companheiros acusaram Marx de querer fazer, e transformará o que restava da AIT em uma organização “autoritária”, com um programa único. Foi depois deste congresso que a Federação Belga, que sempre esteve muito próxima de Bakunin, abandonou a AIT. Como resultado, a AIT desapareceu, restou apenas a Federação do Jura, que se transformou em um grupo de afinidade anarquista e terminou sua existência com menos de 400 membros. E em 1878, a Federação do Jura, a quem foi confiada esta tarefa, decidiu não convocar mais congressos internacionais. Pode-se dizer que a AIT “antiautoritária” tinha literalmente evaporada.

A análise das causas do desaparecimento da Internacional “antiautoritária” ainda não foi feita.

Muitos ativistas, órfãos da Internacional, participaram dos congressos socialistas internacionais organizados pela social-democracia alemã. Sua presença nesses congressos não representou um problema para os ativistas socialistas, mas perturbou os líderes social-democratas, especialmente os alemães, e especialmente Engels, enquanto ele ainda estava vivo. Depois de algumas tentativas

fracassadas, a eliminação final dos “anarquistas” foi alcançada em 1896.

Para os líderes social-democratas, o termo “anarquista” referia-se a qualquer militante que se opusesse à estratégia parlamentar e que fosse a favor da greve geral. Isto incluiu, portanto, àquela altura, os socialistas e sindicalistas que, embora não anarquistas, compartilhavam das opiniões sobre a ação parlamentar e a greve geral.

Neste período, que poderia ser descrito como “transitório”, as práticas ainda não estavam estabelecidas: muitos ativistas socialistas tinham experimentado a ação parlamentar, mas não estavam convencidos de sua eficácia; outros defendiam a ação parlamentar como um método entre outros, mas não excluía boicotes eleitorais e greves gerais, dependendo das circunstâncias. Este foi um período durante o qual não houve separação impermeável entre anarquismo e socialismo.

03-2. O Legado de Bakunin e a AIT

Durante os vinte anos que precederam a Primeira Guerra Mundial, o movimento operário francês foi confrontado com a questão da herança da Primeira Internacional e de Bakunin. Houve uma quebra de continuidade correspondente a uma geração. Este período contribuiu para a erosão e distorção da história e da memória.

O período a que aqui me refiro é o intervalo durante o qual o movimento sindicalista revolucionário e o movimento anarquista tentaram, na França, recuperar o legado de Bakunin. James Guillaume, agora a vivendo na França, desempenhou um papel decisivo nesta reapropriação. As duas correntes herdeiras da Internacional redescobriram Bakunin graças a um texto publicado em 1869 no *L'Égalité* de Genebra, “La Politique de l'Internationale” [A Política da Internacional], do qual foram publicados grandes excertos em 1907 em *Les Temps Nouveaux* e em *Il Risveglio*⁷⁵. Este texto de Bakunin, que é até certo ponto seu testamento político, forneceu uma

⁷⁵Cf. http://monde-nouveau.net/IMG/pdf/politique_de_l_internationale.pdf.

oportunidade para debates, primeiro, e depois para polêmicas que durariam até a declaração de guerra.

Sob o pseudônimo de Isidine, Marie Goldsmith sublinha “a identidade das ideias sindicalistas com ideias anarquistas”. E acrescenta: “Bakunin, em seu artigo ‘A Política da Internacional’, define o curso de ação que ele gostaria de ver o movimento operário seguir, em tais termos que o atual movimento sindical parece ser a realização exata de seu programa”⁷⁶.

Dentro das correntes que emergiram da Associação Internacional de Trabalhadores Antiautoritária e da Federação do Jura, muitos ativistas tomaram como certo que o anarquismo era produto da AIT e que o sindicalismo era produto do anarquismo. Amédée Dunois, por exemplo, afirmou, em julho de 1907, que o anarquismo sindicalista⁷⁷ “parecia um filho com relação ao coletivismo da Internacional” e que “veio na linha direta de Bakunin”⁷⁸. De fato, no início, sindicalistas revolucionários e anarquistas concordaram que Bakunin era um precursor do sindicalismo revolucionário: o sindicalismo revolucionário era a forma em ação do anarquismo.

Num artigo publicado em 1976, “Bakunin entre o Sindicalismo Revolucionário e o Anarquismo”, Maurizio Antonioli⁷⁹ mostra o papel decisivo que James Guillaume desempenhou nesta reapropriação da herança pelas duas correntes: há então, diz ele, “uma continuidade política ideal entre Bakunin e o sindicalismo”.

Mas, muito rapidamente, aparecerão objeções. As duas correntes evoluíram de uma forma que as levará a se confrontarem. O sindicalismo revolucionário se viu confrontado com o que Maurizio Antonioli chama de “lógica de absorção”, assumindo tanto a função de organização de massas como a de organização específica. Alguns anarquistas acusam-no de ter inspirações “imperialistas”, para usar a expressão de Marc Pierrot; os anarquistas criticarão o sindicalismo

⁷⁶“Le syndicalisme révolutionnaire et les Partis politiques en Russie”, publicado no *Les Temps Nouveaux* em julho de 1907.

⁷⁷O termo “anarcossindicalismo” só surgiu após a revolução russa e só se impôs na década de 1930.

⁷⁸*Congrès anarchiste tenu à Amsterdam, Août 1907*, Paris, La Publication sociale, 1908, p. 65.

⁷⁹Tradução francesa por edições Noir & Rouge, 2014.

revolucionário por não deixar espaço para uma organização baseada num “ideal”, isto é, uma organização política, “específica”.

No entanto, não devemos ver as coisas na forma de uma oposição entre o sindicalismo revolucionário e o anarquismo. Muitos militantes responderam ao “Apelo aos Anarquistas” de Fernand Pelloutier (1899), mas muitos deles tinham antecipado este apelo e tinham-se envolvido com grande dedicação e zelo na atividade sindical, muitas vezes muito antes. Quando apareceram as críticas anarquistas ao sindicalismo, a CGT já tinha recuperado um máximo de militantes anarquistas operários: as críticas vieram em grande parte dos anarquistas que permaneceram nas margens, para quem a ação estritamente anarquista era a única em que eles podiam se envolver, porque em geral não podiam se sindicalizar de qualquer maneira, por causa da sua atividade: são eles que vão dizer que a atividade sindical de protesto era inútil.

No entanto, não devemos negligenciar esta corrente do anarquismo que considerava indispensável trabalhar dentro dos sindicatos, mas que não se autodenominava sindicalista revolucionária.

Iniciou-se um debate sobre a questão do “automatismo”, uma ideia erroneamente atribuída a Bakunin, segundo a qual haveria um determinismo inevitável que levaria o trabalhador envolvido na luta diária por reivindicações a adquirir uma consciência revolucionária. Mas não foi isso que Bakunin disse: o revolucionário russo diz que o ponto de partida da ação revolucionária consiste em levar em conta os interesses imediatos, os problemas diários do trabalhador (a “compreensão real de seus verdadeiros males”); ele não diz que levar em conta os problemas reais leva *inevitavelmente* à consciência revolucionária. Esta é uma condição necessária, mas não suficiente.

03-3. Duas Estruturas Federadas

Na visão de Bakunin, a Internacional era constituída por duas estruturas federadas: uma estrutura “vertical” constituída por “seções profissionais” (o equivalente aos sindicatos) e uma estrutura geográfica ou interprofissional constituída por “seções centrais” (o equivalente às bolsas de trabalho, ou, na Itália, às Camere del Lavoro). As seções profissionais eram responsáveis pela luta diária

no local de trabalho. Era aí que os trabalhadores eram mais diretamente confrontados com os patrões e que, através da luta diária e da prática da solidariedade, tomavam consciência da oposição radical entre Capital e Trabalho.

Na concepção bakuniniana da organização, as “seções centrais” não representam nenhuma indústria em particular “uma vez que os trabalhadores mais avançados de todas as indústrias de uma localidade estão ali reunidos”. São, de certo modo, as bolsas de trabalho (*Bourses du travail*, em francês), isto é, as estruturas interprofissionais, que representam a própria ideia da Internacional. Sua missão é desenvolver essa ideia e fazer propaganda: a emancipação não só dos trabalhadores dessa indústria ou desse país, mas de todos os países. São centros ativos onde “a nova fé é preservada, concentrada, desenvolvida e explicada”. Você não entra como um trabalhador especial em uma determinada profissão, mas como um trabalhador em geral.

O papel da seção central é, pois, eminentemente político. Estabelecido na localidade em uma base geográfica, reúne os trabalhadores independentemente da profissão, a fim de dar aos setores de atividade uma visão e perspectivas que vão além dos limites estreitos da empresa. Em primeiro lugar, permite que todos os trabalhadores de uma localidade sejam informados das respectivas situações e, se necessário, organizem formas de apoio em caso de necessidade.

Bakunin aponta uma correspondência entre esses dois processos, entre essas duas instâncias organizacionais federadas entre si, e é sua síntese que constitui a organização de classe nas formas que lhe permitirão constituir um substituto para a organização estatal. Para aqueles que pensam que uma vez cumprida sua missão – a criação de uma organização poderosa – as seções centrais deveriam se dissolver, deixando apenas as seções profissionais, Bakunin declara que isso seria um erro grave, porque a tarefa da AIT “não é apenas econômica ou simplesmente material, é ao mesmo tempo e *na mesma medida eminentemente política*”⁸⁰. (*Sublinho*).

Em outras palavras, Bakunin não limita a organização de massas dos trabalhadores a uma simples função de luta econômica: ao retirar

⁸⁰Bakunin, *Protestation de l'Alliance*.

da AIT seus setores centrais, se retiraria da organização o lugar onde se pode realizar a elaboração política, uma reflexão indispensável dos trabalhadores sobre os objetivos de sua ação. Isto responde a Marx e Engels, que acusaram Bakunin de não querer “fazer política”. Ao contrário de Marx e Engels, Bakunin simplesmente não se envolveu na política *parlamentar*.

Inicialmente unindo os trabalhadores em função de seus interesses imediatos, a organização de classe é também o lugar onde se desenvolve e implementa a política que conduzirá à sua emancipação. Está amplamente estabelecido que quando uma burocracia sindical, ou um partido político, pretendem reforçar o seu controle sobre a organização sindical, faz-se um esforço determinado para liquidar ou reduzir o papel das estruturas horizontais, interprofissionais⁸¹.

A importância dada por Bakunin às seções centrais em sua teoria de organização parece ter escapado a muitos anarquistas: elas são corpos eminentemente políticos. O debate entre “automatismo” (os trabalhadores só chegam à consciência revolucionária através da experiência das lutas) e “ideal” (os trabalhadores precisam de intervenção política externa para desenvolver a atividade revolucionária), seria para Bakunin o grande exemplo de um falso debate.

Note-se que a estrutura dual da Internacional descrita por Bakunin – vertical e horizontal – ainda corresponde, pelo menos formalmente, à estrutura da CGT de hoje com os seus sindicatos e federações industriais, por um lado, e os suas estruturas locais, regionais etc., por outro. Naturalmente, a CGT francesa tem hoje pouco a ver com a CGT do período sindicalista revolucionário.

03-4. “O Sindicato É Suficiente para Tudo”

Os anarquistas constituíram uma parte importante, mas não exclusiva, dos aderentes da corrente sindicalista revolucionária da CGT. De fato, alguns anarquistas não aprovaram o investimento no sindicalismo, e a imprensa anarquista da época dá muitos exemplos

⁸¹Cf. “A propos de l’Alliance syndicaliste”, p. 34, e segs.

http://monde-nouveau.net/IMG/pdf/Alliance_syndicaliste_A5.pdf

de militantes que protestaram contra a ideia de que “o sindicato é suficiente para tudo”: no entanto, não há nada em Bakunin que possa justificar este ponto de vista. Pelo contrário: qualquer que seja o nível de exigência que se possa impor a uma organização de massa como a AIT, ele pensou que havia limites para o que se podia exigir dela, limites ligados precisamente à sua heterogeneidade: não se pode pedir a uma instituição mais do que ela pode dar, do contrário ela é desmoralizada: “A Internacional, em pouco tempo, produziu grandes resultados. Organizou, e organizará cada dia de forma ainda mais formidável, o proletariado para a luta econômica”, mas não será possível “usá-la como instrumento para a luta política”⁸². A obra da Internacional é eminentemente política, mas a organização não deve ser usada como um instrumento nas mãos de um partido.

É, portanto, claro que a AIT – em outras palavras, a organização sindical – não pode “ser suficiente para tudo”. Deve haver mais alguma coisa. Os ativistas que lamentavam que o desenvolvimento da organização sindical prejudicou a organização anarquista específica (o que Maurizio Antonioli chama de “absorção de energias pelo movimento sindical”), poderiam ter se inspirado no modelo da “Aliança” Bakuniniana (Aliança Internacional da Democracia Socialista).

A Aliança de Bakunin e seus amigos tinha a função de reunir quadros revolucionários e coordenar sua propaganda e atividade organizacional. A atividade desta Aliança obcecou Marx e tornou-o completamente paranoico. A Aliança dissolveu-se como uma sociedade secreta para se tornar uma seção regular da Internacional.

Talvez sua maior glória seja a criação da seção regional espanhola da AIT. Em novembro de 1868, Giuseppe Fanelli chegou à Espanha para difundir as ideias da Internacional. Em junho de 1870, realizou-se em Barcelona um congresso com delegados representando quarenta mil trabalhadores, no qual se formou a Federação Regional de Trabalhadores da Espanha.

Examinando-a, podemos determinar as funções que este grupo assumiu: propaganda, desenvolvimento da Internacional; encorajar os trabalhadores a se organizarem; agir para garantir a independência da organização em relação às manobras de recuperação política. Ao

⁸²Bakounine, *Écrit contre Marx*.

contrário do que alguns anarquistas acreditam, a Aliança não era, portanto, uma “federação anarquista-comunista” *avant la lettre*, nem um grupo anarquista específico tal como o entendemos hoje: era um grupo coerente, que atuava de forma concertada dentro da organização de massas. Era literalmente uma fração dentro da organização de massas. Não uma fração destinada a assumir o controle da organização em benefício de uma organização de fora da classe trabalhadora, como ordenado mais tarde pela Internacional Comunista, mas uma fração anarquista cuja função era garantir a autonomia da organização de massas, para garantir que as decisões não fossem tomadas fora da organização. Deve-se notar que, na época, o socialismo marxista se limitava a preconizar o uso da ação parlamentar.

O problema da constituição da minoria revolucionária e seu papel tinha, portanto, surgido já no período da AIT e será recolocado no início do século XX: deve-se selecionar dentro da união, como queria James Guillaume, ou fora, como queria Malatesta? Penso que, mais uma vez, Bakunin teria visto isto como um falso problema.

Não há dúvida, porém, de que Bakunin teria condenado veementemente dois tipos de atitudes:

- Ele nunca teria admitido que estas minorias revolucionárias simplesmente instrumentalizassem o movimento de massas em benefício de suas ideias, o que Malatesta expressa dizendo que “queremos fazer propaganda e aproveitar o movimento operário em benefício de nossa causa”⁸³, ou Jacques Mesnil exigindo “permanecer completamente anarquista, nos sindicatos como em outros lugares”⁸⁴;

- Ele teria condenado a atitude daqueles que se recusam a se envolver fortemente no movimento de massas, uma atitude que Libero Merlino expressa ao reprovar os anarquistas por “se lançarem de cabeça no movimento sindical”⁸⁵ – uma formulação que sugere claramente a total exterioridade dos anarquistas em relação ao movimento de massas.

⁸³E. Malatesta, “Ancora tra Guillaume e Malatesta”, *Volontà*, 21 de março de 1914.

⁸⁴J. Mesnil, “l’Esprit révolutionnaire”, *Les Temps Nouveaux*, 13 de março de 1909.

⁸⁵L. Merlino, “Esperimento sindacalista”, *Volontà*, 22 de junho de 1913.

Na verdade, Marc Pierrot era médico, Jacques Mesnil jornalista e Libero Merlino advogado. A questão do papel dos intelectuais, para Bakunin, não surge em termos de direção, como será o caso de Lenine, mas de *colaboração*.

O revolucionário russo é totalmente desprovido de ilusões e complacência tanto para com os socialistas burgueses, que ele chama de “exploradores do socialismo”, como para com os operários burgueses.

03-5. A organização revolucionária

A reflexão sobre a organização da minoria revolucionária nos tempos de Bakunin e Marx deve evitar o anacronismo de abordar a questão nos termos em que ela surgiu com a emergência do ramo radical da social-democracia – o bolchevismo – no início do século XX. Deve-se ter em mente que os debates que marcaram a ruptura do marxismo revolucionário com a Segunda Internacional ainda não haviam acontecido; deve-se também lembrar que o marxismo tal como apareceu na época era essencialmente parlamentar.

Nos anos 1860-1870, houve tentativas frustradas de formar uma organização revolucionária. Ninguém na altura encontrou uma solução aceitável. Se Bakunin oscila entre organização pública e organização secreta – as organizações operárias são ilegais na França, Itália, Espanha, Bélgica e severamente reprimidas – as organizações secretas em questão são mais redes de militantes que trocam correspondências entre si do que uma autoridade que pretende se colocar na direção do proletariado internacional. O objetivo principal é reunir militantes ativos e determinados para formar quadros revolucionários, uma tarefa que, cronologicamente, parece natural quando se quer dar uma certa orientação a uma organização de massas.

Bakunin havia colocado o problema da organização dos revolucionários e das suas relações com as massas. Ele a colocou em oposição à estratégia política de Marx, tanto eleitoral quanto parlamentar. Os sucessores de Marx prontamente esqueceram que durante a revolução de 1848 na Alemanha havia uma organização revolucionária, a Liga dos Comunistas, que Marx havia dissolvido. Em grande medida, foi um período de tentativa e erro, e as

modalidades organizacionais dos revolucionários não aparecem com as evidências e certezas que um Lênin desenvolveria mais tarde. Pode-se notar, além disso, que a essência da crítica de Lênin à social-democracia alemã, que fundou o bolchevismo, já tinha sido feita trinta anos antes por Bakunin.

No entanto, a dissolução da Liga dos Comunistas não se deveu às incertezas de Marx. No início da revolução de 1848 na Alemanha, ele e Engels estavam à procura de financiamento para a *Nova Gazeta Renana* [*Neue Rheinische Gazette*], um jornal liberal, e temiam, acima de tudo, que o *Manifesto Comunista* pudesse circular porque poderia assustar os assinantes⁸⁶. Mais tarde, ele decidiu dissolver a Liga dos Comunistas, quando houve uma verdadeira agitação popular, e depois recusou-se a reativá-la.

Bakunin desenvolveu uma teoria da organização do proletariado que merece mais do que os simplismos redutivos dos seus adversários e, há que se dizer, por vezes também dos que afirmam estar na mesma corrente que ele.

A descrição que Bakunin faz da organização é uma verdadeira antecipação do que será o sindicalismo revolucionário, mais tarde o anarcossindicalismo. É uma continuação do plano de Proudhon de substituir a democracia política baseada no sufrágio universal pela democracia industrial. Esta abordagem foi compartilhada por uma fração do partido bolchevique, a Oposição Operária de Alexandra Kollontai e Chliapnikov, que foram acusados de “anarcossindicalismo”.

03-6. O Congresso Anarquista de 1913

⁸⁶Engels escreve a Marx: “Se uma única cópia do nosso programa de dezessete pontos [*inspirado no Manifesto*] fosse divulgada aqui, tudo estaria perdido para nós”. Foi nesta época que Engels expressou a Marx o seu receio de que a ascensão dos trabalhadores têxteis pudesse pôr tudo a perder: “Os trabalhadores começam a ficar um pouco agitados, de uma forma ainda muito rudimentar, mas em massa. Eles formaram imediatamente ligações. Mas isto é precisamente o que está a impedir a nossa ação [...]” (Engels a Marx, 25 de abril de 1848, *Correspondance*, Éditions sociales, t. I, p. 540-543).

Durante anos, parte dos anarquistas franceses criticaram a liderança sindicalista revolucionária da CGT por não fazer o suficiente, mesmo quando enfrentou uma formidável repressão policial e uma crescente oposição interna de reformistas. Em 1912, tinha sido organizada uma greve geral contra a guerra que se aproximava. Esta greve geral tinha, de certa forma, salvado a honra do movimento operário francês – não havia nada equivalente na Alemanha – mas tinha esgotado a organização e levado a uma terrível repressão, tanto contra os sindicalistas como contra os muitos anarquistas que nela tinham participado ativamente.

Em um artigo comentando este congresso, Francis Delaisi escreveu:

“Mas está claro que esta ‘ginástica revolucionária’⁸⁷ não pode ser feita continuamente. Depois de qualquer movimento global, é necessário um período de recolhimento; qualquer batalha, mesmo vitoriosa, deixa feridas no corpo que devem ser curadas, perdas que devem ser reparadas para que um esforço mais vigoroso seja retomado”⁸⁸.

A exterioridade do movimento anarquista se manifesta na incapacidade de perceber a ligação (“dialética”, atrevo-me a dizer...) que pode existir entre ação de reivindicação – identificada com “reformismo” – e ação revolucionária, alguns anarquistas afirmando querer interferir apenas em atividades que levam diretamente à revolução, à exclusão de qualquer outro. É óbvio que, sob essas condições, esses anarquistas tinham pouco a fazer em organizações de massa além da “propaganda anarquista” destinada ao recrutamento – especialmente se não fossem empregados.

Uma fração do movimento anarquista anterior à Grande Guerra, portanto, não seguiu, de modo algum, aqueles dentre seus camaradas que se engajaram entusiasticamente na ação sindical. Para o advogado Libero Merlino, por exemplo, os sindicalistas são “nada mais do que reformistas revisados e corrigidos” [...] “porque não são anarquistas”. Para o Dr. Marc Pierrot, não há “diferença entre

⁸⁷A expressão é de Emile Pouget.

⁸⁸*Les Temps Nouveaux*, 23 de agosto de 1913.

sindicalistas reformistas e revolucionários”, porque “ambos estão apenas exigindo reformas”⁸⁹.

Em outras palavras, só se deve agir se a ação levar diretamente à revolução, caso contrário, espera-se... (Falta definir que ação leva “diretamente” à revolução...).

Só após o congresso anarquista, realizado em agosto de 1913 em Paris, as relações entre anarquismo e sindicalismo revolucionário puderam ser, de alguma forma, “normalizadas”. O congresso foi organizado pela Federação Comunista Anarquista, pelos grupos do *Temps nouveaux*, pelos jornais *Le Libertaire*, *Les Temps nouveaux*, *Le Réveil anarchiste ouvrier*. Estiveram presentes cerca de 130 delegados representando 60 grupos (24 de Paris e 36 das províncias). Este congresso foi marcado por um vigoroso distanciamento do individualismo. Sébastien Faure sublinhou o “abismo intransponível” que separava as concepções comunistas e individualistas – o que não o impediu de “reintroduzir” o individualismo no anarquismo quando desenvolveu, em 1928, a ideia de “síntese” entre comunismo, sindicalismo e individualismo...

O relatório feito pelo *Les Temps Nouveaux* em 23 de agosto de 1913 e os comentários que se seguem referem-se longamente à questão sindical. Ele afirma “que é importante para os anarquistas se misturarem com os sindicatos, a fim de semear sentimentos revolucionários e a ideia de uma greve geral expropriatória”. Após este congresso, que finalmente viu o estabelecimento de uma certa coesão entre os anarquistas franceses, muitas conferências regionais foram realizadas. Note-se, contudo, que a Federação do Sudeste, que realizou o seu congresso em Lyon, admitiu todas as tendências – incluindo as individualistas – mas opôs-se à ação sindical...

Foi, portanto, apenas na véspera da guerra que o movimento anarquista francês conseguiu organizar-se a um nível mais ou menos nacional. Foram formadas federações regionais por todos os lados. Um congresso anarquista internacional seria realizado em Londres, em agosto de 1914. A eclosão da guerra poria um fim a estes planos de união internacional.

Alfred Rosmer afirmou que “a maioria dos anarquistas franceses estava fora da CGT”. O congresso anarquista de agosto de 1913

⁸⁹M. Pierrot, *La Conférence de Bertoni*.

parecia confirmá-lo: entre os ativistas convidados a comentar este congresso, um certo F. L. escreveu no *Les Temps Nouveaux* de 23 de agosto de 1913: “Por outro lado, como é claro que, há algum tempo, a influência exercida por nossos camaradas sobre o movimento sindical diminuiu significativamente, também se tornou necessário perguntar-nos se sempre havíamos feito no sindicato o que tínhamos que fazer”.

Esta pergunta, sob a forma de um eufemismo, chegou um pouco tarde, mas ela precisa de um comentário. De fato, os relatórios policiais da época dizem-nos que os jornais do movimento anarquista “específico” estavam em dificuldades porque tinham perdido muitos leitores, que se tinham juntado em massa à CGT. Há uma maneira bastante simples de mensurar a influência anarquista na CGT: é examinar os resultados dos votos antiguerra, que ainda recebem muitos votos.

03-7. A Carta de Amiens

A influência de James Guillaume, companheiro de Bakunin, no movimento sindicalista revolucionário francês foi decisiva. No entanto, ao publicar textos de Bakunin e da Federação do Jura a partir de 1905, ele só contribuiu para confirmar as posições do sindicalismo revolucionário que tinha surgido na década de 1890. Ele não deve ser visto como um “fundador”. Para ele, a CGT era sem dúvida o continuador da AIT antiautoritária.

O movimento operário francês foi caracterizado nessa época pela sua adesão ao mito da unidade. Todos os trabalhadores tinham de estar unidos na mesma organização sindical. Sem dúvida, esse é um legado do bakuninismo, que defendia uma única organização de massas, sem um programa político definido, mas focada na solidariedade internacional e nas lutas diretas contra os patrões.

No movimento operário francês, as cisões são consideradas com grande desaprovação – o que, aliás, nunca evitou as cisões. Mas há sempre uma certa dose de má consciência entre os secessionistas: é por isso que geralmente usamos o nome da organização da qual nos separamos, e acrescentamos “unitária”... (CGT/ CGT-Unitaire; Parti socialiste/ Parti socialiste-Unifié etc.).

A política internacional dos bolcheviques após a revolução russa fará tábua rasa da questão da unidade. Como primeiro passo, foi recomendado retirar os trabalhadores da influência dos reformistas e incentivar as cisões. Mas esta atitude mostrará rapidamente os seus efeitos catastróficos. Quando ficou claro que a revolução mundial não estava mais na agenda e que o refluxo revolucionário era irrevogável, os líderes comunistas russos mudaram de opinião, percebendo que quanto mais membros houvesse em uma organização sindical, mais recrutas potenciais haverá para o Partido Comunista⁹⁰.

No período que nos interessa – isto é, antes da Grande Guerra – havia os apoiadores de Jules Guesde, um marxista rígido e muito ortodoxo, que tinha fundado o Partido dos Trabalhadores da França. Este partido juntar-se-ia mais tarde à SFIO (secção francesa da Internacional Socialista), na qual se tornou uma corrente minoritária. Guesde estava nas posições social-democratas clássicas, encontradas em Kautsky e depois no seu aluno Lênin, sobre a divisão do trabalho entre partido e sindicato e a subordinação deste último ao primeiro. Guesde queria que a CGT se submetesse ao Partido Socialista, suscitando uma oposição vigorosa não só entre sindicalistas revolucionários, mas também entre reformistas não-partidários e muitos dos próprios socialistas.

Em contraste com a posição de Jules Guesde, havia a de Jean Jaurès, que entendeu que os sindicalistas revolucionários eram incontornáveis, que se isolar deles era isolar-se da própria classe operária, e que era necessário mostrar flexibilidade. É por isso que sua corrente do movimento socialista não era, em princípio, contrária à ideia de independência sindical... sob certas condições.

A questão foi resolvida em 1906, no famoso congresso de Amiens, onde foi aprovada uma moção que se tornaria famosa. Esta moção, que mais tarde seria chamada de “Carta de Amiens”, foi erroneamente considerada como constitutiva do sindicalismo revolucionário. Até certo ponto, ele retoma o programa bakuninista – mas não completamente:

⁹⁰Ver René Berthier, “II^e congrès de l’Internationale communiste (1920). – Les illusions des syndicalistes révolutionnaires tombent”, <http://monde-nouveau.net/spip.php?article462>.

- “desaparecimento do salário e dos patrões”;
- “reconhecimento da luta de classes, que opõe no terreno econômico os trabalhadores em revolta contra todas as formas de exploração e opressão”;
- “a coordenação dos esforços dos trabalhadores, o aumento do bem-estar dos trabalhadores através de melhorias imediatas, tais como a redução do horário de trabalho e o aumento dos salários”;
- mas, ao mesmo tempo, o sindicalismo “prepara-se para a emancipação integral, que só pode ser alcançada através da expropriação capitalista”;
- o sindicalismo “defende como meio de ação a greve geral e considera que o sindicato, hoje um grupo de resistência, será, no futuro, o grupo de produção e distribuição, a base da reorganização social”.

Estes são temas perfeitamente bakuninianos, especialmente o último: a organização da luta contra o sistema capitalista hoje é a antecipação da organização que irá substituir o Estado e a organização capitalista da sociedade no futuro. Bakunin não inventou essa ideia: ela pode ser encontrada entre ativistas da Internacional, como César De Paepe, entre outros. E é particularmente significativo do pensamento de Proudhon.

A Carta de Amiens reconhece a liberdade de todo sindicalista de “participar, fora do grupo corporativo, nas formas de luta correspondentes à sua concepção filosófica ou política, limitando-se a pedir-lhe, em reciprocidade, que não introduza no sindicato as opiniões que professa fora”. As organizações confederadas não têm que “se preocupar com partidos e seitas que, fora e ao lado, podem buscar livremente a transformação social”.

Este documento foi referido, como eu disse, como o texto fundador do sindicalismo revolucionário. Isso não é verdade. É o prenúncio do declínio do sindicalismo revolucionário. Pois o importante é *o que não está no texto*.

“Nem uma palavra na Carta sobre o combate ao Estado e a denúncia daqueles que afirmam que ele pode tornar-se um instrumento de libertação, nada sobre as

análises a serem produzidas contra partidos políticos e ilusões parlamentares”⁹¹.

E tampouco algo sobre antimilitarismo.

Em 1906, os sindicalistas revolucionários, entre os quais muitos anarquistas, foram o elemento mais ativo e dinâmico da CGT, mas precisamente porque a adesão era aberta, outras correntes também estavam presentes: os guesdistas, que queriam subordinar a organização ao partido, e uma forte corrente socialista reformista, que não contestou a ideia de independência sindical, mas se opôs fortemente tanto aos sindicalistas revolucionários como aos guesdistas. A influência desta corrente crescia às custas dos sindicalistas revolucionários. Estes últimos ainda eram poderosos, mas as suas posições estavam em erosão porque novas federações reformistas tinham aderido à CGT, e a renovação dos mandatos foi-se tornando gradualmente desfavorável aos revolucionários.

No Congresso de Amiens, houve, portanto, uma aliança tática entre sindicalistas revolucionários e socialistas reformistas contra o guesdismo; uma aliança que resultou da combinação de (pelo menos) dois fatores: o aumento irremediável da estratégia eleitoral que foi difícil de resistir; e o desejo dos sindicalistas revolucionários de preservar o máximo possível a unidade do movimento sindicalista em um contexto de mudança social radical. A Carta de Amiens é, obviamente, um documento de compromisso ligado ao fato de os sindicalistas revolucionários não poderem enfrentar sozinhos as tentativas de subordinar a organização sindical aos guesdistas. É também um documento que define grandes opções estratégicas – e o fato de ainda hoje ser referido, mesmo que seja para distorcer o seu espírito, não é fortuito.

E o fato de os sindicalistas revolucionários desse período terem procurado legitimidade nos textos de Bakunin também não é fortuito. Assim, René Chaughi publicou no *Les Temps Nouveaux*, pouco depois do congresso dos Amiens, um artigo intitulado “Bakunin e o

⁹¹Jacky Toublet “L’anarchosindicalisme, l’autre socialisme”, , prefácio a *La Confédération générale du travail*, de Émile Pouget, Editions CNT Région parisienne, 1997. Igualmente em: <http://monde-nouveau.net/spip.php?article25>.

Sindicalismo”, quase inteiramente constituído por citações de Bakunin retiradas da *Politique de l'Internationale*⁹².

O autor quer mostrar que:

“[...] o lugar dos trabalhadores não está entre os políticos nem mesmo entre os chamados socialistas; está no sindicato, onde se realiza a ‘luta solidária contra os patrões’. Bakunin era, portanto, um ‘sindicalista’, muito antes da criação do sindicalismo. Esta ideia de preponderância econômica e abstenção política era nova em 1869. O Conselho Geral da Internacional, assim como o atual estado-maior do Partido Socialista, não a compartilhou”.

Dizer que Bakunin foi literalmente o “inventor” do sindicalismo revolucionário é obviamente falso. Para existir, o sindicalismo não precisava de Bakunin. No entanto, não há dúvida de que Bakunin foi um *precursor* do sindicalismo revolucionário⁹³.

A Carta de Amiens não era mais do que um documento de compromisso destinado a preservar parte da herança do sindicalismo revolucionário – mas não o todo – e, acrescentaria eu, parte do legado de Bakunin e da Associação Internacional dos Trabalhadores. É o sintoma de uma regressão do sindicalismo revolucionário, que se agravará em 1908 depois da terrível repressão das greves ligadas à construção do metrô parisiense, durante a qual muitos trabalhadores foram mortos pelas tropas, e depois da gravíssima crise interna que a organização atravessará em 1909 – uma crise que favorecerá grandemente a corrente reformista.

⁹²R. Chaughi, « “Bakounine et le syndicalisme”, *Les Temps Nouveaux*, 26 janvier 1907.

⁹³Cf. Gaston Leval, *Bakounine fondateur du syndicalisme révolutionnaire*, <http://www.monde-nouveau.net/spip.php?article3>.

04. – Anarquistas e Sindicalistas Revolucionários diante da Revolução Russa

A revolução russa foi um evento de enorme importância para o movimento operário internacional e, em particular, para o movimento libertário e sindicalista revolucionário, cujo apoio entusiástico foi baseado no que os ativistas podiam saber sobre os eventos que aconteciam na Rússia. Mas o que se sabia sobre a repressão contra os trabalhadores que teve lugar quase imediatamente após a tomada do poder pelos bolcheviques? Que conhecimentos tinham os militantes operários fora da Rússia sobre o assunto? Não muito, até por volta de 1920. Gradualmente, porém, a informação começou a espalhar-se.

A questão é importante porque os militantes revolucionários que se deslocam à Rússia como meras testemunhas ou como representantes de organizações políticas ou sindicais para participar do congresso fundador da Internacional Comunista ou da Internacional Sindical Vermelha terão de formar uma opinião sobre a natureza do regime, a fim de apresentarem um relatório quando regressarem às suas casas. As organizações terão de decidir se pretendem aderir ao Komintern e à Internacional Sindical Vermelha com base nos relatórios escritos pelos delegados que enviaram à Rússia: devem ou não apoiar o poder comunista russo? Estas escolhas serão decisivas na subsequente bolchevização destas organizações.

Hoje, a extensão da repressão contra os trabalhadores na Rússia pós-revolucionária já não suscita grandes dúvidas na opinião militante: os fatos já não estão em discussão. A questão reside, pois, em saber se os delegados que participaram nos congressos fundadores da Internacional Comunista e da Internacional Sindical Vermelha sabiam o que estava acontecendo na Rússia. Porque o processo de repressão e terror começou na Rússia imediatamente após o golpe de Estado bolchevique em outubro de 1917: muitas vezes ignoramos o fato de que a Tcheka foi criada em dezembro de 1917. As primeiras vítimas da repressão comunista foram, naturalmente, os anarquistas.

Incapazes de contestar seu status de revolucionários, os bolcheviques tentaram fazer passar os anarquistas por “bandidos”. A criminalização dos opositores políticos era uma constante. Claro que foram os bolcheviques que decidiram quem era “criminoso”. Mas a razão pela qual o governo temia os anarquistas e os reprimiu estava

em seu apoio aos comitês operários das fábricas. “A luta dos bolcheviques para estabelecer o controle do partido e do Estado, em vez do controle pelos próprios trabalhadores, tornou-se uma luta contra o ‘anarquismo burguês’”⁹⁴.

Sob o pretexto de uma ocupação imobiliária organizada pela Guarda Negra para se opor às nacionalizações e à liquidação dos comitês de fábrica, a Tcheka atacou os “anarco-bandidos” na noite de 12 para 13 de abril de 1918: 30 pessoas foram mortas, 600 anarquistas foram presos. A maioria dos anarquistas foram “liquidados”, ou libertados se eles concordassem em manter a boca fechada e colaborar com o regime.

Pierre Broué, que não pode ser suspeito de antipatia com os bolcheviques, resume perfeitamente a questão: “Como poderiam os bolcheviques aceitar o livre confronto de ideias e a livre concorrência nas eleições soviéticas quando sabem que nove décimos da população são hostis a eles”, e sabendo também que os mencheviques e os anarquistas representam agora “uma força real entre os trabalhadores”⁹⁵?

04–01 Novembro de 1918: A Classe Trabalhadora Russa é Definitivamente Esmagada

A partir de novembro de 1918, a classe operária russa foi definitivamente esmagada. Medidas para suprimir a democracia operária foram implementadas muito rapidamente: proibição de jornais da oposição, prisão e execução de militantes mencheviques e anarquistas em abril de 1918. Nessa altura, houve uma repressão brutal das greves dos trabalhadores. Em novembro de 1918, o Estado bolchevique tinha dominado em grande parte toda a máquina política e econômica do país e criado um aparelho repressivo nunca antes visto. Poderíamos multiplicar os indicadores que mostram o início da contrarrevolução, mesmo antes da guerra civil:

- O Politburo torna-se o único órgão dirigente do partido;

⁹⁴Frederick I. Kaplan, *Bolshevik Ideology and the Ethics of Soviet Labour*, Peter Owen, London, p. 147.

⁹⁵Pierre Broué, *Le Parti bolchévique*, Les Éditions de Minuit, p. 156.

- O aparelho do partido torna-se completamente centralizado;
- Dezembro de 1917-janeiro de 1918: as eleições nos sindicatos são substituídas por nomeações das autoridades dos partidos;
- Outono de 1918: liquidação dos comitês de fábrica; os soviets são expurgados dos partidos não-bolcheviques;
- Março-agosto de 1918: desarmamento dos guardas vermelhos; retirada de todo poder dos soviets locais; membros dos soviets são nomeados pelo aparato do partido; repressão dos socialistas revolucionários e anarquistas e supressão de seus jornais.
- Centralização da Tcheka.

A chamada “Revolução de Outubro” foi, de fato, um golpe de Estado. Inicialmente, o 2º Congresso dos Soviets de toda a Rússia deveria se reunir pouco antes da data do golpe de Estado bolchevique e deveria levantar a questão da tomada do poder pelos soviets – um ponto da agenda que seria sem dúvida aceito. Mas isso não agradou aos bolcheviques porque teria estabelecido uma “legalidade soviética”, com uma pluralidade de partidos, o que teria sido difícil para eles questionarem depois⁹⁶.

Ao tomar a iniciativa de conquistar o poder por um golpe de força e depois entregá-lo aos soviets no dia seguinte, dava-se a impressão de que estes últimos tinham tomado o poder. Ao contornar o congresso dos soviets, os bolcheviques estavam se tornando populares entre as massas populares. Era necessário, portanto, agir rapidamente e tomar os soviets em velocidade, mesmo quando os bolcheviques estivessem em uma posição favorável nos soviets. Lenin estava febril: “[...] existe, no Comitê Central e nos círculos dirigentes do partido, uma corrente ou opinião a favor de esperar pelo Congresso dos Soviets e hostil à tomada imediata do poder, hostil à insurgência imediata. Esta corrente ou opinião deve ser derrotada”. Deixar a oportunidade escapar e esperar pelo Congresso

⁹⁶Este processo é perfeitamente descrito em Arthur Lehning, *Anarchisme et Marxisme dans la Révolution russe*, éd. Spartacus[Anarquismo e Marxismo na Revolução Russa].

dos Sovietes “seria um completo disparate ou uma completa traição”⁹⁷.

E para forçar o partido a adotar seu ponto de vista, Lenin ameaçou demitir-se:

“Devo apresentar meu pedido de demissão do Comitê Central, o que eu faço, reservando o direito à propaganda nas fileiras do partido e no congresso do partido. Porque minha convicção mais profunda é que, se “esperarmos” pelo Congresso dos Sovietes e perdermos imediatamente a oportunidade, estamos causando a perda da revolução”⁹⁸.

A correspondência de Lenin naquela época mostra a forma febril com que ele empurrou o partido para a insurreição:

“Os bolcheviques não têm o direito de esperar pelo Congresso dos Sovietes, devem tomar o poder imediatamente. Ao fazê-lo, estão salvando a revolução mundial [...] Adiar é um crime. Esperar pelo Congresso dos Sovietes é mostrar um formalismo infantil e desonroso; é trair a revolução”⁹⁹.

Se o Congresso dos Sovietes tivesse tomado o poder, teria criado uma legalidade soviética que consagraria a pluralidade de partidos dentro dele – precisamente o que os bolcheviques não queriam.

A captura do Palácio de Inverno tinha sido realizada quase sem perdas. No período imediatamente a seguir à tomada do poder, Lenin demonstrou um idealismo comovente. Uma pergunta importante surgiu, relata Trotsky em *Minha Vida*: como se chamaria o novo governo? “Acima de todo, nada de ministros! O título é odioso, tem estado em todo o lado”, diz Lenin.

⁹⁷“La crise est mûre” [A crise está madura], 27 septembre 1917, *Œuvres*, t. 26, Paris-Moscou, pp. 68-79.

⁹⁸*Ibid.*

⁹⁹Lénine, Lettre au comité central, au comité de Moscou, au comité de Petrograd, aux membres bolchéviques des Soviets de Petrograd et de Moscou, 5 [18] octobre 1917 [Carta ao Comitê Central, ao Comitê de Moscou, ao Comitê de Petrogrado, aos membros bolcheviques dos soviètes em Petrogrado e Moscou].

“Poder-se-ia dizer ‘Comissários’, propus; mas agora há demasiados Comissários... Talvez ‘altos comissários’... Não, ‘Alto Comissário’ não soa bem... E se colocarmos: ‘comissários do povo’? ‘Comissário do Povo? Bem, parece-me que pode ser bom...’ Lenin continua. E o governo como um todo?

- Um soviete, é claro, um soviete... O sovietes dos comissários do povo, hein?

- O Soviete dos Comissários do Povo? Lênin exclama. É perfeito. Cheira terrivelmente à revolução!¹⁰⁰”

Obviamente, Trotsky não percebeu que, ao relatar essa anedota, ele estava demonstrando que o poder havia mudado em suas formas, mas não em sua natureza...

O anarquista Efim Yarchuk, delegado de Kronstadt no Soviete de Petrogrado, respondeu, de certa forma, em antecipação a este diálogo reproduzido por Trotsky. Quando a constituição do governo foi anunciada ao soviete, ele exclamou: “Que governo? Não precisamos de nenhum governo!” E quando foi anunciada a criação do soviete dos comissários do povo, ele gritou: “Que soviete dos comissários? Que tipo de invenção é esta? Todo o poder deve ir para os sovietes locais!”

Quando perguntado, antes da tomada do poder, sobre o fato de que ninguém sabia como operar o mecanismo do governo, Lenin respondeu: “Qualquer operário será capaz de operar um ministério depois de alguns dias. Isto não requer qualquer conhecimento especial. Os funcionários públicos farão o trabalho”.

E quanto ao dinheiro, foi-lhe perguntado, como é que você vai fazer, já que pretende cancelar a antiga moeda? “Faremos funcionar a máquina de imprimir notas. Imprimiremos quanto for necessário”, respondeu Lenin¹⁰¹. Foi exatamente o que ele fez. Foi, portanto, com estas boas concepções de política econômica que o partido chegou ao poder.

Mas o estado de graça não durou muito. Quando as massas operárias e camponesas perceberam que o programa bolchevique estava completamente vazio, que estava reduzido a... tomar o poder e emitir fórmulas ocas como: “As próprias massas criarão seu poder”,

¹⁰⁰Léon Trotski, *Ma Vie*, Le livre de poche, p. 392.

¹⁰¹David Shub, *Lénine*, Idées-Gallimard, p. 204.

voltaram-se para outras organizações. Os mencheviques estavam ganhando muito terreno nos sindicatos e sovietes, a tal ponto que os bolcheviques, cuja popularidade estava diminuindo, foram obrigados a dissolver os corpos nos quais as eleições haviam dado a maioria aos mencheviques ou aos socialistas-revolucionários. “Os bolcheviques conduziram os mencheviques à clandestinidade pouco antes das eleições para o Quinto Congresso Soviético, no qual os mencheviques pensaram que ganhariam ganhos significativos¹⁰².”

Enquanto as eleições permaneceram relativamente livres, a dominação bolchevique nos sovietes declinou na primavera de 1918 com o aumento espetacular dos Mencheviques e dos SRs nas eleições. Foi a intervenção armada dos bolcheviques que quebrou o processo, excluindo os opositores dos órgãos eleitos.

Os bolcheviques “inventaram explicações absurdas para justificar as expulsões”, mas “as acusações de que os mencheviques estiveram envolvidos em atividades contrarrevolucionárias sobre o Don, nos Urais, na Sibéria, com os Tchecos, ou que se juntaram ao pior dos Cem Negros¹⁰³, eram obviamente infundadas”¹⁰⁴. Pesquisas recentes confirmam esta tese. Os Mencheviques tinham decidido envolver-se apenas na oposição legal e tinham condenado qualquer ação armada contra o regime. Qualquer ativista que infringisse esta ordem era excluído.

Quase desde os primeiros meses da revolução, a classe operária russa opôs-se ao poder bolchevique, que foi forçado, em junho de 1919, a formar um “Comitê de Defesa de Moscou”, com poderes extraordinários para lidar com a agitação crescente. Foi necessária uma repressão intensa para acabar com a agitação. No início de 1921, unidades do exército foram convocadas para reprimir trabalhadores grevistas: alguns se recusaram a abrir fogo e foram substituídos por destacamentos de comunistas armados, que não hesitaram. Quando várias fábricas entraram em greve, alguns regimentos foram desarmados e confinados aos seus quartéis por medo da confraternização. “Moscou foi declarada sob a lei marcial, enquanto

¹⁰²Israel Getzler, *Martov*, Cambridge University Press, p. 179.

¹⁰³Bandos monárquicos criados pela polícia czarista para lutar contra o movimento revolucionário. Os Cem Negros assassinavam revolucionários, atacavam intelectuais progressistas, organizavam progromes contra judeus.

¹⁰⁴Israel Getzler, *Martov*, *op. cit.*

os destacamentos comunistas e as unidades do exército leal guardavam as fábricas 24 horas por dia”¹⁰⁵.

Em toda a Rússia, “as greves foram endêmicas nos primeiros nove meses de 1920”; “nos primeiros seis meses de 1920 ocorreram greves em 77% das grandes fábricas e médias empresas” – de acordo com fontes soviéticas¹⁰⁶. Em 1919, na província de Petrogrado, para uma população de 109.100 trabalhadores, houve 52 greves que afetaram 65.625 grevistas. Em 1920, houve 73 greves que afetaram 85.645 grevistas. Em fevereiro e março de 1921 “a agitação laboral recomeçou como parte de uma onda nacional de descontentamento [...]. Greves gerais, ou conflitos muito generalizados, afetaram Petrogrado, Moscou, Saratov e Ekaterinoslav”¹⁰⁷.

Sabemos da greve geral de Petrogrado, à qual está ligada a insurreição de Kronstadt. Os bolcheviques responderam com a mais severa repressão. Os movimentos de greve foram de escala excepcional, durante e após a guerra civil. A repressão destes movimentos também. Como Zinoviev disse no 2º Congresso da Internacional Comunista – no qual muitas delegações estrangeiras participaram: “a ditadura do proletariado é ao mesmo tempo a ditadura do Partido Comunista”¹⁰⁸. Parece que muitos delegados, especialmente alguns delegados sindicalistas revolucionários franceses pró-comunistas que apoiaram a adesão do movimento sindical francês à Internacional Sindical Vermelha, não ouviram estas palavras.

Ao contrário da crença popular, a repressão contra as organizações de esquerda diminuiu um pouco durante a guerra civil, por razões óbvias: o poder governante precisava de todas as energias. A repressão recomeçou depois da guerra civil. Na verdade, era necessário eliminar qualquer alternativa socialista capaz de competir com os bolcheviques no poder. A guerra civil terminou com a captura de Vladivostok em 25 de outubro de 1922, e a atitude dos bolcheviques em relação aos partidos socialistas concorrentes

¹⁰⁵Richard Sakwa, *Soviet Communists in Power: A Study of Moscow During the Civil War, 1918-21*, London, Macmillan, July 1988.

¹⁰⁶*Ibid.*

¹⁰⁷J. Aves, *Workers Against Lenin: Labour Protest and the Bolshevik Dictatorship* (International Library of Historical Studies, 6, 1996).

¹⁰⁸Debates e documentos do Segundo Congresso, 1920.

endureceu, especialmente porque houve um sério descontentamento da classe trabalhadora em relação aos bolcheviques. Em 1920, o governo não escondeu o fato de que a maioria da classe trabalhadora russa se tinha tornado anticomunista. Muitos trabalhadores se retiraram do Partido Comunista.

Uma vez passado o perigo, não era mais concebível deixar que os mencheviques ou os socialistas revolucionários ampliassem sua audiência no movimento operário, assim como os anarquistas, que estavam experimentando um crescimento considerável. Na realidade, o desinteresse do proletariado pelo partido bolchevique não era um sinal de despolitização, era o corolário da crescente influência de correntes políticas rivais.

Deve-se ter em mente que a questão da democracia no partido bolchevique só começa a surgir quando a liberdade para todas as outras formações revolucionárias fora liquidada. A famosa sentença, pronunciada na conferência de Leningrado em 3 de dezembro de 1927, atribuída a Bukharin, mas escrita por Tomsy (um dos dois “sindicalistas” da direção do partido), não é uma fórmula estilística: “Sob a ditadura do proletariado, pode haver dois, três, até quatro partidos, mas apenas na condição de que um esteja no poder e os outros na prisão”¹⁰⁹.

04-2 Apoio à Revolução Russa

Os militantes operários franceses foram informados relativamente cedo sobre a situação na Rússia, graças à imprensa libertária. Mas durante algum tempo houve um sentimento predominante de solidariedade dentro do movimento libertário com uma revolução proletária imperfeita, certamente, mas que havia derrubado o Estado czarista e estabelecido um regime baseado nos soviets, ou seja, instituições que se assemelhavam às bolsas de trabalho. Durante cerca de dois anos, foi recebida muito pouca informação da Rússia, que estava sob bloqueio. Os anarquistas sentem-se vinculados por

¹⁰⁹Citado por Pierre Broué, *Le Parti bolchevique*, ch. X, “La lutte de l’opposition unifiée”. Esta citação é às vezes atribuída a Trotsky, outras vezes a Bukharin, erroneamente. É verdade que só emprestamos aos ricos...

uma espécie de dever de reserva, de não dar à reação grãos para moer¹¹⁰.

Alguns anarquistas simplesmente juntaram-se aos bolcheviques, como Victor Serge, que disse: “O tempo já não é mais propício para perdermos o interesse na luta social e pensarmos que somos anarquistas porque somos vegetarianos”¹¹¹. No entanto, a informação crítica chega rapidamente. O *Libertaire* de 13 de julho de 1919 reproduziu um artigo de Rhillon, “O Futuro da Revolução Russa”, no qual o autor declara: “Toda a liberdade de discussão e de reunião, toda a liberdade de imprensa foi suprimida; os meios mais abjetos foram utilizados contra os opositores revolucionários”.

Sébastien Faure tinha permanecido discreto sobre a repressão antitrabalhadores na Rússia para não dar argumentos aos inimigos da revolução, mas a partir de 19 de dezembro de 1920 ele publicou uma série de artigos intitulados “Minha opinião sobre a ditadura”¹¹², nos quais ele atacou a hegemonia do Partido Comunista e a ideia de um “período de transição”, baseado na observação de que um partido que exercesse a ditadura nunca abandonaria o poder. Um sistema de repressão é necessariamente parte de uma lógica de reforço permanente do poder. Foi neste espírito que Sébastien Faure se expressou em 11 de fevereiro de 1921: “Em relação à ditadura, prometi pessoalmente a mim mesmo não dizer nada sobre ela, tanto que tive o desejo de não dizer uma palavra, de não escrever uma linha que pudesse ser tomada para desaprovação”¹¹³.

Para muitos ativistas, os soviets apareceram inicialmente como a adaptação das bolsas de trabalho à Rússia¹¹⁴. Os comitês de fábrica eram apenas a implementação dos princípios do sindicalismo revolucionário. O caráter particular da revolução inicial, bem como a distância, levou muitos ativistas a acreditar que os bolcheviques eram

¹¹⁰Para as reações do movimento libertário à revolução russa, ver o excelente livro de David Berry, *Le mouvement anarchiste en France*, co-editado por Noir & Rouge e Les Éditions libertaires.

¹¹¹Victor Serge Kibaltchiche, “Lettre de Russie”, *Le Libertaire*, n° 94, 7 novembre 1920.

¹¹²*Le Libertaire*, n° 104, 14 janvier 1921; n° 107, 4 février 1921 e n°132, 29 juillet 1921.

¹¹³Citado por Maitron, *op. cit.*, p. 44.

¹¹⁴Este fato foi-me confirmado por antigos ativistas franceses que tinham sido contemporâneos dos acontecimentos.

bakuninianos que estavam estabelecendo uma autêntica democracia operária a cem milhas do parlamentarismo reformista. O sindicalista revolucionário Pierre Monatte podia assim escrever, no *L'Humanité* de 29 de setembro de 1920, que o Sovietismo era “o irmão do nosso sindicalismo”.

Da mesma forma, em um artigo em *La Vie ouvrière* de 10 de setembro de 1919 intitulado “Les idées dévastées”, Alfred Rosmer traça um paralelo entre a forma soviética e o sindicalismo revolucionário:

“Pela forma soviética que assumiu, que se assemelhava tanto ao que [*o sindicalismo revolucionário*] havia concebido de si mesmo, a Revolução Russa deveria ser duas vezes mais querida. O Soviete local designado por todos os trabalhadores e só por eles, que é o primeiro órgão do novo regime, não corresponde ao Conselho de um Comitê intersindical ou de uma Bolsa de Trabalho?”

A primeira tradução de *O Estado e a Revolução* de Lênin data de 1919. O livro, apresentado como a expressão da doutrina leninista do Estado, contribuiu para credenciar a fábula, que confina com a fraude intelectual, com uma aproximação com teses anarquistas. Isso explica por que os anarquistas e sindicalistas revolucionários acolheram o texto, o que ajudou a convencê-los do caráter libertário da ideologia bolchevique, para a qual o estado de transição está apenas começando a desaparecer. O livro de Lênin, diz Rosmer, foi “uma agradável revelação para revolucionários fora do marxismo ortodoxo, sindicalistas e anarquistas. Nunca antes tal linguagem tinha saído da boca dos marxistas que conheciam. Leram e releeram essa interpretação de Marx à qual não estavam acostumados”¹¹⁵.

Para Joaquín Maurín, *O Estado e a Revolução* foi o livro que criou uma ponte doutrinária que ligava o bolchevismo ao sindicalismo revolucionário e ao anarquismo.

A rejeição da herança parlamentar da social-democracia pelos bolcheviques parece ter sido determinante¹¹⁶. As semelhanças entre as posições do sindicalismo revolucionário e as dos bolcheviques

¹¹⁵ Alfred Rosmer, *Moscou sous Lénine*,

<https://www.marxists.org/francais/rosmer/works/msl/msl2010.htm>.

explicam a adesão de muitos militantes ao comunismo. Estas semelhanças serão destacadas sobretudo pelos próprios bolcheviques, ansiosos por atrair para eles os militantes operários mais ativos. Charbit, Hasfeld, Martinet, Monatte, Monmousseau, Rosmer, Sémard e outros estavam entre eles.

Finalmente, pensou-se que a revolução russa era apenas o prelúdio da revolução mundial, e não havia necessidade de olhar muito de perto para o que estava acontecendo na Rússia: “A revolução logo deixará de ser russa e se tornará europeia”, escreveu Monatte a Trotsky em 13 de março de 1920. Tom Mann, um sindicalista revolucionário britânico (e fundador do Partido Comunista Britânico em 1921), disse: “Bolchevismo, Espartaquismo, sindicalismo revolucionário, tudo isso significa a mesma coisa sob nomes diferentes”.

Houve, portanto, alguma confusão por um tempo, porque quando Monatte foi preso em 3 de maio de 1920 por conspiração contra a segurança do Estado, a polícia capturou líderes de uma “Federação Comunista de Sovietes” e de um “Partido Comunista”, ambos com tendências anarquistas...!

Muitos militantes libertários conhecidos pela sua intransigência na defesa do indivíduo tornaram-se – momentaneamente, na sua maioria – partidários da ditadura do proletariado; entre eles André Lorulot, E. Armand, Mauricius e Charles-Auguste Bontemps¹¹⁷, nenhum dos quais se vangloriaram disso mais tarde.

Lorulot escreveu que “a ditadura de ferro do proletariado” seria uma “ditadura das elites sobre os brutos”, mostrando assim uma visão essencialmente elitista e de desprezo em relação às massas¹¹⁸.

¹¹⁶Lênin lamentou que a luta antiparlamentar tivesse sido abandonada aos anarquistas.

¹¹⁷Charles-Auguste Bontemps, um defensor do “individualismo social”, escreveu, no entanto, em *Le Libertaire* de 28 de novembro de 1920, que a ditadura “é um mal, mas um mal necessário” e que só ela pode “ajudar a instalar um sistema comunista”.

¹¹⁸Isto lembra-nos um manifesto assinado por volta de 1922 por personalidades do movimento individualista francês, entre as quais Manuel Dévaldès e André Lorulot, personalidades que se declararam, sem aderir a ele, a favor do regime bolchevique, assassinando depois a Revolução Russa, e atacaram Sébastien Faure, que fazia campanha contra este assassinato...” (Gaston Leval, “la Crise permanente de l’anarchisme”).

Mauricius declarou no jornal *C.Q.F.D.* que Trotsky e Lênin são simpáticos a ele e que ele estaria mais disposto a cooperar com eles do que com “a horda de grosseiros, incoerentes e nulidades que dizem encarnar a anarquia”, aqueles para quem “a anarquia consiste em contemplar seu umbigo, mover-se de fininho e praticar o amor livre”¹¹⁹.

Uma União Anarquista foi então formada em novembro de 1920, cujo primeiro congresso declarou: “A revolução russa é um fato considerável [...] Ela traz, pelo menos na sua origem, a forte marca do comunismo libertário”.

O apoio à revolução russa persistiu até 1921, apesar da expressão de algumas reservas. Com o fim da Guerra Civil, as comunicações foram restabelecidas: observadores foram enviados à Rússia e os testemunhos foram divulgados.

A repressão tomou tal escala na Rússia que o *Libertário* abriu em 1921 uma coluna intitulada “Nas prisões russas”... Mas a Rússia era cercada pelas tropas aliadas e a revolução ainda tinha de ser defendida. Os anarquistas franceses participaram nos movimentos de protesto contra a intervenção das tropas aliadas. Só depois da derrota da contrarrevolução é que o silêncio foi quebrado.

No entanto, houve avisos do grupo do jornal *Les Temps nouveaux*, que publicou cartas de anarquistas russos e socialistas revolucionários. Infelizmente, Kropotkin e Jean Grave, que dirigiram esta revista, foram desacreditados no movimento anarquista por causa de sua assinatura, em 1916, do “Manifesto dos Dezesseis” em favor da guerra. Perderam a sua credibilidade e as suas advertências não foram ouvidas.

04-3 A Informação Está Chegando

Embora até o fim da guerra civil quase nada tenha sido filtrado da Rússia, a estadia de muitos delegados políticos e sindicais que vieram ao Segundo Congresso do Komintern e os trabalhos preparatórios para o congresso da Internacional Sindical Vermelha permitiram aos que não estavam cegos conhecer a verdadeira

¹¹⁹Jean Maitron, *op. cit.*, p. 42.

natureza do regime. Não é mais possível dizer que “nós não sabíamos”.

O ativista anarquista e sindicalista Marcel Vergeat¹²⁰, que desapareceu em circunstâncias misteriosas no seu regresso da Rússia, reconhece que a revolução russa “não é anarquista”, mas “é a revolução social e já é alguma coisa”¹²¹. O Primeiro Congresso da União Anarquista reconhece que a revolução russa “traz, pelo menos na sua origem, a forte marca do comunismo libertário concretizado pela fórmula eterna: operário, toma a máquina, toma a terra camponês”.

“A defesa ativa da Revolução Russa pelos anarquistas durante esses anos se explica não só porque foi a revolução social, mas também porque essa revolução estava em perigo, ameaçada pela intervenção estrangeira, e era impensável que os anarquistas fizessem coro com seus piores inimigos”¹²².

Lepetit, que desapareceu ao mesmo tempo que Vergeat, escreveu em *Le Libertaire* de 8 de junho de 1919 que os trabalhadores russos “traçaram o primeiro esboço da revolução social que o mundo conheceu”. Pode-se ler na mesma edição de *Le Libertaire* que “a ditadura do proletariado se impõe assim durante este difícil período como uma triste necessidade”.

Há um pequeno livro publicado em 1923, *Repressão do Anarquismo na Rússia Soviética*, publicado pelo “Grupo Anarquista Russo no Exílio na Alemanha”, composto por sobreviventes do sistema policial soviético¹²³. É como um aviso ao movimento operário ocidental, para informá-lo sobre a virada contrarrevolucionária dos acontecimentos na Rússia Soviética. O livro é composto de duas partes. A primeira trata da feroz repressão dos militantes anarquistas russos nos primeiros meses após outubro

¹²⁰Três militantes sindicalistas anarquistas que declararam imprudentemente que fariam um relatório desfavorável sobre a Rússia ao congresso da CGT desapareceram misteriosamente no seu regresso à França: Marcel Vergeat, Raymond Lefebvre e Jules Lepetit.

¹²¹Maitron, *Le Mouvement anarchiste en France*, II, p. 43.

¹²²*Ibid.*

¹²³Veja o livro em: <http://monde-nouveau.net/spip.php?article361>.

de 1917. A segunda parte consiste numa lista não exaustiva de 178 nomes de militantes anarquistas mortos, presos ou expulsos pelo regime bolchevique. A versão francesa também contém ainda os nomes de três militantes franceses, que também foram vítimas dessa repressão por não terem retransmitido o discurso oficial das autoridades e denunciado os ataques contra os anarquistas: Raymond Lefèvre, Vergeat, Lepetit.

Um exame cuidadoso da lista de nomes é extremamente instrutivo porque revela que a maioria dos homens e mulheres mencionados são revolucionários de longa data, alguns dos quais até participaram da revolução de 1905; e que a maioria deles são trabalhadores ou empregados modestos.

A introdução de André Colomer é dirigida diretamente aos sindicalistas revolucionários franceses que acabam de apoiar a adesão da CGTU à Internacional Sindical Vermelha:

“Este livro foi dedicado aos trabalhadores revolucionários franceses cuja organização sindical, a CGTU¹²⁴ – acaba de, através da sua adesão à Internacional Sindical Vermelha, passar à tutela do governo bolchevique. Nossas camaradas que, de acordo com Trotsky e Zinoviev, ainda têm tantos preconceitos federalistas e autonomistas, verão, ao ler estas páginas, o destino que lhes será reservado quando eles próprios afirmarem cuidar da organização do trabalho, após a tomada do poder pelos ‘comunistas’”.

Berlim era então um centro para todos aqueles que iam ou vinham da Rússia. Muitos ativistas sindicalistas revolucionários e anarquistas encontraram-se lá pela primeira vez: em 1920, Augustin Souchy conheceu Rudolf Rocker e Fritz Kater. Borghi e Pestaña tinham parado em Berlim quando voltaram e se reuniram com os principais líderes sindicalistas revolucionários alemães. No seu regresso da Rússia, Gaston Leval também fez uma pausa em Berlim. A maioria dos militantes russos, entre os quais Makhno e Archinov, que conseguiram fugir ou foram expulsos encontravam-se inevitavelmente

¹²⁴Confederação Geral do Trabalho-Unitária. – Uma cisão da CGT que uniu sindicalistas revolucionários e comunistas.

em Berlim. Por conseguinte, não é de admirar que tenham tido lugar debates intensos na capital alemã.

Após o fim da guerra civil e a derrota dos exércitos brancos, os anarquistas que estavam relutantes em tomar uma posição aberta já não se sentiam obrigados a um apoio incondicional. Já em maio de 1920, Rudolf Rocker tinha publicado um panfleto altamente crítico contra o regime, “O sistema soviético ou a ditadura do proletariado?”

Os anarquistas russos começaram a lançar apelos na imprensa ocidental, reproduzidos no *Libertaire*. Wilkens¹²⁵, de volta da Rússia, onde passou seis meses, publicou crônicas muito hostis ao regime. Artigos sobre as prisões russas apareceram cada vez com mais frequência. No entanto, a informação ainda estava muito fragmentária. Os ecos do esmagamento da revolta de Kronstadt, em março de 1921, chegam apenas tardiamente: o fato não foi mencionado no *Libertaire* até 30 de dezembro de 1921. Quanto ao movimento makhnovista, que será derrotado em agosto de 1921, é inicialmente acolhido com hostilidade pelo movimento libertário, que, condicionado pela propaganda comunista, nega-lhe a qualidade de anarquista!

Estão agora a ser organizadas reuniões públicas contra a ditadura na Rússia. O Segundo Congresso da União Anarquista condena sem reservas a ditadura do proletariado: “Seria preciso ser cego para não

¹²⁵ Carpinteiro espanhol que viveu na França, partiu para a Rússia Soviética em 1920, representando a Comissão Sindical para a Defesa dos Trabalhadores Espanhóis no Norte da França. Ele era então um marxista e apoiante da ditadura do proletariado. Ele foi denunciado por um militante comunista espanhol e preso na Rússia em 13 de outubro de 1920 e detido até 22 de novembro. Ele retornou à França no dia 3 de janeiro de 1921 e inaugurou em *Le Libertaire* de 14 de janeiro, sob o título “Seis meses na Rússia”, crônica que terminou no n° 132 (29 de julho a 5 de agosto de 1921), onde denunciou o reforço da ditadura na Rússia, bem como as medidas tomadas contra os anarquistas.

Ele se opôs na Rússia aos sindicalistas revolucionários pró-comunistas liderados por Pierre Monatte. No congresso realizado em outubro de 1921 pela minoria da CGT em Paris, uma moção de apoio a Wilkens foi aprovada por maioria de votos, provocando a saída de Monatte, que havia se recusado a permitir que Wilkens falasse. A edição de *Le Libertaire* de 10-17 de fevereiro de 1922 anuncia a sua expulsão da França para a Bélgica. Foi então para a Espanha, onde, com o nome de Fernando Alvarez dit Ivan, tornou-se jornalista e editor do *Heraldo* de Madrid e afastou-se das ideias libertárias. Ele foi morto em julho de 1936 no Passo de Somosierra, na cordilheira de Guadarama, ao Norte de Madrid.

<https://maitron.fr/spip.php?article155529>, repare em WILKENS (ou VILKENS).

ver que a ditadura não só é inútil para a segurança de uma revolução, mas também é prejudicial para a evolução desta revolução”¹²⁶.

Com o envio de delegados ao 2º Congresso da Internacional Comunista e os encontros preparatórios para a criação da Internacional Sindical Vermelha em 1921, as informações estão começando a circular, mas, infelizmente, muitos delegados não conseguiram escapar dos caminhos marcados que as autoridades traçaram para eles.

Os delegados que tinham um mínimo de experiência na ação sindical receberam vários choques quando chegaram ao 2º Congresso da Internacional Comunista.

A leitura do *Esquerdismo, a doença infantil do comunismo* de Lênin, revelou-lhes ira com que os líderes russos tratavam aqueles que não partilhavam das suas opiniões. Quanto ao *Terrorismo e Comunismo*, no qual Trotsky falava constantemente de centralização, disciplina, repressão e militarização do trabalho, o texto teve um efeito arrepiante. Era preciso ser surdo e cego para não questionar a real natureza do regime que estava sendo estabelecido.

O metalúrgico Vergeat e o trabalhador da construção Lepetit ficaram espantados com o que viram na Rússia, como mostra a sua correspondência. Eles estavam bem conscientes dos imensos esforços feitos pelo povo russo, mas, como trabalhadores, foram afetados pela total exclusão dos trabalhadores russos de qualquer decisão no que deveria ser uma revolução operária¹²⁷ – o que contradiz as alegações espantosas de Besancenot & Löwy, que dizem, contra a mais elementar verdade histórica, que os bolcheviques ajudaram as massas a “organizar a socialização da produção, a nível das bases...”, quando nunca deixaram de falar de centralização.

Vergeat e Lepetit não ficaram satisfeitos com as rotas sinalizadas impostas aos delegados e perguntaram sobre as condições de vida da população russa com mais frequência do que compareceram às sessões do congresso. Em carta ao *Libertaire*, Lepetit lamentou que o congresso não tenha sido interessante apesar da propaganda sobre o evento. Ele também escreveu uma série de artigos denunciando os abusos da Tcheka.

¹²⁶ *Le Libertaire*, 2 décembre 1921.

¹²⁷ Cf. *Le Libertaire* 12 e 22 décembre 1920 e 7-14 janvier 1921, *La Vie ouvrière* 3 septembre 1920.

Lepetit também observou que a maioria dos delegados chegaram convencidos com antecedência, seduzidos pelo prestígio da revolução. Estes delegados, disse ele, não estavam interessados em discussões sérias e aceitaram as teses dos bolcheviques quase unanimemente. “Isto não é um congresso”, disse ele, “mas uma reunião onde se vem para aprovar as ordens e decisões da Igreja”¹²⁸. Na mesma edição de 7-14 de janeiro de 1921, o *Libertaire* publicou um patético apelo dos anarco-sindicalistas russos ao proletariado mundial: “Camaradas, ponham fim ao domínio da vossa burguesia, tal como nós fizemos aqui. Mas não repitam nossos erros: não permitam que o comunismo estatal se estabeleça em seus países!”

Lepetit tinha declarado a Wilkens que havia chegado a hora de os sindicalistas revolucionários do Ocidente tomarem uma posição sobre os problemas da revolução¹²⁹. Ele disse que era necessário apoiar a revolução russa, mas não pensou que o comunismo de Estado era a solução certa: pelo contrário, ele matou a revolução. A fórmula da “ditadura do proletariado” é ilusória, diz ele novamente. Ele declarou que queria defender seu ponto de vista impiedosamente no congresso da minoria da CGT, que seria realizado na França em setembro de 1921.

Armando Borghi, delegado da Unione Sindacale Italiana, relata em sua autobiografia que Vergeat e Lepetit foram os mais intransigentes dos sindicalistas revolucionários estrangeiros em sua oposição aos bolcheviques¹³⁰. Os outros dois delegados franceses eram Cachin e Froissard, ex-socialistas oportunistas, que voltaram à França e se tornaram os mais fanáticos apoiadores do Komintern.

Vergeat e Lepetit nunca esconderam o fato de que, no seu regresso à França, revelariam o que pensavam do regime na Rússia e que diriam o que tinham visto. Há todos os motivos para acreditar que os dois homens iriam se opor à adesão aos Comitês Sindicalistas Revolucionários da Internacional Sindical Vermelha no congresso de setembro de 1921. O seu desaparecimento no Mar Báltico foi uma sorte: deixou o campo aberto a Cachin e Froissard.

Os anarquistas que foram a Moscou para os congressos do Komintern ou da Internacional Sindical Vermelha voltaram

¹²⁸ *Le Libertaire*, 7-14 janvier 1921.

¹²⁹ Wilkens relata a conversa em *Le Libertaire*, 11-18 février 1921.

¹³⁰ Armando Borghi, *Mezzo secolo di anarchia*, ESI, 1954, p. 245.

desiludidos. A ruptura do *Libertaire* com os comunistas russos e os seus representantes na França remonta ao misterioso desaparecimento de Lepetit, Lefebvre e Vergeat, após o seu regresso da Rússia. Eles deveriam participar do congresso confederativo da CGT, onde relatariam sua viagem. Um livro de Mauricius, que também foi delegado em Moscou e onde ele conta suas desventuras, quebraria o feitiço¹³¹.

Na edição de novembro de 1921 do *Libertaire*, Gaston Leval, que também voltou de Moscou, foi particularmente severo com os bolcheviques:

“[...] Os sindicatos tornaram-se instrumentos ao serviço do partido, a sua evolução normal, a sua educação, a sua adaptação lógica às necessidades da revolução foram evitadas; através da violência, da prisão, da deportação, do cancelamento das eleições e de muitos outros processos semelhantes, o cumprimento da sua missão tornou-se impossível”.

O relatório de Gaston Leval, juntamente com o de Angel Pestaña, ambos representantes da CNT espanhola, contribuíram grandemente para a recusa da CNT em aderir à Internacional Sindical Vermelha.

De 1920 a 1921, os militantes sindicalistas anarquistas ou sindicalistas revolucionários que apoiaram os dirigentes comunistas russos não podiam simplesmente ignorar o fato de que estes tinham sufocado qualquer voz independente no país, destruído qualquer instituição autônoma do proletariado, reduzido os soviets a câmaras para registrar as decisões daqueles que haviam tomado o poder, aprisionado e massacrado centenas de milhares de militantes e trabalhadores, imposto a toda a sociedade um regime de terror que nunca antes havia sido visto. Os ativistas sindicalistas revolucionários que apoiaram o regime não podiam ignorar que apoiavam um regime de terror.

Quando os anarquistas perceberam que a revolução russa havia se desviado de seus objetivos, eles perceberam isso sem causar qualquer comoção particular. A coisa foi diferente com o movimento

¹³¹Mauricius, *Au Pays des Soviets, neuf mois d'aventures*, Paris, Éditions Figuière, 1922.

sindicalista revolucionário, dividido em duas correntes opostas: uma com Monatte, que apoiou os comunistas russos, e a outra com Pierre Besnard, que se opôs firmemente à adesão da CGTU à Internacional Sindical Vermelha.

É desta fratura que nasceu o anarco-sindicalismo.

05. – A Herança Espanhola

Muitas pessoas condenaram a CNT da Espanha, culpando-a por não ter tido sucesso. Pode-se discutir infinitamente se o fracasso do anarquismo espanhol é ou não devido à natureza intrínseca do anarquismo. Um exame do contexto internacional da época parece-me inevitável se se quiser fazer uma avaliação. O ciclo revolucionário que tinha começado com o fim da Primeira Guerra Mundial e a revolução russa, que continuou com a revolução alemã, o movimento dos conselhos na Itália, terminou na véspera da Segunda Guerra Mundial. O movimento operário espanhol teve de enfrentar as consequências do fracasso destas três revoluções. Os ativistas que reivindicam o legado do bolchevismo devem começar por fazer um balanço das falhas de sua própria corrente.

Os anarco-sindicalistas espanhóis tiveram de enfrentar muitos inimigos e não tinham aliados. Franco, ativamente apoiado por Hitler e Mussolini, bateu-lhes na cara. Mas foram espancados nas costas por Stálin, que fazia de tudo para impedir o sucesso de uma revolução que ele não controlava. Eles também foram atingidos por um ângulo, pode-se dizer, pelos republicanos.

“Na Espanha, entre 1936 e 1939, o anarquista foi considerado tão perigoso que foi apropriado atirá-lo de ambos os lados – de fato, ele não só foi exposto, pela frente, a espingardas alemãs e italianas, mas também, nas costas, a balas russas de seus ‘aliados’ comunistas”¹³².

¹³²Stig Dagerman, “L’anarchisme et moi”, in *La Dictature du chagrin*, Agone, 2001; citado por *Le Monde libertaire* de 20-26 jan. 1994.

A neutralidade da Frente Popular Francesa, que se recusou a fornecer as armas necessárias aos trabalhadores espanhóis, deve também ser tida em consideração. Por conseguinte, é já um milagre que os trabalhadores e camponeses espanhóis tenham sido capazes de resistir durante três anos.

05. – 1 Anarquismo na Espanha

A Espanha foi uma terra onde o anarquismo manteve permanentemente sua presença desde o estabelecimento das seções da AIT pelos bakuninianos, praticamente sem interrupção até o golpe de Estado fascista de julho de 1936. O movimento libertário estava então presente sob a forma de uma organização de massas que desempenhou um papel decisivo na luta contra Franco. O movimento revolucionário dos trabalhadores, portanto, tinha 70 anos de experiência de luta e organização. Uma revolução operária e camponesa respondeu ao golpe fascista assumindo toda a economia, incluindo a agricultura, em áreas que não foram ocupadas pelos fascistas, ou seja, metade do país.

O anarco-sindicalismo espanhol incluiu uma grande parte do proletariado militante na Espanha. Foram os grupos de assalto da CNT e da FAI e, mais marginalmente, os do POUM, que combateram a tentativa de golpe fascista de Franco em 19 de julho de 1936, tomaram o quartel, ocuparam pontos estratégicos e armaram a classe trabalhadora. Foi por iniciativa da CNT que a produção, tanto na indústria como na agricultura, pôde ser organizada, permitindo uma luta de três anos que acabou sendo perdida: mas permanece que a Espanha é o único caso histórico em que um proletariado organizado pôde, de armas em mãos, fazer frente – temporariamente, é certo – à ascensão do fascismo.

O anarco-sindicalismo espanhol conseguiu organizar quase instantaneamente a produção industrial e agrícola socializada nas regiões onde se estabeleceu e que não caíram nas mãos dos franquistas, essencialmente: o Levante, a Catalunha (um dos principais centros industriais do noroeste) e Aragão onde, de uma população de 433.000 habitantes, na zona republicana, havia 200.000 agricultores agrupados em comunidades agrícolas. A UGT

desempenhou um papel inegável nesse processo, como aliada da CNT, até que caiu sob o controle dos comunistas.

É através de anos de experiência de luta dentro da CNT que o proletariado foi capaz de estar material e ideologicamente pronto para enfrentar esta situação. Os militantes anarco-sindicalistas espanhóis lembraram constantemente aos trabalhadores e camponeses que um dia eles teriam que lutar para defender seus interesses e a causa do socialismo, e que eles tinham que se organizar em seus sindicatos para assumir a produção por conta própria. E quando, por razões táticas e para não quebrar uma “unidade antifascista”, que os outros componentes da República desprezaram descaradamente, a liderança do movimento libertário tentou desacelerar a coletivização da economia que a classe trabalhadora e o campesinato tinham posto em prática, os proletários espanhóis souberam ignorar essas injunções.

Na Espanha, foi apenas porque os militantes da CNT, muitas vezes apoiados pelos da UGT, conseguiram organizar rapidamente a produção industrial e agrícola em bases coletivistas e libertárias que o esforço de guerra foi sustentado por quase três anos – independentemente dos avatares militares desta guerra. Enquanto na Rússia os bolcheviques foram incapazes de resolver a contradição entre o campo e as cidades, na Espanha a maior parte da terra foi socializada, permitindo que as cidades fossem abastecidas. Sem a CNT, uma organização de massas de um milhão de membros, o fascismo teria se espalhado pela Espanha em julho de 1936. Nessa altura, os números comunistas eram insignificantes.

05. – 2 Sobre o POUM

O Partido dos Trabalhadores da Unificação Marxista é muito útil para a esquerda revolucionária não-stalinista porque a sua existência serve para sobrevalorizar o papel da chamada esquerda revolucionária na revolução espanhola, incluindo os trotskistas, que estão quase completamente ausentes dos acontecimentos.

Dizer, como Besancenot & Löwy fazem, que “o movimento de resistência contra o *putsch* franquista é liderado por aqueles da CNT, a organização anarquista, e os do POUM, o Partido dos

Trabalhadores da Unificação Marxista”¹³³ é sem dúvida formalmente correto, mas há uma lacuna na formulação... Em julho de 1936, o POUM tinha 6.000 membros, enquanto a CNT tinha mais de um milhão.

É verdade que a adesão ao POUM aumentará para 30.000 membros em dezembro de 1936, principalmente na Catalunha e no País Valenciano. Mas a CNT vai aumentar para 1,5 milhões. Não se trata de negar a existência do POUM, mas de sugerir maiores reservas àqueles que estão tentando recuperar a história. É significativo que o capítulo sobre Afinidades Revolucionárias na Guerra Espanhola contenha 19 referências ao POUM e o mesmo número de referências à CNT.

O POUM (Partido dos Trabalhadores da Unificação Marxista) foi fundado em Barcelona em 29 de setembro de 1935 pela fusão da Izquierda Comunista, um partido de origem trotskista, e do Bloco Operário e Camponês. Estas duas organizações vieram das divisões do Partido Comunista Stalinista da Espanha (PCE). Alguns membros da Izquierda Comunista não aceitaram a fusão com o Bloco Operário e Camponês, mas eram muito poucos em número para formar uma seção espanhola do “Secretariado Internacional” Trotskista.

Quando rebentou a guerra civil, algumas dezenas de trotskistas estrangeiros juntaram-se a eles e formaram uma seção chamada “bolchevique-leninista” em Barcelona, que só foi organizada pelo nome. Este grupo tentou afogar o POUM e suas milícias, mas seus militantes eram convidados a se retirar sempre que descobertos. Depois de maio de 1937, os trotskistas presos criticaram seus colegas poumistas com o mesmo vigor com que Trotsky criticou o POUM e seu líder, Andreu Nin.

“Esta persistência [*dos ataques trotskistas*] pode ter uma explicação: os poumistas nunca perderam seu tempo nos bizantinismos que têm constantemente dividido o movimento trotskista, mas eles foram capazes de fazer o que este último nunca conseguiu: desafiar o stalinismo com mais do que palavras...”¹³⁴

¹³³*Affinités révolutionnaires*, p. 39.

¹³⁴Victor Alba, *Histoire du P.O.U.M.*, Éditions Champ libre, Paris, 1975, p. 303.

Victor Alba acrescenta que “Trotsky foi largamente responsável pela falta de influência e implantação do trotskismo na Espanha, porque os seus escritos sobre este país mostravam uma falta de conhecimento da realidade e um esquematismo surpreendente, mesmo em alguém tão dogmático como ele. Obcecado com a memória da Revolução Russa, ele aplicou sistematicamente o modelo russo à Espanha, o que, naturalmente, foi uma receita para o fracasso”¹³⁵.

É evidente que os militantes do POUM teriam sido rapidamente “exterminados como ratos”, para usar a expressão de Victor Alba, se os sindicatos da CNT não lhes tivessem fornecido carteirinhas de membro, admitindo-os nas suas fileiras para que pudessem trabalhar. “Foram as brigadas da CNT que salvaram muitos deles, admitindo-os entre os seus soldados e oficiais”¹³⁶.

“Foi graças à ação de uma comissão especial e secreta da CNT, criada em meados de 1937 para localizar os desaparecidos e tentar retirá-los dos comunistas, que muitos fugiram das prisões destes últimos”¹³⁷.

Para sobreviver – literalmente falando – os poumistas precisavam da ajuda da CNT, que não os impediu de criticá-la duramente (o que é um tributo indireto ao espírito de solidariedade e à ausência de sectarismo dos anarquistas).

05. – 3 Comunistas contra a Revolução

Na perspectiva de um possível “debate” entre libertários e comunistas sobre a guerra civil espanhola, se tal coisa for possível, mesmo 80 anos depois, a primeira dificuldade será estabelecer a realidade dos fatos. Se não falarmos da mesma coisa e se não conseguirmos apurar os fatos, nenhum debate é possível. No entanto, a realidade do anarquismo na Espanha tem sido amplamente obscurecida e distorcida pelos comunistas.

¹³⁵*Ibid.* p. 303.

¹³⁶*Ibid.*, pp. 312-313.

¹³⁷*Ibid.* p. 318.

A segunda dificuldade será, sem dúvida, livrar-se dos clichês mitológicos. Se o trabalho das coletivizações industriais e agrícolas é parte do negócio da propaganda libertária sobre a Espanha – uma coisa que seria uma pena esconder – os anarquistas estão talvez melhor munidos para questionar a atitude do aparelho de gestão do movimento libertário espanhol na condução dos acontecimentos do que os comunistas de todos os lados sobre a revolução russa.

Na verdade, o que é notável na história da guerra civil espanhola não é tanto a participação de alguns militantes da CNT no governo da Frente Popular, mas o fato de que, apesar dos excessos dos líderes anarquistas, a base do movimento continuou a implementar a coletivização da economia em grande escala. Este é um dos fatos mais marcantes que distingue dramaticamente a revolução espanhola da revolução russa, onde o poder bolchevique, incapaz de reanimar a economia, tentou precisamente reprimir qualquer iniciativa da classe trabalhadora. Quando, em 1917, a liderança do partido se opôs às suas teses de abril, Lênin ameaçou demitir-se, e o partido cedeu. Se algum líder da CNT tivesse tentado a mesma coisa, todos teriam rido. Esta é a principal diferença entre a Espanha e a Rússia.

Uma declaração de Dolores Ibarruri, a dirigente comunista, proferida vinte dias após a revolta proletária contra Franco, lança luz, em particular, sobre as relações que serão estabelecidas entre anarquistas e comunistas durante a guerra civil:

“A revolução que está ocorrendo em nosso país é a revolução democrática burguesa que foi realizada há mais de um século em outros países como a França e nós comunistas somos os lutadores da linha de frente na luta contra as forças obscurantistas do passado”¹³⁸.

Assim, enquanto a CNT, às vezes apoiada, dependendo das circunstâncias, pela UGT, estabelece a coletivização da indústria, comércio e agricultura na metade da Espanha sobre a qual Franco ainda não investira, os comunistas vão apoiar a revolução burguesa e confiar nos estratos sociais opostos à coletivização, a fim de restaurar

¹³⁸Dolorès Ibarruri, *Mundo obrero*, 30 jul. 1930. Citado por Pierre Broué, *La révolution espagnole – 1931-1939*, Questions d’histoire, éd. Flammarion.

a ordem burguesa, em nome do antifascismo. Ordenarão que o general Lister e suas tropas destruam as comunidades agrícolas, ainda que na Espanha – e esta é outra diferença espetacular com a revolução russa – o campesinato tenha voluntariamente coletivizado a terra, continuado a fornecer alimentos às cidades, o que os bolcheviques se mostraram totalmente incapazes de fazer.

Seis meses depois da revolta contra Franco, outro líder comunista, Santiago Carillo, disse em um discurso:

“Estamos lutando pela república democrática e não temos vergonha de o dizer. [...] lutamos por uma república democrática, e mais ainda, por uma república democrática e parlamentar¹³⁹”.

André Marty reconhece que algo de inusitado estava acontecendo na Espanha em relação à organização da economia. A coletivização realizada aparece em uma declaração que ele fez ao Comitê Central do Partido Comunista Francês em sua reunião de 16 e 17 de outubro de 1936. Ele declara:

“Existem agora 18.000 fábricas e empresas na Espanha que são, não há palavra em francês para o dizer, ‘tomadas na mão’ [é tradução] pelos trabalhadores. Elas não são requisitadas, eles não são nacionalizadas, elas são tomados na mão”.

Você pode sentir que há uma sensação de mal-estar. Ele certamente não quer dizer que as empresas são coletivizadas, nem quer dizer que os anarco-sindicalistas espanhóis estão por trás de tudo isso. Marty continua: “Agora, a grande maioria da indústria espanhola é controlada pelos trabalhadores. Não é uma questão de expropriação, mas de controle, é uma questão de medidas de guerra...”. Mencionar a expropriação iria, naturalmente, contra a posição dos comunistas espanhóis. Então não falamos sobre isso, mas quando “a grande maioria” da indústria de um país é controlada por trabalhadores, o que é, então? Como poderia a “grande maioria” dos trabalhadores espanhóis conseguir tal façanha?

¹³⁹Santiago Carillo, “Discours à la conférence nationale de janvier 1937 des JSU”, *En marcha hacia la victoria*. Citado por Pierre Broué, *op. cit.*, p. 140.

Como, apesar de tudo, o líder comunista não pode ignorar totalmente a presença de anarquistas na Espanha, ele acrescenta: “Quanto aos anarquistas, eles querem nacionalizar até mesmo os cabeleireiros, obviamente isso é estúpido”¹⁴⁰.

Em 22 de outubro de 1936, cinco dias após a declaração de Marty ao Comitê Central, a CNT e a UGT especificaram seus objetivos: expropriação dos grandes capitalistas, coletivização de suas empresas, manutenção de pequenos produtores¹⁴¹.

Marty fala três meses depois dos trabalhadores espanhóis se levantarem contra Franco. Em três meses conseguiram controlar “a grande maioria da indústria”, mas Marty não diz como o fizeram. É porque o Partido Comunista Espanhol representa forças insignificantes. No início de 1936, tinha cerca de 3.000 membros e nas eleições da Frente Popular tinha 16 assentos de um total de 267 assentos para a esquerda¹⁴². A título de comparação, a CNT tinha então 30.000 militantes na prisão, que foram libertados após as eleições. A CNT não deu instruções para se abster. É compreensível... A comparação das estatísticas entre as eleições de 1933 e 1936, em cidades como Saragoça e Barcelona, onde o anarquismo foi particularmente desenvolvido, mostra uma diminuição significativa na abstenção¹⁴³.

¹⁴⁰Citado por Carlos Serrano, *L'enjeu espagnol. PCF et guerre d'Espagne*. Messidor-Éditions sociales, p. 65. Jacques Duclos retomaria esta história dos “cabeleireiros” trinta anos mais tarde num lamentável panfleto anti-anarquista publicado na sequência das greves de Maio de 1968, intitulado *Anarchistes d'hier et d'aujourd'hui* (edições sociais), e depois num livro publicado em 1974 pela Plon: *Bakounine et Marx, ombre et lumière*, no qual escreveu: “Há cerca de trinta anos atrás podíamos ver no trabalho os anarquistas espanhóis que causaram o maior dano à República Espanhola. Suas ações demonstraram um total desconhecimento dos problemas econômicos, e a nacionalização de pequenas lojas e salões de cabeleireiro foi uma medida revolucionária de primeira magnitude” (p. 19).

¹⁴¹Cf. “Decret de collectivitzacions, conselleria d'economia, Generalitat de Catalunya, octubre 1936.” O decreto distingue entre “empresas coletivizadas em que a responsabilidade pela gestão recai sobre os trabalhadores que compõem a empresa, representados por um conselho de empresa” e “empresas privadas, em que a gestão é de responsabilidade do proprietário ou gerente com a colaboração e supervisão do comitê de controle dos trabalhadores”.

¹⁴²Cf. Boris Souvarine, *A contre-courant*, Écrits 1925-1939, Denoël, note 12, p. 321.

¹⁴³Cf. C.M. Lorenzo, *loc. cit.* p. 90.

Tal como acontece com o partido bolchevique após a tomada do poder, o número de membros do Partido Comunista Espanhol aumentou consideravelmente: o relatório de José Diaz para o Comitê Central do Partido Comunista (março de 1937) indica que 76.700 agricultores e rendeiros e 15.485 membros da burguesia se juntaram ao partido desde o início da Guerra Civil¹⁴⁴...

Solidaridad obrera, o jornal diário da CNT, escreve (8 de abril de 1937) que o PSUC (Partido Comunista) “organizou 18.000 comerciantes, artesãos e industriais na CEPCEI, a federação catalã de pequenos comerciantes e industriais”. O PSUC permitiu que esta última – muitos dos seus membros eram empregadores – aderisse à UGT catalã que controlava. Bolloten cita novamente o comunista Jesus Hernández, que afirmou: “Vamos acabar com as tentações dos sindicatos e comitês para colocar o socialismo em prática”¹⁴⁵. Em março de 1937 o Partido Comunista atingiu 250.000 membros. Não admira...

Dois fatores principais determinam a oposição irreduzível entre libertários e comunistas espanhóis:

- **A política da Internacional Comunista.** Stálin está especialmente preocupado com o reforço das suas alianças ocidentais contra a Alemanha nazista. Por conseguinte, não quer impedir a qualquer preço que a URSS se isole da França e da Grã-Bretanha. Ele quer evitar a todo o custo que a França e a Inglaterra se aliem às suas custas. Na Espanha, isto se reflete em declarações como a de Carillo:

“Nós lutamos sinceramente pela república democrática, porque sabemos que se cometêssemos o erro de lutar agora pela revolução socialista em nosso país – e mesmo por um período relativamente distante após a vitória – daríamos a vitória ao fascismo; veríamos em nosso país não apenas os invasores fascistas, mas, ao seu lado, os governos burgueses democráticos do mun-

¹⁴⁴Bolloten Burnett, *La Révolution espagnole. La gauche et la lutte pour le pouvoir*, Paris, 1977, Ruedo iberico.

¹⁴⁵*Ibid.*

do, que já disseram explicitamente que na atual situação europeia eles não tolerariam uma ditadura do proletariado em nosso país”¹⁴⁶.

A primeira observação que poderíamos fazer é que os libertários, hegemônicos na classe trabalhadora, não tinham intenção de estabelecer uma “ditadura do proletariado” e que, na data das observações de Carillo, já tinham posto em prática a coletivização da economia sem fazer um “São Bartolomeu dos proprietários”¹⁴⁷, para usar as palavras de Proudhon.

A segunda observação é que ninguém poderia levar a sério o fato de que os comunistas poderiam ter renunciado ao estabelecimento da “ditadura do proletariado” na Espanha, se tivessem os meios para isso.

A terceira observação é que os “invasores fascistas” vieram de qualquer maneira, na forma do apoio que a Alemanha Nazista e a Itália Mussoliniana deram a Franco; quanto aos “governos democráticos burgueses do mundo”, sua intervenção também já era eficaz, na forma de não-intervenção. Assim, se cortarmos toda a parte irrelevante do argumento de Carillo, permanece o fato não dito: a revolução na Espanha não está na agenda da Internacional Comunista.

• **Uma revolução que os comunistas não controlam.** Se a política do Komintern é a principal explicação para a atitude dos comunistas espanhóis, seria ingênuo imaginar que Stálin poderia, por um só momento, ter desistido de desempenhar um papel no curso dos acontecimentos. No entanto, havia dois obstáculos: (a) uma revolução social que os comunistas não controlavam estava

¹⁴⁶Citado por Pierre Broué, *La révolution espagnole – 1931-1939*, Questions d’histoire Flammarion, p. 140.

¹⁴⁷Proudhon escreveu a Marx em 17 de março de 1846: “Prefiro queimar a propriedade lentamente do que dar-lhe novas forças, tornando-a um Dia de São Bartolomeu para os proprietários”. Uma opinião que seria confirmada pelos massacres de junho de 1848 em Paris, que o traumatizaram. É uma alusão ao massacre que teve lugar durante as guerras religiosas que ensanguentaram o país no século XVI: um massacre de protestantes foi iniciado em Paris em 24 de Agosto de 1572, Dia de São Bartolomeu, prolongou-se por vários dias na capital e depois alastrou-se por mais de vinte cidades provinciais nas semanas seguintes.

ocorrendo: ela tinha que ser liquidada; (b) a base social do Partido Comunista era insignificante em 1936, o marxismo, apesar dos esforços de Lafargue e Engels na época da AIT, nunca tinha conseguido combater a influência bakuniniana; os comunistas, portanto, tiveram que construir uma base social, e isso só foi possível fora da classe trabalhadora.

Os comunistas espanhóis representavam pouca coisa antes da guerra civil, e só podiam se desenvolver atraindo para si os camponeses ricos que se opunham à coletivização, a pequena burguesia, muitos policiais, soldados. A espinha dorsal do movimento comunista espanhol, apoiado por Moscou, ofereceu a sua experiência organizacional aos estratos sociais cujos interesses coincidiam, nessa altura, com os interesses políticos internacionais de Stálin. Este último não podia aceitar a ideia de uma revolução proletária que se desenvolve fora do seu controle e sobre bases radicalmente diferentes da revolução russa. Ao participar no governo e ocupar cargos em órgãos de poder, os comunistas adquiriram assim um poder desproporcional em relação à sua base social.

O Partido Comunista condicionará o fornecimento de armas soviéticas aos seus homólogos políticos: nomeações para cargos no aparelho de Estado, etc. Constituirá uma base social nos segmentos da população que nem a CNT nem a UGT organizam. A defesa da propriedade privada será a pedra angular da sua política. Toda a atividade do Partido Comunista Espanhol centrou-se na liquidação de todos os ganhos revolucionários que a classe trabalhadora tinha implementado.

Investido no aparelho de poder, um ostensivo defensor da propriedade e da ordem republicana, o Partido Comunista viu o seu número aumentar, mas foi um aumento cujo caráter circunstancial apareceria mais tarde, durante a derrota.

Os comunistas, apoiados pela pequena burguesia nacionalista catalã, se manifestaram abertamente contra as coletivizações – o que é um paradoxo curioso, sabendo que na Rússia tinham imposto a coletivização forçada da agricultura com a mais incrível violência, matando milhões de pessoas...

05. – 4 Antifascismo ou Revolução?

A revolução espanhola não foi a revolução russa. Esta última pode ser considerada como a última revolução do século XIX em termos dos meios técnicos utilizados. A revolução espanhola foi a primeira do século XX, com o uso de veículos blindados, aviação, etc. Era o campo de treino de Hitler para a Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial.

Na Rússia, em 1917, após três anos de uma guerra terrível, o Estado estava em total decadência, todas as forças sociais contrárias à revolução estavam em estado de dissolução. Foi esta situação que permitiu que um pequeno grupo de homens – alguns milhares em 1917 – tomassem o poder. Mas o grau extremo de organização e disciplina deste pequeno grupo de homens não pode explicar sozinho a eficácia da sua ação, o que não prejudica o gênio estratégico de Lênin, pelo menos não no início.

A sociedade espanhola não tinha este caráter deliquescente. As forças sociais envolvidas eram complexas, caracterizadas e enraizadas no seu modo de vida. A burguesia espanhola, e em particular a burguesia catalã, era poderosa e influente. A burguesia rural, os latifundiários, também. Muitas classes intermediárias atuaram como amortecedores e abraçaram as ideias da classe dominante, tanto mais por temerem a proletarização. Tal situação não existia na Rússia.

A revolução russa ocorreu em um momento de colapso geral, quando as potências internacionais capazes de combatê-la se esgotaram por quatro anos de uma terrível guerra. A revolução espanhola, por outro lado, teve lugar durante um período de crescente reação – o nazismo na Alemanha, o fascismo mussoliniano, que apoiou plenamente o fascismo espanhol com as suas armas.

Pode-se criticar a CNT e a FAI por não terem “tomado o poder” na Espanha, ou pelo menos na parte que não foi ocupada por Franco. Tratou-se de uma decisão política que pode ser lamentada, desde que o ambiente internacional não fosse tido em conta; militarmente, isto teria sido possível, como foi demonstrado pelo esmagamento, em março de 1939, de três corpos comunistas do exército pelo corpo de exército anarquista comandado por Cipriano Mera. A 2 de março, Negrín encenou um verdadeiro golpe de Estado e colocou os comunistas em todos os principais comandos militares. A CNT decidiu então saldar contas políticas com os stalinistas. Tudo isto

mostra que isto teria sido possível desde o início, e que se não o fosse, seria devido a uma *escolha política*. Cada um pode julgar a oportunidade desta escolha.

“A batalha começou no dia 5 de março, ao amanhecer, entre o corpo de exército dos comunistas I, II e III e o corpo de exército libertário IV, controlado pelos libertários, sob o comando de Cipriano Mera. Só terminou a 12 de março com a derrota dos comunistas. Vários milhares de homens pagaram com as suas vidas por este confronto”¹⁴⁸.

O IV Corpo de Mera tinha 150.000 homens, os três do exército comunista 350.000. De acordo com testemunhos de antigos camaradas que viveram os acontecimentos, todos os oficiais comunistas acima da patente de sargento foram executados. Mera não confirma este fato no seu livro. O Estado-Maior General do Partido Comunista, liderado por Dolores Ibarruri, fugiu de avião no dia 7 de março, no meio da batalha. Isto mostra que, se os libertários tivessem decidido fazê-lo, poderiam facilmente ter liquidado os comunistas em maio de 1937, no momento da questão telefônica de Barcelona, ou em agosto, quando Líster começou a destruir as comunidades aragonesas.

Quando tive a oportunidade de encontrar Cipriano Mera, no início dos anos 70, eu era um ativista muito jovem, um novato, ele era um veterano, mas era muito impressionante em sua presença e estatura. Ele era um daqueles militantes espanhóis que mal falavam francês, mesmo trinta anos depois, e que tinham organizado toda a sua vida em torno de um hipotético retorno à Espanha para retomar a luta. Apenas uma minoria de militantes da CNT tinha decidido aderir ao movimento operário francês e participar da sua luta sindical. A maior parte dos anarco-sindicalistas espanhóis viram o movimento operário francês com uma certa ironia. Cipriano Mera morreu em Paris em 1975, algumas semanas antes de Franco.

¹⁴⁸Cesar M. Lorenzo, *Les anarchistes espagnols et le pouvoir*, Le Seuil, 1969 p. 326.

Cf. igualmente: Cipriano Mera, *Rivoluzione armata in Spagna. Memorie di un anarco-sindacalista*, La Fiaccola, 1978.

O comitê regional catalão, em certa medida, tinha razão quando disse que não precisava eliminar as divisões anarquistas de frente. Em maio de 1937, os milicianos de Barcelona e da região, os trabalhadores insurgentes, as comissões de defesa dos subúrbios teriam sido mais do que suficientes para fazer o trabalho. Mas a situação teria sido limitada à Catalunha, porque em Madri a CNT não dominou. Um golpe de força significou uma guerra civil na guerra civil. A liderança da CNT não quis correr o risco de ficar sozinha contra três opositores, os fascistas, por um lado, os republicanos e os comunistas, por outro. Além disso, especular sobre a hipótese de que a classe trabalhadora espanhola teria apoiado os libertários catalães numa grande vaga de entusiasmo era um risco que a Confederação não queria correr. A Espanha teria entrado em vários blocos antagônicos, tornando-se uma presa fácil para os franquistas.

Helmut Wagner, o autor das “Teses sobre o bolchevismo”, foi um dos poucos marxistas revolucionários que foi capaz de ir além de um ponto de vista dogmático e ver o que estava acontecendo na realidade. Em abril de 1937, ele mencionou “a confusa situação internacional, que coloca os trabalhadores espanhóis em oposição ao resto do mundo”¹⁴⁹. Altamente crítico do anarco-sindicalismo, ele escreveu, no entanto, em abril de 1937, que os trabalhadores espanhóis tiveram que aceitar armas estrangeiras “para salvar suas vidas”, o que, sob a pena de um militante de extrema-esquerda, revela uma preocupação incomum com o parâmetro humano: “De fato os trabalhadores espanhóis não podiam dar-se ao luxo de lutar contra os sindicatos, pois isso levaria à falência total nas frentes militares. Eles não têm outra escolha: devem lutar contra os fascistas para salvar suas vidas; devem aceitar qualquer ajuda sem olhar de onde ela vem. Não se perguntam se o resultado dessa luta será o socialismo ou o capitalismo; só sabem que devem lutar até o fim”. Tal abordagem é bastante incomum entre os militantes desse movimento, que estão acostumados a aplicar uma análise dogmática baseada em algumas certezas imutáveis em todas as circunstâncias.

¹⁴⁹“L’Anarchisme et la révolution espagnole”, jun. 1937, in: *La Contre-révolution bureaucratique*, 10/18, p. 217.

Cesar M. Lorenzo provavelmente tem razão ao dizer que um “triunfo do anarquismo espanhol levando ao colapso da legalidade republicana teria certamente levado à formação de uma coalizão internacional contra ele, desde a União Soviética (abolição de toda ajuda em armas e munições) até Estados ocidentais democráticos (reconhecimento imediato do governo fascista, bloqueio econômico”¹⁵⁰. O movimento operário internacional teria, e em particular o movimento operário francês, amplamente influenciado pelos stalinistas, apoiado uma revolução libertária que ter-se-ia oposto aos comunistas espanhóis de armas em mãos?

Em suma, Carillo não estava errado quando disse: “Nós veríamos em nosso país não apenas os invasores fascistas, mas, ao seu lado, os governos burgueses democráticos do mundo”. Se a constatação é mais ou menos a mesma, a diferença — significativa — está no fato de que a CNT e seus aliados – o POUM e, em alguns casos, a UGT – implementaram transformações revolucionárias apesar da legalidade republicana, enquanto o Partido Comunista usou a legalidade republicana para liquidar essas transformações.

Não é porque a classe trabalhadora espanhola, por trás dos anarquistas, estava engajada na luta contra o fascismo que a revolução social falhou, é porque a própria existência do fascismo foi o sinal de que a revolução social já havia falhado. Não foi em 1936 que a revolução pôde ser realizada na Europa ocidental, foi entre 1918 e 1922, e se é necessário acertar contas com alguém, é com aqueles que tinham liquidado os movimentos revolucionários russo e alemão.

O antifascismo do proletariado espanhol não teve segundas intenções, porque a vitória de Franco significava sua morte, sua eliminação física, não como uma categoria conceitual, mas como seres de carne e osso, foi isso que representou a vitória da rebelião de Franco: centenas de milhares de execuções. No entanto, a experiência da guerra civil espanhola mostra os limites do antifascismo revolucionário na medida em que envolve a participação em coalizões heteróclitas de entidades cujos objetivos são necessariamente diferentes, e mesmo contrários aos da

¹⁵⁰C. M. Lorenzo, *Les Anarchistes espagnols et le pouvoir*, éditions le Seuil, p. 267.

organização revolucionária: a constituição de alianças com partidos que sabemos que não vão jogar o jogo de forma justa.

Estamos no caso típico da aliança antinatural denunciada por Bakunin:

“[...] uma aliança concluída entre dois partidos diferentes sempre se volta a favor do partido mais retrógrado; essa aliança necessariamente enfraquece o partido mais avançado, enfraquecendo, distorcendo seu programa, destruindo sua força moral, sua autoconfiança; enquanto que quando um partido retrógrado mente, ele sempre se encontra mais do que nunca em sua verdade”¹⁵¹.

05. – 5 Derrota Militar e Repressão

A derrota militar da revolução espanhola deveu-se à convergência de vários fatores:

- Intervenção militar direta e imediata de alemães e italianos;
- Ajuda condicional da URSS: o pouco material militar fornecido tinha de ser pago em numerário e só deveria ser usado por forças sob controle comunista.

O Partido Comunista Espanhol era extremamente minoritário e tinha pouca presença na classe trabalhadora; portanto, era necessário pagar uma segunda vez, politicamente, deixando os homens do partido em posições-chave. Como resultado, o PCE tornou-se uma força política artificialmente inflada, monopolizando e muitas vezes desastrosamente utilizando material bélico que foi pago pelo povo espanhol mas que nem sempre estava em condições de funcionar.

- A não intervenção das democracias ocidentais, cujo símbolo permaneceu Leon Blum, que sacrificou o povo espanhol para evitar uma guerra mundial, que de qual-

¹⁵¹ *Œuvres, Écrit contre Marx*, Champ libre, III, 166.

quer maneira aconteceu, e sobretudo para evitar a vitória de uma revolução.

- A estes três pontos pode-se acrescentar um quarto, as tentativas permanentes de sabotar a revolução pelos próprios democratas espanhóis.

Como se pode adivinhar, houve muitos debates sobre as causas da derrota do movimento operário espanhol e da vitória do franquismo.

1. Os democratas afirmam que se o movimento operário não tivesse se levantado, a frente popular teria conquistado o apoio das democracias ocidentais. Com efeito, a experiência de Munique mostra que, se o movimento operário não tivesse crescido, Franco teria ocupado instantaneamente toda a Espanha e é duvidoso que, no contexto do tempo, alguém tivesse intervindo para o desalojar.

2. Socialistas e comunistas em todos os países afirmam que a derrota militar se deveu à incapacidade organizacional, à indisciplina congênita dos anarco-sindicalistas. A realidade é bem diferente. Os anarco-sindicalistas, pelo contrário, provaram ser organizadores notáveis. Eles aplicaram um princípio simples: que uma revolução proletária deve melhorar imediatamente as condições de vida da população. Isto aconteceu tanto na agricultura, onde até mesmo muitos pequenos agricultores se juntaram às comunidades agrícolas porque a ajuda mútua facilitou o seu trabalho, como na indústria.

Gaston Leval costumava dizer-nos que “a revolução significa entregar trinta mil litros de leite fresco todos os dias em Madri”. Isso e muitas outras coisas. Conseguiram fazê-lo, continuou Gaston, “porque, desde a Internacional, havia setenta anos, estavam se preparando para esse papel; tinham pensado antecipadamente nos canais de distribuição a serem estabelecidos, entre trabalhadores urbanos, agricultores rurais, ferroviários e de transporte. O seu sindicalismo também foi usado para este fim”.

Porque eles não pretendiam usar máquinas governamentais para organizar a sociedade socialista, os anarco-sindicalistas, ao contrário das várias escolas estatais, tiveram de tentar reunir em organizações revolucionárias as várias categorias de trabalhadores – pelo menos

um número significativo deles – que produzem e distribuem bens e serviços.

3. A liderança da CNT – a organização havia crescido de um para dois milhões de membros durante a guerra – acreditava que uma vitória armada sobre os fascistas era a única condição para consolidar os primeiros ganhos revolucionários e estendê-los posteriormente. Portanto, participou da criação de divisões militarizadas para atender às demandas da situação e proporcionou, como organização de massas da classe trabalhadora e camponesa, o maior contingente de homens, juntamente com a União Geral dos Trabalhadores, uma organização sindical de tendência socialista. A CNT manteve esta linha apesar das provocações e traições dos comunistas e de alguns setores republicanos e socialistas unidos para destruir conquistas de autogestão. Ativistas do Partido Comunista Catalão, o PSUC, disseram a Ilya Ehrenburg em 1936: “Melhor fascistas do que anarquistas...”¹⁵².

4. Outro tipo de crítica vem da extrema-esquerda, em particular da trotskista: os libertários espanhóis deveriam ter tomado o poder, enfrentado uma guerra revolucionária e levantado a classe operária que vivia na zona ocupada pelos franquistas. Eles também declaram que foi necessário, durante a Segunda Guerra Mundial, apelar aos proletários alemães para que se levantassem contra Hitler.

Os libertários espanhóis levantaram o problema da sublevação na zona de Franco. Houve até mesmo tentativas de guerrilha, mas no geral foi algo limitado à inteligência e à sabotagem. Os franquistas também tinham antecipado esta eventualidade: puseram em prática uma solução clara e brutal, uma “solução final” que consiste na eliminação maciça e sistemática de todos os militantes e simpatizantes, instituindo o terror policial total sobre o resto da classe trabalhadora. Todos os homens e mulheres suscetíveis de apoiar uma guerra de guerrilha na zona de Franco desapareceram logo nas primeiras semanas... e com eles qualquer tentativa de revolta nestas zonas.

Em abril de 1939, no final da guerra civil espanhola, os derrotados eram essencialmente os trabalhadores, os militantes das

¹⁵²*Odyssey Review*, New York, dez. 1962.

organizações operárias da CNT e da UGT, que haviam impedido o triunfo imediato do fascismo pela força das armas, que formaram suas milícias e colunas para manter as frentes militares contra o exército de Franco e que realizaram as experiências mais ricas no campo socioeconômico para o futuro de uma sociedade emancipada.

Entretanto, para a classe operária espanhola, a guerra não terminou em 1º de abril de 1939. Prosseguiu-se com a detenção de mulheres e homens em campos de concentração onde até 2 milhões de pessoas estavam lotadas. Alguns dos mais conhecidos destes campos: Albatera, Los Almendros, Santa Eulalia del Campo, San Marcos de Leon. Após o desmantelamento gradual dos campos de concentração, 300.000 espanhóis foram detidos em prisões; outros 300.000 estavam em liberdade condicional. Meio milhão de espanhóis foram para o exílio, uns para o Norte de África, outros para a América e a maioria deles para França, onde foram novamente presos pelas autoridades francesas em campos de concentração: alguns foram transferidos para campos de extermínio nazistas: 8.000 morreram em Mauthausen, 40.000 foram restituídos a Franco por Vichy. A jornalista inglesa A.V. Philips estima que, entre março de 1939 e março de 1940, cerca de 100.000 pessoas foram executadas. Um historiador americano, Charles Folft, escreve que entre 1939 e 1944 foram mortas 190.684 pessoas, número obtido por um correspondente da Associated Press que entrevistou um funcionário do departamento de justiça de Franco. A execução de 430 professores universitários e 6.000 professores corresponde à liquidação física de 50% do corpo docente. A estes números há que acrescentar a repressão exercida por Franco entre 1936 e 1939 na parte da Espanha ocupada pelos fascistas. Quando, em 1944, russos e americanos decidiram o *status quo* da Espanha como recompensa por sua neutralidade durante a guerra, uma nova onda de repressão eclodiu.

06. – Figuras

06 – 1 Rosa Luxemburgo “Anarquista”?

Rosa Luxemburgo foi muito afetada pelas acusações de “anarquismo” feitas pelos dirigentes social-democratas alemães. Naturalmente, esta acusação não deve ser levada a sério. Na verdade, todos os militantes que defenderam uma greve geral e que expressaram reservas sobre a ação parlamentar foram acusados pela social-democracia de serem anarquistas... Nenhuma diferença foi feita, por exemplo, entre sindicalistas-revolucionários e anarquistas.

Na realidade, Rosa Luxemburgo era ferozmente anti-anarquista. Em sua brochura *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*, publicada em 1905, ela se perguntava sobre o papel desempenhado pelo anarquismo durante a revolução russa de 1905:

“Tornou-se sinal de ladrões e saqueadores vulgares: é sob a denominação de ‘anarco-comunismo’ que grande parte desses inúmeros roubos e furtos entre particulares foram cometidos, os quais, em cada período de depressão, de refluxo temporário da revolução, são devastadores. O anarquismo na revolução russa não é a teoria do proletariado militante, mas o sinal ideológico do lumpemproletariado contrarrevolucionário derretendo como um bando de tubarões na esteira do navio de guerra revolucionário. E este é, sem dúvida, o fim da carreira histórica do anarquismo.”

Esta é a ladainha habitual sobre o “anarquismo-doutrina do lumpemproletariado”.

Em 1893, um congresso foi realizado em Paris, reunindo representantes de todo o movimento operário francês da época¹⁵³. Nas atas do congresso, a lista de organizações presentes tem oito páginas. Este congresso tinha discutido a organização de uma greve geral se houvesse uma guerra entre a França e a Alemanha. Com a unanimidade, menos um delegado, a Convenção adotou o princípio da greve geral. Como anedota, o delegado que votou contra disse que tinha sido mandatado para votar desta forma, mas que voltaria aos seus eleitores para fazê-los mudar de opinião.

¹⁵³ Ver as atas do congresso:

http://monde-nouveau.net/IMG/pdf/--Debat_sur_la_greve_generale_1893.pdf.

Deduzimos que, segundo Rosa Luxemburgo, toda a classe operária francesa organizada que participou deste congresso era formada por “lumpemproletários”. Da mesma forma, foram provavelmente 600.000 “lumpemproletários” que, em 1912, seguiram o *slogan* da greve geral da CGT para protestar contra a guerra iminente – uma iniciativa que os socialistas “científicos” alemães, começando com Rosa Luxemburgo, nunca puderam tomar. O discurso de Rosa Luxemburgo serve para dissimular a constatação de anterioridade do movimento “anarquista” sobre a questão da greve geral, que Luxemburgo chama de “greve de massas”, de forma a se distinguir.

Como uma marxista consequente, Luxemburgo ataca o anarquismo não recorrendo à crítica teórica, mas, como seus antecessores Marx e Engels, à calúnia e à deformação deliberada. Neste terreno, ela será tanto mais frenética quanto terá de se esquivar da acusação de “anarquismo” lançada contra ela por seus camaradas marxistas.

Assim, Luxemburgo considerar-se-á obrigada a dedicar várias páginas da sua brochura a atacar Bakunin sobre a ideia de greve geral, acusando o revolucionário russo de fabricar revoluções artificialmente, mesmo que ele tenha constantemente alertado os militantes para os riscos da falta de preparação. “Numa bela manhã, diz Luxemburgo, citando Engels, todos os trabalhadores de todas as empresas de um país ou mesmo de todo o mundo desistem de trabalhar, obrigando, no máximo em quatro semanas, as classes dirigentes a capitular ou a atacar os trabalhadores, para que tenham o direito de se defender e, ao mesmo tempo, de destruir toda a velha sociedade”.

Obviamente, não há nada disto em Bakunin, que insiste que uma revolução deve ser preparada e que é irresponsável envolver o proletariado em uma revolução se não se tem certeza da vitória.

Rosa Luxemburgo continua:

“O infortúnio sempre foi para o anarquismo que os métodos improvisados de luta no ‘espaço etéreo’ provaram-se sempre puras utopias; além disso, na maioria das vezes, como eles se recusaram a lidar com a triste reali-

dade desprezada, deixaram insinuatamente de ser teorias revolucionárias e se tornaram os auxiliares práticos de reação”.

Luxemburgo afirma que sua teoria de greve de massa é “dirigida contra a teoria anarquista da greve geral”. Na verdade, toda a brochura está repleta de críticas contra o anarquismo e contra Bakunin. Ela conclui com o argumento de choque do uso da “dialética”, a arma secreta dos marxistas:

“Assim, a dialética da história, o fundamento rochoso sobre o qual se baseia toda a doutrina do socialismo marxista, teve como resultado que o anarquismo, ao qual estava indissolúvelmente ligada a ideia das greves de massas, entrou em conflito com a prática das greves de massas; por outro lado, a greve de massas, travada no passado como contrária à ação política do proletariado, aparece hoje como a arma mais poderosa na luta política para conquistar direitos políticos”.

Este pequeno parágrafo é particularmente interessante. Ele basicamente diz isto, assim que for decodificado:

- A greve geral (de “massas” no vocabulário luxemburguês) era até agora parte do “fundo de comércio do anarquismo” (na verdade, do sindicalismo revolucionário, mas como eu disse, os social-democratas alemães não fizeram a diferença).

- Graças à “dialética da história” (*sic*) – essa “fundação rochosa” do marxismo –, o anarquismo contradiz a “greve de massa” (não sabemos por que ou como, mas basta que a “dialética da história” o diga pela boca de Santa Rosa Luxemburgo).

- A greve de massas, até então combatida pelos social-democratas, tornou-se “a arma mais poderosa” da luta política do proletariado. A “arma mais poderosa” só nas mãos de Rosa Luxemburgo e de uma ínfima minoria de socialistas alemães, porque a liderança do partido se recusou sistematicamente a utilizá-la...

A pergunta que qualquer leitor medianamente instruído faz é: já que a “dialética da história” é tão clara e óbvia, por que a “greve de

massa” não foi reconhecida anteriormente como um elemento operacional e, sobretudo, por que, apesar da intervenção de Rosa Luxemburgo revelando os projetos da “dialética da história”¹⁵⁴, a totalidade da social-democracia alemã não teve a revelação? E porque é que a social-democracia alemã chamou “anarquista” a Rosa Luxemburgo?

A ideia de uma greve geral tinha sido lançada pelo congresso da Primeira Internacional, realizado em Bruxelas em setembro de 1868, mas era uma medida destinada a opor-se à guerra. Nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, os líderes da CGT francesa não parariam de tentar converter os líderes alemães à necessidade de uma greve geral, caso houvesse uma guerra entre os dois países. Vão fazer múltiplas tentativas, e vão sempre esbarrar numa parede.

“Os debates sobre a greve geral fazem temer que os dirigentes sindicais sejam ultrapassados pelos acontecimentos: dizem não dispor de meios para a apoiar. Os revisionistas opõem-se a uma greve de massas. Rosa Luxemburgo, de volta da Rússia, afirma que é através da

¹⁵⁴ A expressão “dialética da história” não significa absolutamente nada. A “história” não tem “dialética”. É a pessoa que pensa a história que projeta uma “dialética” sobre ela. Marx fala muito pouco de “dialética”. Henri Lefebvre assinala que temos de esperar até 1858 para descobrir uma menção não-prejorativa de Marx na dialética hegeliana. O texto em que Marx explica que volta a pôr a dialética de pé pode ser encontrado no posfácio de 1873 do *Capital*, onde ele diz, a propósito, que tudo o que precisa ser feito é virar o método de Hegel para cima e se “vai achar que parece bastante razoável” – uma observação bastante trivial. Franz Jakubowski salienta também que “encontramos em sua obra [de Marx], sobre Hegel, apenas uma multidão de observações dispersas”. (*Les superstructures idéologiques dans la conception matérialiste de l’histoire*, EDI, p. 77).

O desafio do “método dialético” chegou tarde. Em outras palavras, todo o barulho feito em torno da “dialética marxista” é uma construção *a posteriori*. A questão do “método” marxista só se tornou desproporcionalmente importante após a morte de Marx, quando se tratou de “provar” o caráter “científico” do marxismo. Engels é o grande responsável por este processo, que se tornou caricatural com Lênin. A dialética foi usada de todas as formas e na maioria das vezes serviu para mascarar falsos conhecimentos. As pessoas se escondiam atrás da “dialética”, e especialmente atrás daqueles que falavam sobre ela, para evitar pensar e se dar a ilusão do conhecimento que não tinham. Confrontados com fenômenos sociais contraditórios, eles se limitaram a explicar que esta contradição era “dialética”, evitando assim examinar suas causas factuais.

luta que os trabalhadores se podem organizar e autogerir, razão pela qual é chamada ‘anarquista’ pelos burocratas sindicais”¹⁵⁵.

Em vez de atacar histericamente o “anarquismo” sobre o princípio da greve geral, Rosa Luxemburgo teria feito melhor em prever modos de formar uma aliança com o movimento operário francês sobre esta questão, a fim de se oporem conjuntamente à guerra. Até ao último momento, a liderança da CGT fez tentativas de reunir os líderes socialistas alemães à ideia de uma greve geral concertada contra a guerra, sem sucesso: a liderança confederal da CGT encontrou recusas categóricas e repetidas para considerar esta eventualidade.

Quando Rosa Luxemburgo fez do bolchevismo a crítica que a tornará famosa, ela mostrou que as principais inovações táticas e estratégicas (do ponto de vista da social-democracia) não resultaram das descobertas programáticas de alguns líderes social-democratas ou mesmo dos órgãos de governo do partido, mas que elas resultam espontaneamente do movimento. Luxemburgo “descobriu”, na altura da revolução russa de 1905, algo que já era então comum no movimento sindical francês havia muito tempo. A greve geral foi discutida em grupos sindicais já em 1888. Como eu disse, o princípio da greve geral foi adotado em Congresso já em 1893, por unanimidade menos um voto¹⁵⁶. Neste congresso, do qual temos um relatório detalhado, é evidente que a greve geral se identifica com a revolução. É compreensível que a social-democracia alemã tenha sistematicamente rejeitado qualquer discussão sobre o assunto.

Rosa Luxemburgo descobriu que a classe trabalhadora não se limita à liderança política da classe trabalhadora. Em suma, Rosa Luxemburgo descobriu “água quente”, como se costuma dizer em francês. Mas também é verdade que, para os social-democratas alemães, as suas conclusões são uma inovação: pensem, pois, que a classe trabalhadora é também um ator, independentemente da sua

¹⁵⁵René Berthier, *Digressions sur la révolution allemande*, Éditions du Monde libertaire.

¹⁵⁶Cf: “1893: Débat sur la grève générale au congrès national des chambres syndicales et groupes corporatifs ouvriers”, <http://monde-nouveau.net/spip.php?article284>.

direção! Esta observação será ecoada uns vinte anos depois, quando Trotsky diz em seu “Programa de Transição” que “a atual crise da civilização humana é a crise da liderança do proletariado”.

Nos anos 70, Daniel Guérin quis fazer uma leitura libertária de Rosa Luxemburgo¹⁵⁷, o que faz dela uma “anarquista” não totalmente realizada. Sua crítica ao bolchevismo e suas concepções da organização, bem como seu discurso sobre a espontaneidade, acabaram, sem dúvida, por designá-la como uma “anarquista”, aos olhos de alguns estudantes e intelectuais. Seu discurso parece “simpático” a muitos militantes, inclusive libertários, porque sua oposição a Lênin, assim como seu assassinato, ajudaram a transformá-la em um mito.

Rosa Luxemburgo é apresentada como dissidente do marxismo pela sua crítica ao leninismo, ao centralismo, à defesa da liberdade de expressão, etc. Mas ninguém pode dizer que não teria se alinhado com as posições da Internacional Comunista, se tivesse vivido. Ela aparece como representante do que mais tarde será chamado de “socialismo com rosto humano”, um socialismo onde o diálogo é a lei, mas sua crítica ao leninismo não toca o essencial, apenas ataca seus métodos de ação. Esquece-se que ela permaneceu fundamentalmente uma social-democrata, sectária, feroz anti-anarquista, utilizando o movimento sindical como mero auxiliar da política do partido.

Evocando esses “dissidentes” do marxismo, um ativista da Federação Anarquista escreveu no *Monde Libertaire* cerca de trinta anos atrás:

“E aí, à sombra de Anton Pannekoek ou Rosa Luxemburgo, podem sonhar em voz alta com um marxismo que não segregue o totalitarismo e com um partido de vanguarda vacinado contra o leninismo e o stalinismo. E não se privam de sonhar, e de sonhar de novo”¹⁵⁸.

¹⁵⁷Rosa Luxemburg et la spontanéité révolutionnaire, Éditions Flammarion, 1971.

¹⁵⁸Groupe Malatesta, em *Le Monde libertaire*, 6 jan. 1983.

Anarquismo, Conselhismo e Luxemburguismo

Os soviets, ou conselhos operários, são uma forma de organização, que tem sido mitificada tanto pelas correntes leninistas quanto por aqueles que se chamam “conselhistas”, e até mesmo por alguns anarquistas. Na corrente da ultra-esquerda, fala-se deles com uma emoção tão sincera quanto idealizada, esquecendo a velocidade extraordinária com que se burocratizaram – poucos meses.

Em 1905, o partido bolchevique se opôs aos conselhos de trabalhadores porque competiam com os partidos. Lênin até quis excluir os anarquistas dos soviets porque eles “não fazem política”. Em 1905, o comitê do partido de São Petersburgo, completamente desconcertado, enviou um ultimato aos soviets: adotar o programa do partido ou dissolver-se¹⁵⁹.

De um instrumento de combate, no início, o soviete de Petrogrado tornou-se um aparelho administrativo bem estabelecido. De 1.200 deputados no início de março de 1917, cresceu para 3.000 em menos de um mês. Não é feita qualquer verificação séria dos mandatos. Havia muitos “recém-chegados de segunda mão”. As sessões plenárias foram confusas. Em breve foi criado um “pequeno soviete” de 600 membros. Foram criados múltiplos comitês, gabinetes e secretariados. Várias centenas de empregados eram ativos nos vários departamentos. Oskar Anweiler, nos *Soviets na Rússia*¹⁶⁰, escreve sobre este assunto que o que o soviete ganhou em termos de bom funcionamento, perdeu em termos de contato direto com uma parte considerável das massas. Quase diariamente, durante as primeiras semanas da sua existência, as sessões plenárias do soviete foram espaçadas e, muitas vezes, atraíram apenas um número limitado de deputados. O executivo soviético estava visivelmente libertando-se da vigilância que os deputados deveriam exercer sobre ele. Em outras palavras, o soviete tornou-se burocrático, quase desde o início da revolução.

No entanto, a mitificação dos conselhos operários russos não foi nada comparada com o que aconteceu durante a revolução alemã. Os “comunistas de conselhos” se apegaram a uma forma de organização que só viveu por alguns meses na Alemanha e foi imediatamente

¹⁵⁹Ver *infra*, 08-6 “Sindicato e Partido”.

¹⁶⁰Cf. Oskar Anweiler, *Les soviets en Russie 1905-1921*. Éditions Gallimard.

recuperada pelos reformistas. Em nenhum momento, eles questionaram o fato de que os conselhos operários, que foram criações inteiramente circunstanciais e espontâneas do movimento operário e, portanto, extremamente frágeis, talvez não fossem a forma mais adequada para assegurar um controle permanente da sociedade por parte da classe trabalhadora.

Os conselhos de trabalhadores e militares realizaram os seus congressos em Berlim, em 16 de dezembro de 1918. Na ordem do dia: constituição de uma “Assembleia Nacional ou Governo dos Conselhos”¹⁶¹. A questão central da revolução é levantada, diz Rosa Luxemburgo, em *Die Rote Fahne*. Ao que *Vorwärts*, o órgão central da social-democracia, respondeu: “As massas não estão maduras”. Para os reformistas, uma assembleia constituinte deveria ter assumido as tarefas da revolução.

O peso político da social-democracia – que estava no poder, recorde-se – manteve-se enorme. Ela não se tinha oposto abertamente aos conselhos de trabalhadores. Ela até propôs legalizá-los. Os conselhos de trabalhadores na Alemanha tinham nascido do vácuo político do Estado. Mas, tal como os soviets russos, os da Alemanha mudaram rapidamente. Das organizações de classe, tornaram-se organismos onde os partidos políticos se confrontavam: tornaram-se assembleias de tipo parlamentar. E, nesse jogo, como os social-democratas eram os mais numerosos e mais bem organizados, acabaram dominando. Os conselhos rapidamente deixaram de ser a expressão direta dos trabalhadores das empresas; os delegados dos conselhos de trabalhadores já não recebiam seus mandatos da base, mas das diversas organizações ali representadas: partido social-democrata, socialistas de esquerda, sindicatos, cooperativas, consumidores... A lei que legaliza os conselhos de trabalhadores passou para o Reichstag e define em detalhe os direitos e deveres dos conselhos, que se tornaram engrenagens da máquina estatal.

Os social-democratas tinham colocado seus homens lá: quanto mais alto se subia na hierarquia dos conselhos, mais numerosos eram. A sua influência era tão grande que muitos militantes revolucionários se recusaram a ter assento nos conselhos onde havia

¹⁶¹Como anedota, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht não puderam se candidatar, porque não trabalhavam...

social-democratas!!! Uma atitude que é quase traição... O abandono dos postos parece ter sido uma atitude constante dos comunistas de conselho alemães. Assim, no congresso dos conselhos, os socialistas reformistas representaram quatro quintos dos delegados contra cerca de dez espartaquistas que não tinham desertado. As resoluções sobre o poder dos conselhos foram rejeitadas. O governo Ebert-Scheidemann foi investido de plenos poderes no Congresso Pan-Alemão dos Conselhos de Trabalhadores e Soldados (16-20 de dezembro de 1918). A social-democracia tinha ganho o jogo. Em poucos meses, ela tinha literalmente engolido a revolução dos Conselhos.

Note-se que a maioria dos comunistas de conselho era ferozmente anti-anarquista. O principal ponto de oposição entre eles e o anarquismo está na rejeição de qualquer forma de organização permanente. No coração da revolução alemã, os debates que abalaram as correntes conselhistas e provocaram uma cascata de cisões dentro delas foram os seguintes:

- Herman Gorter limita-se a uma visão tipicamente social-democrata da divisão do trabalho entre “político” e “econômico”: o partido – o KAPD, neste caso – “é a elite dos trabalhadores, enquanto a União [a AAUD] – “é a massa que se dedica à ação espontânea... *mas não à defesa econômica*. Curiosamente, nada o distingue do ponto de vista social-democrata, comum a Kautsky e Lênin, sobre a consciência operária e o papel dos intelectuais.

- Otto Rühle pensa que o partido é uma forma ultrapassada que se destaca da “classe”; é uma instituição ligada à revolução burguesa, enquanto a consciência é a auto-produção da classe. No jargão da ultra-esquerda, falamos de “a classe” para designar a classe operária, como se apenas a classe operária fosse uma classe social digna desse nome. Mas nunca estamos longe do discurso do professor sobre a sua “classe”. [*O francês tem a mesma palavra para «classe social” e «aula”.*]

- Quanto à Pannekoek, interroga-se sobre a validade da distinção entre partidos e sindicatos, uma vez que estes últimos constituem, de fato, uma espécie de comitê partidário de base. Ele considera que o proletariado alemão não está à altura da sua missão histórica, mas ele não se pergunta se a esquerda comunista está à altura da sua tarefa.

- Outra questão fundamental que foi vigorosamente debatida foi se a organização deveria preceder a ação.

- Canne-Meijer menciona que “alguns chegaram ao ponto de fundar organizações anti-organizacionais...”, como foi o caso em 1928-1929 no KAPD, reduzido a um estatuto de microgrupo. Quando um dos grupos revolucionários da época, a AAU, foi liderado, em 1929, para conduzir uma greve – “o auge do horror! – o KAPD enviou-lhe uma carta de reprovação: este foi o triunfo de uma “política de comércio de cavalos”, que consiste em “negociar com os capitalistas em torno de um tapete verde, enquanto esperava que o proletariado fosse forte o suficiente para fazer o assalto final”.

Como não pensar nas *disputatio* escolásticas da Idade Média, quando se levantavam questões fundamentais como: “O suor do couro cabeludo cheira mais mal que o de outras partes do corpo?”, “O corpo do Cristo ressuscitado tinha cicatrizes?”, ou “Os tolos são ainda mais burros quando a lua está cheia?”

Conselhismo e Autogestão

Correndo o risco de surpreender, o termo bastante recente de autogestão não foi originalmente incluído na panóplia conceptual do anarquismo e do anarcossindicalismo. E foi ainda menos na panóplia conceptual do marxismo. Recordemos que os soviets eram um conceito totalmente estranho ao bolchevismo antes de abril de 1917. Antes da autogestão se tornar moda por volta de maio de 1968, o movimento anarquista falou sobre a gestão direta e coletiva da economia: ela não estava limitada à gestão empresarial.

Depois de maio de 68, uma infinidade de intelectuais de esquerda maravilharam-se quando descobriram que os trabalhadores sabiam como administrar sua empresa. Para os libertários, isto não foi uma novidade, já que, por iniciativa dos libertários, a economia – indústria, agricultura e transporte – foi coletivizada durante a Guerra Civil Espanhola. Note-se que os comunistas fizeram tudo o que puderam para destruir este trabalho de coletivização.

Para os anarquistas, o fato de uma empresa ser gerida pelos seus empregados não é nem um furo, nem uma panaceia. Em princípio, é bem possível imaginar empresas que são autogeridas por seus empregados, em um sistema de economia de mercado com apropriação do

valor agregado pelos patrões. Isso não muda a natureza do sistema, que permanece perfeitamente capitalista; simplesmente, o modo de gestão é um pouco modificado. Neste ponto, concordamos plenamente com os conselhistas. Para nós, libertários, uma sociedade socialista é uma sociedade em que todos os setores da economia são administrados coletivamente, ou seja, de acordo com os princípios do federalismo, e em que a alocação da superprodução social é objeto de debate e decisões coletivas.

Por conseguinte, não é tanto a forma como a empresa é gerida que importa, mesmo que não seja negligenciável, porque, no sistema capitalista, a empresa é frequentemente um local de opressão. Mais importante ainda, é a forma como a população ativa determina as necessidades globais, os objetivos de produção e os meios para atingir esses objetivos. No sistema capitalista, é o mercado – na verdade, os acionistas das empresas – que assumem essas funções sob a benevolente proteção do Estado; no capitalismo de Estado, como na ex-URSS, foi o Estado. Em ambos os casos, o proletariado não tem nada a dizer. Eu entendo o termo proletariado no sentido entendido pela CGT-SR francesa: “[...] o trabalhador da indústria ou da terra, o artesão da cidade ou dos campos – quer trabalhe ou não com sua família – o empregado, o funcionário público, o capataz, o técnico, o professor, o cientista, o escritor, o artista, que vivem exclusivamente do produto de seu trabalho pertencem à mesma classe: o proletariado”¹⁶². O comunismo libertário se identifica com a autogestão apenas na medida em que é o proletariado (no sentido definido acima) organizado em suas estruturas de classe – industriais e geográficas – que define os objetivos e meios globais.

Curiosamente, a melhor definição do anarco-sindicalismo é provavelmente encontrada em... Pannekoek:

“Uma vez que a luta de classes revolucionária do proletariado contra a burguesia e seus órgãos é inseparável do controle dos trabalhadores do aparelho de produção e sua extensão ao produto social, a forma organizacional que une a classe em sua luta constitui simultanea-

¹⁶²Pierre Besnard, *Les Syndicats ouvriers et la volution sociale*. Esta definição engloba pelo menos 80% da população.

mente a forma organizacional do novo processo de produção”¹⁶³.

A mesma ideia, expressa quase com as mesmas palavras, pode ser encontrada nos debates dentro da Primeira Internacional.

Mas as semelhanças não podem apagar as diferenças: a principal oposição entre os comunistas do conselho, por um lado, e os anarquistas e anarco-sindicalistas, por outro, reside no fato de que os conselhistas são contra qualquer organização permanente.

Apesar do que diz Pannekoek, o comunismo do conselho é absolutamente contrário à autogestão, que é considerada como uma forma especificamente capitalista. É uma “mistificação corporativista localista e sindicalista” dentro da classe trabalhadora¹⁶⁴, então os conselhos de trabalhadores e a autogestão não são a mesma coisa em absoluto. Segundo os conselhistas, a gestão operária das empresas é uma simples extensão da organização capitalista de produção. Os conselhos de trabalhadores não são usados para este fim, eles são uma ferramenta política pela qual o proletariado deve fazer a revolução mundial.

Os anarquistas concordam com os conselhistas em um ponto: eles não pretendem organizar um sistema onde as empresas seriam autogeridas sem ligações entre si, sem um projeto comum e sem ter reduzido o poder político da burguesia. A autogestão de uma empresa no sistema capitalista é simplesmente chamada de cooperativa. Não que os anarquistas se oponham às cooperativas, pelo contrário, mas com a condição de não imaginar que o capitalismo possa ser derrubado simplesmente pela multiplicação das cooperativas. O problema é que os conselhistas atribuem aos anarquistas posições que eles não defendem – como às vezes Besancenot & Löwy.

As críticas feitas pelos conselhistas aos anarquistas são totalmente infundadas: os libertários nunca limitaram o seu projecto social à gestão das empresas por parte dos trabalhadores. Tal reprovação ou é ignorância ou má-fé. Tanto Proudhon como Bakunin rejeitam

¹⁶³Pannekoek, *Les Conseils ouvriers*, EDI, p. 273. Entretanto, Pannekoek não inventou esta ideia: é um tema recorrente entre os ativistas federalistas da AIT.

¹⁶⁴Refiro-me a um artigo (em francês) intitulado “La révolution prolétarienne” (A revolução proletária) publicado em uma revista da “Courant communiste international”, em *Revue Internationale* n° 1, 2º trim., 1975.

fortemente a ideia de que a emancipação do proletariado poderia ser alcançada através da extensão das cooperativas.

Segundo os conselhistas, a autogestão hoje seria o “último recurso” para a crise do capitalismo e, como tal, os social-democratas, trotskistas e outros libertários defendem “‘conselhos de trabalhadores’ emasculados” (*sic*)¹⁶⁵. A autogestão seria um slogan usado pela burguesia para levar o proletariado à sua própria exploração, sem questionar o estado capitalista e as relações de mercado.

“Foi assim que a república burguesa espanhola conseguiu recuperar muitos casos de autogestão e colocá-los a serviço de seu esforço de guerra contra seu rival capitalista, a fração de Franco¹⁶⁶”.

Não sei se o autor destas linhas se apercebe do que está dizendo. Em primeiro lugar, a república espanhola não *recuperou* “muitos casos de autogestão”: *toda a economia da zona onde os anarquistas dominavam foi coletivizada*, graças a isso a população pôde produzir, colher trigo, transportar alimentos para as cidades durante três anos – o que os comunistas russos não foram capazes de fazer. Gaston Leval costumava dizer que “a revolução significava distribuir 30.000 litros de leite por dia em Madri”.

Foi o proletariado organizado que reestruturou a economia. Sem o proletariado organizado nos seus sindicatos, o *putsch* fascista de 19 de julho de 1936 teria terminado em 20 de julho, e não teria havido revolução espanhola.

Os conselhistas apontam “a natureza burocrática e estatal da maior parte da chamada coletivização sob os auspícios da CNT anarquista”. Esse raciocínio um pouco simplista levou o autor do artigo à conclusão de que a coletivização da indústria, agricultura e transporte pela CNT e às vezes pela CNT-UGT era apenas uma tática ao serviço de uma fração capitalista contra a outra. Esse raciocínio é tão caricatural que essa corrente política é totalmente desqualificada em qualquer discussão em que seja necessário um mínimo de bom senso.

¹⁶⁵*Loc. cit.*

¹⁶⁶*Loc. cit.*

Os conselhistas se opõem à constituição do que eles chamam de “unidades produtivas” que mantêm as divisões impostas pelo capitalismo. Tais métodos organizacionais “desviam os trabalhadores de seu propósito primordial: destruir o Estado capitalista e, assim, permitir ao Estado relançar sua ofensiva contra uma classe trabalhadora fragmentada”: ao contrário, a socialização da produção requer a supressão de empresas autônomas e “a submissão de todo aparato produtivo à direção consciente da sociedade, sem o intermédio da troca”. Os defensores da autogestão, por outro lado, são caracterizados pela “rejeição comum da necessidade do proletariado de destruir o Estado burguês em escala mundial antes que qualquer socialização real possa ser realizada”.

No entanto, é engraçado que os ativistas que falam de um “período de transição” reprovem os libertários espanhóis por não terem estabelecido o comunismo em uma semana. Estes camaradas simplesmente não são críveis.

Eu me referi às posições de uma das inúmeras correntes que se dizem comunistas dos conselhos. Alguns autores falam de “autogestão social”, o que nos permite distanciar-nos da ideia de autogestão limitada à empresa, e implica uma forma de organização no nível de toda a sociedade. Mas isso não seria suficiente para satisfazer nossos conselhistas:

“Mas a mistificação da autogestão não se detém na idéia de unidades de produção ‘autônomas’. Pode ser estendido a nível nacional, se imaginarmos os conselhos de trabalhadores planejando conjuntamente a acumulação ‘democrática’ do capital nacional”.

Em resumo, os conselhos operários servem para “destruir o Estado burguês em escala mundial antes que qualquer socialização real possa ser realizada”. Entretanto, o que é que fazemos? Não sabemos o que acontece entre o começo da destruição do Estado e o começo da “socialização real”.

06. – 2. Alexandra Kollontai e a “Oposição Operária”

A “Oposição Operária” era um grupo formado dentro do Partido Bolchevique, em 1919, mas que não se manifestou abertamente até o inverno de 1920. Naquela época, houve um agitado debate no partido sobre a militarização do trabalho, que Trotsky queria introduzir, e sobre o papel dos sindicatos. A Oposição Operária foi naturalmente contra a militarização do trabalho.

A crise econômica na Rússia era catastrófica e muitos militantes comunistas pensaram que, em face da incapacidade total do partido nessa área, o controle sindical da economia era a solução mais racional – sendo os líderes sindicais, por causa de sua proximidade com o aparato de produção, considerados mais competentes que os líderes partidários. Os líderes mais famosos deste grupo eram Alexandra Kollontai e Alexander Shliapnikov (Kollontai, vindo da aristocracia, não tinha absolutamente nada de sindicalista. Shliapnikov, por outro lado, foi o único grande líder bolchevique com experiência genuína de trabalho de fábrica).

O perigo para Lênin, Trotsky, Zinoviev e todos os líderes do partido era extremo: a liderança do partido provavelmente nunca estava tão perto de ser derrubada como naquela época, se os oponentes tivessem tido a coragem de fazê-lo. Para esses oponentes, os sindicatos realizaram “a atividade criadora da ditadura do proletariado no campo econômico”, mas, apesar de tudo, o Partido Bolchevique permaneceu “o centro supremo da política de classe, o órgão do pensamento comunista, o controlador da política real dos soviets”.

Não foi uma crítica real do regime posto em prática pelo golpe de outubro de 1917; a Oposição Operária, na melhor das hipóteses, censura o partido por seu “espírito rotineiro”. Essa falta de clarividência – ou covardia, como se preferir – terá efeitos trágicos. De fato, as análises da Oposição Operária encaixam-se perfeitamente no contexto de uma crise global do regime comunista na Rússia, marcada pelas deserções em massa sofridas pelo Partido Comunista, pela crítica quase unânime do regime, pelo crescimento da influência dos outros partidos da esquerda e do anarquismo, e pela insurreição de Kronstadt, que é apenas uma expressão dessa crise global.

Em vez de ligar a atividade do grupo à oposição global ao regime, os líderes da Oposição Operária aprovarão e participarão da repressão da insurreição de Kronstadt; após o que o grupo desaparecerá

completamente. A memória dos trabalhadores conservará a lembrança de um documento fascinante, mas esquecerá a covardia criminoso com que os seus autores obstinadamente cumprem a “disciplina do partido”. No X Congresso do partido, realizado em conjunto com a supressão da revolta de Kronstadt, os ativistas da Oposição Operária aprovaram a resolução que proibia as frações do partido, o que significava um verdadeiro suicídio. Gaston Leval nos contou, certa vez, que durante sua estada na Rússia por ocasião do congresso da Internacional Sindical Vermelha, ele conheceu Alexandra Kollontai, que lhe disse que ela e seus camaradas precisavam se encontrar sob o pretexto de tomar chá porque estavam sendo observados pela Cheka.

A revolta de Kronstadt veio numa época em que uma grande massa de trabalhadores começou a se opor às orientações do partido; uma franja significativa de ativistas locais se opôs à centralização e ao autoritarismo do Estado. Surgem conflitos de personalidade, uma luta entre diferentes facções do partido pelo poder, que procura fortalecer a autoridade central do partido contra toda atividade local. Uma verdadeira cisão ameaça o Comitê Central. Uma fermentação está crescendo dentro do partido na forma da constituição de oposições, reunindo a simpatia dos comunistas no movimento sindical, oposições que podem constituir uma ameaça real para o aparelho governante. Lênin declarou: “Se o Partido rompe com os sindicatos, é errado, e certamente será a perda do poder soviético”. Deve-se notar que os grupos de oposição dentro do partido, que lamentam as restrições a seu direito de expressão, não questionam o fato de que o mesmo direito há muito tempo foi suprimido fora do partido.

Ao contrário de Trotsky, Lênin acreditava que os líderes sindicais não deveriam ser confrontados de frente e que deveriam ser encontrados métodos mais sutis para controlar os sindicatos e assegurar sua cooperação no comitê central. Muito melhor que Trotsky, Lênin percebeu o equilíbrio de poder. “Não temos outro apoio senão milhões de proletários, inconscientes, em sua maioria incultos, analfabetos, mas que, como proletários, seguem seu partido”. Os sindicatos são a organização que reagrupa toda a classe trabalhadora em bases de classe; são um quadro natural para o proletariado, “uma escola de comunismo”, “o reservatório do poder estatal”, desde que, obviamente, sejam controlados pelo partido.

“Como tal, eles não são apenas uma administração, diz Lênin, eles são “a fonte da qual tiramos todo o nosso poder”¹⁶⁷.

Na véspera do X Congresso, programado para março de 1921, não se sabe qual tendência do comitê central dominará o partido. A crise do comitê central foi muito além deste organismo e se espalhou para a imprensa do partido. Os debates sobre a questão sindical foram animados nos jornais e nas organizações de base. Alguns grupos aproveitam o debate sobre a questão sindical para apresentar queixas mais profundas, particularmente no que diz respeito à ditadura do comitê central e à asfixia das iniciativas locais.

Os militantes da tendência “Centralismo Democrático” consideraram que o conflito sindical era apenas um aspecto de um problema causado pela centralização exagerada do poder, e que havia pouca diferença entre os pontos de vista de Lênin e Trotsky, descritos como “dois pontos de vista de um mesmo grupo de militarizadores da economia nacional”. Tudo isso obviamente ameaça a autoridade da liderança do partido e a encoraja a silenciar suas diferenças e a se unir para enfrentar o perigo comum, isto é, o resto do partido. Trotsky convence Lênin de que um debate organizado e patrocinado pelo comitê central neutralizaria a Oposição Operária, que teve a simpatia dos círculos sindicais¹⁶⁸. A Oposição Operária argumentou que toda a indústria deveria ser controlada pelos sindicatos, uma

¹⁶⁷ Lênin, “Rapport au II^e congrès des mineurs de Russie”, *Œuvres complètes*, tome 32, p. 52-53. Para uma descrição detalhada das flutuações do Partido Bolchevique em relação às instituições revolucionárias, ver: René Berthier, “Révolution russe: l’institution révolutionnaire”, disponível em: http://monde-nouveau.net/ecriture/?exec=article&id_article=572, e, sobretudo, Maurice Brinton, “Les bolcheviks et le contrôle ouvrier”, disponível em: http://monde-nouveau.net/ecriture/?exec=article&id_article=571.

¹⁶⁸ Pouco antes do X Congresso do Partido Comunista (8 a 16 de março de 1921), apareceu um texto de Alexandra Kollontai, intitulado “L’Opposition ouvrière” [A Oposição Operária]. O órgão dos comunistas de esquerda brit publicou o texto entre abril e agosto de 1921, depois o texto apareceu em uma brochura na Grã-Bretanha e na Alemanha, em 1922. A *Revue anarchiste* publicou a tradução francesa do texto em dezembro de 1923 e janeiro de 1924. O texto foi reeditado em 1962 pelo grupo britânico Solidarity e, em 1965, na revista *Socialisme ou barbarie*. A direção do Partido Bolchevique afirmou que o texto fora difundido por dezenas de milhares de exemplares. Na realidade, o texto foi muito pouco difundido no partido.

visão que Lênin rotulou de “desvio anarco-sindicalista”, mas que interessava a muitos sindicalistas comunistas. O debate teve lugar em 30 de dezembro de 1920 em Moscou, onde 124 dos 278 delegados votaram a favor da Oposição Operária.

Os argumentos da Oposição Operária foram apoiados pelos comunistas do Sindicato dos Metalúrgicos, pelo Sindicato dos Mineiros e por outros líderes sindicais. Segundo eles, toda a indústria precisava ser controlada pelos sindicatos por meio de uma organização eleita pelos próprios sindicatos, agrupada por ramos profissionais. Cada fábrica deveria ser administrada por um comitê de trabalhadores reportando-se ao órgão sindical hierarquicamente superior. Os dirigentes sindicais deveriam ser eleitos. É evidente que tal programa removeu todo o poder do Partido Comunista; uma vez que este último perdeu a possibilidade de nomear funcionários sindicais, ele não podia mais impor sua política através dos membros dóceis do partido que ele havia colocado nos órgãos sindicais.

“O sindicalismo confia a administração dos ramos da indústria (‘comitês principais e centros’) à massa dos trabalhadores sem partido, distribuídos nas diferentes produções, anulando assim a necessidade do partido. [...] Se os sindicatos, isto é, para os 9/10, os trabalhadores sem partido, designam [...] a direção da indústria, qual é a utilidade do partido?”¹⁶⁹

As teses da Oposição Operária provocaram reações extremamente violentas porque preocupavam seriamente a liderança do partido. Esta corrente, segundo R.V. Daniels, foi implantada no sudeste da Rússia europeia, isto é, a Bacia de Donetz, o Don de Kuban, a província de Samara. A Oposição Operária controlava a organização partidária em Samara e o sindicato dos metalúrgicos em todo o país; na província de Moscou, ela reuniu um quarto dos votos do partido; antes do final de 1920, eles tinham uma maioria de simpatizantes na Ucrânia¹⁷⁰.

¹⁶⁹Lénine, “La crise du parti”, *Œuvres complètes*, tome 32, p. 43-44.

¹⁷⁰Robert Vincent Daniels, *The Conscience of the Revolution*, Harvard University Press, 1960, p. 127.

No entanto, por muito “simpática” que esta corrente possa parecer, afinal a mais realista do Partido Bolchevique, convém recordar que apenas interessava aos comunistas do movimento sindical, que constituíam uma minoria impopular, embora tivessem as alavancas de controle. O que estava acontecendo no partido entre a base e a liderança estava também acontecendo no movimento sindical entre militantes e a liderança. O aparelho dirigente do movimento sindical era constituído por comunistas profissionais, que tinham um estatuto real de altos funcionários e que, no essencial, nunca tinham aderido a um sindicato como trabalhadores. Além disso, a Oposição Operária não previa que alguém que não fosse comunista pudesse liderar os sindicatos.

Não se tratava de permitir que os trabalhadores elegeassem seus representantes livremente. A Oposição Operária não criticou a dominação do partido sobre todo o proletariado. Quando Kollontai afirma que “as nomeações só devem ser toleradas como uma exceção; recentemente elas começaram a se tornar a regra”, não lhe ocorre que, neste caso, a exceção, uma vez instituída, rapidamente se torne a regra. Aos olhos da massa de trabalhadores, a Oposição Operária deveria ser apenas uma fração entre outras que competiam pelo controle da classe trabalhadora. Lembremo-nos, no entanto, que Alexandra Kollontai, eminente porta-voz desta tendência, participou, sem escrúpulos, da repressão da insurreição dos marinheiros de Kronstadt, que teve lugar durante o X Congresso, que decidiu proibir frações dentro do partido, isto é, a proibição da Oposição Operária!!!

Antes do X Congresso, a facção leninista obteve a demissão de Preobrajenski e Djerdjinski, acusados de serem demasiado tímidos perante a Oposição Operária e os trotskistas. Uma campanha muito ativa, na qual o culto da personalidade já está a desempenhar um papel importante, está sendo realizada contra outras correntes descritas como “objetivamente contra-revolucionárias”. A tendência leninista consegue tomar o aparelho do partido mesmo em regiões tradicionalmente favoráveis à Oposição Operária.

O X Congresso do Partido

O discurso de abertura de Lênin afirma, em primeiro lugar, que o comunismo internacional deixou de ser uma palavra de ordem para se tornar realidade. Então, ele diz, “esta é a primeira vez que o congresso está sendo celebrado enquanto o território da República Soviética é libertado das tropas inimigas”. “Tivemos um ano excepcional”, diz ele, “permitimo-nos o luxo de discussões e debates dentro de nosso partido”, enquanto o partido está cercado de inimigos: “Esse luxo”, acrescenta Lênin, “foi verdadeiramente surpreendente!”

Uma parte importante dos discursos de Lênin neste congresso foi dedicada à crítica da Oposição Operária, descrita como “desvio sindicalista”¹⁷¹ e “até certo ponto semianarquista”¹⁷². Lênin insiste particularmente no caráter “anarquista, pequeno-burguês” desta oposição (o termo “anarquista”, em Lênin, é quase sempre seguido por “pequeno-burguês”): “Eu afirmo que há uma ligação entre as ideias, os *slogans* desta contra-revolução pequeno-burguesa, anarquista e os *slogans* da “Oposição Operária”. Lênin censura a oposição dos trabalhadores por não entender “por que a contra-revolução assume [...] uma forma anarquista”¹⁷³: “[...] todos devem saber que o desvio sindicalista é um desvio anarquista e que a ‘Oposição Operária’, que está entrincheirada nas costas do proletariado, é um movimento anarquista pequeno-burguês”¹⁷⁴.

Esses camaradas, diz Lênin, declaram constituir uma “oposição” no exato momento da insurreição de Kronstadt, que é uma responsabilidade grave, uma violação da unidade. Agora, nos últimos tempos, “durante as reuniões de ativistas sem partido em Moscou, ficou claro que eles estão fazendo da democracia e da liberdade as palavras de ordem para a derrubada do poder soviético”. Lênin reconhece, no entanto, que um grande número de representantes da Oposição Operária lutou contra este mal, “lutaram contra este espírito contra-revolucionário pequeno-burguês”.

Curiosamente, a Oposição Operária parece repudiar a acusação de Lênin de desvio sindicalista e muitos de seus militantes parecem

¹⁷¹Compreenda-se: “sindicalista revolucionário”.

¹⁷²Lénine, “Rapport au X^e congrès”, *Œuvres complètes*, tome 32, p. 184.

¹⁷³*Ibid*, p. 202

¹⁷⁴*Ibid*, p. 202

culpar Lênin por usar este termo. “Por que a camarada Kollontai escreve uso de forma leviana a palavra ‘sindicalismo’”? Lênin cita, da página 25 do folheto de Kolontai: “A organização da gestão da economia nacional pertence ao Congresso de Produtores da Rússia, agrupados em sindicatos de produção que elegem um órgão central para governar toda a economia nacional”¹⁷⁵.

Lênin repetiu que se trata de “um movimento anarquista pequeno-burguês” cujos pontos de vista vão contra a “resolução do Segundo Congresso da Internacional Comunista sobre o papel de liderança do Partido Comunista”. E o exercício da ditadura do proletariado. Mas “a ditadura do proletariado é impossível sem o intermediário do Partido Comunista”.

O anteprojeto de resolução “sobre o desvio sindicalista e anarquista em nosso partido” começa:

“1. Nos últimos meses, um desvio sindicalista e anarquista foi obviamente revelado nas fileiras do partido; a luta ideológica mais resolvida, a purificação e o saneamento do partido são essenciais.

“2. Este desvio foi provocado, por um lado, pela entrada de ex-mencheviques no partido, assim como de operários e camponeses que ainda não assimilaram completamente a doutrina comunista; mas deve-se sobretudo à influência exercida sobre o proletariado e o PCR pelo elemento pequeno-burguês, excepcionalmente poderoso em nosso país, que inevitavelmente dá origem a oscilações em direção ao anarquismo”¹⁷⁶.

Essa visão revela uma má-fé particularmente óbvia, na medida em que a Oposição Operária era composta de elementos autenticamente proletários, que Lênin conhecia muito bem: “Não se pode ficar esquivando-se, como o camarada Shliapnikov constantemente faz invocando seu caráter autenticamente proletário”¹⁷⁷. Uma das críticas

¹⁷⁵*Ibid*, p. 207.

¹⁷⁶Lénine, “Avant-projet de résolution du 10^e Congrès du Parti communiste de Russie sur la déviation syndicaliste et anarchiste dans notre parti”, 10^e Congrès du PCR, 8-16 mars 1921. *Œuvres complètes*, tome 32, p. 256-259.

¹⁷⁷Lénine, “Rapport au X^e congrès”, *Œuvres complètes*, tome 32, p. 206.

feitas pela Oposição Operária foi precisamente dirigida à entrada em massa de elementos oportunistas e pequenos-burgueses dentro do partido.

No VIII Congresso do partido, de 18 a 23 de março de 1919, uma onda de críticas de esquerda contra as tendências ultra-centralistas foi expressa. Um novo programa do partido foi discutido e aprovado. Foram feitas importantes concessões, materializadas pelo parágrafo 5 da “Seção Econômica”, que levantariam muitas controvérsias nos anos seguintes¹⁷⁸. Isaac Deutscher descreveu o “ponto 5” como “um ‘deslize sindicalista revolucionário’ cometido pela liderança bolchevique em um espírito de genuína gratidão aos sindicatos pelo trabalho que realizaram durante a Guerra Civil”. Ele escreve, entretanto, que “o programa de 1919 também continha outras cláusulas que, pode-se dizer, serviam para anular o ‘item V’”. E ele assinala que “Lênin e os outros líderes bolcheviques logo teriam que se explicar longamente para invalidar este cheque em branco que o partido havia entregue aos sindicatos com tamanha solenidade e autoridade”¹⁷⁹.

Assim, o projeto de resolução do X Congresso do partido [*ou seja, Lênin*] afirma que “todas as tentativas do referido grupo [*ou seja, a Oposição Operária*] e outros para defender seus conceitos errados invocando o § 5 (parte econômica) do programa do P.C.R. sobre o papel dos sindicatos estão fundamentalmente erradas”.

A resolução recusa qualquer legitimidade à referência ao “parágrafo 5” do programa do partido dedicado ao papel dos sindicatos. Os sindicalistas e anarquistas, ao defenderem a eleição de

¹⁷⁸Como lembrete: o programa do VIII Congresso do partido afirma, no parágrafo 5 da “Seção Econômica”, que “o aparato organizacional da indústria socializada deve se basear essencialmente nos sindicatos [...]. Os sindicatos que, de acordo com as leis da República Soviética e a prática diária, já participam das tarefas de todos os órgãos centrais e locais de administração industrial, devem realizar a concentração efetiva em suas próprias mãos de toda a administração da economia como um todo, considerada como uma única unidade econômica [...]. A participação dos sindicatos na gestão econômica e seu papel de trazer grandes massas para este trabalho é também o melhor método para combater a burocratização do aparato econômico”.

¹⁷⁹Isaac Deutscher, *Soviet Trade Unions: Their Place in Soviet Labour Policy*, “Point Five’ of the 1919 Programme”, 1950. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/deutscher/1950/soviet-trade-unions/ch02.htm#s4>.

“órgãos responsáveis pela direção da economia nacional”, negam o papel de liderança do partido¹⁸⁰.

O projeto de resolução continua:

“Também as ideias da ‘Oposição Operária’ e elementos similares são falsas, não só do ponto de vista teórico, elas são a expressão prática das flutuações pequeno-burguesas e anarquistas; elas virtualmente enfraquecem os firmes princípios orientadores do Partido Comunista e virtualmente ajudam os inimigos de classe da revolução proletária”¹⁸¹.

Assim, a resolução sobre a unidade do partido afirma, no ponto 6, que são dissolvidos “todos os grupos sem exceção que se formaram com base em tal e tal programa”, e que a não execução dessa dissolução implica a exclusão do partido. Todas essas medidas foram aprovadas por esmagadora maioria. Quando, em maio de 1921, o Congresso Russo do Sindicato dos Metalúrgicos elegeu uma direção que não se adequava ao comitê central do partido, este designou seu próprio comitê para dirigir o sindicato.

Trotsky: “É uma obrigação básica denunciar elementos hostis ao partido”

A insurreição de Kronstadt eclodiu no momento em que o X Congresso do Partido Bolchevique estava acontecendo. Vários grupos de oposição estão representados: todos condenam a insurreição, incluindo a Oposição Operária de Kollontai e Shliapnikov, e muitos delegados – duzentos – deixam o congresso para participar da repressão. Os acontecimentos de Kronstadt revelam aos bolcheviques a extensão da crise que está abalando o Estado e a sociedade russos. Uma nova política econômica, a NEP, está sendo implementada. Mas, ao mesmo tempo em que afrouxam o controle sobre a economia, os bolcheviques vão restringir ainda mais a democracia dentro e fora do partido, enquanto a guerra civil já é terminada desde novembro de

¹⁸⁰Lénine, “Avant-projet de résolution du 10^e Congrès du Parti communiste de Russie sur la déviation syndicaliste et anarchiste dans notre parti”, 10^e Congrès du PCR, 8-16 mars 1921. *Œuvres complètes*, tome 32, p. 256-259.

¹⁸¹*Ibid.*

1920. Foi nesta ocasião que Radek, declarou que se os mencheviques fossem deixados em liberdade, agora que os comunistas adotaram a sua política, eles iriam exigir o poder. Por outro lado, Radek acrescenta, deixar a liberdade para os socialistas revolucionários enquanto a imensa massa camponesa é contra os bolcheviques seria suicídio¹⁸².

Bukhárin foi encarregado de ler, em nome do comitê central, um relatório sobre a democracia operária – um dos muitos exemplos em que os líderes nunca falam tanto de uma coisa como quando fazem o contrário. “O comunismo de guerra”, diz ele, “produziu um centralismo extremo, um aparato altamente centralizado baseado em um nível cultural muito retrógrado das massas”. “A democracia operária torna o sistema de nomeação impossível, e caracteriza-se pela elegibilidade de todas as organizações, de cima para baixo, pela responsabilidade e controle que lhes são impostos”.

Bukhárin parece descobrir, e sem dúvida o partido com ele, que a democracia dos trabalhadores poderia implicar a elegibilidade das funções; mas o fato de que é feito “de cima para baixo”, e não de baixo para cima, é um lapso? Porque o que se parece mais a uma nomeação do que a elegibilidade “de cima para baixo”?

Bukhárin também pretende estabelecer os limites da democracia operária. Ele anunciou que estaria apresentando uma moção sobre a unidade do partido, uma moção de fato dirigida contra a Oposição Operária. É Lênin quem falará e quem proporá dois textos nos quais a Oposição Operária é condenada como um desvio anarco-sindicalista, e onde são condenados os “índices de fracionismo”, o aparecimento de “grupos com seus próprios programas e uma tendência a se retirarem em si mesmos até certo ponto e criarem sua própria disciplina de grupo”.

Sobre o tema da Oposição Operária, Trotsky dirá:

“Eles apresentaram *slogans* perigosos. Eles transformaram os princípios democráticos em fetiches. Eles estabelecem o direito dos trabalhadores de eleger seus re-

¹⁸²Cf. Schapiro, *Storia del partito comunista d'Unione sovietica*, Milão, 1963, pp. 269-270.

presentantes sobre o partido. Como se o partido não tivesse o direito de afirmar sua ditadura, mesmo que essa ditadura conflite momentaneamente com a mudança de humor da democracia operária”¹⁸³.

Quando, no final de 1921, Tomski abandonou os sindicalistas para se juntar a Lênin, ele tentou explicar a influência da Oposição Operária pela popularidade de ideias de democracia industrial e ideias anarco-sindicalistas entre os metalúrgicos, que, vamos nos lembrar, haviam constituído a ponta de lança do movimento de comitês de fábrica em 1917.

As tendências, agora, são proibidas no partido, sob pena de exclusão de seus membros. Apenas 25 delegados votaram contra a moção para proibir as tendências. A polícia secreta pode, portanto, começar a reprimir todos os grupos de oposição no partido. No entanto, uma forte solidariedade mantém juntos militantes que já lutaram lado a lado. Muitos bolcheviques, embora na linha, se recusam a depor contra seus companheiros.

Djerdzhinsky, líder da Cheka¹⁸⁴, queixou-se e obteve do Politburo uma decisão oficial exigindo que os membros do partido denunciassem seus companheiros envolvidos em agitação contra a liderança do partido. Trotsky, então, declarou que era uma obrigação “básica” denunciar os elementos hostis ao partido¹⁸⁵... Não levará muitos anos – quatro ou cinco – para aqueles que estavam em maioria no X Congresso fazerem parte da minoria e se beneficiarem das disposições repressivas que eles haviam tão inconsideradamente aprovado.

¹⁸³Discurso de Trotsky no X Congresso do Partido, citado em Maurice Brinton, “Les bolcheviks et le contrôle ouvrier”, *Autogestion et socialisme*, n° 24-25, 1973. O texto original desta citação pode ser encontrado (em russo) no link a seguir, pp. 351-361:

http://ru.wikipedia.org/wiki/X_%D1%81%D1%8A_%D0%B5%D0%B7%D0%B4_%D0%A0%D0%9A%D0%9F_%28%D0%B1%29.

¹⁸⁴Em 17 de janeiro de 1920, Djerdzhinsky, chefe da Cheka, mandou Lênin assinar um decreto abolindo a pena de morte (que foi rapidamente reinstituída). A notícia chegou aos presos políticos durante a noite. No dia seguinte, a Cheka massacrava a todos eles (citado por Victor Serge, *Mémoires d'un révolutionnaire*, p. 112).

¹⁸⁵Citado por Robert Conquest, *The Great Terror*, Pelican book, 1971, p. 23.

Epílogo sobre a Oposição Operária

Gaston Leval foi nomeado delegado da CNT para participar do Congresso Constitutivo da Internacional Sindical Vermelha em Moscou. Ficou na Rússia entre 1921 e 1922. Ele nos disse que havia encontrado “Alexandra Kollontai, entre outras pessoas, que lhe disse que o texto intitulado “A Oposição Operária”, cuja liderança do partido havia anunciado que havia sido impresso em 1,5 milhões de cópias, havia de fato tido uma tiragem de 1500. Ela também revelou a Leval que ela e seus camaradas da Oposição Operária viviam com medo constante de serem presos a qualquer momento e que se reuniam em pequenos números, fingindo tomar chá. Este foi o triste epílogo de uma oposição que reuniu boa metade dos delegados comunistas na Conferência de Moscou em dezembro de 1920.

Depois do X Congresso, em 1921, a proibição de tendências paralisou qualquer tentativa de oposição. Qualquer insubordinação foi punida com a exclusão do partido, significando que os excluídos verdadeiramente penetraram no inferno, pois eram, de fato, privados de todos os meios de subsistência.

Em fevereiro de 1922, a Oposição Operária elaborou um patético “Apelo da Oposição Operária à Internacional Comunista”, no qual tentava advertir os congressistas da Internacional Comunista sobre os excessos do regime em vigor, queixando-se de ver “todos os tipos de medidas repressivas” aplicadas contra aqueles que têm “suas próprias opiniões” no partido, e que estavam etiquetados como “anarco-sindicalistas”.

“Nossas frações comunistas nos sindicatos são privadas do direito de manifestar sua vontade na eleição de seus próprios líderes, mesmo em congressos. A tutela e a pressão da burocracia chegaram a tal ponto que os membros do Partido estão ameaçados de exclusão e de outras medidas repressivas se elegerem quem quiserem, em vez de quem os integrantes do alto escalão querem que ‘sejam eleitos’”.

O recurso termina com um pedido de assistência: “A situação no nosso partido é tão difícil que nos leva a pedir ajuda para afastar a ameaça iminente de uma divisão dentro dele”.

Na medida em que a Oposição Operária não havia feito nenhum esforço publicitário (“disciplina do partido”), era totalmente desconhecida para a maioria dos participantes do congresso, o que, em todo caso, não teria feito muita diferença: em 1922, era tarde demais. É significativo que os signatários deste Apelo nunca tenham sido ouvidos (exceto pelo caso notável de Miasnikov, que merece uma estátua) para denunciar os impedimentos à liberdade de expressão e organização *fora* do partido¹⁸⁶.

06. – 3. Algumas Palavras sobre Makhno e Kronstadt

Escrevi, por ocasião do 80º aniversário do golpe de Estado de outubro de 1917, um livro no qual tento propor uma análise libertária do evento: *Octobre 1917, le Thermidor de la Révolution russe* [“Outubro de 1917, o Termidor da Revolução Russa”]¹⁸⁷. Neste livro, nenhum capítulo é dedicado especificamente a Kronstadt e ao movimento makhnovista, por várias razões. Muitos livros existem sobre esses dois eventos, e eu não vi o que eu poderia dizer de particularmente original, tanto em termos históricos quanto em termos de análise de um ponto de vista libertário. E então, sobre Kronstadt, há os trabalhos notáveis de Alexander Skirda, que consultou fontes originais acessíveis recentemente: ele publicou um livro, *Kronstadt 1921, Prolétariat contre dictature communiste*¹⁸⁸, que completa o que ele publicou em 1971. Este livro refuta todas as relativizações feitas

¹⁸⁶Uma injustiça relativa à supressão da revolta de Kronstadt, geralmente atribuída exclusivamente a Trotsky, precisa ser corrigida. Trotsky assumiu apenas o papel oficial do líder da repressão, mas o trabalho de Estado-Maior recaiu sobre Tukhachevsky. O trabalho sujo de liquidar efetivamente a revolta, que resultou em 14.000 mortes de insurgentes, recaiu sobre Stálin. Lênin e Trotsky deixaram bem claro que estavam escolhendo o poder do partido em vez do poder dos conselhos, assim como os social-democratas alemães Noske e Ebert haviam feito em 9 de novembro de 1918, ao esmagarem os espartaquistas. Noske gabava-se de ter sido o “Trotsky alemão” (Ruth Fischer, *Stalin und der deutsche Kommunismus*, Verlag der Frankfurter Heft, 1948, p. 99).

¹⁸⁷Éditions CNT Région parisienne.

¹⁸⁸Les Éditions de Paris, Max Chaleil.

por Besancenot & Löwy em seu livro. Sobre Nestor Makhno, leremos com interesse o livro de Skirda: *Nestor Makhno: le cosaque libertaire, 1888-1934; La Guerre civile en Ukraine, 1917-1921*, Paris, Éd. de Paris, 1999.

Há também outro motivo para o meu silêncio. Kronstadt e a Makhnovchina se tornaram eventos míticos do movimento anarquista, a ponto de se tornarem irritantes na medida em que resumem quase tudo o que o movimento anarquista tem a dizer sobre a revolução russa, mantendo uma espécie de “síndrome da vítima” e ocultando qualquer reflexão sobre as causas endógenas do fracasso do movimento anarquista na revolução: os bolcheviques estavam errados, os anarquistas não são responsáveis por seus fracassos. Tal atitude é insatisfatória.

Por último, considero que estes dois trágicos acontecimentos são apenas a culminação lógica de um processo iniciado pelo golpe de Estado de outubro e que, em 1921, estava tudo acabado. Então eu preferi me alongar em tentar entender como chegamos lá.

Um último ponto: a ênfase no esmagamento do movimento Makhnovista e da insurreição de Kronstadt tem, de certa forma, obscurecido o esmagamento de muitos outros movimentos de oposição à ditadura bolchevique: havia um monte de “Kronstadts”.

Revoltas de Outros Trabalhadores

A repressão da revolta de Kronstadt tendeu a obscurecer as revoltas de outros trabalhadores, que foram reprimidas em derramamento de sangue, notadamente a de Astrakhan. Na foz do rio Volga, no centro de uma região rica em trigo e rica em peixes, os trabalhadores estavam morrendo de fome. Eles nem sequer tinham o direito de pescar para suas necessidades individuais. Em março de 1919, eles entraram em greve. Uma reunião de 10.000 trabalhadores foi dispersa em 10 de março de 1919, com metralhadora, granadas e artilharia pesada. Trotsky enviou um telegrama às autoridades comunistas da cidade: “Reprimam sem piedade”.

Em 12 de março, as autoridades foram apanhadas em uma loucura homicida. As pessoas eram baleadas em adegas e pátios, os trabalhadores eram jogados de mãos e pés amarrados no Volga. Pela manhã, os cadáveres dos trabalhadores baleados estavam espalhados

pelas ruas. Nos dias 13 e 14 de março, as execuções continuaram. “As autoridades pareciam querer se vingar dos trabalhadores em Astrakhan por todas as greves dos trabalhadores em Tula, Bryansk e Petrogrado, que haviam varrido o país em março de 1919. Foi somente no final de abril que as execuções começaram a diminuir gradualmente em número”¹⁸⁹.

A cidade foi desertada por seus trabalhadores, que haviam fugido. A cavalaria teve que ser chamada para recuperá-los do campo aberto e forçá-los a voltar para a cidade. Os trabalhadores, 2.000 dos quais haviam sido mortos no massacre à metralhadora de sua manifestação, e vários milhares mais na repressão subsequente, foram forçados a comparecer aos funerais dos 47 Chekistas que haviam sido mortos no caso.

Os eventos em Astrakhan são apenas um dos muitos exemplos de repressão antioperária organizada pelo poder comunista. Em março de 1919, 900 trabalhadores da fábrica de Poutilov foram presos após um assalto à Cheka: 200 serão executados.

É errado dizer que o terror bolchevique foi a manifestação da “ditadura do proletariado” imposta pela guerra civil, que era um “mal necessário”, porque o terror surgiu a partir de março de 1918, antes da guerra civil, como simples maneira de manter os bolcheviques no poder¹⁹⁰.

A partir de 1919, na retórica bolchevique, não há mais distinção entre as organizações de esquerda (anarquistas, mencheviques e socialistas revolucionários) e os “guardas brancos”. Por mera suspeita, o Estado fuzila os adversários sem julgamento. O terror se torna a rotina do Estado comunista. Zinoviev declarou em setembro de 1918: “Para derrotar nossos inimigos, devemos ter nosso próprio terror socialista. Devemos trazer para nosso lado, digamos, 90 dos 100 milhões de pessoas da Rússia soviética. Quanto ao resto, não temos nada a dizer a eles. Eles devem ser aniquilados”¹⁹¹.

¹⁸⁹P. Siline, citado por Jacques Baynac, *La Terreur sous Lénine*, éd. Sagittaire, p. 166.

¹⁹⁰Se os comunistas insistem na intervenção dos exércitos brancos para explicar a guerra civil, uma das principais causas da guerra civil foi o envio, pelo governo bolchevique, de destacamentos armados para o campo, para obter o grão à força. O campesinato respondeu com revoltas.

Em 1921, a Cheka havia se tornado uma administração monstruosa de 200.000 funcionários, com a ajuda dos quais o regime levou a cabo uma terrível repressão contra os trabalhadores.

07. – Convergências entre marxismo e anarquismo

As convergências entre anarquistas e marxistas na prática existiram, mas sempre terminaram com as tentativas dos marxistas de liquidar os anarquistas, politicamente ou fisicamente. Parece que os marxistas são incapazes de imaginar uma atividade comum com anarquistas sem tentar enganar, manipular – ou liquidá-los fisicamente. Os ativistas da minha geração que viveram nos anos 60 e 70 lembram-se dessas discussões onde os trotskistas ou os maoístas nos disseram: “Vocês, anarquistas, quando fizermos a revolução, vocês serão os primeiros que executaremos...”

O caso da aliança entre o movimento Makhnovista e o Exército Vermelho é, sem dúvida, o mais típico. O exército insurgente makhnovista foi chamado para o resgate e, quando o perigo acabou, os bolcheviques voltaram-se contra ele. O fato de o exército makhnovista ter salvado a revolução em outubro de 1919 não redundou em qualquer gratidão para com os anarquistas... Quando as tropas de Denikin chegaram aos portões de Moscou, foi de fato o exército makhnovista que atacou a retaguarda de Denikin e as suas fontes de suprimentos forçando-o a recuar.¹⁹² Sabemos com que ferocidade Trotski, então líder do Exército Vermelho, começou a liquidar os makhnovistas. Esse é o tipo de “afinidade revolucionária” a ser esperada dos bolcheviques.

Os anarquistas, por outro lado, nunca hesitaram em se aliar aos comunistas contra a reação – como foi o caso precisamente da Ucrânia. Eles nunca confundiram os inimigos. Bakunin já havia dito

¹⁹¹*Severnaia Kommuna*, nº109, 19 septembre 1918, citado por Nicolas Werth, “Qui étaient les premiers tchékistes?”, *Cahiers du monde russe et soviétique*, Année 1991, Volume 32, Numéro 32-4, pp. 503.

¹⁹²Marcel Body, então trabalhando para a Internacional Comunista, nos disse que todos os oficiais bolcheviques tinham recebido ordens para fazer suas malas e se preparar para fugir em caso de sucesso do ataque de Denikin.

aos trabalhadores eslavos da Áustria que não se empenhassem em partidos nacionalistas eslavos, e os aconselhou fortemente, por falta de melhor, a se unirem ao Partido Social-Democrata austríaco que, pelo menos, tinha uma base de classe.

Se é necessário buscar convergências entre as duas correntes, estas não se encontram no campo da realidade dos fatos, mas no da teoria. De fato, existe uma relação muito próxima entre anarquismo e marxismo em sua respectiva formação como teoria, mas em geral nem os anarquistas, nem especialmente os marxistas estão realmente dispostos a reconhecer o fato. Desenvolver esse ponto exigiria muito tempo, então vou resumir.

07. –1 Stirner

Até 1845, Marx apoiava entusiasticamente o humanismo do filósofo alemão Feuerbach, que Bakunin também conhecia muito bem. É o humanismo inspirado de Feuerbach que predomina no pensamento de Marx. Por um breve período, ele falará entusiasticamente sobre “grandes ações”, “descobertas daquele que deu uma base filosófica ao socialismo”. Assim, pode-se ler nos Manuscritos de 1844 que “o comunismo não é, como tal, o objetivo do desenvolvimento humano”, significando que o objetivo é o Homem (implícito: não a classe trabalho). Em outras palavras, é totalmente o oposto do pensamento de maturidade de Marx, para o qual o objetivo do desenvolvimento humano é o comunismo, o proletariado.

Em 1845, Max Stirner publicou *O Único e sua Propriedade*, um trabalho que está na linha direta do pós-hegelianismo, e que conseguiu passar pela censura porque os censores não entenderam nada e, eu diria, muitas outras pessoas também. Com Feuerbach, Marx pensa que a filosofia vem da teologia, que ela é a religião realizada. Mas no momento em que Marx se esforça para mostrar que a supressão da filosofia é a realização da filosofia (veja os *Manuscritos de 44*), Stirner mostra que “a filosofia só pode se desenvolver verdadeiramente até o fim e se realizar como teologia, o lugar de sua batalha final” – em outras palavras, a filosofia é apenas um avatar da religião. Stirner mostra que o homem genérico é apenas uma nova forma do divino, que ele apenas reproduz a moralidade

cristã; a filosofia, diz ele, é uma mentira: seu papel é socialmente religioso¹⁹³.

Foi uma verdadeira ducha fria. A situação tornou-se inquietante para Marx. Com efeito, Stirner acabava por consolidar para si mesmo um importante espaço nos círculos intelectuais alemães que Marx queria conquistar para o comunismo. Para piorar a situação, o próprio Engels sucumbiu às teses do Stirner. Em 19 de novembro de 1844, ele escreveu a Marx, seu novo amigo, uma carta na qual o informava que Stirner, seu antigo companheiro do *Doktorclub*, acabava de publicar um livro que fazia muito barulho no círculo dos jovens hegelianos. Stirner é definido por Engels como “o mais talentoso, autônomo e corajoso do grupo dos Homens Livres”¹⁹⁴. Foi necessário que Marx se zangasse para que Engels voltasse a ter sentimentos melhores ...

A crítica stirneriana de Feuerbach produzirá frutos, mas o questionamento do “ser genérico” de Feuerbach, como o do comunismo, estará na raiz do ódio feroz de Marx por Stirner. Marx rejeitará estes conceitos cujo idealismo é demasiado aparente: o “homem total”, o “humanismo real”, o “ser genérico”, etc. Marx mudou radicalmente sua abordagem do problema do comunismo, não sem ter exorcizado seus demônios juvenis contra Stirner na *Ideologia alemã*.

O Único e sua propriedade teve um papel decisivo¹⁹⁵ na ruptura epistemológica de Marx. Não é sem razão que a *Ideologia alemã* dedica 300 páginas a atacar um autor que todos os marxistas afirmam ser de nenhum interesse (“Max Stirner é um autor de quem falamos ocasionalmente, mas que não se lê mais”¹⁹⁶).

Feuerbach afirmou a identidade da consciência e do autoconhecimento de Deus. A espécie humana dá a Deus atributos dos quais ela mesma é investida: amor, vontade, sabedoria. Feuerbach, diz Marx, permitiu que o homem se reapropriasse de formas que ele atribuía a um ser genérico. Ao mesmo tempo, ele

¹⁹³Esta questão é mais desenvolvida em *Lire Stirner*, <http://monde-nouveau.net/spip.php?article291>

¹⁹⁴Carta de Engels a Marx, 19 de novembro de 1844.

¹⁹⁵Eu disse que Stirner não era um anarquista, mas eu o incluí em minhas observações para se adequar aos costumes.

¹⁹⁶Émile Bottigelli, *Genèse du socialisme scientifique*, Éditions sociales, p. 171.

mostra que o Absoluto dos filósofos é apenas o refúgio da divindade. A religião, diz-se, é apenas um produto da consciência humana. Essa ideia, comum a toda a esquerda hegeliana, é atribuída a Feuerbach, que, segundo Marx, introduziu uma “grande revolução no pensamento”. Segundo o jovem Marx, é Feuerbach quem teria posto fim à crítica da religião, condição de toda crítica política. Ele fundou o “verdadeiro materialismo e a verdadeira ciência, fazendo corretamente da relação social do ‘homem para o homem’ o princípio fundamental da teoria”¹⁹⁷.

A religião é uma ilusão, diz Feuerbach, mas é uma ilusão necessária: “O progresso histórico das religiões consiste no fato de que as últimas consideram como subjetivo ou humano o que as primeiras contemplavam, adoravam como divinas”. É o homem que cria a Deus. Feuerbach não procurará destruir o cristianismo, mas sim cumpri-lo.

É precisamente sobre essa questão que a maior parte da crítica de Stirner a Feuerbach está centrada, uma crítica que resultou em Marx finalmente se distanciando do autor de *A Essência do Cristianismo*.

A maioria dos autores marxistas sente, no entanto, que um problema permanece sem solução, mas sua incapacidade de entender o papel desempenhado pela crítica de Stirner os deixa em um impasse ... o que é normal, já que eles não lêem Stirner! Eles acabaram de ler o que Marx disse sobre Stirner. Ainda assim, Stirner deu em Marx um pontapé (filosófico) na bunda.

07. – 2 Proudhon

Segundo dizem: Proudhon era um autor pequeno burguês que não entendia nada de economia política, e assim por diante. É provavelmente por isso que Besancenot & Löwy não se referem a ele. E ainda, no registro “afinidades” e “convergências”, havia muito a dizer. O problema é que essas “convergências” não vão na direção certa: elas vão na direção Proudhon → Marx.

Houve um tempo em que Marx teve Proudhon em alta estima. Mesmo no início da década de 1840, em Paris, houve uma competição quase cômica entre dois emigrantes alemães que se

¹⁹⁷Marx, *Ébauche d'une critique de l'économie politique*, Pléiade, Économie, II, p. 121.

odiavam, mas competiam para inculcar os rudimentos da filosofia hegeliana em Proudhon: Karl Grün e Karl Marx. Proudhon destacou com algum humor que, dos vinte doutores alemães em Filosofia que ele conhecia, nem dois deles se entendiam. Mas para Proudhon, como para todos os pensadores socialistas franceses, Hegel não era seu filósofo de predileção. Até mesmo Bakunin não conseguiu convertê-lo. Isso não impediu Grün de conceder a Proudhon o título de “Feuerbach francês”, do qual este último ficou muito orgulhoso (por algum tempo), antes de remover qualquer referência a Hegel na segunda edição de seu *Sistema de Contradições Econômicas*.

Segundo Grün, Proudhon teria assimilado o melhor da filosofia alemã. Ao mesmo tempo, Marx também elogiou o francês que foi apresentado em *A Sagrada Família* (publicado em janeiro de 1845, assinado em conjunto por Marx e Engels) como “o escritor socialista mais lógico e mais penetrante”. Este trabalho contém um elogio vibrante a Proudhon, que é reconhecido como o mestre do socialismo científico, o pai das teorias do valor-trabalho e da mais-valia, e assim por diante.

Proudhon então representa “o proletariado que alcançou a autoconsciência”. Ele “submete as bases da economia política, da propriedade privada, ao exame crítico:”. “Submete a base da economia política, da propriedade privada a um exame crítico: é o primeiro exame resoluto, implacável e científico ao mesmo tempo. Este é o grande progresso científico que ele fez, um progresso que revoluciona a economia política e torna possível, pela primeira vez, uma verdadeira ciência da economia política¹⁹⁸.” Proudhon mostrou que “não é este ou algum tipo de propriedade privada – como outros economistas alegam – mas a propriedade como tal, em sua universalidade, que distorce as relações econômicas. Ele tem feito tudo o que a crítica da economia política poderia fazer, mantendo-se dentro da perspectiva da economia política”.

A Ideologia Alemã (1846) refere-se à dialética serial de Proudhon como “uma tentativa de dar um método pelo qual o pensamento independente é substituído pela operação do pensamento” – o que quer que isso signifique.

¹⁹⁸Marx, *Pléiade*, Philosophie, p. 454.

Quando Proudhon perdeu esse status invejável e se tornou um autor “pequeno-burguês”, Marx declarou que ele próprio fora responsável pela “sofisticação” de Proudhon, no sentido de que os ingleses ouviram essa palavra, de falsificação de uma mercadoria.

É claro que a influência de Proudhon na formação do pensamento de Marx não é unanimemente reconhecida, longe disso. No entanto, alguns autores afirmam que sim. “Marx não seria possível sem Proudhon”, diz Georges Gurvitch. Maximilian Rubel, por sua vez, escreve: “Proudhon exerceu sobre Marx uma influência constante. Foi como discípulo e continuador de Proudhon que ele empreendeu em 1844 o que se tornaria a tarefa exclusiva de sua existência [...]. O mestre desapontou, mas ele continua sendo um instigador.”¹⁹⁹

Marx não deixaria de elogiar as “obras penetrantes de Proudhon”²⁰⁰ e o descreveu como “o mais audacioso pensador do socialismo francês”²⁰¹. Para Engels o trabalho de Proudhon *O Que é a Propriedade?* foi “por parte dos comunistas, o trabalho filosófico em língua francesa”.

Falando de doutrinas comunistas, ele escreve que “o escritor mais importante neste campo é Proudhon, um jovem que, um ano ou dois atrás, publicou seu livro, *O Que é a Propriedade?* (...) Isto é, “dos comunistas, a obra filosófica em língua francesa”.

Segundo Georges Gurvitch, Marx atribui a Proudhon “um papel idêntico ao desempenhado por Sieyes na preparação da Revolução Francesa. Segundo ele, o que Sieyes disse sobre o terceiro estado, Proudhon exprimiu pelo proletariado: ‘O que é o proletariado? Nada. O que ele quer se tornar? Tudo’. Marx está certo? Digamos sem ambiguidades: sim, e ainda mais do que ele pensava..”²⁰²

Não podemos ser mais claros: é Proudhon quem estabelece a base científica para uma análise crítica do capitalismo. Vindo de Marx, o relatório deve ser medido pelo seu valor real. Além disso, não é Marx quem é o inventor do termo “socialismo científico”, mas

¹⁹⁹No final de sua vida eu entrevistei Maximilien Rubel na Radio Libertaire, em particular sobre sua idéia de um “Marx teorista do anarquismo”. Ele evitou perguntas e continuou voltando ao fato de que estava muito próximo de Proudhon.

²⁰⁰*Rheinische Zeitung*, 16 de outubro de 1842.

²⁰¹Marx, *La Sainte Famille*.

²⁰²“Proudhon et Marx”, in: *L'actualité de Proudhon*, colloque de novembre 1965, éditions de l'institut de sociologie, université libre de Bruxelles.

Proudhon, em *O que é propriedade?* Ele foi o primeiro a fazer a oposição entre o socialismo científico e o socialismo utópico. O *Sistema de Contradições Econômicas*, empenhado precisamente em dissociar o conhecimento da realidade da aspiração para o futuro, é atravessado por críticas violentas contra as concepções utópicas em matéria social.

Mas os elogios de Marx e Engels em relação a Proudhon cessaram repentinamente em 1846, após a publicação do *Sistema de Contradições Econômicas*. (falta aqui uma parte do texto: Rien ne va plus.)

Enquanto Proudhon era inicialmente para Marx uma referência do socialismo, ele subitamente mudou para o estatuto de adversário. Esta mudança não foi realmente estudada, os autores marxistas mantêm-se fiéis ao que Marx diz, sem exame crítico. Marx tinha duas razões para estar zangado com Proudhon.

♦ Marx escreveu para Proudhon em 5 de maio de 1846, propondo-lhe criar uma espécie de agência internacional de informação destinada a “assistir e discutir questões científicas e a supervisão de escritos populares”, e “colocar os socialistas alemães em contato com os socialistas franceses e ingleses”. A ideia era boa, mas Marx não foi capaz de evitar que o seu ressentimento pessoal produzisse um post scriptum odioso que revelava a verdadeira intenção do autor da carta: desacreditar Karl Grün.

A resposta de Proudhon é, acima de tudo, uma bela lição de decência e modéstia e decência infligida a Marx. “Por Deus! depois de ter demolido todos os dogmatismos a priori, não pensemos, por sua vez, em doutrinar o povo”. “Façamos uma boa e justa controvérsia; Vamos dar ao mundo o exemplo da tolerância erudita e perspicaz, mas, porque estamos à frente do movimento, não nos tornem os líderes de uma nova religião (...) Acolhamos e encorajemos todos os protestos; deixe-nos murchar todas as exclusões, todas os misticismos; nunca olhe para uma ideia tão esgotada (...) Com essa condição, entrarei com prazer em sua associação, caso contrário, não!”

Essa resposta contundente deixaria traços. Furioso, Marx rompeu com Proudhon; a admiração do discípulo se transforma em um rancor tenaz.

Marx não teve sorte com suas tentativas de correspondência, pois Feuerbach também havia, em outubro de 1843, educadamente recusado uma proposta idêntica.

♦ A outra razão para culpar Proudhon é a publicação do *Sistema de Contradições Econômicas* (com o subtítulo “Filosofia da Miséria”), ao qual Marx respondeu com um texto raivoso: *Miséria da Filosofia*.

Mas é a *ideologia alemã*, que dá a chave para a lacuna que separa Proudhon e Marx. Neste livro, Marx e Engels explicam seu novo brinquedo, sua concepção materialista da história, que acabam de “descobrir” e que estão ansiosos para colocar em prática: a partir daí, Marx poderá, acredita, explicar os mecanismos do funcionamento do sistema capitalista através do método histórico. Nesse mesmo ano, Proudhon publicou seu *Sistema de Contradições Econômicas* (subtítulo “Filosofia da Miséria”), no qual utiliza o método hipotético-dedutivo, ou seja, nada a ver com “materialismo histórico”, termo que Marx nunca utilizou.

O método hipotético-dedutivo é um método perfeitamente científico: consiste em fazer uma hipótese para deduzir as consequências observáveis e determinar sua validade. Então, a partir daí, colocamos uma nova hipótese, etc. Este método é perfeitamente banal, o gênio de Proudhon foi ter aplicado este método à economia política.

Tanto Marx quanto Proudhon se colocaram a mesma questão: elucidar os mecanismos do funcionamento do sistema capitalista. Mas onde e, acima de tudo, quando começar? Na Antiguidade, na Idade Média, no século XVI... O problema é insolúvel. Então Proudhon decidiu proceder de forma diferente: criou uma construção lógica, uma simulação do sistema capitalista (ele o chamou de “andaime”): ele procedeu por “categorias“. Ele diz: qual é a categoria essencial do capitalismo? É valor. E daí, deduz todas as categorias que contribuem para a explicação do sistema²⁰³.

Marx está furioso, ele ataca violentamente Proudhon, acusa-o de idealismo (dano supremo) por causa do uso que ele faz de

²⁰³Esta pergunta é desenvolvida em: René Berthier, *Études proudhoniennes*. Vol. I. *L'économie politique*, Essai, Éditions du Monde libertaire, 2009.

“categorias”. Ele publica um ataque histérico contra Proudhon (É um costume com ele), *Miséria da Filosofia*. Então, por mais de dez anos, não publica nada em economia.

Tendo rejeitado o método hipotético-dedutivo e o uso de “categorias”, Marx se viu impotente por quase vinte anos para produzir um trabalho econômico. Esta impotência tem sido notada por autores marxistas, mas nenhum deles tem dado uma explicação convincente. Entretanto, essa impotência é facilmente explicada: Marx não tem conhecimento científico. Sua tese de doutorado (em direito, não em filosofia) é sobre a filosofia da natureza, ou seja, a física, mas não há evidências de que ela pudesse ter sido escrita no século XIX. Pelo contrário, a abordagem de Marx ao sistema atômico dos antigos aproxima muito mais seu trabalho da velha escola da Idade Média do que das descobertas contemporâneas, numa época em que os cientistas acabavam de fazer enormes progressos.

Descrevendo os males causados pelo excesso de trabalho, Marx explica em *O Capital* (assim em 1867) que o trabalho contínuo e uniforme enfraquece o desenvolvimento e “a tensão dos espíritos animais” (*die Spann und Schwungkraft der Lebensgeister*). Falar de “espíritos animais” em 1867 é ficar atrás do conhecimento de seu tempo, e é chocante em um trabalho que diz ser científico. De fato, Claude Bernard havia publicado dois anos antes sua *Introdução ao estudo do método experimental*, e catorze anos antes seus *Recherches*, e sabe-se desde então que a energia do corpo funciona graças à combustão do açúcar. Coloca-se assim a questão: o fundador do “socialismo científico” estava imbuído do espírito científico de uma época em que a ciência decolou colossalmente?

Então, de repente, depois de mais de dez anos, Marx descobriu o método certo. Quando ele explica este “novo método”, particularmente no posfácio do *Capital* (1873), o leitor perspicaz notará que este é apenas uma repetição do método utilizado por Proudhon em 1846. Mas como não se deve dizer que ele copiou Proudhon, ele diz que tinha relido “por acaso” a *Ciência da Lógica* de Hegel, e que ele teve uma iluminação. E aqui está uma anedota que vai agradar muito a Besancenot & Löwy: a cópia do livro de Hegel fazia parte de um lote que um dia pertenceu a Bakunin! *Finalmente uma “afinidade”!*

É significativo que quando comparamos o plano do *Sistema de Contradições* e o do *Capital*, publicado vinte anos depois, encontramos estranhas semelhanças.

Mas isto não é o fim. As “convergências” não se detêm na questão do método. Nós também as encontramos no nível dos conceitos. As categorias em que Proudhon baseia, no *Sistema de Contradições Econômicas*, sua “simulação” do sistema capitalista, seu “modelo teórico”, são a mais-valia (que ele chama de “aubaine”), a divisão do trabalho, a mecanização, a concorrência, o monopólio, a queda das taxas de lucro, as crises etc., que são a base de seu “modelo teórico”. Encontramos todos esses conceitos em Marx.

É preciso lembrar que tudo que constitui a forma acabada da teoria econômica do capitalismo ainda não havia sido elaborado por Marx, quando respondeu ao *Sistema de Contradições Econômicas*. Portanto, é totalmente inadequado confrontar a argumentação do Proudhon de 1846 com os desenvolvimentos da teoria do marxismo finalizada em 1867... Na verdade, é apenas dez anos depois da *Miséria da Filosofia* que aparecem na obra de Marx noções fundamentais como a distinção entre capital variável e capital constante; a representação do valor de uma mercadoria como a soma do capital constante, capital variável e mais-valia, etc.

É preciso lembrar de tudo isso que não existe uma partição estanque entre os vários autores que tentaram, em meados do século XIX, constituir uma teoria de emancipação humana.

07. – 3 Bakunin

As relações entre Bakunin e Marx são complexas. O revolucionário russo tinha uma forte formação filosófica que foi reconhecida por todos os seus contemporâneos. Ele teve como professor em Berlim um discípulo de Hegel. Ele se posicionou bem no estreito círculo dos hegelianos de esquerda da década de 1840²⁰⁴. Lembremos que em 1893, depois de enumerar a Charles Rappoport todas as queixas que ele tinha contra Bakunin, Engels teria concluído: “Mas precisamos respeitá-lo – ele entendeu Hegel.”

²⁰⁴Veja: René Berthier, *L'autre Bakounine: Du conservatisme à la révolution démocratique, 1836-1847*, <http://monde-nouveau.net/spip.php?article79>

As diferenças entre Bakunin e Marx na questão da organização e estratégia do movimento operário são particularmente bem conhecidas: mas as suas divergências são anteriores à adesão de Bakunin à AIT em 1868. Há outro tema de divergência, pelo menos tanto quanto importante, sobre a questão germano-eslava. Para resumir, em 1848-1849, o projeto de Marx e Engels era favorecer a ascensão ao poder da burguesia, que, segundo eles, desenvolveria o capitalismo e alcançaria a unidade alemã. Eles se opunham ferozmente à independência das nações eslavas dominadas pelos alemães. Bakunin estava no centro da ação desde que ele havia participado dos levantes de Praga e Dresden. Sua visão era diferente: ele defendia a aliança de alemães e eslavos para alcançar seus objetivos mútuos.

Quando Bakunin fugiu da Sibéria em 1861, foi para a Inglaterra e encontrou-se com Marx em 3 de Novembro de 1864. Marx, ao saber que Bakunin ficaria na Itália, pediu-lhe que se juntasse à recém-criada Internacional e esperava o seu apoio contra Mazzini. Discípulos deste último tinham participado na fundação da Internacional e isto preocupou obviamente Marx. O russo decidiu não aderir à AIT, tendo nessa altura outros planos.

Marx escreveu a Engels em 4 de Novembro de 1864: “No todo, ele é um dos poucos homens que não encontro, depois de dezesseis anos, para trás, mas sim para a frente”.

Bakunin não tinha muita confiança em Marx, de quem suspeitava ser a fonte das calúnias que tinham circulado sobre ele durante os seus doze anos de cativo. No entanto, Bakunin não recusou o papel que Marx queria que ele desempenhasse, uma vez que lhe escreveu três meses mais tarde para lhe dar conta da sua atividade. Marx escreveu a Engels para informa-lo de que o russo ia preparar “contraminas contra o Sr. Mazzini”.²⁰⁵

Marx escreveu três cartas a Bakunin entre novembro de 1864 e fevereiro de 1865, cujos conteúdos são desconhecidos, mas há uma carta de Bakunin datada de 7 de fevereiro de 1865. Esta carta começa com um surpreendente “Carissimo” (meu querido) e termina tão surpreendentemente por um “Carissimo amico” (meu querido amigo)

²⁰⁵Carta de Marx para Engels, 11 de abril de 1865.

e ... uma proposta para trocar fotos de família – troca que nunca aconteceu.

Quando, em 1867, o Livro I do *Capital* apareceu, Marx enviou uma cópia para Bakunin, na Itália. Este último fez um comentário no *L'Empire knouto-germanique*:

“Há muito tempo já que esta obra deveria ter sido traduzida para o francês, pois nenhuma outra, que eu saiba, contém uma análise tão profunda, tão luminosa, tão científica, tão decisiva e, se assim me posso exprimir, tão implacavelmente desmascaradora, da formação do capital burguês e da exploração sistemática e cruel que este capital continua a exercer sobre o trabalho do proletariado. O único defeito desta obra, perfeitamente positivista, por mais que isso desagrade a *La Liberté*, de Bruxelas – positivista no sentido de, fundado sobre um estudo aprofundado dos fatos econômicos, não admitir outra lógica senão a dos fatos – o seu único defeito, digo eu, é o de ter sido escrita em parte, mas em parte somente, num estilo demasiado metafísico e abstrato, que terá sem dúvida induzido em erro *La Liberté*, de Bruxelas, e que torna a sua leitura difícil e quase inacessível à maior parte dos operários. No entanto, seriam sobretudo os operários quem a deveriam ler. Os burgueses não a lerão nunca, ou, se a lerem, não a quererão compreender, e, se a compreenderem, nunca falarão dela; pois esta obra é, nada mais nada menos, que uma condenação à morte, cientificamente motivada e irrevogavelmente pronunciada, não contra eles como indivíduos, mas contra a sua classe”.²⁰⁶

O livro foi entregue a Bakunin por Johann Philipp Becker em setembro de 1867. Bakunin conta:

“O velho comunista Philippe Becker (...) me entregou de Marx o primeiro volume, o único que apareceu

²⁰⁶Bakounine, Œuvres, Champ libre, VIII, 357. (BAKUNINE, Michel. *Revolução social ou ditadura militar*. Lisboa: Arcádia, 1975.)

até agora, um trabalho excessivamente importante, erudito, profundo, embora muito abstrato, intitulado *Capital*. Nesta ocasião, cometi um grande erro: esqueci de escrever para Marx para agradecê-lo²⁰⁷.”

As razões para esse esquecimento são fáceis de adivinhar: a atividade transbordante de Bakunin. Marx ficou ressentido, como atesta a carta de sua esposa a Becker, mais tarde publicada pelo *Die Neue Zeit*²⁰⁸.

“Você tem alguma notícia de Bakunin? Desde que ele é um velho hegeliano, meu marido lhe enviou seu livro, mas ele não deu nenhum sinal de vida. Ele recebeu isso? Nós não podemos confiar nesses russos. Quando eles não se apegam ao ‘Pequeno Pai’ da Rússia, eles se apegam ou são cuidados pelo ‘pequeno pai’ de seus coações, o que equivale à mesma coisa.”

A última observação é uma pérfida alusão ao fato de que Marx estava convencido de que Bakunin estava a ser mantido por Herzen. A sra. Marx esqueceu que ela e o seu grande marido tinham sido constantemente mantidos por Engels...

Bakunin escreveu a Anselmo Lorenzo em 7 de maio de 1872 sobre sua negligência:

“Nesta ocasião, cometi um grande erro. Não me apressei em agradecê-lo e cumprimentá-lo por este trabalho verdadeiramente notável. O velho Philippe Becker, que o conhece há muito tempo depois de saber que eu havia cometido esse lapso, me disse: ‘Como você ainda não escreveu para ele! Bem, Marx nunca vai te perdoar’.”

E ainda não acabou.

²⁰⁷Bakounine, Œuvres, Champ libre, II, 128.

²⁰⁸1913, p. 228.

Carlo Cafiero escreveu um “Resumo” do *Capital*²⁰⁹. Cafiero tinha estado próximo de Engels, mas indignado com os procedimentos burocráticos deste último, passou então para o bakuninismo. Não obstante, comprometeu-se a escrever o “Resumo” para compensar o defeito do livro sublinhado por Bakunin, e a tornar acessíveis num pequeno livrinho as principais ideias desenvolvidas por Marx. Assim, o livro de Marx foi desde o início considerado pelo próprio Bakunin e pelas suas relações próximas como uma aquisição teórica indiscutível, um trabalho insubstituível de explicação dos mecanismos da sociedade capitalista. James Guillaume, que não podemos suspeitar de simpatia por Marx, escreveu o prefácio ao livro: “Bakunin e Cafiero tinham o coração demasiado alto para permitir que as queixas pessoais influenciassem as suas mentes na região serena das ideias”, escreveu²¹⁰.

Estes são alguns pontos de convergência mais importantes que Besancenot & Löwy poderiam ter salientado.

Bakunin criticou frequentemente Marx; as suas críticas centraram-se na estratégia política, mas também nos fundamentos teóricos da doutrina marxista. No entanto, um olhar mais atento revela que as análises dos dois homens sobre questões políticas são frequentemente as mesmas, o que não é surpreendente, tendo em conta os seus antecedentes intelectuais quase idênticos. O que é diferente são as conclusões a que chegam. Do mesmo modo, as reservas de Bakunin no domínio da teoria não são tanto para negar a validade das posições de Marx, mas para apontar as suas insuficiências.

Por exemplo, Bakunin desafiou a teoria marxista da sucessão de fases históricas, que é apenas uma retomada de Saint-Simon e, em menor escala, de Hegel. Os marxistas, diz ele, nos acusam de “não reconhecer a lei positiva das evoluções sucessivas”²¹¹. Não que o revolucionário russo tenha negado a validade desta teoria: apenas contestou o seu carácter universal e afirmou que ela não se aplicava

²⁰⁹Éditions du Chien rouge.

²¹⁰Para que conste, Bakunin até mesmo se comprometeu a traduzir *O Capital* para o russo, um projeto que acabou não tendo sucesso. Marx reprovou-o por embolsar o dinheiro da editora

²¹¹*Bakounine, Écrit contre Marx*, Œuvres, Champ libre, III, p. 16.

ao mundo eslavo; apenas reconheceu a sua validade para a Europa Ocidental. Curiosamente, Marx acabou por concordar com Bakunin em pelo menos duas ocasiões:

♦ Em 1877, ele escreveu a um correspondente russo, Mikhailovski, que era um erro transformar seu “esboço da gênese do capitalismo na Europa Ocidental em uma teoria histórico-filosófica da marcha geral imposta inevitavelmente a todos os povos, quaisquer que sejam as circunstâncias históricas em que se encontrem”.²¹²

♦ Em 1881, ele escreve a Vera Zassoulitch que a “fatalidade histórica” da gênese da produção capitalista é “expressamente restrita aos países da Europa Ocidental”²¹³.

Estas duas observações feitas por Marx, na sua correspondência, são geralmente ignoradas, mas dão toda a credibilidade às reservas de Bakunin. Tudo o que se pode esperar da ciência histórica, diz este, é que nos mostra “as causas gerais da maioria dos sofrimentos individuais”, bem como as “condições gerais para a verdadeira emancipação dos indivíduos que vivem em sociedade”. É essa, acrescenta, a sua missão e os seus limites. “Para além destes limites começam as reivindicações doutrinárias e governamentais dos seus representantes de patentes, seus sacerdotes.”²¹⁴

A mudança de perspectiva de Marx é sem dúvida a consequência da sua leitura atenta do *Estatismo e Anarquia* de Bakunin. Até então, ele era movido por uma eslavofobia frenética²¹⁵: lembramo-nos que em 1848 ele e Engels se opunham à independência das nações eslavas da Europa Central, porque para eles a sua germanização era a melhor coisa que lhes podia acontecer. Quanto à Rússia, foi na origem de todas as intrigas que impediram a democratização da Alemanha e a sua unificação – apesar do facto de os alemães serem

²¹²Marx, Œuvres, Pléiade III, 1555.

²¹³Marx, Œuvres, Pléiade, II, 1559.

²¹⁴*Bakounine, L'Empire knouto-germanique.*

²¹⁵Nos artigos da *Neue Rheinische Zeitung* publicados – sob a direção de Marx, deve ser lembrado – os tchecos eram chamados de “cães abjetos”, “cães tchecos”; os eslavos em geral eram descritos como “bestas eslavas” aflitas com “idiotice animal”, etc. O próprio Marx chamou os eslavos de “malandros”. (Citado por Miklos Molnar, *Marx, Engels et la politique internationale*, Idées, p. 79.)

perfeitamente capazes, por si mesmos, de impedir a democratização e a unificação da sua nação²¹⁶.

Estatismo e Anarquia foi publicado em 1873 e continha, em particular, amplos desenvolvimentos sobre a situação social da Rússia, sobre sua dissolução interna e sobre as perspectivas de evolução do movimento revolucionário. Marx leu o livro, e as anotações e comentários que escreveu à margem do texto de Bakunin são os únicos – e de fato muito superficiais – elementos de refutação teórica das ideias do anarquista, enquanto até então ele se tinha limitado a invectivas, insultos e difamações. A partir dessa data, porém, a abordagem de Marx e Engels em relação à Rússia mudou consideravelmente. Bakunin lembra-lhes constantemente que, ao lado do Governo russo, existe um povo russo. Os textos nos quais Engels está interessado na situação social da Rússia vêm após a publicação do livro de Bakunin²¹⁷. As cartas de Marx a Mikhailovsky datam de 1877, as de Vera Zassulich de 1881.

Outro ponto: a questão do primazia das determinações econômicas na história²¹⁸. Bakunin adere plenamente a esta teoria, mas ainda assim expressa reservas: Marx não estaria consciente de um fato importante: se as representações humanas, sejam coletivas ou individuais, são apenas o produto de fatos reais (“tanto materiais quanto sociais”), elas acabam influenciando por sua vez “as relações dos homens na sociedade” (*Deus e o Estado*.) Fatos políticos e ideológicos, uma vez dados, podem, por sua vez, ser “causas que produzem efeitos”.

²¹⁶A reivindicação dos eslavos boêmios (República Tcheca e Eslováquia) a seus “chamados direitos” (Engels) à independência foi contestada porque um Estado independente na Boêmia-Morávia cortaria as saídas naturais da Áustria para o Mediterrâneo; a Alemanha oriental seria “dilacerada como um pão tem sido comido por ratos”. “Tudo isso para agradecer aos alemães por se darem ao trabalho de civilizar os obstinados tchecos e eslovacos”... (Engels, “Le panslavisme démocratique”, in *Les marxistes et la question nationale*, Maspero.) Sobre Marx e Engels durante a revolução de 1848, e sobre a questão eslava, ver: René Berthier, *Allemagne et question slave*, <http://monde-nouveau.net/spip.php?article170>

²¹⁷“Les problèmes sociaux de la Russie” (1875); “Les éléments d’un 1789 russe” (1877); “La situation en Russie” (1878), etc.

²¹⁸Veja: René Berthier, “La prééminence du fait économique”, <http://monde-nouveau.net/spip.php?article329>

Assim, é menos o “materialismo histórico” – um termo desconhecido durante a vida de Bakunin e que Marx não utilizou – que é contestado do que a estreiteza de pontos de vista com a qual ele parece aplicá-lo. Sobre este ponto novamente, Marx e Engels concordam com o Bakunin. Em uma carta a Joseph Bloch de 21 de setembro de 1890, ou seja, muito depois da morte de Bakunin, Engels escreve: “Segundo a concepção materialista da história, o fator determinante na história é, em última instância, a produção e reprodução da vida real” [ênfase acrescentada]. Engels dá assim à “economia” uma definição extremamente ampla. “Nem Marx nem eu jamais dissemos mais. Se alguém então tortura esta proposta para dizer que o fator econômico é o único determinante, ele a transforma em uma frase vazia, abstrata e absurda.” Engels continua:

“É a Marx e eu, em parte, que deve se culpar pelo fato de que, às vezes, os jovens dão mais peso do que é devido ao lado econômico. Em face de nossos adversários, tivemos que enfatizar o princípio essencial negado por eles, e então nem sempre achamos o tempo, o lugar ou a oportunidade de dar o seu lugar aos outros fatores que participam da interação.²¹⁹”

Esse foi um reconhecimento total das reservas de Bakunin sobre a teoria marxista. Mas esse reconhecimento limitou-se à correspondência de Marx e Engels. O “marxismo”, tal como o conhecemos, reconstruído pela socialdemocracia alemã e depois por Lenin, já estava em vigor.

Vamos terminar este capítulo sobre Bakunin citando um trecho de um de seus textos intitulado *Relações pessoais com Marx*, no qual ele dá sua opinião sobre o último:

“Marx é um homem de muito grande inteligência e, além disso, um estudioso no sentido mais amplo e sério da palavra. Ele é um profundo economista (...) Então Marx é apaixonadamente dedicado à causa do proletariado. Ninguém tem o direito de duvidar; pois ele o serve há quase trinta anos com uma perseverança e fidelidade

²¹⁹Lettre à J. Bloch, 21 septembre 1890.

infallíveis. Ele dedicou toda sua vida a esta causa. (...) Marx ama o proletariado, por isso ele odeia os burgueses. Não se pode servir apaixonadamente uma causa durante trinta anos seguidos sem a amar, e é preciso ter o preconceito feio da calúnia para ousar negar o amor de Marx pela causa do proletariado.

“Vamos finalmente acrescentar a todos esses grandes e inquestionáveis méritos, o de ter sido o iniciador e a principal inspiração para a fundação da Internacional.”²²⁰

Esta última afirmação é falsa porque Marx não participou da fundação da Internacional.

É verdade que essa passagem louvável, mas perfeitamente sincera, é seguida por uma lista de críticas, na qual Bakunin trata Marx como “Papa da Internacional”. Mas provavelmente foi para responder a Marx que o chamara de “Maomé sem Alcorão” ...

A relativização de Bakunin do marxismo é intolerável para muitos comunistas, precisamente porque coloca o marxismo na corrente de ideias da época, como uma explicação do social, entre outras. Ela remove o caráter quase religioso que tinha na mente de muitos comunistas para lhe devolver seu status de hipótese científica, ou seja, uma hipótese que pode ser refutada, modificada e completada. O marxismo é reduzido ao que nunca deveria ter deixado de ser: não a ciência absoluta do social e da revolução, mas uma teoria, uma “grelha de leitura” entre outras.

07. – 4 O “marxismo libertário”

O marxismo e o anarquismo não são duas correntes que se desenvolveram em compartimentos impermeáveis. É verdade que eles se desenvolveram separadamente, mas o fizeram conjuntamente a partir de preocupações idênticas e com conclusões diferentes.

Isso não diminui suas oposições, é claro, mas a recusa em considerar sua gênese a partir de condições idênticas impede-nos de perceber os pontos sobre os quais eles se encontram e, em retorno,

²²⁰Bakounine, “*Rapports personnels avec Marx*”, in *Œuvres*, t. II, Paris, Champ Libre, 1974, pp. 119-130.

não nos permite compreender suas diferenças em seu verdadeiro escopo e perspectiva. Tal percepção dos pontos de convergência leva muitos anarquistas a rejeitarem o marxismo, que não é mais baseado em conhecimento ou razão, mas em atitudes religiosas e místicas. Além disso, tal percepção das oposições leva a tentar sínteses ecléticas e perfeitamente inúteis do tipo “marxismo libertário”.

As manifestações mais caricaturais dessas interações podem ser encontradas nas tentativas feitas por alguns anarquistas de constituir um “marxismo libertário”, ou por alguns marxistas para se convencerem de que Marx era “anarquista”. Tal atitude decorre da observação, feita por cada uma das partes envolvidas, de deficiências teóricas supostas ou reais de sua corrente.

Daniel Guérin

A expressão “marxismo libertário” foi cunhada por Daniel Guérin no final de sua vida. De formação marxista, ele se juntou à SFIO e, em seguida, ao PSOP. Ele foi tentado por um momento pelo trotskismo. Ele deu uma olhada crítica nos movimentos e ativistas que reivindicavam o marxismo. Ele achava que vários conceitos libertários deveriam ser reintroduzidos no corpo da ideologia socialista a fim de evitar os erros da socialdemocracia ou do stalinismo. Na maioria das questões entre marxismo e anarquismo: centralismo ou federalismo, parlamentarismo ou ação social direta, ditadura do proletariado ou democracia direta, Guérin deu razão ao anarquismo e, em particular, a Bakunin.

O marxismo libertário de Guérin foi uma tentativa de introduzir conceitos anarquistas na doutrina marxista. A ideia, no entanto, seduziu certos anarquistas que, por sua vez, tentaram introduzir conceitos marxistas no anarquismo. Hoje, muitos ativistas do comunismo, conscientes da desvalorização do marxismo, mas especialmente das deficiências conceituais do marxismo para explicar a sociedade de hoje, descobrem Proudhon e Bakunin. Falar de síntese entre os dois movimentos parece-me, no entanto, fortemente exagerado.

A tentativa de “revisar” a doutrina anarquista, depois de Guérin, pelos promotores de um “marxismo libertário” foi o resultado de uma descoberta de que o anarquismo tinha uma série de falhas doutrinárias que tinham de ser preenchidas por elementos do

marxismo. Essas “lacunas doutrinárias” estavam em um campo no qual os marxistas se sentem confortáveis, o da teoria pura, em que muito se fala de “método” em particular. Houve um tempo na França quando alguns libertários, influenciados pela ideia de “marxismo libertário” desenvolvido por Guérin, criticaram o anarquismo por suas deficiências em termos de “método de análise”. “Método de análise”, “dialética”, “materialismo histórico” e até mesmo “ditadura do proletariado” voltavam constantemente em suas palavras. Essa atitude veio de uma profunda incompreensão tanto do marxismo quanto do pensamento dos principais teóricos anarquistas. A consequência imediata foi que esses militantes começaram a imitar os trotskistas, ao ponto de se tornarem indistinguíveis uns dos outros.

Naquela época, fomos confrontados com dois extremos: um anti-marxismo visceral e irracional entre alguns anarquistas (que tendiam a não conhecer Marx e os autores marxistas), e um “filomarxismo” um tanto irracional também entre outros anarquistas que ignoravam as obras dos grandes pensadores anarquistas.

Esta falta de conhecimento se deveu ao fato de que o movimento libertário foi durante muito tempo incapaz de publicar seus próprios autores em edições anotadas a preços acessíveis para bolsas modestas. Durante muito tempo, para ler Proudhon era preciso comprar as primeiras edições caras, e para ler Bakunin era preciso comprar os grandes volumes publicados pelo Instituto Internacional de Amsterdã.

Há ainda uma obra monumental do pensamento anarquista que é tanto mais inacessível quanto poucos militantes sequer suspeitam de sua existência: o *Tratado Geral de Economia*, de Christian Cornelissen²²¹, em seis volumes, escrito entre 1913 e 1944. Este

²²¹Veja: tome I, *Théorie de la Valeur*, 1926, <http://monde-nouveau.net/spip.php?rubrique40>. Édité chez Giard, coll. Bibliothèque internationale d'économie politique, Paris, 1926-1933, 4 tomes:

1. *Théorie de la valeur. Réfutation des théories de Rodbertus, Karl Marx, Stanley Jevons et Boehm-Bawerk, Schleicher Frères*, coll. Bibliothèque d'histoire et de sociologie, Paris, 1903, XVIII-413 p. [CCFR, IIHS]; rééd. (2^e éd., entièrement revue, 1926);
2. *Théorie du salaire et du travail salarié* (2^e éd. entièrement revue, 1933, 724 p.) [IIHS];
3. *Théorie du capital et du profit* (2 vol.), 1926, 466 p. et 662 p. [IIHS];
4. *Théorie de la rente foncière et du prix des terres*, 1930, 380 p. [CCFR, IIHS].

trabalho é uma “refutação das teorias de Rodbertus, Karl Marx, Stanley Jevons e Boehm-Bawerk”. Não há dúvida de que a disseminação dessas 2.500 páginas de economia política anarquista provocaria debates interessantes.

Maximilien Rubel

Rubel é o autor de um estudo intitulado “Marx, teórico do anarquismo”, no qual ele tenta mostrar que o autor do *Capital* foi um ... teórico do anarquismo²²². É uma tarefa que apresenta um dificuldade metodológica. O método mais simples teria sido examinar toda a obra de Marx e apontar passagens que pudessem indicar sua adesão ao anarquismo. Isto não é o que Rubel faz, e por boas razões, porque rapidamente percebe-se que não há muito em Marx em apoio a esta tese.

A outra abordagem, escolhida por Rubel, é afirmar que Marx estava preparando um livro sobre o estado que o teria impulsionado até o topo dos escritores anarquistas. Esta abordagem tem a desvantagem de evacuar... “o anarquismo real”, isto é, o pensamento e a ação daqueles que até o momento podemos considerar anarquistas – ao qual Marx se opôs longamente. Marx, porém, foi longamente determinado contra eles, principalmente Bakunin; ele fez críticas ao anarquismo que foram retomadas sem qualquer modificação pelos seus seguidores. Há, portanto, uma aparente contradição no fato de Marx ter sido atribuído o status de “anarquista”, tendo lutado constantemente contra os anarquistas.

Para examinar a relevância da tese de Rubel, seria bom ver em que consiste o anarquismo, de acordo com ele. E então vemos que Rubel frequentemente abandona o campo do pesquisador em favor do partidário, especialmente quando se trata das relações entre Bakunin e Marx. Isto é especialmente verdadeiro no artigo de Rubel sobre *Estatismo e Anarquia* no *Dicionário de Obras Políticas*. Dedicado em princípio à análise de uma obra de Bakunin, logo se torna claro que este é um estudo dedicado a Marx e seu suposto projeto de livro sobre o Estado.

5. *Théorie de l'intérêt et de la banque*, Lib. générale de droit et de jurisprudence

²²²Veja: “L’anarchisme dans le miroir de Maximilien Rubel”, <http://monde-nouveau.net/spip.php?article260>

Rubel ignora completamente os muitos pontos de junção entre os dois homens; ele está muito determinado para apontar as diferenças, e as apresenta de tal maneira que elas só podem encorajar o leitor a aceitar a ideia da superioridade incomparável de Marx em todos os campos. No entanto, a constatação dos muitos pontos de junção poderia servir ao propósito de Maximilien Rubel, que poderia ter, além do nível anedótico usual do debate nos termos em que se realiza, encontrar um ponto de apoio significativo nos seus pressupostos. Mas agora, teria sido necessário “compartilhar”...

Segundo Rubel, Marx foi, portanto, o primeiro a “estabelecer os fundamentos racionais da utopia anarquista e definir um projeto de realização”. Esta afirmação de Rubel implica sem ambiguidade que os autores contemporâneos de Marx, como Proudhon, Bakunin, tradicionalmente identificados como anarquistas, são excluídos do estatuto de teóricos de pleno direito.

A tese de Rubel é baseada no conteúdo hipotético de um livro que Marx não escreveu, mas que ele estava planejando: “O Livro sobre o Estado previsto no plano da *Economia*, mas não escrito, só poderia conter a teoria da sociedade liberada do Estado, a sociedade anarquista”²²³. Este livro não escrito só poderia conter, etc., o que é uma maneira de dizer que Maximilian Rubel não sabe nada sobre isso, mas que ele supõe. Mas Maximilian Rubel tem muito pouco a produzir, pois reconhece que o caminho anarquista seguido por Marx está *implícito*, isto é, não formulado.

Se o verdadeiro marxismo não seguiu este caminho anarquista *implícito* (*dixit* Rubel) no pensamento de Marx, é porque “discípulos inescrupulosos invocaram certas atitudes do mestre para colocar seu trabalho a serviço de doutrinas e ações que representam sua total negação”. O “socialismo realizado”, nas palavras de Maximilien Rubel, é uma distorção do pensamento de Marx, que tinha “certas atitudes pessoais” que aparentemente são questionáveis, e não nos são fornecidos os detalhes dessas atitudes, mas que incitaram “discípulos inescrupulosos” a colocar seu trabalho “a serviço de doutrinas e ações que representam sua total negação”. Marx, aprendemos, “nem sempre procurou em sua atividade política harmonizar os fins e os meios do comunismo anarquista. Mas por ter

²²³M. Rubel, “Marx théoricien de l’anarchisme”, in *Marx critique du marxisme*, Payot, p. 45.

às vezes falhado como militante, Marx não deixou de ser o teórico do anarquismo.”

Estas palavras são muito obscuras para quem não conhece os detalhes da exclusão, organizada por Marx e Engels, de quase todo o movimento operário organizado da Associação Internacional dos Trabalhadores. Há, no entanto, uma leve dica de uma consciência pesada. O leitor mal informado pode adivinhar que Marx fez algo repreensível, mas isto não deve ser muito sério, pois não afeta a validade normativa de seus ensinamentos. Parece, então, que o destino do “socialismo realizado”, o eufemismo para o stalinismo e todas as variantes do comunismo que o sucederam, está ligado a alguns discípulos inescrupulosos que não entenderam o caminho anarquista implícito contido no pensamento de Marx. Em termos de materialismo histórico, tal abordagem do problema é chamada de idealismo. Maximilian Rubel aplica à história do marxismo o método que o marxismo combate. O anarquismo, por sua vez, teria sofrido menos com a perversão da aplicação concreta porque, “não tendo criado uma verdadeira teoria da práxis revolucionária, ele sabia como se proteger da corrupção política e ideológica”²²⁴.

O que dá a Marx a qualidade de “mais consistente teórico do anarquismo”, escreve Maximilian Rubel, é que “o advento da comunidade libertada da exploração econômica, política e ideológica do homem pelo homem não é concebido em termos de comportamento individual, moralmente exemplar, mas da ação reformadora e revolucionária da 'imensa maioria' constituída pela classe social e pelos partidos político”²²⁵. Por outro lado, o verdadeiro anarquismo (o de Rubel), parece limitar-se ao “único gesto individual de revolta”²²⁶.

Assim, seções inteiras da história do movimento trabalhista internacional são evacuadas. Rubel é de extrema má fé e deve ser de extrema ignorância. Limitar o anarquismo a atos individuais de revolta obscurece algumas páginas-chave da história do movimento operário internacional, que certamente não são muito tratadas nos trabalhos que estão em consonância com a ortodoxia elaborada por aqueles “discípulos inescrupulosos” de Marx evocados por Rubel.

²²⁴M. Rubel, “Marx théoricien de l’anarchisme” in *Marx critique du marxism*, p. 49.

²²⁵Marx, *Œuvres*, La Pléiade, vol. III, note de Rubel, p. 1735.

²²⁶M. Rubel, *Marx critique du marxisme*, postface, p. 430.

Centenas de milhares de anarco-sindicalistas e anarquistas foram mortos entre as duas guerras e em todos os continentes: eles não foram movidos pelo único gesto individual de revolta e não tinham consciência de que não tinham criado uma verdadeira teoria de praxis revolucionária.

Graças a Marx, o anarquismo foi enriquecido “com uma nova dimensão, a da compreensão dialética do movimento operário como autolibertação ética que abraça toda a humanidade” (exceto talvez as “nações reacionárias” observadas por Engels). Não vou me deter em tentar entender o que é “compreensão dialética do movimento trabalhista”, nem o que é “autolibertação ética que abraça toda a humanidade”. Um exame atento do trabalho de Marx mostra que as referências explícitas à sociedade sem Estado continuam extremamente limitadas para um autor que supostamente está lançando as “bases racionais da utopia anarquista”²²⁷. Em mais de 6.000 páginas das edições da Pleiade há 7 referências diretas à abolição do Estado (incluindo uma de Engels, na verdade), em termos vagos, que constituem um material muito superficial para se concluir que Marx é um “teórico do anarquismo”.

O documento que poderia apoiar mais convincentemente a tese de um Marx anarquista é o *Endereço sobre a Guerra Civil na França* escrito em nome do Conselho Geral da AIT após a Comuna de Paris, e que constitui um ponto importante de discórdia entre marxistas e anarquistas. É, de acordo com Maximilian Rubel, um “texto que passará aos olhos de Bakunin como uma rejeição das convicções ‘estatistas-autoritárias’” de Marx²²⁸. Bakunin dirá de fato que este é uma “caricatura bufão” do pensamento de Marx.

Se uma política é julgada por sua finalidade, ela também é julgada pelos meios que utiliza para atingir essa finalidade. Quando Maximilien Rubel faz do “sufrágio universal, ontem ainda um instrumento de engano, amanhã um meio de emancipação”, ele se afasta completamente dos quadros de referência do anarquismo. Da mesma forma, o anarquismo não reconhece nenhuma validade normativa às piruetas dialéticas afirmando que “o proletariado só se

²²⁷Para uma visão mais completa da questão, veja: monde-nouveau.net, “Références explicites à la société sans État”. – <http://monde-nouveau.net/spip.php?article330> [(Referências explícitas ao sociedade sem Estado)]

²²⁸ *Dictionnaire des œuvres politiques*, Presses universitaires de France, p. 56.

aliena politicamente para triunfar sobre a política e só conquista o poder estatal para usá-lo contra a minoria anteriormente dominante”. “A conquista do poder político é um ato ‘burguês’ por natureza”, acrescenta Rubel, mas que “só se torna uma ação proletária devido ao propósito revolucionário que lhe foi conferido pelos autores desta convulsão”.²²⁹

Pode-se pensar que, se a conquista do poder político é um ato burguês por natureza, nenhuma finalidade revolucionária pode transformá-lo em “ação proletária”. Pelo contrário, a “ação proletária” será transformada em “ação burguesa”. Maximilian Rubel é um péssimo dialetista.

Defender que a classe trabalhadora “assuma o projeto dialético de uma negação criativa” e assuma “o risco de alienação política para tornar a política supérflua” não se encaixa em um projeto anarquista. Para Bakunin, a única negação criativa é a destruição do Estado e sua substituição pelas estruturas de classe do proletariado. Engajar-se – voluntariamente, além disso – num processo de “auto-alienação” não pareceria a Bakunin a melhor maneira de conseguir a autolibertação. O Estado não só garante os privilégios da classe dominante, é um instrumento de criação permanente de privilégios e, nesse sentido, cria a classe dominante: não há classes sem Estado, diz Bakunin.

Rubel se surpreendeu com os epígonos de Marx por estes não entenderem que este último era “anarquista”, apesar das poucas passagens em que ele se revelaria como tal, e apesar de uma prática política totalmente anti-anarquista: “Como ideologia política, o marxismo dos epígonos se alimentará desta ambiguidade que a ausência de um “Livro” sobre o Estado facilitará²³⁰.”

A peça central do argumento de Rubel sobre a ideia de um “Marx como teórico do anarquismo” é encontrada neste livro sobre o Estado que Marx tinha em mente. Permanecendo não escrito, este livro, recordemos, “só poderia conter a teoria da sociedade liberada do Estado, a sociedade anarquista”²³¹. Surpreendentemente, Rubel reconhece que “a crítica do Estado cuja exclusividade se reservava para si mesmo” (sic) nem sequer recebeu um começo de execução, a menos que retenhamos as obras dispersas, especialmente as

²²⁹ Rubel, *Marx critique du marxisme*, Payot, p. 55.

²³⁰ Marx, *Œuvres*, La Pléiade, III, note de Rubel, p. 1588.

²³¹ M. Rubel, *Marx critique du marxisme*, Payot, p. 45.

históricas, nas quais Marx lançou as bases de uma teoria da anarquia”²³².

Assim, apesar de uma estratégia política, de uma práxis que o próprio Maximilian Rubel diz ser contrária aos princípios declarados, Marx teria escrito, se tivesse tido tempo, uma teoria anarquista do Estado e sua abolição. Os herdeiros de Marx “alimentaram-se” desta ambiguidade, causada precisamente pela ausência do livro sobre o Estado. Em outras palavras, Rubel parece acreditar que, se Marx tivesse tido a oportunidade de escrever este Livro, sua obra não estaria sujeita a esta ambiguidade (que Rubel aponta repetidamente); e sua qualidade anarquista teria sido exposta, e com ela, provavelmente, o destino do movimento operário internacional teria sido diferente. Uma posição idealista, se houvesse uma.

A chave para o problema do destino do marxismo – e sua desnaturalização – estaria, portanto, neste *livro não escrito*, cuja ausência conduziu o marxismo ao horror concentracionário. Para dar à obra de Marx seu verdadeiro significado anarquista, devemos portanto partir do que existe (isto é, não muito), das “obras dispersas”, das quais Maximilian Rubel propõe fazer-se exegeta.

Os anarquistas poderiam legitimamente perguntar a Maximilian Rubel se não há uma grande contradição para reafirmar o postulado do materialismo histórico, que funda a superioridade incomparável do marxismo sobre o anarquismo, e então explicar o desvio da obra de Marx pela mera ausência de um livro que ele não escreveu.

Com efeito, se nos ativermos aos postulados do materialismo histórico, a publicação do livro sobre o Estado não teria mudado muito; os “epígonos”, representantes das forças sociais que de qualquer forma se teriam desenvolvido, teriam tirado de Marx (ou de outro lugar) o que precisariam para justificar suas políticas e teriam deixado o resto. No entanto, foi ainda está na obra de Marx – considerável, mesmo sem o Livro sobre o Estado – que as deformações burocráticas e totalitárias do movimento operário encontraram seu fundamento teórico. Se Marx tivesse sido um “anarquista”, ele teria escrito seu livro sobre o Estado. Poderíamos acrescentar, mais trivialmente: se Marx tivesse sido um teórico do anarquismo, nós saberíamos...

²³²M. Rubel, “Plan et Méthode de l’Économie”, *Marx critique du marxisme*, p. 378.

08. – Perguntas

08. – 1. *Indivíduo e sociedade*

Stirner não é um anarquista nem um individualista. No entanto, ele continua sendo um representante essencial da posteridade de Hegel, e é por essa razão que ele merece ser estudado. O que funda a crítica de Stirner é a liquidação de tudo o que é sagrado, pois o sagrado é uma fonte de escravização; não apenas a religião como tal, mas também toda e qualquer forma de idealização: bem, liberdade, amor etc. Portanto, é difícil vê-lo sacralizar o indivíduo. Sua preocupação é sua individualidade.

As gerações dos chamados anarquistas individualistas que tomaram o “egoísta” de Stirner literalmente cometeram um contra-senso.

Para Proudhon e Bakunin, a sociedade é a condição para o desenvolvimento da individualidade; para Stirner, a individualidade é um estado conquistado contra a sociedade. Essas são duas abordagens radicalmente diferentes. De fato, Stirner merece ser classificado como um precursor da psicanálise.

O anarquismo como movimento não existia em 1845, quando *O Único e sua propriedade* foi publicado. Stirner odiava Proudhon. Quanto a Bakunin, ele o classificou entre os “niilistas alemães que, por seu cinismo lógico, deixaram para trás os ferozes niilistas russos”²³³. Portanto, ser qualificado como um “niilista alemão” não é um elogio para Bakunin.

Stirner tornou-se “anarquista” graças a Engels: ele é o primeiro a elevá-lo a esse status. Isso aconteceu em 1888, em um livro chamado *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. No final da década de 1880, Engels quis ejetar os anarquistas que insistiam em participar de congressos socialistas internacionais. Os líderes social-democratas se opuseram fortemente à participação de anarquistas nesses congressos. Engels, portanto, lançou uma campanha para difamar os anarquistas, tentando retratar Bakunin como um discípulo de Stirner, do qual ninguém se lembrava, quarenta e três anos após a publicação de *O Único*.

²³³Bakounine, *Étatisme et anarchie*, Œuvres, Champ libre, IV, p. 316.

O outro personagem que “ressuscitou” Stirner ao mesmo tempo é um certo John Henry Mackay, um prussiano, apesar de seu nome, e um romancista medíocre. Mackay reeditou as obras de Stirner e liderou uma campanha muito ativa de reabilitação, que encontrará na França um defensor na pessoa do anarquista individualista Ernest Armand. Este último fará uma leitura particularmente elitista e pouco filosófica, ao passo que o livro de Stirner só pode ser compreendido através do filtro, e como uma crítica à filosofia de Hegel..

O individualismo é um dos principais alvos dos ataques de Bakunin à ideologia burguesa. Associar anarquismo e individualismo lhe pareceria uma aberração. Por outro lado, o *indivíduo* constitui uma das fundações de sua teoria do “socialismo revolucionário” – é assim que o revolucionário russo se qualifica, por sua vez de “anarquista”. Mas não podemos limitar a definição do indivíduo à sua estrutura fisiológica e psicológica, à sua descrição como espécie biológica. Bakunin concebe o homem em suas relações sociais porque ele é um produto da sociedade. “Cada nova geração encontra em seu berço um mundo de idéias, imaginações e sentimentos que lhe são transmitidos na forma de uma herança comum através do trabalho intelectual e moral de todas as gerações passadas.” No entanto, Bakunin acrescenta, essas idéias, essas representações “adquirem mais tarde, depois de terem se estabelecido bem, da maneira que acabei de explicar, na consciência coletiva de qualquer sociedade, o poder de se tornar por sua vez, causas que produzem novos²³⁴.”

O homem não traz consigo nenhuma ideia quando nasce, o que ele traz é uma “faculdade natural e formal, mais ou menos grande, para conceber ideias que ele encontra estabelecidas em seu próprio ambiente social, ou num ambiente estrangeiro, mas de uma forma ou de outra se coloca em comunicação com ele.”²³⁵ O homem nasce na sociedade, ele não a escolhe. Ele é o produto da sociedade. Ele está, portanto, sujeito às leis naturais que governam o desenvolvimento social. A sociedade preexiste e sobrevive ao indivíduo: é, de certo modo, a última grande criação da natureza.

Fora da sociedade, o homem não teria deixado de ser um animal sem fala ou razão. Se o indivíduo hoje pode se desenvolver, é graças aos esforços cumulativos de inúmeras gerações. Os conceitos do in-

²³⁴ *L'Empire knouto-germanique*.

²³⁵ Bakounine, *L'Empire knouto-germanique*, Champ libre, VIII, 275.

divíduo, da liberdade, da razão, são os produtos da sociedade. Esta última não é o produto simples dos indivíduos que o compõem, é uma criação histórica. Quanto mais desenvolvido o indivíduo, mais livre ele é, e mais ele é o produto da sociedade; quanto mais ele recebe da sociedade, mais ele está em dívida com ele.

Mas os indivíduos nascem, desenvolvem-se, em um contexto material, intelectual e moral, do qual eles são a expressão ao mesmo tempo em que percebem isso. Consciente ou não, a ação dos indivíduos na sociedade que os criou é, de fato, a ação da sociedade sobre si mesma, diz Bakunin. A vida individual do homem e sua vida social não são separáveis.

A noção de anarquismo individualista é uma criação muito posterior a Stirner. Entre os grandes pensadores anarquistas, encontramos uma teoria elaborada do indivíduo, uma preocupação muito forte com a questão do indivíduo, a preocupação obsessiva de que o indivíduo não seja esmagado pelo coletivo; mas sua concepção do indivíduo permanece em solidariedade com uma teoria social geral: a doutrina dos grandes autores anarquistas não pode de forma alguma ser qualificada como individualista. A doutrina anarquista “clássica” não precisa de um anarquismo “individualista”. Na minha opinião, a introdução do individualismo no anarquismo é um acidente, um erro, uma aberração, historicamente explicável como consequência de uma reação em cadeia provocada pelas decisões do Congresso de Haia da Primeira Internacional. A implementação de procedimentos incrivelmente burocráticos para excluir Bakunin e James Guillaume da AIT, então a Federação do Jura, e finalmente quase todo o movimento operário organizado da época, progressivamente conduziu numerosos militantes a atribuir ao próprio princípio da organização as causas da autoridade, quer dizer, da burocracia.

O simples fato de se organizar se tornou um ato “autoritário”. Assim, montamos estruturas cada vez mais descentralizadas, cada vez mais “horizontais”, sem qualquer ligação entre elas, e quando não restava nada para descentralizar, restava apenas o indivíduo.

Mas este processo, que é o sintoma de uma deriva mórbida, não tem nada a ver com o anarquismo, que defende uma organização federalista, isto é, horizontal e vertical, isto é, uma organização na qual

a tomada de decisão é descentralizada, mas um mínimo de verticalidade é necessário para a implementação.

No anarquismo, não há oposição entre o individual e o coletivo.

Em geral, quando alguém ouve ou lê escritores falando sobre anarquismo, é quase sempre resumido pelo individualismo, o que é um erro grave, mas também extremamente irritante para a esmagadora maioria dos ativistas que não se qualificam “individualistas”. O anarquismo é uma doutrina social que se preocupa muito com a defesa e a realização do indivíduo, simplesmente porque uma sociedade emancipada deve ser uma sociedade constituída de indivíduos emancipados. Quanto ao individualismo anarquista, é impossível falar sobre isso genericamente porque existem tantos individualismos quanto indivíduos. Qualquer que seja o caminho que levou alguns ativistas ao individualismo, o anarquismo individualista é uma corrente multifacetada, quase impossível de definir²³⁶, mas muitos militantes desempenharam um papel determinante (mas não exclusivo) no combate. tais como controle de natalidade, direitos iguais entre homens e mulheres, objeção de consciência, pedagogia libertária, etc., o que os chamados anarquistas plataformistas descrevem com um pouco de desprezo anarquistas de estilo de vida (lifestyle anarquistas).

08. – 2. A classe trabalhadora deve tomar o poder?

A pergunta é descabida.

Alguns autores acreditam que a recusa dos anarquistas em “tomar o poder” é uma recusa quase metafísica a exercer qualquer “autoridade”. Isso é paradoxal, porque os anarquistas geralmente não se recusam a “fazer a revolução”, mesmo que seja um ato eminentemente “autoritário”. Então há “outra coisa”.

De fato, se resumíssemos em uma sentença o que separa anarquistas e marxistas sobre essa questão, pode-se dizer que os marxistas querem que o partido tome o *poder político* enquanto os anarquis-

²³⁶Ver Malatesta: “No que diz respeito ao individualismo, é melhor não nomear a besta, pois são dados tantos significados diferentes a esta palavra que cada vez que ela é pronunciada, um capítulo de explicação deve sempre ser acrescentado.” Citado por Gaetano Manfredonia, *L'individualisme anarchiste en France (1880-1914)*, Thèse de doctorat, 1984, IEP, p. 3.

tas querem que a organização de classe dos trabalhadores assuma o *poder social* – qualquer que seja o nome dessa organização de classe, dependendo do período: sindicato, conselho de trabalhadores, etc.

O problema é que, para os marxistas, a conquista do poder significa ou a obtenção de uma maioria parlamentar, que era, na verdade, o objetivo de Marx, o um golpe estado de estilo blanquista, como em outubro de 1917. Os anarquistas não negam que é necessário “tomar”, “conquistar”, “apreender” algo. A questão é: o que deve ser apreendido?

Deve-se ter em mente que quando o anarquismo é formado dentro da Associação Internacional de Trabalhadores, o que foi chamado de “ação política” foi reduzido à estratégia eleitoral dos partidos políticos. A visão marxista da ação da classe trabalhadora reduziu-se a isso: cria-se um partido socialista, ele concorre às eleições e, como a classe trabalhadora é a maioria, ele chega ao poder. Este é o modelo social-democrata alemão. Os socialistas alemães estavam tão convencidos de que, sendo a maior classe da população, a classe trabalhadora os levaria ao poder por meio de eleições. Assim, em 1907, uma moção foi aprovada no Congresso de Stuttgart do Partido Social-Democrata Alemão, proibindo qualquer ação conjunta com a burguesia. Foi apenas tardiamente que se considerou a possibilidade de concluir alianças eleitorais com outros grupos sociais. A sobre-determinação da revolução russa sobre a interpretação de teses marxistas tende a obscurecer o fato de que Marx e Engels viram a atividade política apenas na forma da conquista do poder pelo parlamento.

A violência revolucionária é na maioria das vezes prevista não para alcançar a revolução social, mas para impor o sufrágio universal: assim podemos ler no *Manifesto Comunista*: “Já vimos acima que o primeiro passo da revolução operária é a constituição do proletariado na classe dominante, a conquista da democracia”. A “conquista da democracia” é o sufrágio universal. A revolução é estabelecer o sufrágio universal que levará a classe trabalhadora ao poder. E uma vez no poder, haverá “invasões despóticas” na propriedade capitalista. Para Bakunin, essa visão é simplista e totalmente utópica. Primeiro, porque o fato da a classe trabalhadora ser a maioria não garante o acesso ao poder dos socialistas; e acima de tudo porque a burguesia nunca aceitará a “legalidade” de um voto que a desposui.

Aos olhos de Marx e Engels, a Associação Internacional dos Trabalhadores foi usada para formar partidos políticos para atingir esse objetivo. Para Iuri Steklov, historiador bolchevique da AIT, as coisas são muito claras: “a Internacional, aos olhos de Marx, deveria funcionar como um partido comunista internacional”. E na página seguinte, ele acrescenta: “O objetivo da Associação era tornar-se o partido político internacional da classe trabalhadora”²³⁷. Essa não era a abordagem de Bakunin, para quem AIT era uma estrutura do tipo união, uma prefiguração do sindicalismo actorevolucionário.

Quando Marx e Engels acusaram Bakunin e os federalistas da Internacional de se recusarem ou se absterem de participar na política, na realidade, estavam a culpá-los por rejeitarem a estratégia eleitoral de conquista do poder.

Bakunin argumenta em termos de organização de classe: a organização de classe do proletariado é a Associação Internacional de Trabalhadores; a organização de classe da burguesia é o Estado. Conquistar o Estado é, portanto, aproveitar a organização de classe dos burgueses: é uma aberração. Esta aberração continua hoje em dia quando organizações socialistas nomeiam candidatos para eleições: mesmo que o pretexto seja fazer propaganda, isto corrobora aos olhos do eleitorado o fato de que estas instituições são legítimas, e obscurece qualquer possibilidade de considerar um caminho alternativo.

Segundo Bakunin:

1. A organização dos trabalhadores deve ser constituída de uma forma tão próxima, quanto possível da sociedade que os trabalhadores devem construir;

2. Embora não participe das instituições burguesas (Parlamento), a atividade da Internacional é fundamentalmente uma atividade política;

²³⁷*History of the First International*, G.M. Steklov, éditions du Cercle d'études libertaires-Gaston Leval, pp. 52 et 53. Steklov estava um pouco inclinado a aceitar seus desejos como realidades, porque ele alegou que a AIT operava com base no princípio do “centralismo democrático”, um conceito que só apareceu por volta de 1903 em Lenin.

3. A organização de classe dos trabalhadores, que é seu instrumento de luta sob o capitalismo, é também o modelo da organização da sociedade após a derrubada da burguesia. Este é o significado do termo “destruição do Estado”.

A organização de classes agrupa os indivíduos como trabalhadores, em seu local de trabalho, por um lado, e em uma estrutura inter-profissional, ou seja, composta de várias categorias profissionais por outro. Esta dupla estrutura, vertical e horizontal, desenvolve-se em um modelo federativo até o nível nacional e internacional. Esta ideia é diretamente inspirada pelo Proudhon, retomada por Bakunin, e a encontramos, recordemos, no sindicalismo revolucionário, na carta de Amiens, onde lemos: o congresso “considera que o sindicato, hoje agrupando de resistência, será no futuro o agrupamento de produção e distribuição, base da reorganização social”. Essas concepções também formam a base do que se tornará anarco-sindicalismo.

De tudo isso, conclui-se que a abolição do Estado é, na verdade, a sua substituição pela organização de classe dos trabalhadores, como sumariamente definida aqui. A questão da “conquista do poder” é assim colocada de um modo completamente diferente do que para os marxistas ligados à ação parlamentar, como os social-democratas alemães, ou a golpes como os bolcheviques.

Creio que Besancenot & Löwy entenderam que os anarquistas rejeitam a noção de “tomar o poder”. Mas eles equacionam esta rejeição com a recusa de levar o Estado em conta em seu pensamento estratégico. Eles pensam que em sua oposição ao Estado, os anarquistas agem como se ele não existisse. Concordamos que algo terá que ser “derrubado” e que algo mais terá que ser instalado em seu lugar. A idéia de “tomar o poder” implica algo que já existe e está sendo apreendido. Não se trata de tomar o poder, mas de substituí-lo pela organização de classe dos trabalhadores, de substituir o poder político da burguesia pelo poder social dos trabalhadores. Como isso será feito? Não conhecemos os detalhes, mas hoje podemos fazer propaganda para explicar que a população trabalhadora terá que levar em conta a produção, os intercâmbios, etc. coletivamente: levará muito tempo para implementar essa ideia nas massas, e é certo que os anarquistas não serão suficientes para a tarefa. Quando se pensa no tempo e na energia gastos em campanhas eleitorais pelos nossos camaradas

do NPA, campanhas eleitorais que se sucedem sem parar e que mobilizam os militantes para uma atividade cujo resultado é finalmente quase nulo, fica-se confuso.

Para os anarquistas, não se trata de instalar novo pessoal nas estruturas políticas existentes, mas de substituir as estruturas existentes por algo mais. Haverá certamente oposições, que serão vigorosamente confrontadas, mas, como disse Proudhon, não se trata de fazer um “São Bartolomeu dos proprietários”, nem, acrescento, um São Bartolomeu dos altos funcionários. O Estado de hoje tem pouco a ver com o Estado de Marx e Bakunin. Certamente reteve suas funções regalias: repressão, guerra, diplomacia, etc. Mas muitas outras funções foram adicionadas, especialmente nos campos social e da saúde. Hoje os textos do Ministério de Assuntos Sociais publicados no Diário Oficial da República superam em volume os de todos os outros ministérios. Este não era o caso em 1870.

Hoje, existem todos os serviços públicos, que não existiam na época de Bakunin. Às vezes é chocante ler que a CGT no início era contrária à legislação previdenciária. Na realidade, a CGT se opôs que pensões fossem administradas pelo Estado, o que não é a mesma coisa. Em sua opinião, a classe trabalhadora tinha que manter o controle desta questão. Hoje existem muitas áreas que a maioria das pessoas considera ser a função do Estado, mas que na verdade são criações espontâneas da sociedade civil que foram apropriadas pelo Estado; apropriação que a população integrou plenamente. Pode ser dito que o próprio espírito do povo foi estatizado.

Muitas vezes ouvimos jornalistas ou comentaristas na França dizerem que a previdência social é cara para o Estado. Isto não é verdade: não é o Estado, mas os contribuintes (empregados e empregadores) que pagam para a previdência social. Originalmente, a administração da previdência social era independente do Estado. Era administrada igualmente por representantes dos empregados e empregadores. O orçamento da previdência social, *que era maior do que o orçamento do Estado*, foi integrado ao orçamento do Estado porque o déficit da previdência social era muito menor do que o déficit do Estado. Este procedimento tornou possível reduzir relativamente o déficit do Estado. Este é um exemplo típico da apropriação pelo Estado de funções que resultam da “espontaneidade social”, para usar um termo caro a Proudhon.

Uma revolução social terá que colocar as coisas em seu lugar: não precisamos do Estado porque a maioria das funções que agora consideramos estatais foram apropriadas pelo Estado.

Faz muito tempo que o movimento anarquista distinguiu entre poder no sentido de “capacidade de fazer” e poder no sentido de “domínio sobre”. Besancenot & Löwy estão, na minha opinião, bem longe da realidade dos problemas em seu pensamento sobre o poder, e mostram um pouco de ingenuidade. Como a “democracia” deve ser aplicada em uma sociedade onde a população terá de determinar políticas de saúde, produção e distribuição de água, etc.? É no nível da determinação coletiva das necessidades que a democracia terá que se aplicar; mas isto só pode ser feito em uma sociedade onde a população tenha sido informada sobre as limitações, os riscos, as apostas, etc.

Uma vez definidas essas necessidades, será necessário um organismo global (se eu fosse marxista, diria “central”) para implementar as políticas estabelecidas pela população. Correndo o risco de surpreender muitos leitores, Proudhon e Bakunine eram a favor da descentralização política (escolhas políticas, a determinação das necessidades), mas a favor da centralização *econômica* (ou seja, a implementação de concreta das decisões tomadas)²³⁸

A questão do “poder” é sobretudo a questão das modalidades de controle das pessoas que exercem funções conferindo poder.

08. – 3. *Autonomia e Federalismo*

Para o anarquismo, autonomia e federalismo não são dois conceitos antinômicos, eles são complementares. A concepção anarquista da organização não é um horizontalismo composto de instâncias au-

²³⁸Proudhon: “...centralização de todas as forças econômicas; descentralização de todas as funções políticas” (Carnet 8, p. 276.) Bakunin: “Dir-se-á que a centralização econômica só pode ser alcançada através da centralização política, que uma implica a outra, que ambas são necessárias e benéficas no mesmo grau. Eles não são. A centralização econômica, uma condição essencial da civilização, cria liberdade; mas a centralização política a mata, destruindo em benefício dos governantes e das classes dominantes a vida e a ação espontânea do povo.” (*Les Ours de Berne et l’ours de Saint-Petersbourg*, Oeuvres, Stock, tome II, p. 34.)

tônomas que estabelecem apenas ligações ocasionais entre elas. É, gostemos ou não, uma construção do tipo piramidal que consiste em estruturas básicas, etapas intermediárias e um vértice. O que confere o caráter “anarquista” a essa construção é como o “fluxo” da tomada de decisões é organizado.

Uma militante e historiadora anarquista suíça, Marianne Enckell, explica o problema federalismo/centrismo com grande relevância: “O federalismo é constitutivo do anarquismo desde o período da Associação Internacional de Trabalhadores, desde que a corrente anarquista é afirmada lá através de sua crítica do centralismo e sua celebração da autonomia”. Marianne Enckell especifica que o federalismo “é o antônimo da centralização, não da descentralização”²³⁹.

Os órgãos de base são autônomos no sentido de que decidem por si mesmos como são tratados os assuntos dentro da sua esfera de intervenção, de acordo com as decisões do congresso. O mesmo se aplica às estruturas intermediárias. A autonomia não é uma autonomia metafísica, é simplesmente relativa à esfera de intervenção da estrutura em questão. Também aqui, os funcionários da estação ferroviária de uma comuna suburbana não decidirão sobre a política ferroviária da comunidade, mas participarão das decisões, no seu nível.

”E talvez não seja inútil recordar, para o resto de nosso debate, que Proudhon também teorizou a ideia de uma organização dual, uma territorial, “política” e outra, cobrindo o campo econômico.”²⁴⁰

Todos os textos fundadores do movimento anarquista insistem na existência de duas estruturas federativas, territoriais e industriais.

”Sem multiplicar as citações, parece indispensável evocar alguns dos textos “fundadores” aos quais os

²³⁹Marianne Enckell “Fédéralisme et autonomie chez les anarchistes”, *Réfractons*, n°8, 2002.

²⁴⁰Jacques Toublet, “Considérations sur l’anarcho-syndicalisme” in *anarcho-syndicalisme & anarchie* (Réponse à Murray Bookchin), ACL, p. 87.

anarco-sindicalistas se referem para mostrar que as orientações evocadas acima são constantes: O livro *Ideias sobre a organização social*, escrito em 1876 por James Guillaume e seus companheiros da Federação do Jura, apresenta uma espécie de esquema organizacional que serviu de base para todas as projeções subseqüentes. Federações de municípios e federações de indústria serão os dois pilares da sociedade socialista”.²⁴¹

Discordo da afirmação de Besancenot & Löwy de que “o comunismo inicialmente quer confiar poderes máximos às bases e favorecer a iniciativa local” (p. 177 edição francesa, p. 159 edição brasileira). Há um problema real aqui: de fato, se Besancenot & Löwy realmente acreditam no que dizem, não há diálogo possível porque não podemos discutir fatos com pessoas que os negam. Será que eles realmente acreditam que Lênin e Trotski já tentaram “confiar o máximo poder à base e encorajar a iniciativa local”? Basta ler os escritos desses dois homens durante os primeiros anos da revolução para entender que eles se opuseram freneticamente a qualquer iniciativa das bases.

Talvez essa ideia de “confiar o máximo de poder à base” venha do slogan imposto por Lênin a seu partido em abril de 1917: “todo poder aos soviets”. Sabemos que em 1905 os social-democratas de todas as tendências opunham-se aos soviets porque estavam em concorrência com os partidos. As coisas não mudaram em 1917, na ausência de Lênin. Na falta de líderes determinados, o partido bolchevique foi reduzido a considerar seu futuro apenas como a ala radical e minoritária da social-democracia reformista. Ao chegar em abril, Lenin impôs ao partido o slogan “todo poder aos soviets” e “a terra aos camponeses”, criando estupefação entre os militantes. Ele foi forçado a ameaçar demitir-se se o partido não o seguisse. Um ativista bolchevique chamado Goldenberg exclamou:

”O lugar deixado vago pelo grande anarquista Bakunin está novamente ocupado. O que acabamos de ouvir constitui a negação formal da doutrina social-democrata

²⁴¹*Ibid.*, p. 88.

e de toda a teoria do marxismo científico. Esta é a apologia mais óbvia que pode ser feita sobre o anarquismo.”²⁴²

Vemos como o conceito do soviete é um conceito importado tardiamente para a teoria de Lênin. Sabemos o que aconteceu ao lado das relações Partido-Soviétes: em poucos meses elas estavam totalmente subjugados ao partido, assim como todas as outras estruturas de classe do proletariado. Nunca houve qualquer questão de “poder na base”.

O exercício do poder pelos comunistas russos foi a pior coisa que poderia ter acontecido ao movimento operário internacional: um regime de campo de concentração que custou milhões de vidas, mas que os trotskistas de todos os tipos continuaram a apoiar teimosamente. no final. Posso estar mal informado, mas não ouvi falar da autocrítica do movimento trotskista, exceto para minimizar ou relativizar a responsabilidade dos comunistas russos – uma atitude ainda encontrada nas afinidades revolucionárias.

É totalmente errado dizer que “os bolcheviques acompanharam, pelo menos durante o primeiro ano revolucionário, o movimento espontâneo das massas, ajudando a organizar a socialização da produção” (107). Tal afirmação é verdadeiramente escandalosa, uma enorme inverdade. Primeiro, o programa dos bolcheviques limitou-se inicialmente à nacionalização, isto é, à estatização da produção; então os bolcheviques no começo da revolução não acompanharam absolutamente nada; eles seguiram as massas para não seres isolados delas. No blog da tendência “Claire” do NPA de Besancenot, podemos ler um artigo sobre Victor Serge, que foi “o primeiro a mostrar, em sua história da revolução, que a classe trabalhadora havia estado várias vezes à frente do partido, que tinha sido mais ativa do que seus líderes que foram forçados a correr para alcançá-la.”²⁴³ Conhecemos a famosa passagem do *Lênin* de Trotsky, onde os

²⁴²David Shub, *Lénine*, Idées-Gallimard, p. 173.

²⁴³<http://tendanceclaire.npa.free.fr/breve.php?id=5814>

trabalhadores e camponeses são designados cem vezes mais à esquerda do que o partido bolchevique.

Mas a mentira mais incrível está na página 107 (edição em francês):

“Concretamente, a implementação do controle dos trabalhadores opôs-se à resistência dos capitalistas e, desse modo, encorajou os bolcheviques a radicalizarem-se de uma maneira cada vez mais autogerida.”

Tal afirmação é implausível. É verdade que os proprietários das fábricas e oficinas se opuseram à aplicação do controle operário, mas isso de forma alguma levou os bolcheviques para uma direção mais “autogerida”. Desde o início, a política dos bolcheviques não era promover essa ou aquela forma de organização ou gestão “na base”, mas simplesmente liquidar os organismos que não controlavam em benefício daqueles que controlavam. No início, apoiavam os comitês de fábrica porque os mencheviques controlavam os sindicatos; mas eles os condenaram quando conseguiram tomar o controle dos sindicatos, para que eles supervisionaram os comitês de fábrica.

Convido os camaradas Besancenot & Löwy a relerem os textos de Lênin da época, em particular: “Os bolcheviques conservarão o poder?”, escrito pouco antes do golpe de outubro. Lê-se coisas instrutivas: “Quando dizemos ‘controle dos trabalhadores’, este slogan sendo sempre *acompanhado* pela ditadura do proletariado, *seguindo-o* sempre, explicamos de que Estado estamos falando.” Sabendo que o poder será mantido “em sua totalidade apenas pelos bolcheviques” (*sic*), entendemos que o controle dos trabalhadores será de fato o controle do partido sobre os trabalhadores ...

Aos leitores tentados a acreditar num Lenine federalista e que era um defensor da autogestão e do poder das bases, aqui está outra citação deste texto (há muitos outros): “Querer provar aos bolcheviques, que são centralistas por convicção, por seu programa e por suas táticas partidárias, a necessidade de centralização, está realmente empurrando uma porta aberta”. (“Os bolcheviques conservarão o poder?”)

Besancenot e Löwy chamam Daniel Guérin em seu resgate para apoiar sua teoria de um Lenin favorável ao poder da base. Eles citam Guérin que, em *L'Anarchisme*, afirma que

“Lênin obrigou, literalmente, os seus lugares-tenentes a se lançarem ‘no cadinho da viva criação popular’, usando uma linguagem autenticamente libertária. A base da reconstrução revolucionária devia ser a autogestão...”

O Guerin está a dizer asneiras. Se há uma coisa em que Lenine não acreditava, era na espontaneidade das massas (a “criação popular viva”), e se há uma coisa que ele rejeitava categoricamente, era a idéia de devolver às massas sem-partido o mínimo de poder de decisão. Ele era atormentado pela ideia de que se podia confiar o menor poder de decisão “à massa de trabalhadores sem partido, repartidos entre as diferentes produções, anulando assim a necessidade do partido”.²⁴⁴

Para descobrir qual era o modelo de organização da sociedade que Lenin queria, deve-se referir a *O Estado e a Revolução* (1917), que eu não entendo como poderia ser tomado como um trabalho “libertário”. O livro diz: “Um espiritual social-democrata alemão dos anos 1870 declarou que o sistema postal (alemão) era um modelo de empresa socialista. Nada poderia ser mais preciso. Atualmente, os correios estão organizados segundo o modelo do monopólio capitalista de estado.” Esse é o modelo de sociedade de Lenin.

Mas vamos voltar aos comitês de fábrica. Um Conselho Pan-Russo de Controle de Trabalhadores foi criado em novembro de 1918 para subordinar os comitês de fábrica aos sindicatos. Os representantes do comitê de fábrica afirmaram que “os comitês de cada cidade deveriam se reunir (...) e estabelecer a coordenação regional”. O Conselho de Controle de Trabalhadores de Toda a Rússia, dominado por elementos que haviam sido nomeados pelo partido, rapidamente esvaziara o controle operário de todas as suas funções. “Aqueles que mais vocalmente apoiaram o controle dos trabalhadores e encorajaram a sua “expansão”, tentaram habilmente

²⁴⁴Lenine, “La crise du parti”, 19 janvier 1921.

refreá-lo e torná-lo ineficaz, transformando-o em uma grande instituição pública centralizada.”

O movimento dos comitês de fábrica foi definitivamente liquidado quando o Conselho de Controle dos Trabalhadores de Toda a Rússia, ele mesmo criado para desarmá-lo, foi definitivamente liquidado com a criação do Conselho Supremo Econômico (Vesenka). Este órgão estava ligado ao Conselho dos Comissários do Povo de toda a Rússia – ou seja, ao governo – composto inteiramente de bolcheviques. A Vesenka era formalmente composta por alguns membros do Conselho de Controle dos Trabalhadores de toda a Rússia. Pela própria admissão dos bolcheviques, foi um passo para a nacionalização da economia.

Falar de “radicalizar-se de uma maneira cada vez mais autogerida” (p.107) é tirar sarro dos leitores. Nunca na visão dos bolcheviques houve qualquer menção a isso, muito menos a criação de um sistema federal de organização. Não posso acreditar que Besancenot & Löwy acreditem em uma palavra do que dizem. Que Besancenot e Löwy se convertam ao federalismo libertário é uma coisa excelente, mas é impossível se referir tanto ao federalismo, quanto a Marx-Lenin. Nós devemos escolher.

Agora, digamos algumas palavras sobre a imagem do anarquismo de Besancenot & Löwy. Eles repetidamente apresentam o anarquismo de forma errada e, em seguida, apontam para uma alegada inconsistência do mesmo. Assim, eles parecem pensar que o anarquismo vê a “nova sociedade” baseada tanto no local de trabalho quanto no local de residência. E nossos autores nos dizem: “ambos são necessários” (p.179)! Mas as concepções anarquistas (anarco-sindicalistas, para ser mais preciso) da organização da sociedade são integralmente baseadas na associação de estruturas horizontais (geográficas) e verticais (industriais). Este tipo de estrutura foi encontrado nas federações da AIT cujo funcionamento Bakunin descreveu, e isto é precisamente o que define o federalismo libertário. Embora a CGT francesa de hoje tenha abandonado seu projeto revolucionário inicial, ainda retém formalmente a estrutura de suas origens revolucionárias: verticalmente os sindicatos e federações, horizontalmente os sindicatos locais e departamentais (as bolsas de trabalho).

Dizer que “tudo não pode ser decidido localmente” é óbvio. Os anarquistas nunca disseram o contrário. Eles simplesmente dizem que tudo que pode ser derrubado para o local deve ser derrubado – o que não pode ser feito deve ser feito em outro lugar. Ou, se você quiser: qualquer coisa que possa ser decidida localmente não precisa ser decidida acima. É óbvio que toda a organização dos caminhos-de-ferro, a distribuição de electricidade, água, etc., enfim, todas estas questões, que são serviços públicos, não serão tratadas localmente. Não são os funcionários de uma central elétrica que decidirão sobre a política energética global, Localmente a intervenção será para organizar o trabalho de sua unidade de produção e decidir como eles aplicarão, ao seu nível, as direções decididas por toda a população trabalhadora – o “plano”, se você quiser.

Que os empregados das empresas sejam capazes de administrá-los é importante, porque a empresa é frequentemente um lugar de opressão e o controle pelos trabalhadores funcionários vai quebrar essa maldição. Mas é extremamente importante estabelecer procedimentos pelos quais a população seja capaz de tomar conhecimento e tomar decisões sobre a direção geral da sociedade.

Os anarquistas também dizem, referindo-se a Kropotkin, no que diz respeito ao consumo, deve-se usar primeiro o que é produzido localmente. Uma gestão libertária, ou seja, racional da sociedade consistirá, antes de tudo, em eliminar o desperdício.

Quando leio que não se trata de permitir, em nome da autonomia, “uma divisão entre regiões que vivem em abundância e aquelas que sobrevivem na escassez”, sinto que estou lendo Proudhon. Da mesma forma, a “adequação da produção autogerida e das comunas autogeridas”, que Besancenot & Löwy afirmam ser necessária (p. 180, edição em francês), é simplesmente uma descrição do que foi feito na Espanha durante a Guerra Civil. Deve-se lembrar que a gestão da economia pelos bolcheviques na Rússia provocou uma catástrofe humanitária em grande parte porque eles queriam controlar tudo e responderam à pequena iniciativa local com repressão. Volin, em sua *Revolução Desconhecida*, fornece exemplos característicos deste comportamento.

Enquanto a Rússia havia caído num estado pré-capitalista, sem dinheiro, sem equipamentos e quase sem comércio, os bolcheviques, para quem deixar a iniciativa para a base era inconcebível,

liquidaram as estruturas da sociedade civil, especialmente as cooperativas, que poderiam ter ajudado a proporcionar um mínimo de subsistência para a população. Para que o proletariado (3% da população!) pudesse impulsionar um movimento emancipatório em toda a sociedade, ele ainda tinha que se alimentar!

A incapacidade do poder para estabelecer uma relação equilibrada com o mundo rural conduziu à uma fome generalizada. Na Espanha, a coletivização da indústria, da terra, dos transportes pela CNT e pela UGT permitiu, apesar do sabotagem dos comunistas (a coluna comunista do geral Líster destruiu as comunidades agrárias), manter a atividade econômica sem a qual a Espanha republicana nunca teria durado três anos.

Bakunin disse que a incapacidade do proletariado de encontrar formas de aliança com o campesinato levará ao fracasso da revolução. A reivindicação da classe trabalhadora de impor uma política ao campesinato é um “legado político do revolucionismo burguês”. Isto inevitavelmente leva à reconstituição de um sistema de dominação, desta vez baseado na burocracia – os “funcionários do Estado” – responsáveis pela execução prática deste programa, despojando assim a classe trabalhadora de todo o poder. O advento da burocracia estatal é o preço a ser pago pelo fracasso da revolução proletária.

08. – 4. Planejamento democrático e autogestão

Dizer, como fazem Besancenot & Löwy, que “a autogestão é uma proposta comum aos libertários e marxistas (não estalinistas)” (p. 182) é avançar uma tripla inverdade:

- Primeiro, a atribuição do conceito de autogestão aos anarquistas é relativamente recente. O termo “autogestão” data dos anos 60, numa época em que uma série de intelectuais espantados descobriu que os trabalhadores eram capazes de administrar sua própria empresa. Mas quando me juntei ao movimento libertário, não falávamos de autogestão, mas de “gestão operária”, ou “gestão direta”.

- Em seguida, dizer que a autogestão é uma contribuição conjunta dos libertários e dos marxistas é totalmente errado: os referidos marxistas – estou pensando especialmente na Liga Comunista na

França – devem ter começado a falar de autogestão em uma época em que estava fora de moda. Mesmo o Partido Comunista se referiu por um tempo (muito curto) à autogestão.

- Finalmente, dizer que os marxistas “não-estalinistas” são a favor da autogestão é absurdo. A noção de “marxistas não-estalinistas” é uma forma indireta de se referir aos “leninistas” que inclui os trotskistas. Dizer que Lênin e Trotsky eram a favor da autogestão é uma enorme brincadeira, e Besancenot e Löwy não podem ignorá-lo. Dentre os “marxistas não estalinistas” pode-se contar os comunistas de conselho, desde que se esqueça de todos os textos contemporâneos dos grupos communistas conselhistas que acusam a “autogestão” de ser uma forma de gerir o capital.

A leitura de Proudhon, descrito como “pai da autogestão” (mas ausente das *Afinidades revolucionárias* de Besancenot e Löwy), mostra que ele não estava particularmente interessado na questão da administração de empresas. Não é isso que é importante. Ele está mais interessado na gestão dos setores da indústria, feita pelo que ele chama de “companhias operárias”, em outras palavras coletivos de trabalhadores.

Por outro lado, percebemos que atribui grande importância ao estabelecimento de contas nacionais. É, portanto, a organização geral da economia que lhe interessa, através de um sistema federalista – por definição planificado, portanto: na medida em que estabelecemos um modo global de definir as necessidades da população, por um lado. E, por outro, também, e os processos pelos quais as diretrizes adotadas são implementadas, é são necessariamente uma forma de planejamento. Os anarquistas não gostam da palavra “planejamento” porque serve para designar formas de organização estatal. Mas a ideia está aí: determina-se as necessidades, determina-se os meios, define-se as urgências, porque não se pode implementar mais recursos do que aqueles que se tem. Na prática, a noção de organização federalista da economia inclui necessariamente a noção de “plano”, isto é, uma estrutura de previsão, tomada de decisão e implementação de decisões.

Proudhon defendeu a aplicação da matemática na economia política. As estatísticas tornam-se a ferramenta indispensável para a contabilidade por ramos e setores. Sua ambição era constituir a

economia política em uma ciência exata e matemática. A contabilidade econômica “dará à economia política, considerada em seus mecanismos de produção e distribuição, o aparato científico que permite expressar o equilíbrio de recursos e empregos, os circuitos econômicos e as operações de produção, de distribuição, e financiamento entre os diferentes agentes econômicos”²⁴⁵. O que Proudhon chama de” contabilidade de dupla entrada “é uma contabilidade que distingue entre contas de agente e contas de transação, que se tornará o princípio básico de qualquer contabilidade econômica. Proudhon propõe nada menos que a constituição de uma contabilidade nacional que terá uma função prospectiva.

Bakounine tem preocupações semelhantes em um texto de 1866 intitulado “Catecismo Revolucionário”²⁴⁶, que é literalmente um programa político.

“Quando as associações produtivas e livres cessarem de ser escravas e tornarem-se, por sua vez, as senhoras e proprietárias do capital que lhes será necessária, compreenderão em seu seio, a título de membros cooperados ao lado das forças operárias, emancipadas pela instrução geral, todas as inteligências especiais reivindicadas por cada empresa; quando, combinando-se entre si, sempre livremente, segundo suas necessidades e segundo sua natureza, traspondo cedo ou tarde, todas as fronteiras nacionais, elas formarão uma imensa federação econômica, com um parlamento esclarecido por dados tão amplos quanto precisos e detalhados de uma estatística

²⁴⁵Jean Banca, *Proudhon, pluralisme et autogestion*, Aubier-Montaigne.

²⁴⁶O “Catecismo Revolucionário” de Bakunin, escrito em 1866, não deve ser confundido com o “Catecismo do Revolucionário” de Netchayev, de 1869. Os dois documentos, que muitas vezes têm sido confundidos, não têm nada a ver um com o outro. O fato de Bakunin ter estado, muito brevemente, em contato com Netchayev antes de fazer uma ruptura brutal com ele, contribui em grande parte para a confusão. O texto de Netchayev é uma codificação de um incrível cinismo do comportamento do indivíduo revolucionário. O “Catecismo Revolucionário” de Bakunin é um embrião de um programa político anarquista que ainda é muito relevante, especialmente sobre a emancipação da mulher. Muitos autores, e não menos importante, confundiram os textos sem que fosse possível dizer se era ignorância ou vontade de prejudicar.

mundial, tal como ainda não pode hoje existir, e que, combinando a oferta com a demanda – poderá governar, determinar e respeitar entre diferentes países a produção da indústria mundial, de sorte que não haverá mais crises comerciais ou industriais, estagnação forçada, desastres, esforços nem capitais perdidos. Nesse caso, o trabalho humano, a emancipação de cada um e de todos regenerará o mundo”.²⁴⁷

A população está organizada em “associações produtivas e livres”. Uma associação produtiva é uma organização de trabalhadores envolvidos em tarefas que concernem um ramo particular da produção – uma metal mecânica, têxtil ou outra empresa. O fato de ser “livre” não significa que esteja totalmente desligada do resto da sociedade e que faça “o que quer”, mas que os seus membros se lhe juntem livremente e que, no campo de atividade que lhe diz respeito, se organize de forma autônoma: está, portanto, organizada de forma federativa, o que implica que todas as associações produtivas estejam associadas umas às outras. Esta associação é simultaneamente mestre e proprietária do capital: ela própria organiza o trabalho. São as associações agrupadas que detêm coletivamente o capital.

Estas associações coordenam-se entre si para formar, além das fronteiras nacionais, uma federação econômica à cabeça da qual existe um “parlamento” – um órgão deliberativo e decisório – cujos membros não são eleitos por “cidadãos” mas derivam funcionalmente de associações e agrupamentos de associações. As associações reúnem todas as pessoas qualificadas, “todas as inteligências especiais”, que contribuem para o bom funcionamento das empresas “como membros da cooperativa”. O órgão decisório não é o resultado de um processo de votação realizado por indivíduos isolados, como no sistema parlamentar; é composto por representantes nomeados de acordo com o seu papel no processo de produção, por homens e mulheres que são eles próprios participantes neste processo de produção.

²⁴⁷“Principes et organisation de la société internationale révolutionnaire.” I. Objet. II. Catéchisme Révolutionnaire. Mars 1866.
(http://monde-nouveau.net/IMG/pdf/Catechisme_Revolutionnaire.pdf)

Parece que um dos instrumentos da “governança” exercida por este “parlamento” será “os dados amplos, precisos e detalhados de uma estatística global, tal como não existe atualmente”. O Proudhon não está muito longe.

Afirma-se assim a necessidade de estabelecer um verdadeiro cálculo econômico que forneça ao órgão executivo as informações precisas de que este necessita. Bakunin está perfeitamente consciente de que esta ferramenta ainda não existe no seu tempo. Pode supor-se que tal ferramenta possa existir hoje em dia com a assistência da tecnologia da informação: permitirá combinar a oferta e a procura, ou seja, determinar as necessidades da população e atribuir os meios necessários para satisfazer essas necessidades. O órgão executivo poderá assim “governar, determinar e respeitar entre os diferentes países a produção da indústria mundial”, evitando assim crises e desperdícios (“capital perdido”).

Assim, os principais elementos de uma economia de tipo libertário são expostos: federalismo como princípio geral de organização; descentralização da tomada de decisões e centralização na aplicação das decisões. As reflexões de Proudhon e Bakunin sugerem que são a favor de um sistema que alia a descentralização da política com a centralização da economia, a descentralização da tomada de decisões políticas com a centralização da implementação das decisões tomadas.

08. – 5. Democracia direta ou representativa

A questão da democracia direta, da democracia representativa e a questão da delegação são objeto de muito debate no movimento libertário e de muitos mal-entendidos. O Proudhon tinha sido eleito para a Assembleia Constituinte em 1848, apenas para descobrir que a democracia colocou as classes privilegiadas no poder. A experiência não correspondeu em nada às suas expectativas. Foi por isso que abandonou qualquer perspectiva eleitoral.

De agora em diante, não serão mais os cidadãos que terão que nomear representantes; A soberania deixará de ser exercida nos parlamentos, mas nas instituições produtivas, onde são os trabalhadores associados que se organizarão. Estamos entrando em uma lógica totalmente diferente. Isso deve ser levado em conta para entender a

oposição de Proudhon às “candidaturas de trabalhadores” na *Capacidade política das classes trabalhadoras*. Ele se opõe a isso porque os trabalhadores devem se organizar de maneira diferente e em outro lugar: eles devem se organizar com base no seu papel no processo de produção (associações de produtores) em suas próprias organizações de classe. O que antecipa o sindicalismo revolucionário e o anarco-sindicalismo.

Ao contrário da crença popular, os primeiros teóricos do anarquismo – Proudhon e Bakunin – não eram defensores da democracia direta, consulta permanente, “assembléismo” e mandato imperativo. O mandato imperativo é útil, mesmo necessário, em caso de conflito, de luta, quando há intensa agitação. Permite que os mandatos consultem em tempo real (quase) seus constituintes. Mas imaginar uma assembleia de 500, 1000 mandatos que cada um tem um mandato imperativo, não faz significado. Proudhon disse que, enquanto todos se reúnem, não fazemos mais nada.

A gestão das empresas pelos trabalhadores não é a principal preocupação de Proudhon: a classe trabalhadora terá de se organizar em “companhias industriais” administrando setores inteiros de produção, a fim de criar o que chama de “democracia industrial” fora do estado.

O mesmo raciocínio é encontrado em Bakunin. Não há repulsa metafísica na delegação de poder, como às vezes pode ser encontrada em certos anarquistas, que pensam que isso é um ataque intolerável ao seu ser íntimo. Na AIT, os delegados simplesmente votaram. Bakunin não se opõe ao sufrágio universal em princípio.

É verdade que uma leitura atenta do revolucionário russo revela uma oposição radical à democracia representativa, que é uma forma perfeitamente adaptada à dominação do capitalismo. Mas este é um sistema que consagra a desigualdade econômica e a propriedade privada dos meios de produção. O sistema representativo legitima a exploração da grande massa do povo por uma minoria dos ricos e os profissionais da palavra que são sua expressão política.

Um sistema político baseado em um sistema representativo, mas que mantém a propriedade privada dos meios de produção, é uma farsa. A liberdade do trabalhador, em tal sistema, é uma liberdade teórica e fictícia, diz Bakunin. No entanto, “isso significa que nós, os

socialistas revolucionários²⁴⁸, não queremos o sufrágio universal, e que preferíamos a ele o sufrágio restrito ou o despotismo de um? De modo algum. O que afirmamos é que o sufrágio universal, considerado por si só e atuando em uma sociedade baseada na desigualdade econômica e social, nunca será para o povo mais do que um artifício; que, por parte dos democratas burgueses, nunca será senão uma mentira odiosa, o instrumento mais seguro para consolidar, com uma aparência de liberalismo e justiça, em detrimento dos interesses populares e da liberdade, a dominação eterna das classes exploradoras e possuidoras.”²⁴⁹

A crítica anarquista da democracia representativa não é uma crítica ao princípio da democracia, entendida como a participação dos interessados nas escolhas relativas à sua existência, mas uma crítica ao contexto capitalista em que é aplicada. Uma vez que a democracia representativa é apenas uma máscara para a burguesia, ela é facilmente descartada a favor do Cesarismo (o equivalente bakuniniano do Bonapartismo de Marx), ou seja, da ditadura militar, quando necessário. Qualquer violação democraticamente decidida contra a propriedade provocará inevitavelmente uma reação violenta das classes dirigentes despossuídas.

Devemos participar do jogo eleitoral? Perguntam Besancenot & Löwy. Do seu ponto de vista, sim, porque o seu modelo de sociedade é, de qualquer modo, baseado num sistema fundado numa forma de democracia parlamentar, isto é, baseada no “cidadão”. O fato de que as várias correntes marxistas revolucionárias continuam a apresentar candidatos às eleições mostra que elas endossam este modelo de nomeação de mandatos, e não há razão para acreditar que seu modelo de sociedade seja outra coisa senão um modelo baseado em neste sistema. Não faz sentido que um partido político use os meios da democracia parlamentar para dizer então que esse não é o modelo que ele quer: os eleitores não compreendem.

²⁴⁸Bakunin raramente usa a palavra “anarquista”, e na maioria das vezes com reservas. Ele se diz um “socialista revolucionário” ou “coletivista”. Ver “L’usage du mot ‘anarchie’ chez Bakounine”, <http://monde-nouveau.net/spip.php?article185>.

²⁴⁹Bakounine, Manuscrit de 144 pages rédigé à Marseille, 1870, Stock, IV, p. 195.

Ao contrário do que Besancenot & Löwy pensam, os anarquistas não têm uma posição fanática de abstenção: Bakounine aconselhou circunstancialmente seus amigos italianos a apresentar candidatos. A CNT espanhol não fez campanha pela abstenção nas eleições de 1936, e a Frente Popular libertou 30.000 anarquistas da prisão.

Mas além desses casos circunstanciais, a prática eleitoral não é uma “divergência tática” entre anarquistas e o NPA. Essa é uma divergência fundamental. Para os anarquistas, o debate não é sobre a escolha entre democracia direta e representativa. Ainda assim, é necessário concordar com o termo democracia direta, que é frequentemente confundido com a prática do mandato imperativo.

Na década de 1970, os trotskistas da tendência “Lambert” da CGT da indústria gráfica exigiram a convocação de uma “assembleia geral de todos os trabalhadores do Livro”. Foi completamente idiota. Uma assembleia geral de 25.000 pessoas da Praça da República em Paris não faz sentido. É demagogia. Sabemos que, se 50 ou 100 milhões de pessoas tiverem que debater e decidir sobre um assunto, não poderemos fazê-lo com “democracia direta”, como na Grécia antiga. Será necessário eleger representantes. A questão será como esses representantes serão nomeados, como serão controlados, como podem ser demitidos, qual será o mandato e a rapidez com que a rotatividade de mandatos será aplicada.

08. – 6. *Sindicato e partido*

A questão da relação entre partido e sindicato é uma das formas que a oposição entre organização ideológica e de classe assume. Por organização de classe, entendo uma organização cujos membros não aderem com base num acordo ideológico, mas com base na sua função nas relações de produção – o que não impede esta organização de ter um projeto social, como era o caso da CGT no início do século XX.

Besancenot & Löwy dizem, com razão, que estas relações não são conflituosas em alguns países como a Grã-Bretanha e o Brasil, mas poderiam ter acrescentado a Alemanha. Mas deve ficar claro que a natureza pacífica destas relações é também a consequência de um modelo em que o papel da organização sindical está subordinado ao do partido.

Quando o modelo sindicalista revolucionário era dominante, ou quando era fortemente implantado como uma minoria em organizações do tipo social-democrata, as relações de que Besancenot e Löwy falam não eram tão pacíficas.

O movimento operário francês, por outro lado, está impregnado neste debate, já que desde o início os movimentos sindicalistas anarquistas e revolucionários fizeram de tudo para separar as duas formas de organização, a fim de tornar a organização de classe – a CGT – independente dos partidos socialistas. Por que essa atitude? A filiação é fácil de desenhar: por um lado, a herança da AIT anti-autoritária e Bakunin, transmitida por James Guillaume, que esteve em estreitas relações com os primeiros sindicalistas revolucionários; em segundo lugar, o legado de Proudhon da separação radical entre a classe trabalhadora e a burguesia. E então a repressão da Comuna, que deixou o movimento operário francês com uma desconfiança visceral do Estado, a polícia, o exército, os partidos políticos e a religião.

Parecia óbvio para os militantes do início do século XX que a autonomia dos trabalhadores dependia dessa separação, e que questioná-la consistia em colocar o movimento sindical no encaixe do movimento socialista e da burguesia. Os fatos confirmaram bastante essa tese. Griffuelhes declarou um dia que os sindicalistas franceses não aceitavam que as questões colocadas pela classe trabalhadora fossem “resolvidas por essas assembleias de médicos, advogados, arrendatários, proprietários, comerciantes, etc., que são os Congressos Políticos Internacionais²⁵⁰”.

Na véspera da Grande Guerra, os revolucionários sindicalistas haviam perdido o controle da CGT por algum tempo. As eleições sindicais haviam gradualmente substituído os revolucionários pelos reformistas. Além disso, a adesão de poderosas federações reformistas também contribuiu para alterar o equilíbrio de poder. Em outras palavras, novos elementos se insinuaram no debate partido-sindicato, tornando as coisas muito mais complexas.

Na verdade, encontramos-nos na seguinte contradição:

²⁵⁰Victor Griffuelhes, “L’Internationale syndicale”, *L’Action syndicaliste*, Paris, Rivière, 1908.

- Uma organização de massas que tem uma orientação revolucionária, mas cujos critérios de adesão são amplos pode ver esta orientação alterada devido à democracia sindical. Como é que, neste caso, a organização pode manter a sua orientação revolucionária? Este foi o caso da CGT francesa, esquematicamente.

- Uma organização cuja vocação é ser de massa e cujo critério de adesão é a aceitação de um programa revolucionário pode nunca ver o seu número de membros aumentar. Foi o caso da CNT francesa criada após a guerra com o mito da CNT espanhola.

Nisto reside a dificuldade que os libertários têm de enfrentar, o que exige uma reflexão séria sobre a estratégia a adotar.

Na Rússia, durante a revolução de 1905, a questão não surgiu, em primeiro lugar, em termos de oposição partido/sindicato mas de oposição partido-sovietes. A ideia de soviets era totalmente estranha às concepções do partido bolchevique: um certo P. Mendeleev, em nome do comitê do partido de Petersburg, não encontrou nada melhor do que dirigir um ultimato aos soviets: adotar o programa do partido ou dissolvê-lo. O ultimato diz em particular: “O Conselho dos Deputados dos Trabalhadores não pode existir como organização política e os social-democratas deveriam retirar-se dele, pois sua existência seria prejudicial ao desenvolvimento do movimento social-democrata”²⁵¹.

Em outras palavras, o soviets está duplicando o partido. Mais seriamente, prejudica o desenvolvimento partidário. Mas quando os bolcheviques finalmente entenderem o que estava acontecendo, tentaram excluir os anarquistas: “O comitê executivo do Soviete dos Deputados Operários decidiu ontem, 23 de novembro, recusar aos anarquistas que procuram representação no Comité Executivo e no Soviete dos Deputados dos Operários.”

O próprio Comité Executivo apresentou as seguintes razões para a sua decisão:

“1) De acordo com a prática internacional, os anarquistas, que não reconhecem a luta política como meio de alcançar os seus ideais, não estão representados em

²⁵¹*Novaia Jizn*, 7 novembre 1905.

congressos e conferências socialistas; 2) Toda representação deve emanar de um partido, e os anarquistas não formam um partido”²⁵².

O comentário de Lenin é o seguinte: “Consideramos que a decisão do Comitê Executivo é extremamente legítima e de grande importância teórica, prática e política.

Este é um exemplo muito bonito de “afinidade revolucionária”....

Na época da formação deste soviets, no qual participou Voline, este último havia recusado a presidência, sob o pretexto um tanto demagógico que ela deveria ser dada a um trabalhador. Ele poderia ter que aceitar. Trotski não tinha os mesmos escrúpulos.

A Revolução Espanhola ilustra o que pode acontecer quando uma organização de massas como a CNT espanhola (um milhão e meio de membros em 1936) é confrontada com uma guerra civil na qual se opôs militarmente a um adversário fascista melhor armado, tendo “aliados”, nenhum dos quais tem o objetivo de alcançar a revolução social. Ou toma o poder e o exerce sozinho, introduzindo uma guerra civil dentro da guerra civil, sem ter os meios materiais para se envolver em tal aventura; ou tenta acabar com o inimigo principal (Franco) aliando-se às forças republicanas. Nenhuma destas duas soluções é ideal.

O fracasso desta revolução poderia ser atribuído por alguns aos defeitos congênitos do anarquismo. A participação de quatro anarquistas no governo da Frente Popular não foi a causa do fracasso desta revolução, mas o seu sintoma: ao analisar estas causas, não se deve esquecer que os trabalhadores espanhóis tiveram que lutar ao mesmo tempo contra Franco, Hitler, Mussolini, Stalin, os comunistas de dentro, a burguesia espanhola como um todo.

Isso é muito.

A relação entre organização ideológica e organização de classe assume muitas formas dependendo do período. Isso significa que a questão da relação partido-sindicato hoje já não se coloca nos mesmos termos que em 1906 em França e que seria um erro fixarmo-

²⁵²Sur *l'anarchisme et l'anarcho-syndicalisme*, Éditions du Progrès, Moscou, 1973, p. 226.

nos nesta questão. O movimento sindical desde o congresso de Amiens evoluiu, diversificou-se, burocratizou-se, submeteu-se a muitas influências externas. Besancenot e Löwy dizem, com razão, que “o pluralismo se tornou uma realidade inescapável”. Portanto, não é de modo algum o movimento sindical como existe atualmente que pode constituir uma alternativa ao sistema capitalista.

O fato é que, apesar disso, uma profunda transformação da sociedade não será possível se uma organização de classe e de massa de um grande número de trabalhadores não se encarregar do projeto revolucionário. Da mesma forma que em 1905 a formação dos soviets surpreendeu a todos (menos os anarquistas que os bolcheviques, aliás), a revolução de amanhã tomará formas que não podemos prever. Ninguém sabe que formas organizacionais serão adotadas se um dia um movimento de massas quebrar o sistema capitalista.

Mas aconteça o que acontecer, sempre haverá o confronto entre organização ideológica e organização de classe, a primeira tentando, apesar de seus discursos brandos, de assumir o controle da segunda. É por isso que o papel dos anarquistas será assegurar que a organização de classe retenha autonomia máxima.

08. – 7. Um “programa de transição”?

Quando Trotsky começou seu exílio em 1929, ele solicitou que à CGT-SR garantias quanto a sua segurança, no decorrer de sua estadia em Paris. A anedota foi contada nos anos 70 por Julien Toublet, que tinha sido o tesoureiro desta organização. A direção da CGT-SR recusou-se categoricamente a aceitar o pedido de Trotsky. “Não se deve exagerar, depois de Makhno e Kronstadt ...” Julien comentou. A reação foi compreensível.

No entanto, houve convergências reais entre as duas correntes naquele momento.

Em 1930, a CGT-SR publicou *Os sindicatos Operários e a revolução social*, um trabalho programático que desenvolveu uma série de demandas transitórias para mobilizar os trabalhadores neste período de crise global que conduziria à Guerra Civil Espanhola e à Segunda Guerra Mundial.

Pouco depois, em 1938, Trotsky escreveu seu “Programa de Transição”, cujo título diz o que ele quer dizer e no qual encontramos a maioria dos pontos abordados por Besnard, além de outros. Ambos reconhecem a crise global do sistema capitalista, mas também a crise do próprio movimento operário. Além disso, a crise que vivemos hoje tem muitos pontos em comum com a crise vivida pelo movimento operário dos anos trinta. É claro que as abordagens de Besnard e Trotsky são muito diferentes, mas elas têm muitos pontos em comum. Os dois homens obviamente não concordam com os respectivos papéis dados ao sindicato e ao partido, mas suas análises são notavelmente próximas.

Fundada em 1926 após uma sucessão de cisões na CGT, a CGT-Syndicaliste révolutionnaire (CGT-SR) foi uma das primeiras organizações a ser verdadeiramente anarco-sindicalista, apesar do termo “sindicalista revolucionário” anexado ao seu nome.

Segundo Alexander Skirda, a palavra “anarco-sindicalista” foi provavelmente inventada no início do século XX na Rússia por um anarquista chamado Daniil Novomirsky²⁵³. Para descrever os anarquistas da CGT, falou-se de “anarquistas sindicalistas”. Lozovsky usou o termo “anarco-sindicalista” de maneira pejorativa em 1922 no congresso de fundação da CGT-U²⁵⁴.

Um ponto que distingue o sindicalismo revolucionário do anarco-sindicalismo é o fato de que o primeiro foi declarado neutro em relação a partidos políticos (Carta de Amiens, 1906), enquanto o segundo se declara claramente contrário aos partidos (Carta de Lyon, 1926).

²⁵³“O grupo de Novomirsky em Odessa decidiu se chamar ‘anarco-sindicalista’ em vez de ‘sindicalista revolucionário’ (o nome francês), em parte para enfatizar seu caráter especificamente russo, e em parte para indicar que seus membros eram todos ‘anarquistas’ (na França, muitos sindicalistas revolucionários eram de convicções marxistas, blanquistas ou outras). Era também para distingui-los dos anarco-comunistas, que não estavam tão preocupados como estavam com o movimento trabalhista.” (Avrich *The Russian Anarchists*, 1979, p. 91, nota de rodapé).

Novomirsky mais tarde evoluiu para o bolchevismo e foi liquidado em 1936 ou 1937, provavelmente porque ele havia abandonado o partido.

²⁵⁴Lozovsky, “Les syndicats et la révolution”, <http://monde-nouveau.net/spip.php?article353>

Em seu livro *Les syndicats ouvriers et la révolution sociale* (Os sindicatos operários e a revolução social), Pierre Besnard afirma que os trabalhadores organizados em sindicatos devem “responder às ações tomadas fora deles pela ação imediata de todas as suas forças voltadas para os objetivos de classe do proletariado”. Ele postula, como princípio, que “qualquer grupo pode desempenhar um papel ativo, sob qualquer circunstância, somente sob a condição de estar na vanguarda” ...

Para a CGT-SR, o objetivo do sindicalismo é “suprimir todas as formas de assalariamento, eliminar todas as formas de empregadores, substituir o Estado pela organização da produção, troca, a distribuição e as relações entre os homens”.

As tarefas da construção do socialismo, “das quais não é possível dizer quando podem ser assumidas”, mas que a crise e a ascensão do fascismo colocam na agenda, consistem em preparar imediatamente Posando o que Besnard chama de grandes reivindicações do proletariado, que não são um programa definitivo de socialismo, mas eixos de propaganda, mobilização e organização preparatória para o assalto final. Sem Besnard designando-a expressamente como tal, é de fato um programa de transição cujas reivindicações devem ter três aspectos: “1) ser de caráter permanente; 2) responder às preocupações imediatas dos trabalhadores; 3) preparar a transformação social”.

Pierre Besnard expõe três reivindicações:

As duas primeiras reivindicações são defensivas; a terceira é “ofensiva e preparatória para tarefas revolucionárias”. Besnard está perfeitamente ciente de que essas demandas, especialmente a terceira, podem ser “muito perigosas”: alguma forma de “controle operário” e, de fato, colaboração de classes “poderia ser legalizada pelos parlamentos²⁵⁵. É por isso que os trabalhadores devem estar convencidos de que “essas conquistas sucessivas serão adquiridas e durarão apenas pela prática constante de vigorosa ação direta”.

²⁵⁵ Talvez Besnard esteja pensando na recente revolução alemã na qual os conselhos de trabalhadores foram legalizados e absorvidos pelo parlamento alemão, dominado pelos socialistas.

No que se refere à redução da jornada de trabalho, os congressos de Amsterdam e Liège da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)²⁵⁶, em 1925 e 1928, fixaram a duração do dia às seis horas e da semana às trinta e três horas.

A questão do salário único é mais complexa de entender. É uma questão de se opor à concepção de que “as necessidades dos trabalhadores são medidas e fixadas pelos patrões”: “o salário único deve ser distribuído a todos os produtores, qualquer que seja seu sexo e sua idade, e isso universalmente.” Ao decidir isso, o II Congresso CGT-SR “excedeu em muito – e sabe – o quadro de realizações imediatas”; se ele atingir esse resultado, “a hora de sua libertação estará próxima; mas ele também sabe que é a única maneira de ele colocar a questão dos salários em sua verdadeira luz, em seu verdadeiro terreno”,

“A realização do salário único, mesmo local, fará mais para derrubar as barreiras corporativas entre todos os trabalhadores da mesma cidade do que todas as reuniões, todas as chamadas à consciência.”

De fato, essa afirmação não é de forma alguma utópica, porque o salário único foi efetivamente aplicado por iniciativa da CGT das Artes Gráficas na imprensa por décadas, e, portanto, tocou na época dezenas milhares de trabalhadores. Um trabalhador contratado por uma empresa jornalística recebia o mesmo salário que seu colega com 20 anos de antiguidade, e na oficina todos tinham o mesmo salário (havia diferenças marginais nos salários de uma empresa jornalística para outra). Portanto, era inútil esconder o seu recibo de pagamento para evitar as indiscrições do vizinho. Além disso, o fato de os trabalhadores estarem quase 100% sindicalizados significava que o salário não era exatamente um salário mínimo...

“Por seu caráter permanente e geral, a demanda pelo salário único deve ser incluída no programa do sindicalismo revolucionário internacional.”

²⁵⁶É a “segunda” AIT, fundada em Berlim em 1922.

O controle sindical da produção não deve ser entendido no sentido de “gestão” sindical. É através dele que “os sindicatos se prepararão para sua tarefa de liderança, organização e administração da produção desde o início da revolução”. No contexto do sistema capitalista, é apenas um meio de luta: não é a gestão do capitalismo pelos trabalhadores.

O termo controle implica a noção de “conhecimento”, “crítica”, “vigilância”, “verificação”. Isso não implica que o sindicato participe da gestão em conjunto com o patrão. É uma questão de os trabalhadores saberem como as empresas operam, estarem cientes das várias operações contábeis, organização do trabalho, etc., bem como estarem cientes das diferentes maneiras em que a empresa é administrada, etc. De fato;

“Não é no momento da ação que será necessário pensar em organizar toda a vida industrial e agrária de um país. É durante o período pré-revolucionário que será necessário preparar essa tarefa para traçar o trabalho em suas linhas gerais.”

Para a CGT-SR, a classe trabalhadora necessariamente organizada nos sindicatos, o controle sindical da produção é obviamente equivalente ao controle dos trabalhadores sobre ela. Isso implica necessariamente a verificação das contas das empresas.

Em seu programa de transição, Trotsky “rejeita e condena resolutamente todo fetichismo sindical, próprio aos sindicalistas”²⁵⁷. Naturalmente, Trotsky adere à tradicional divisão social-democrata de tarefas entre ação política e ação econômica. “Os sindicatos não têm e, dadas as suas tarefas, a sua composição e o caráter do seu recrutamento, não podem ter um programa revolucionário completo; é por isso que eles não podem substituir ao partido.”

O Programa de Transição, escrito oito anos depois do livro de Pierre Besnard, também assume uma perspectiva pré-revolucionária, e também planeja definir “demandas de transição”, levando em conta a situação atual e levando à revolução social, que Trotsky

²⁵⁷Trotsky está provavelmente a pensar em sindicalistas revolucionários.

evidentemente identifica com a “conquista do poder pelo proletariado”.

Há um capítulo no Programa de Transição que corresponde ao “controle sindical de produção” da CGT-SR, que se intitula “O ‘segredo comercial’ e o controle operário sobre a indústria”. O texto de Trotsky é mais elaborado, mas encontramos a mesma ideia, a de acessar o coração do funcionamento da economia capitalista:

“Os operários não possuem menos direitos que os capitalistas em conhecer os ‘segredos’ da empresa, do truste, do ramo de indústria, de toda a economia nacional em seu conjunto. Os bancos, a indústria pesada e os transportes centralizados devem ser os primeiros a serem submetidos à observação.

“As primeiras tarefas do controle operário consistem em esclarecer quais são as rendas e as despesas da sociedade, a começar pela empresa isolada; em determinar a verdadeira quota do capitalista individual e de todos os exploradores em conjunto na renda nacional; em desmascarar as combinações de bastidores e as trapaças dos bancos e trustes; em revelar, enfim, diante de toda a sociedade, o assustador desperdício de trabalho humano que resulta da anarquia capitalista e da pura caça ao lucro²⁵⁸.”

Os dois textos não se opõem ponto por ponto e não fazem parte de um projeto político idêntico: para Trotsky, é evidente que não são os trabalhadores, mas o partido que detém o poder. Mas os dois textos têm muitas semelhanças: ambos tentam responder aos problemas colocados pela luta do proletariado em um período de intensa crise econômica e ascensão do fascismo.

Ambos os textos têm capítulos que tratam da mesma coisa:

O contexto internacional:

Besnard: “As forças sociais na presença”.

Trotsky: “As premissas objetivas da revolução socialista”.

Reivindicações transitórias quase idênticas:

²⁵⁸Trotsky, *Programa de transição* o.

Besnard: “Redução do dia de trabalho”, “Salário único”.

Trotsky: “Escala móvel de salários e escala móvel de horas de trabalho”.

Besnard: “Controle sindical da produção”.

Trotsky: “O ‘segredo comercial’ e o controle dos trabalhadores sobre a indústria”.

Período de transição:

Besnard: “O período de transição”²⁵⁹

Trotsky: “Sindicatos no período de transição”

Expropriação de capitalistas:

Besnard: “Greve insurrecionária e expropriadora”.

Trotsky: “A expropriação de certos grupos de capitalistas”.

Pergunta camponesa:

Besnard: “O problema agrário”.

Trotsky: “A aliança dos trabalhadores e camponeses”.

A diferença real entre os dois textos está no projeto do Programa de Transição de formar um “governo dos trabalhadores e camponeses”, enquanto o da CGT-SR visa colocar em prática as condições para o proletariado organizado tome as rodas da sociedade em suas próprias mãos. O movimento libertário hoje pode reter a ideia de que, na década de 1930, uma organização anarco-sindicalista havia desenvolvido um programa de exigências transicionais a fim de preparar a classe trabalhadora para assumir a organização global da sociedade. Talvez seja hora de pegar a ideia hoje.

Se deixarmos de lado a ideia de “governo operário e camponês”, que hoje não faz muito sentido, e se superarmos a tentação de complicar as coisas além do necessário, encontramos nos textos de

²⁵⁹Ao contrário da crença popular, a questão da transição para o socialismo não é tabu entre a maioria dos autores anarquistas. A abolição do Estado, diz Bakunin, é um objetivo que “não pode ser alcançado de uma só vez, porque na história, como no mundo físico, nada é feito de uma só vez”. Mesmo as revoluções mais repentinas, inesperadas e radicais sempre foram preparadas por um longo processo de decomposição e nova formação, subterrânea ou visível, mas nunca interrompida e sempre em crescimento. Portanto, também para a Internacional, não se trata de destruir todos os Estados da noite para o dia”.

Cf. René Berthier, “Esquisse d’une réflexion sur la ‘période de transition’”, <http://monde-nouveau.net/spip.php?article324>

Também: Christiaan Cornélissen, “El comunismo libertario y el régimen de transición”, <http://monde-nouveau.net/spip.php?article543>

Besnard e Trotsky a vontade de responder às circunstâncias do momento e de definir uma estratégia adaptada para o movimento operário em um período que poderia ser considerado pré-revolucionário. E há inquestionavelmente pontos em comum nas respostas que os dois homens propõem.

Hoje, sem dúvida, seremos capazes de encontrar convergências com alguns marxistas revolucionários, na condição, porém, de que abandonem definitivamente a ideia perfeitamente vã de apresentar candidatos para eleição – uma atividade cuja eficácia é próxima de zero – e que dediquem o tempo assim economizado para investir, junto com os anarquistas, em todos os lugares em que se manifesta uma forma de auto-organização da população, e para desenvolver a ideia de que esses lugares, se fossem expandidos e coordenados em grande escala, formariam no devido tempo potencialmente uma vasta organização capaz de suplantar todo o funcionamento do Estado e do capital.

Trata-se de retornar aos “fundamentos” do movimento antiautoritário da Associação Internacional dos Trabalhadores: “propaganda pelo fato”. Originalmente, não se tratava de ataques: “propaganda pelo fato” tinha o significado construtivo de criar sindicatos, fundos de socorro, cooperativas, escolas, bibliotecas, centros educacionais, sociedades mútuas, etc. A distorção do significado original da “propaganda pelo fato” defendida por Bakunin fez Gaston Leval dizer que “demagogia e estupidez fazendo a lei no movimento anarquista, a fórmula foi interpretada como uma recomendação de ataques individuais, o que nada tinham a ver com o pensamento do grande lutador.²⁶⁰”

Este processo de investimento dos revolucionários na atividade real, de auto-organização da população (em oposição à tentativa de investir em um cadáver, o parlamento), provavelmente não permitiria evitar, quando chegar o momento, um confronto com as forças da repressão, mas sem dúvida tornaria possível limitar seus efeitos catastróficos. O poder NÃO está na rua, está nas empresas, escritórios, oficinas, campos, etc., mas nos campos. E, acima de tudo,

²⁶⁰*La crise permanente de l'anarchisme*. [A crise permanente do anarquismo] (Cf. <http://monde-nouveau.net/spip.php?article259>)

é na própria organização da população trabalhadora que se voltará a trabalhar por sua própria conta.

Mas a reflexão sobre um “programa de transição” exigiria a integração de elementos que não existiam nos anos 30 e que poderiam ser muito mobilizadores. Estou falando de serviços públicos. São instituições criadas, com dinheiro do povo, para atender às necessidades do povo: saúde, educação, transporte, energia, e assim por diante. Estas instituições representam, portanto, um “bem comum”²⁶¹ que não só deve ser preservado, mas também melhorado e controlado. Governos sucessivos – tanto de direita como de esquerda – venderam todo ou parte deste bem comum para o setor privado: isto é, literalmente roubo. Surpreendentemente, tem havido tão pouca reação a essas fraudes em massa. Mas esta é uma questão que deve ser objeto de uma ação militante permanente e insistente, deve estar no centro de qualquer ação em oposição às políticas do Estado capitalista: os ladrões devem devolver ao povo o que lhes foi roubado. O retorno dos serviços públicos ao povo deve figurar de forma proeminente em um programa revolucionário de transição, incluindo medidas de controle popular.

Uma das razões para a falta de ênfase nesta questão, seja que talvez não saibamos o que fazer se o que foi roubado, for devolvido. Naturalmente, não seria uma questão de começar tudo de novo como era antes. Devem ser propostas medidas para permitir que os “usuários” expressem suas opiniões sobre políticas gerais de saúde, educação, energia, transporte, etc., e para garantir que os “usuários” tenham uma voz no processo. Acima de tudo, talvez seja necessário introduzir na administração destas instituições para o bem comum um elemento que está dramaticamente ausente: os consumidores, não na capacidade consultiva, mas como de direito.

É óbvio que o objetivo de tais exigências é mostrar que o sistema capitalista, com a ajuda do Estado, se apropria permanentemente do que pertence ao povo. Em outras palavras, não há nada de chocante na propriedade coletiva em si mesma, já que ela já existia, de certa

²⁶¹Refiro-me ao termo usado por Carole Poliquen no seu notável documentário, “Le bien commun, l’assaut final” (“O Bem Comum, O Assalto Final”), Les Productions ISCA, 63 mn, 2002, <http://voiretagir.org/BIEN-COMMUN-LE.html> Este documentário é uma ferramenta insubstituível para explicar o que é o capitalismo e a sua tendência para se apropriar de toda a terra.

forma, para setores de atividade que representam cerca de um quarto de todos os assalariados. O movimento revolucionário aparece não como um movimento que quer “estatizar” os cabeleireiros, os padeiros, o comerciante de jeans na rua para pedestres, mas como um movimento que quer devolver à população a propriedade coletiva que lhe pertencia e que o capitalismo expropriou dela.

Considerações finais

A história nos acostumou a ver nas relações entre anarquismo e marxismo apenas uma oposição irreduzível entre duas correntes do movimento operário que tudo separa. É verdade que esta oposição não pode ser subestimada, muito menos obscurecida. Mas a mais de um século de distância, seria hora de abordar as coisas do ponto de vista desapassionado.

Seria simplista considerar a avaliação de Bakunin do Primeiro Livro do *Capital* apenas como um alinhamento com as posições de Marx 1. A elaboração teórica de pensadores como Proudhon, Marx e Bakunin deve ser restaurada no lento movimento do trabalho. no século XIX, tenta estabelecer um instrumento de análise para entender os mecanismos da sociedade capitalista. Ativistas e teóricos estão preocupados com o mesmo problema: entender para poder agir melhor. Os atos e pesquisas de ambos são patrimônio comum do movimento operário. Em todo caso, como os primeiros grandes militantes anarquistas imaginaram as coisas.

Não há dúvida de que o movimento libertário não fará a revolução por si só, que se ocorrer uma grande revolução social, ele terá que contar com a presença de outras organizações, até mesmo outros projetos políticos, compromissos e contratos. alianças. No entanto, o registro da experiência histórica mostrou que, em termos de alianças com o marxismo, o “fair play” raramente dominou o lado marxista. Besancenot e Löwy tentam muito claramente questionar os aspectos mais “autoritários” de sua herança política; só podemos recebê-lo. Infelizmente, esse questionamento é feito pelo

cancelamento dos desacordos, não pelo achatamento das questões contenciosas.

Além disso, essa abordagem, por mais simpática que possa parecer, parece ser apenas o ato de dois indivíduos. O impacto que suas teses podem ter em sua organização é desconhecido. Por outro lado, a plataforma assinada por Olivier Besancenot no último congresso do NPA quer “construir uma frente comum contra a austeridade e o governo” com o objetivo de criar “uma oposição esquerdista ao governo”. É compreensível que a “oposição esquerdista ao governo” seja uma aliança eleitoral entre os componentes à esquerda da esquerda parlamentar, que tem poucos sotaques libertários. Se o editorial de *Affinités Révolutionnaires* foi apenas para reunir os libertários para este empreendimento, teme-se que fosse um esforço inútil.

Duas observações devem bastar para justificar, se não uma fusão entre a corrente anarquista e a corrente marxista revolucionária resultante do trotskismo, pelo menos uma reaproximação tática: trata-se da terrível redução dos números dessas duas correntes, e a a necessidade de combater os efeitos (se incapaz de combater as causas, por enquanto) da atual situação econômica. Isso será suficiente para criar uma convergência permanente. Isso é duvidoso. “Eu não acredito”, diz Tomás Ibáñez, “que essas confluências vão além de uma simples aproximação tática, e que elas podem gerar influências mútuas levando a uma” revisão “de aspectos do marxismo, assim como do anarquismo” 2.

É possível, no entanto, que a luta de classes nas formas que ela adota hoje dê origem a formas de luta e organização que não correspondem mais aos padrões com os quais estávamos acostumados (esse processo começou em grande parte) e que as lutas do futuro estão fora das organizações libertárias “tradicionais” e sem ativistas que se apegam a padrões ultrapassados.

Os anarquistas acreditam que a ação militante diária deve ser a prefiguração do modelo de sociedade emancipada que pretendem construir. Sua oposição à atividade eleitoral não é uma oposição metafísica. Eles ouvem perfeitamente os argumentos avançados pela “esquerda radical” para justificar os incríveis esforços dedicados a

essa atividade, sem qualquer esperança de sucesso: “nos tornar conhecidos”, “fazer nossa voz ser ouvida”, “contar conosco” etc. Acreditamos que esses esforços são fúteis, um desperdício de tempo e energia e um enorme fator de desmoralização dos militantes. Acreditamos que essa estratégia é legitimar o sistema dominante e seu modo de operação, com pessoas que devem mostrar que esse sistema e sua operação constituem um beco sem saída. E também percebemos que todos os partidos socialistas, no início de sua história, disseram que só apresentavam candidatos para “propaganda”³.

As opiniões ásperas, por vezes, expressas contra o livro de Besancenot & Löwy neste livro não deve dissipar o fato de que este livro pode abrir um debate necessário, não tanto com uma ou mais organizações marxistas, que para nós não é de grande interesse, mas com camaradas de luta que, gostemos ou não, são nossos primos em primeiro grau no movimento operário. E dada a atual situação política, é um eufemismo que os primos têm interesse em debater para ver o que podem fazer juntos.

Uma sociedade libertária é uma sociedade que opera de maneira libertária, não uma sociedade povoada exclusivamente por libertários puros de jus. É melhor acender uma única e minúscula vela do que amaldiçoar incessantemente a escuridão. Acrescentarei que um canalha que anda sempre vai além de um religioso sentado em seus textos sagrados.

Não sabemos como será a revolução de amanhã, aquela que, finalmente, liberará as forças da sociedade e permitirá marchar rumo à sua emancipação. Sem dúvida, isso assumirá formas totalmente inesperadas. Não podemos nem dizer que será uma revolução no sentido de que geralmente ouvimos. Talvez seja a consequência de um desastre ecológico de uma escala nunca vista antes. Talvez seja o resultado de uma sucessão de evoluções marcadas por revoltas violentas. Talvez tenhamos uma revolução que não será culpa dos “produtores”, que somos forçados a ver que estão presos em grilhões sindicais e paralisantes políticos, que não têm muita coerência interna. e que nem sequer têm a primeira das condições definidas por

Proudhon para manifestar uma capacidade política: a consciência de si mesmas 3.

Talvez estejamos lidando com uma revolução do consumidor cujo instrumento de luta não será a greve geral dos produtores, mas o boicote geral dos produtos. Esta pode ser a solução para mobilizar as classes médias da população, não atraídas pelo discurso habitual de trabalho, mas interessadas em qualquer coisa que possa preservar ou melhorar suas condições de vida.

Errico Malatesta disse que “a revolução anarquista que queremos vai muito além dos interesses de uma classe: propõe a libertação completa da humanidade atualmente escravizada, do ponto de vista triplo econômico, político e social”. Penso que o movimento revolucionário de hoje deve entender que deve mostrar às classes médias que elas têm todo o interesse em uma transformação radical das bases da sociedade: ela deve integrar um discurso coerente em direção às camadas intermediárias porque elas representam uma fração muito grande da população, por duas razões: primeiro, pessoas que são objetivamente membros da classe média por sua função social; então aqueles que não são objetivamente partes, mas que se identificam com eles pela recusa de serem considerados como “proletários”.

Pierre Besnard tinha visto perfeitamente as coisas: nos sindicatos e na revolução social, ele dá uma definição da classe trabalhadora que na verdade inclui 75 ou 80% da população:

“... o trabalhador da indústria ou a terra, o artesão da cidade ou os campos – se ele trabalha com a família dele ou não – o empregado, o funcionário público, o capataz, o técnico, o professor o cientista, o escritor, o artista, que vivem exclusivamente do produto de seu trabalho pertencem à mesma classe: o proletariado 1.”

Besnard acrescenta que esta observação também se aplica àqueles que não querem ser considerados proletários:

“A compensação desigual de seu esforço, o caráter diferente de suas ocupações; a consideração dada a eles

por seus empregadores em certos casos, o que às vezes resulta de suas próprias funções; a autoridade que às vezes é delegada a eles e que eles exercem sem controle, o abuso que eles podem fazer dos últimos; a total incompreensão de seu papel exato, sua pretensão de estar fora de sua classe e de se juntar à outra classe não pode mudar sua situação social. Empregados ou não, eles vivem do produto de seu trabalho. Eles recebem de um patrono, um terço, do estado a remuneração do seu esforço. Eles são, permanecem e permanecem proletários. Todas as sutilezas, todos os artifícios da linguagem serão impotentes para mudar qualquer coisa neste estado de coisas; e, querendo ou não, todos esses trabalhadores são chamados a se unirem, porque têm interesses idênticos.”

Também pode ser o meio de conseguir uma aliança com o campesinato, sem a qual a revolução está condenada ao fracasso, se acreditarmos em Bakunin.

Em uma carta que ele escreveu a Elisée Reclus pouco antes de morrer, Bakunin esboçou as perspectivas abertas à classe trabalhadora após o esmagamento da Comuna de Paris. “A revolução do momento está de volta à cama”, diz ele, “nós voltamos ao período da evolução, isto é, das revoluções secretas, invisíveis e muitas vezes até insensíveis”. O velho revolucionário sugere claramente que um ciclo está completo, outro começa. Não é uma adesão repentina ao reformismo, é simplesmente uma declaração. E se Bakunin escreve que para Reclus, que participou da Comuna, não é à toa: na verdade, o último afirma que não há diferença de natureza entre os conceitos de evolução e revolução. , apenas uma diferença no ritmo: “A ciência não vê oposição entre essas duas palavras de Evolução e Revolução, que são tão semelhantes. (...) A evolução, sinônimo de desenvolvimento gradual e contínuo de idéias e de moral, é apresentada como se fosse o oposto dessa coisa assustadora, a Revolução, que envolve mudanças mais ou menos abruptas nos fatos.”²

“Pode-se dizer que evolução e revolução são os dois atos sucessivos do mesmo fenômeno, a evolução que precedeu a revolução, e isso precedendo uma nova evolução, a mãe das futuras revoluções. Pode uma mudança ser feita sem trazer mudanças súbitas de equilíbrio na vida de alguém? Não deveria a revolução necessariamente ter sucesso na evolução, assim como o ato sucede à vontade de agir? 1’

É nesse sentido que Bakunin escreve em sua carta a Reclus que “a hora da revolução passou”. Os “desastres terríveis dos quais fomos testemunhas e as terríveis derrotas das quais fomos vítimas mais ou menos culpadas estão em questão”; mas também “o pensamento revolucionário, a esperança e a paixão [que] não estão absolutamente nas massas e, quando estão ausentes, poderemos lutar contra os flancos, nada faremos”.

Mas o revolucionário russo diz algo mais em sua carta, algo que é muito atual: os Estados acumularam uma capacidade de reprimir a classe trabalhadora que excede em muito a capacidade da classe trabalhadora de resistir.

“Nunca antes a reação internacional da Europa foi tão formidavelmente armada contra qualquer movimento popular. Transformou a repressão em uma nova ciência ensinada sistematicamente em escolas militares a tenentes de todos os países. E para atacar esta fortaleza inexpugnável, o que temos? As massas desorganizadas.”

A leitura de Reclus e Bakunin talvez nos leve a reconsiderar o conceito de “revolução”, não de descartá-lo, pelo contrário, mas de enriquecê-lo.

A recusa de alguns anarquistas do início do século XX em participar das lutas da classe trabalhadora veio de um grave erro de análise: pensavam que a revolução seria para amanhã, ou pelo menos para o dia depois de amanhã: reivindicar uma redução do tempo trabalho ou aumento de salários era, portanto, fútil, especialmente porque esses ganhos seriam rapidamente aniquilados pelos

empregadores. Apenas as iniciativas que levaram diretamente à revolução contaram.

“A grande crise do capitalismo, a sociedade em colapso não ocorreu. As revoluções sociais dos últimos cento e vinte anos vieram depois da guerra (revolução russa de fevereiro de 1917), golpe militar (Espanha 1936), enfraquecimento do poder estatal (Queda da URSS), organizações guerrilheiras camponesas (Cuba e Nicarágua), várias intervenções estrangeiras, incluindo militares (China), lutas anticolonialistas (Vietnã). O Grand Soir, ‘o dia em que todos os pobres vão chegar lá’, tem sido um sonho apocalíptico até hoje.

“Essa realidade implica que os libertários – e todos os revolucionários do futuro – devem conceber as transformações sociais como um processo, um movimento em formação, uma sucessão de eventos, envolvendo compromissos, pausas e saltos à frente. é importante, tanto quanto possível, dominar 2.”

Hoje, as melhorias nas condições de vida são poucas, sabemos que, pela primeira vez desde o início da revolução industrial, as gerações mais jovens viverão menos bem, menos tempo, serão menos bem alimentadas, cuidadas, abrigadas do que a geração anterior. Evitar essa terrível regressão é um verdadeiro objetivo revolucionário, é uma revolução permanente: “A verdadeira prática revolucionária não é a insurreição temporária, mas uma revolução permanente que as sociedades e os homens estão realizando para para aproveitar sua soberania soberania.”

A reflexão que pode ser retirada da carta de Bakunin à Elisha Reclus é que o movimento revolucionário de hoje tende a ignorar totalmente os inimagináveis meios de vigilância, controle, manipulação da população, eliminação dos desordeiros, repressão em massa. Esta observação deve nos levar a entender como será a revolução de amanhã:

1. Terá que ser uma revolução sem líderes, porque os líderes serão muito facilmente liquidados; mais precisa-

mente uma revolução na qual o papel dos líderes será consideravelmente reduzido, porque um grande número de pessoas saberá o que fazer;

2. Será uma revolução na qual uma grande massa da população será organizada e saberá o que fazer para assumir o controle da produção e da sociedade como um todo; uma revolução na qual o poder não estará “na rua” mas nas empresas, nas localidades, no tecido social.

A preparação para tal revolução levará décadas e o movimento revolucionário deve trabalhar rapidamente, deixando de esgotar suas forças para apresentar candidatos a eleições onde nunca serão eleitos e investindo em todas as estruturas nas quais as massas estão organizadas e ativas.

ANEXOS

Nathalie Lemel (1827-1921)

Nathalie Lemel nasceu em 26 de agosto de 1827 em Brest (Finistère). Ela era uma ativista anarquista e feminista, uma fichária, membro da Associação Internacional dos Trabalhadores.

Em 1864 houve uma grande greve dos encadernadores de livros parisienses. Em 1865, Nathalie Lemel ingressou na Internacional, e quando uma nova greve começou, ela se tornou parte do comitê de greve e foi eleita delegada, um evento excepcional na época. Extremamente determinada, ela foi uma excelente organizadora que lutou pela paridade dos salários entre homens e mulheres.

Em 1868, ela abandonou o lar conjugal por causa do alcoolismo do marido, enfrentando assim o bem-estar. Com Eugène Varlin e outros encadernadores, ela participou da criação da “La Ménagère”, uma cooperativa de alimentos, e “La Marmite”, um restaurante de trabalhadores (que tinha um total de quatro estabelecimentos para 8.000 trabalhadores). Ela foi empregada na preparação de refeições.

Ela participou ativamente na insurreição da Comuna. Co-fundadora da União das Mulheres (primeira organização autônoma feminina), ela estava nas barricadas do lado da Place Blanche e, mais especificamente, na Rue Pigalle. Nathalie Lemel foi deportada para a Nova Caledônia com Louise Michel.

Ela não retornou à França até depois da lei de anistia de 1880. Ela encontrou um emprego no jornal *L'Intransigeant* e continuou a luta pela condição das mulheres. Cega, ela morreu na miséria em 1921 no hospício de Ivry-sur-Seine.

Maria “Maryusa” Nikiforova (1885-1919)

Maria “Maryusa” Nikiforova (1885-1919) foi a única “atamansha” (líder militar feminino) da revolução na Ucrânia; ela comandou um destacamento de cavalaria e lutou contra os brancos, e às vezes contra os vermelhos. Ela desempenhou um papel decisivo, como combatente, na Revolução e na guerra civil que a sucedeu. Enquanto naquela época ela era mais conhecida que Makhno, ela foi expurgada da história desse período, tanto por comunistas quanto por anarquistas.

Embora estivesse intimamente associada ao movimento de Nestor Makhno, sem expressamente fazer parte dele, os livros sobre ele não mencionam nada, nem dificilmente. No entanto, em 1918, Maryusa Nikiforova era uma famosa “atamansha” em toda a Ucrânia, ativa em centros urbanos, ao contrário de Makhno. Apenas o próprio Makhno e Victor Belash, seu chefe de gabinete, falam sobre isso em suas memórias. Palestrante carismática, fez uma série de discursos na Praça Âncora em Kronstadt, na frente de 8 a 10 mil marinheiros, e os ajudou a se juntar aos trabalhadores que se manifestaram em Petrogrado no dia 3 de julho. Ela voltou para a Ucrânia e começou a abalar as pulgas dos anarquistas de Alexandroff, muitos deles, mas não muito ativos (opinião compartilhada por Makhno). Ela tinha uma grande audiência com os trabalhadores. “Continue a revolução até o fim”, disse ela, “caso contrário, a Capital reviverá.”

Maryusa lutou duramente pela revolução até ser capturada pelos brancos; ela foi executada ao mesmo tempo que seu marido em 16 de setembro de 1919.

Lucy Parsons (1853-1942)

Nascida em 1853, filha de pais escravos, Lucy Parsons é uma anarquista de ascendência afro-americana, indiana e mexicana que luta pelos direitos dos trabalhadores negros e mulheres nos Estados Unidos. Em 1905, ela fez um discurso na conferência de fundação dos Trabalhadores Industriais do Mundo (IWW) em que ela insistiu na opressão das mulheres da classe trabalhadora. Ela apontou como essa opressão foi usada pelos chefes para reduzir os salários de toda a classe trabalhadora: “Nós, as mulheres deste país, não temos o direito de votar mesmo se quiséssemos usá-la ... mas nós temos o nosso trabalho ... Onde quer que os salários devam ser reduzidos, a classe capitalista usa as mulheres para reduzi-las.”

Numa época em que a esquerda tendia a ignorar o sofrimento das prostitutas, Lucy Parsons disse ao Congresso que também falava por suas “irmãs que posso ver à noite quando saio para Chicago”.

Ela se casou com Albert Parsons numa época em que as leis proibiam casamentos brancos com pessoas de outras raças. O casal teve que fugir do Texas, onde foram ameaçados, e se mudou para Chicago em 1873. Albert encontrou um emprego no Chicago Times. Uma lei aprovada em 1864 permitiu que os empregadores trouxessem trabalhadores migrantes, de modo que o número de trabalhadores pobres e não-qualificados aumentou, reduzindo os salários. No entanto, a influência das idéias socialistas e anarquistas começou a crescer nos Estados Unidos.

Na primavera de 1877 ocorreu uma das maiores greves de massa na história dos EUA, em resposta à depressão. A greve dos trabalhadores ferroviários cobriu o país e atingiu Chicago em julho, assumindo um caráter violento com confrontos esporádicos com a polícia. Albert Parsons falou para multidões de vinte mil pessoas para envolvê-las a negociar pacificamente. Ele se viu impulsionado para a linha de frente do movimento anarquista de Chicago. Por isso, ele foi demitido e colocado na lista negra na indústria de impressão de Chicago. Lucy abriu uma loja de roupas para sustentar a família e com sua amiga Lizzie Swank, engajada em ações sindicais como parte da União Internacional de Trabalhadores de Roupas Femininas.

Lucy começou a escrever para muitas publicações, incluindo *The Alarm*, um semanário anarquista publicado pela Associação Internacional dos Trabalhadores (IWPA) que o casal ajudou a criar em 1883. Ela defendia “propaganda pelo fato”, significando que somente a ação violenta pode conseguir obter as demandas dos trabalhadores. Considerou-se ainda mais perigoso porque se recusou a limitar o papel das mulheres nas funções domésticas.

Em 1886, a situação nos Estados Unidos era explosiva, as condições de trabalho da classe trabalhadora eram terríveis e a demanda pelo dia de 8 horas provocou uma greve que afetou 350.000 trabalhadores no país, 40.000 em Chicago. Em 3 de maio, a polícia disparou contra uma multidão de trabalhadores desarmados. Houve muitos feridos e quatro mortos. Uma reunião, na Haymarket Square, foi dispersada pela polícia e um estranho atirou uma bomba, matando um policial. Durante os dias seguintes houve um frenesi de ataques de anarquistas e militantes radicais. Quase todos os anarquistas e socialistas de Chicago foram presos, jornais anarquistas proibidos, casas, escritórios, locais de reunião onde os partidários do dia de oito horas foram investidos e saqueados.

Oscar Neebe, Adolph Fisher, August Spies, Louis Lingg, Michael Schwab, Samuel Fielden, Carl Engel e Albert Parsons foram nomeados bodes expiatórios e acusados, embora a maioria deles nem sequer estivesse em Haymarket Square na época. fatos. Albert Parsons, que não estava no local, foi um dos oito militantes acusados. No dia do julgamento, ele foi ao tribunal para se juntar a seus companheiros. O caso Haymarket foi apenas um dos episódios que marcou tragicamente a luta pela jornada de oito horas nos Estados Unidos. Durante esse período, Lucy Parsons foi constantemente assediada pela polícia, presa com o menor pretexto. O júri que decidiu sobre o caso era composto de notórios reacionários. Após os apelos, quatro homens foram condenados a enforcar, três sentenciaram sentenças longas e um cometeu suicídio sem sua cela.

Lucy Parsons iniciou uma campanha contra as condenações e viajou pelo país para informar as pessoas e obter fundos. Em todos os lugares, ela foi assediada pela polícia, mas ela reuniu mais e mais pessoas ganharam notoriedade. Ela também teve que enfrentar a hostilidade dos líderes dos Cavaleiros do Trabalho, uma organização

da qual ela pertencia há mais de uma década, que se posicionou contra os militantes presos.

Os quatro homens no corredor da morte, incluindo Albert Parsons, foram enforcados em 11 de novembro de 1887. Lucy, que levou seus dois filhos para a prisão pela última vez para ver seu pai, foi presa com seus filhos e forçada a despir e foi deixado nu com seus filhos na cela até a execução ocorreu. Após a execução do marido, Lucy e seus filhos viviam na miséria.

As eleições de 1890 iriam mobilizar diferentes frações da classe trabalhadora: muitos queriam obter reformas e envolver os trabalhadores para apoiar o Partido Democrata. Lucy se opôs vigorosamente a essa opção: ela se opunha às reformas dentro do sistema existente, onde os ricos dominam a classe trabalhadora.

Uma viagem que fez a Londres em outubro de 1888 permitiu-lhe comparar a liberdade de expressão que encontrou na Inglaterra com a repressão que existia nos Estados Unidos. Por força e repressão, as autoridades frustraram seus esforços para falar e multou-a por vender seu panfleto, o anarquismo, na rua. Ela passou a acreditar que a luta pela liberdade de expressão era primordial e culpava aqueles que não compartilhavam de suas prioridades. Mesmo depois de um julgamento do juiz Tuley ter permitido que os anarquistas se expressassem, ela continuou sua luta a vida inteira, confrontando forças que queriam silenciá-la.

O sindicalismo em que Lucy e Albert Parsons estavam altamente envolvidos sofreu grandes derrotas devido aos desenvolvimentos tecnológicos e ao crescimento do setor industrial no país. Lucy estava ciente da necessidade de se organizar internacionalmente. Com Lizzy Holmes, começou em 1891 a publicar *Liberdade: A Revolucionária Anarquista-comunista* mensal, um mês anarco-comunista na qual afirmava que as grandes greves que ocorreram em 1892 nas fábricas de aço da Pensilvânia e do Coração de minas de prata d'Alene eram as premissas da revolução que estava chegando.

As condições de trabalho dos trabalhadores começaram a piorar com o fechamento das ferrovias de Reading e Filadélfia, deixando milhões de trabalhadores desempregados. Os trabalhadores da Pullman entraram em greve em 1894, quando seus líderes sindicais foram demitidos. O boicote funcionou bem no começo, mas acabou

sendo esmagado. No entanto, essa greve foi para Lucy Parsons o sinal de que a revolução estava próxima. Enquanto isso, Lucy acorrentou as reuniões.

O relacionamento de Lucy com o movimento anarquista sempre foi vago. Dentro da IWPA, Lucy foi identificada como anarquista, um termo depreciativo para o Socialist Labour Party (SLP). Durante a década de 1890, uma grande ruptura apareceu entre ela e os outros ativistas do movimento, particularmente com Emma Goldman, sobre os debates abstratos refletidos nos jornais anarquistas da época, a maioria dos quais girava em torno do amor livre. e perguntas que mais tarde serão chamadas de estilo de vida, isto é, relacionadas ao estilo de vida. Lucy criticava os jornais que atacavam o casamento porque ela achava que a família era uma instituição natural da condição humana. Ela achava que essas questões eram perfeitamente secundárias à necessidade de combater a opressão capitalista. Suas posições o afastaram de muitos líderes anarquistas.

Para lidar com as lutas sociais em todo o país, o movimento operário de Chicago organizou um Congresso Continental em Junho de 1905. Bill Haywood tinha anteriormente chamado para uma reunião de anarquistas, sindicalistas revolucionários e sindicalistas que levaram à fundação dos Trabalhadores Industriais do mundo. Lucy foi uma das primeiras a aderir à organização cujas posições na luta de classes responderam às suas próprias preocupações. Ela achava que uma revolução só poderia ter sucesso com uma classe trabalhadora bem organizada, confiscando o aparato de produção. Em 1905, ela começou a publicar o *The Liberator*, um jornal da Chicago IWW, no qual ela defendia o direito das mulheres ao divórcio, se casar novamente e ter acesso ao controle de natalidade.

Lucy Parsons se juntou ao Partido Comunista, fundado em 1925? Alguns biógrafos dizem, inclusive os do IWW, que ela se juntou em 1939. É verdade que ela fez campanha na Defesa Internacional do Trabalho, ligada ao Partido Comunista, uma organização criada para defender os afro-americanos contra o Partido Comunista. arbitrariedade da justiça branca. Mas sua participação é contestada por outros biógrafos que apontam que o elogio fúnebre emitido pelo Partido Comunista dos EUA em sua morte não faz menção de que tenha sido um membro.

Sua aproximação com o partido, se não sua adesão formal, resulta das diferenças que teve com o movimento anarquista, do qual percebeu que estava perdendo força. Ela achava que o movimento anarquista não tinha futuro porque não mais levava o povo à revolução. Foi, portanto, com o Partido Comunista que ela militou em dois casos em que os afro-americanos foram processados por crimes que não cometeram.

Na primavera de 1931, oito negros foram acusados de estuprar duas mulheres brancas em um trem. Eles foram julgados em Scottsboro, Alabama, e condenados à morte. Uma campanha foi lançada pela Defesa Internacional do Trabalho, à qual Lucy Parsons se dedicou bastante.

Lucy Parsons lutou pelo resto de sua vida contra a opressão. Ela morreu em um incêndio aos 89 anos em 7 de março de 1942. Seu amante, George Markstall, morreu no dia seguinte com as queimaduras que ele tentou salvá-la. Sua biblioteca de 1500 livros sobre socialismo, anarquismo e sexualidade foi roubada, assim como todos os seus pertences pessoais, provavelmente pelo FBI. O governo ainda tentava silenciar essa mulher depois de sua morte, roubando todo o trabalho de sua vida.

Mas o legado de seus 70 anos de luta permanece em nós para inspirar nossas lutas hoje.

Fonte: site des IWW

<http://www.iww.org/history/biography/LucyParsons/1>

Afinidades Revolucionárias

Michael Löwy e Oliver Besancenot

A revisão de Felipe Castilho de Lacerda

Em livro, os sociólogos Michael Löwy e Oliver Besancenot esmiúçam convergências entre anarquistas e marxistas a partir da segunda metade do século XIX

As divergências entre correntes marxistas e anarquistas se desenvolvem praticamente desde a cristalização de ssas tendências do socialismo há cerca de um século e meio. Já as convergências entre defensores da bandeira vermelha e da bandeira negra acabaram por ser minimizadas diante da importância atribuída aos embates e entraram no enorme porão dos fatos esquecidos da história. É para levantar as (possíveis) convergências entre anarquistas e marxistas da segunda metade do século XIX até os dias de hoje que Michael Löwy e Oliver Besancenot brandiram suas penas.

Além de um prefácio e uma conclusão, o texto está dividido em quatro capítulos, os quais possuem suas próprias subdivisões. A escrita, contamnos os autores no prefácio, foi dividida entre ambos, com a exceção de dois textos pessoais: uma “carta” a Louise Michel, do punho de Besancenot, e uma descrição biográfica de Benjamin Péret, de Löwy. Ainda que os capítulos possuam lógica interna, o livro não tem propriamente um fio condutor cronológico ou teórico. Apresentase muito mais como uma constelação de eventos e personagens que demonstram momentos e possibilidades de convergência entre as estrelas vermelha e negra.

O primeiro capítulo, *Convergências Solidárias*, está dividido em duas partes: a narração de seis eventos históricos em que se pode notar alguma convergência entre marxistas e anarquistas e o retrato de

sete figuras que poderiam ser apropriadas pelas duas famílias revolucionárias. Esse primeiro capítulo, disposto em sequência cronológica, dá-nos as bases históricas para pensarmos o sentido em que se pode dar um trabalho comum entre anarquistas e marxistas.

O primeiro evento narrado, a I Internacional e a Comuna de Paris, é de importância fundamental: trata-se de um momento em que houve trabalho conjunto entre correntes diversas do movimento operário na primeira associação internacional dos trabalhadores, cuja fundação completou 150 anos em 2014, e na primeira experiência de poder popular. Os demais eventos históricos narrados lembram ainda outros momentos que podem ser interpretados como convergências entre libertários e marxistas. Os autores passam pelo episódio dos mártires de Chicago, de 1886, evento que dá origem à celebração do 1º de Maio como dia da trabalhadora e do trabalhador; pela evolução do sindicalismo revolucionário e a declaração da Carta de Amiens, em 1906, momento importante pela proclamação intransigente da autorrepresentação da classe operária; pela revolução espanhola, intitulada revolução “vermelha e negra”; pelo Maio de 68, com a atuação tanto de CohnBendit quanto de Daniel Bensaïd; e finalmente pelo período atual reconhecido como “do altermundialismo aos Indignados”. Este último conjunto de fatos narrados põe em relevo que a atuação conjunta entre marxistas e anarquistas não se trata apenas de uma proposta para o futuro, mas de um fenômeno observável em alguns dos importantes movimentos das primeiras décadas do século XXI: das grandes manifestações de Seattle ao Reclaim The Streets londrino; dos Indignados espanhóis ao Movimento Passe Livre brasileiro.

Passando dos fatos históricos aos indivíduos, Besancenot e Löwy levantam trajetórias que demonstram possíveis confluências entre a atuação de marxistas e anarquistas. Destacam-se aqui dois textos em primeira pessoa assinados pessoalmente pelo respectivo autor: uma “carta” dirigida por Olivier Besancenot à grande figura da Comuna de Paris, Louise Michel; e um texto biográfico do surrealista Benjamin Péret, de autoria de Michael Löwy. De não menos importância são as demais figuras mencionadas, como a marxista Rosa Luxemburgo e a anarquista Emma Goldman; além de Pierre Monatte, Buenaventura Durruti e o mais conhecido pelos militantes da última geração, o Subcomandante Marcos.

O segundo capítulo, *Convergências e Conflitos*, é talvez o que levante os pontos mais polêmicos, deixando os autores mais vulneráveis à crítica vinda tanto de anarquistas quanto de marxistas. O capítulo trata das diferentes interpretações quanto à atuação de bolcheviques e anarquistas na revolução russa e, como continuação desta, nos episódios de Kronstadt e da Makhnovichtchina. No que tange às interpretações sobre a repressão bolchevique aos marinheiros de Kronstadt e à Makhnovichtchina, Besancenot e Löwy se apoiam também em alguns relatos que destoam das interpretações canônicas marxista e libertária, em especial em Victor Serge.

O título do terceiro capítulo, *Alguns Pensadores Marxistas Libertários*, denuncia a interpretação que os autores do livro propõem sobre as obras e trajetórias de três importantes figuras: Walter Benjamin, André Breton, Daniel Guérin. Cada um a seu modo, os três intelectuais expressaram a confluência vermelha e negra, conforme a opinião de Löwy e Besancenot. Considerado ato de absoluta atualidade por Besancenot e Löwy, Guérin postulou a necessidade de que o marxismo tomasse “um banho de anarquismo”, do qual sairia certamente regenerado.

Finalizando o livro, o quarto capítulo, *Questões Políticas*, busca fazer propostas de leituras e releituras sobre sete temas de constante divergência entre marxistas e libertários. Os temas vão da relação entre “indivíduo e coletivo” à relação entre “sindicato e partido”; de “autonomia e federalismo” à “democracia direta e democracia representativa”; além de “planificação democrática e autogestão”, “ecossocialismo e ecologia libertária” e a questão “fazer a revolução sem tomar o poder?”. Este último capítulo é o mais diretamente propositivo do livro, discutindo em grande medida alguns aspectos do debate sobre formas de organização bastante presente nos meios da esquerda militante. Característica marcante é a proposição de Besancenot e Löwy da necessidade de uma democracia radical e pluralista, proposição que perpassa diversos aspectos da discussão organizativa. Aqui não se percebe intenção em criar meiotermos ou conciliações do inconciliável, mas, sim, adentrando algumas das principais polêmicas – teóricas, filosóficas e políticoorganizativas – que dividiram a militância e a intelectualidade marxista e anarquista, pôr em relevo as interpretações mais adequadas de ambos os lados.

Por fim, a conclusão do livro está atada a uma palavra de ordem concreta: Por um Marxismo Libertário. Este não deve ser visto, segundo os autores, como um conjunto doutrinário ou um corpus teórico fechado: não há um único marxismo libertário, mas uma miríade de tentativas de juntar os pontos das duas grandes tradições revolucionárias.

Os autores buscam ainda deixar claro seu ponto de partida: são, por formação, marxistas. Na proposta apresentada por Olivier Besancenot e Michael Löwy de um “marxismo libertário”, em que se beba igualmente nas fontes marxista e anarquista, a relação entre substantivo e adjetivo e a trajetória prévia dos autores nos demonstram de onde ela parte e em que sentido se guia. Olivier Besancenot militou na Liga Comunista Revolucionária no início dos anos 1990, tendo sido candidato à presidência da república francesa pelo partido trotskista em 2002 e 2007. Em 2009, participou da fundação do Novo Partido Anticapitalista, integrando sua direção. Já o sociólogo brasileiro radicado na França Michael Löwy dispensa maiores apresentações, importando sobretudo notar que ao longo de sua trajetória agregou as notórias influências de Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo e Georg Lukács, além de, como se pode notar passando os olhos por sua vasta obra, nutrir grande interesse pelo surrealismo de André Breton, pelo pensamento de Che Guevara, pela relação entre o romantismo e o pensamento revolucionário, entre diversos outros temas. Referências diversas que aparecem em *Afinidades Revolucionárias*¹. Assim, é bastante claro que a proposta de um “marxismo libertário” – e não de um “anarquismo marxista” – parte das penas de dois marxistas de tendências revolucionárias. O que, é claro, não deve restringir a possibilidade de que anarquistas venham a aderir a perspectivas semelhantes. Os próprios autores apontam, na conclusão, alguns grupos de militantes e intelectuais de tendência anarquista diretamente interessados na *démarche* do marxismo libertário, como alguns membros de *Alternative Libertaire*, por exemplo.

As perspectivas propostas por Olivier Besancenot e Michael Löwy neste livro militante são de especial interesse para o atual cenário das lutas sociais no Brasil e no mundo. Como se pode notar pela leitura, a proposta não configura apenas uma ideia original que se poderia pôr em prática no futuro: ela emana da observação do mo-

vimento social das classes trabalhadoras em diversos momentos nos últimos 150 anos e, em especial, nas lutas das primeiras décadas do século XXI. É bastante óbvio, por outro lado, que a proposição é corajosa, já que não está imune a ataques de marxistas e anarquistas que não aceitem pensar e repensar suas convicções e práticas. Se for esta a recepção, tanto pior para o movimento social. De qualquer forma, é com grande felicidade que se recebe a tradução do livro para a língua portuguesa realizada por João Alexandre Peschanski e Nair Fonseca, e publicada pela editora da Unesp. Podemos nutrir a esperança de ver no futuro o livro resposta do anarquista francês René Berthier, *Affinités non Électives*, que encetou um interessante debate, igualmente traduzido no Brasil. E que se façam os votos para que as bandeiras e o futuro sejam vermelhos e negros.



Afinidades não-eletivas – Entrevista com René Berthier

Lien permanent : <https://monde-libertaire.net/index.php?articlen=378>

Le Monde Libertaire: As “Éditions du Monde Libertaire” e as “Éditions Libertaires” co-editaram um livro de René Berthier, *Affinités non électives*, um livro que é obviamente uma reação ao livro de Michaël Löwy e Olivier Besancenot: *Affinités révolutionnaires*. O livro dos dois ativistas do NPA quer destacar as “alianças e a solidariedade atuando entre os dois movimentos”. No entanto, você diz na introdução que seu livro “não é realmente uma resposta às *Afinidades Revolucionárias*”. Você pode explicar?

René Berthier: O livro de Besancenot e Löwy não me pareceu ser o tipo de livro ao qual se possa dar uma resposta. O discurso do livro dá a aparência de um desejo de aproximação e diálogo, mas na verdade, quando o li atentamente, tive a sensação de que este não era de modo algum o caso. Eles diluíram tanto as diferenças entre o anarquismo e o marxismo que não reconhecemos mais a realidade. Quando lemos que os bolcheviques ajudaram as massas a “organizar a socialização da produção na base”, entendemos imediatamente que não estamos em um registro “histórico” mas em um registro ideológico. Acho difícil imaginar que alguém se atreva a dizer tais palavras, sabendo o que sabemos hoje e que ninguém mais contesta. Esta é uma afirmação tão absurda, tão desfasada da realidade, que não é possível responder a menos que se repita as inúmeras citações de Lênin contestando categoricamente a mais leve tentação de “dar poder à base”.

M.L.: Mas então por que você escreveu seu livro?

R.B.: Muitos camaradas se opuseram a escrever uma “resposta”. Eles acharam que não valia a pena. Esta é uma atitude muito freqüente no movimento anarquista. Diante de mentiras e manipulações, pensa-se que a verdade acabará saindo de qualquer maneira. É uma atitude muito platônica: pensa-se que as pessoas ruins são assim porque eles não sabem a verdade: basta, portanto, revelá-la a eles.

Digo em algum lugar em meu livro que os anarquistas sofrem de uma espécie de síndrome de vítima. Isto é algo que realmente me irrita. Acho que, na minha opinião, você nunca deve deixar o campo aberto para falsificações. Você sempre tem que reagir. O livro de Besancenot e Löwy, apesar de seu tom de “Bisounours”, é uma manipulação. (“Bisounours” em francês é o nome de um ursinho de pelúcia popularizado nos anos 80, que era usado na televisão em programas infantis. Hoje, a palavra designa uma pessoa gentil e ingênua que não vê nenhum mal em lugar algum.)

É por isso que, em vez de “responder” a este livro, eu simplesmente queria retomar mais ou menos os mesmos temas, mas apresentando-os de acordo com o que eu penso ser a realidade. Os leitores irão julgar.

M .L. : Você espera convencer os autores das *Afinidades Revolucionárias*?

R.B.: Claro que não. Uma vez encontrei Michaël Löwy e conversamos longamente. Foi um momento muito agradável, mas acho que uma pessoa que esteve ativa por 20, 30 ou, como eu, 50 anos em um movimento político, não está facilmente convencida de que se enganou toda a sua vida. As pessoas são demais envolvidas pessoalmente e emocionalmente. Portanto, obviamente não foi para eles, nem para os “veteranos” de sua corrente, que escrevi este livro, mas para os ativistas libertários que podem ter sido atraídos pelo discurso falsamente consensual proferido por Besancenot e Löwy, mas também para os leitores que não são necessariamente militantes, mas que estão interessados em questões políticas. Talvez alguns ativistas do NPA possam estar interessados, nunca se sabe...

Os companheiros libertários que me expressaram suas dúvidas sobre a necessidade de escrever *Afinidades não eletivas* não pareciam ver que o livro de Besancenot e Löwy poderia atrair pessoas – em sua maioria jovens, acho eu – que estão nos círculos mais ou menos concêntricos dos simpatizantes do movimento libertário. Acho que era necessário que eles tivessem acesso a um som diferente. Acho que nunca devemos abandonar o campo.

M.L.: Há uma grande diferença de tom entre os dois livros. O primeiro é obviamente mais acessível para alguém que não sabe muito sobre teoria e história. Poder-se-ia dizer que o livro deles é bastante “básico” enquanto o seu é mais “intelectual” . Você não acha que isso poderia ser uma desvantagem?

R.B.: É estranho o que você diz porque recebi uma “Resposta a René Berthier” assinada por Olivier Besancenot e Michael Löwy, na qual eles fazem alusão a este problema.

À minha observação de que seu livro era muito “básico”, “elementar”, “acessível a um público sem muita formação política”, eles respondem: “De fato, escolhemos escrever numa linguagem acessível a todo trabalhador, a todo jovem interessado em idéias revolucionárias e não apenas a militantes já treinados e informados.”

Isso significa que meu livro não é “acessível a todo trabalhador, a todo jovem interessado em idéias revolucionárias?” Eu o nego categoricamente.

Antes de tudo, ainda se deve ter algum respeito pelos leitores. O fato de falar com uma pessoa que não tem uma grande cultura política, teórica e histórica não justifica apresentar os fatos de forma distorcida. É isso que Besancenot e Löwy fazem, de modo constante. Foi sobretudo isso que me fez reagir, no início. É uma espécie de “abuso de fraqueza” de sua parte.

Não suporto que pessoas com conhecimento se aproveitem das fraquezas de outras pessoas para manipulá-las. O fato de que algumas pessoas têm lacunas no conhecimento não é motivo de vergonha. A vergonha é quando você não tenta superar essas lacunas. Gaston Leval disse-nos que “não fazemos bons militantes com gente ignorante”. O militante tem o dever de aprender, para depois transmitir seus conhecimentos.

Mas, como digo, contesto o fato de que meu livro não é acessível.

M.L.: Admito que fiz um cálculo bastante bobo e fiquei surpreso ao ver que você pouco mencionou os autores de *Affinités* revolucionários. Você tem uma explicação?

R.B.: Eu não tenho uma explicação, mas é verdade que meu posicionamento não foi, como eu disse, para responder ao livro deles. De modo geral, eu simplesmente retomei os temas que eles tratam e os tratei à minha própria maneira. Portanto, não havia necessidade de os citar constantemente. Devo acrescentar que algumas das coisas que digo não refletem necessariamente o ponto de vista do movimento libertário em geral ou da *Fédération* anarchiste em particular.

Na verdade, eu concebi meu livro como uma espécie de “livro didático elementar de educação anarquista”. Ele poderia muito bem servir como um livro básico para conhecer a história e a teoria anarquista. A presença de um

número limitado de evocações aos autores de *Afinidades Revolucionárias* não é embaraçosa a partir desta perspectiva. No entanto, algumas seções estariam faltando, é claro.

Além disso, há temas que ainda não abordei. Em sua “Resposta a René Berthier”, Besancenot e Löwy com razão me reprovam por não ter lidado com a ecologia. Isto é bem verdade, mas foi deliberado de minha parte.

A ecologia se torna o passo essencial em qualquer “programa político”. Para dizer a verdade, e com o risco de surpreender, a ecologia me irrita profundamente, pelo menos como é entendida por muitas pessoas hoje em dia. Para os políticos da ecologia, isso se tornou uma caça aos privilégios, e considero que essas pessoas se descreditaram completamente. Então, muitas pessoas confundem ecologia e ambientalismo. Um cocô de cachorro na calçada é um problema ambiental (é verdade que é desagradável!). Mas o cocô de cachorro é *biodegradável*. Bem, digamos que estou sendo um pouco provocador.

Os trotskistas fizeram com a ecologia como tinham feito com a “autogestão”: eles a integraram em seu sistema de pensamento quando este se tornou um lugar comum. Os libertários, por sua vez, não têm nenhum complexo, apesar de nosso movimento estar dividido sobre esta questão, especialmente sobre a questão do “decrescimento” e do “produtivismo”. Autores como Kropotkin, Elisée Reclus, mas também parte da corrente individualista, têm sido em grande parte precursores nesta questão.

M.L.: A propósito, Besancenot e Löwy reprovam você por não ter falado sobre ecologia, mas será que eles reprovam você por não ter falado sobre feminismo?

R.B.: Não, eles não me culpam por esta falha. Mais uma vez, é deliberado de minha parte. Mas compensei um pouco, anexando as biografias (muito breves, admito) de três mulheres.

Nathalie Lemel, porque era uma militante da AIT, que se juntou à Internacional quase desde sua fundação, que foi uma dessas pessoas anônimas que foram as verdadeiras criadoras da Internacional, que participou da insurreição da Comuna, que fundou a primeira organização de mulheres, que foi deportada para a Nova Caledônia, que continuou a luta pelo status de mulher em seu retorno, e que morreu na miséria. Eu poderia ter citado Louise Michel, ou Philomène Rozan [1]. Eu preferia Nathalie Lemel, uma mulher anônima.

Maria “Maryusa” Nikiforova porque estimo que a luta armada na Ucrânia durante a revolução é um pouco monopolizada por Makhno, apesar da simpatia que sinto por ele: Maryusa, na época dos acontecimentos, era mais

famosa do que Makhno, ela era um notável chefe de guerra atuando especialmente no ambiente urbano. Capturada pelos brancos; ela foi executada, ao mesmo tempo que seu marido, em 16 de setembro de 1919. Ela então caiu novamente no esquecimento por duas razões: porque era uma das perdedoras, e porque era uma mulher. Ela foi totalmente ocultada pelo movimento libertário, mas é necessário prestar homenagem a Makhno, que foi um dos muito raros a mencioná-la em seus escritos. Específico, sem poder afirmar com certeza, que ela foi talvez uma das primeiras militantes transgêneras. A questão mereceria ser cavada.

Finalmente, Lucy Parsons, uma personagem muito complexa da qual eu gostaria de ter falado mais: admito que eu me “autocensurei” um pouco sobre ela. Suas relações com o movimento anarquista americano foram turbulentas, mas eu resumo: sua oposição a Emma Goldman deve ter sido a reação de classe de uma verdadeira proletária contra o que ela deve ter considerado (correta ou incorretamente) como uma anarquista pequena burguês. Sua aproximação com o partido comunista, sem poder dizer com certeza que ela se juntou a ele, é sem dúvida a consequência das deficiências do movimento anarquista. Posso fazer inimigos, mas esta é minha convicção, e é uma questão a ser aprofundada.

M.L.: A última parte de seu livro (“08. Perguntas”) é talvez a mais original, pois trata do que poderia ser chamado de questões “programáticas”: poder, federalismo, autogestão, planejamento, e assim por diante. É para esta parte que você sentiu que era importante especificar que as idéias que você desenvolveu em seu livro eram suas?

R.B.: Sim, em sua maioria. Há questões que eu abordei que não são necessariamente unânimes no movimento libertário, mas que são objeto de debate.

Por exemplo, eu tento me distanciar da noção de autogestão porque ela se tornou um lugar comum, uma espécie de panaceia supostamente para resolver todos os problemas. Mas de modo geral, os grandes pensadores anarquistas não se importam com a autogestão: o que lhes interessa é como regular a organização global da sociedade, e para eles é o federalismo. Não é que a gestão corporativa não seja importante, mas não é o principal. A fixação sobre a noção de autogestão tem, penso eu, impedido qualquer reflexão real sobre a organização da sociedade como um todo.

Da mesma forma, cito freqüentemente Proudhon e Bakunin, que eram a favor da descentralização política, mas defendi a centralização econômica, no sentido de que as decisões sobre a organização da sociedade devem ser objeto de debate descentralizado, mas uma vez adotadas as diretrizes gerais,

sua implementação deve ser relativamente centralizada – dentro dos limites das medidas necessárias para controlar as decisões, assegurar a rotação dos mandatos e sua revogação. Em resumo, eu digo que a política ferroviária global da França não pode ser decidida pela assembleia geral dos trabalhadores em uma simples estação suburbana.

Quando sou convidado a dar “palestras” sobre estas questões, descubro que este discurso cai muito bem no movimento anarquista, o que certamente não teria sido o caso há vinte ou trinta anos atrás. Portanto, houve um desenvolvimento que eu acho que é muito positivo.

M.L.: O seu capítulo sobre o “Programa de Transição” é uma piada, ou o quê?

R.B.: De modo algum. A anedota sobre Trotsky pedindo a proteção da CGT-SR é autêntica, foi-nos contada por uma testemunha direta. Trotsky estava perfeitamente ciente do que estava acontecendo no movimento revolucionário na França e não podia ignorar a literatura publicada pela CGT-SR. Acho que posso ser relativamente convincente ao mostrar as analogias (além das óbvias diferenças de abordagem) entre o programa de “transição” estabelecido em *Les Syndicats ouvriers et la révolution sociale*, publicado em 1930 pela CGT-SR, e o Programa de Transição de Trotsky de 1938. Acredito que esta é a primeira vez que estas analogias foram estabelecidas em um documento escrito (mas posso estar errado). No entanto, já estávamos falando sobre eles nos anos 70 durante o tempo da “Alliance syndicaliste” [2], uma vez que a testemunha a que me refiro, Julien Toublet, ex-tesoureiro da CGT-SR, era membro da Aliança, e estávamos discutindo estas coisas.

Mas além disso, escrevi este capítulo para sugerir que o movimento libertário talvez devesse considerar um programa de ação e realizações que pudesse servir de base para desenvolver nossas idéias no movimento trabalhista, entre os trabalhadores. Acho que gritar slogans como “Uma solução, autogestão” nas manifestações não faz sentido nenhum porque ninguém se preocupa com autogestão, não significa nada para as pessoas. Precisamos fazer propostas mais concretas e realistas.

Após o último congresso da FA, alguns camaradas se encontraram informalmente para discutir o que chamamos de “Programa Mínimo Básico”. Alguns intercâmbios extremamente interessantes foram realizados e creio que seria bom reativar esta “comissão informal”.

M.L.: Último ponto: o que você pensa sobre o diálogo entre anarquistas e marxistas?

R.B.: Pessoalmente, sou a favor do diálogo e da reflexão, mas não creio que o livro de Besancenot e Löwy seja um convite ao diálogo. E então tudo depende do que se trata o diálogo. Se se trata de questões de ação diária, veremos à medida que formos avançando.

Se se trata de questões teóricas, o diálogo me parece possível se conseguirmos falar sobre a mesma coisa, mas é aí que reside o problema: a história francamente cômica de Lênin que quer dar poder à base dá a medida do problema: o pior é que eu acho que Besancenot e Löwy realmente acreditam no que eles dizem.

Se se trata de questões estratégicas, deve-se observar que *Afinidades Revolucionárias* agem como um funil: imperceptivelmente o leitor é empurrado para o fundo do funil, para a parte estreita, e é confrontado com o único resultado possível: a participação na estratégia eleitoral. Sobre isso, não podemos concordar.

Eu insisto no fato de que os anarquistas não se opõem ao sufrágio universal como tal. Mas Bakunin disse que o proletariado nunca será emancipado pelo envio de deputados ao Parlamento. Sem dúvida o NPA sabe disso, mas precisamente: ao persistir em apresentar candidatos para cada eleição (e ao mobilizar permanentemente os ativistas nesta tarefa estéril), eles estão apenas endossando este sistema. Penso que o movimento revolucionário deveria se questionar seriamente sobre três questões:

- Qual é a viabilidade hoje de uma “revolução” no sentido de que foi entendida até agora?
- A alternativa tática não seria o investimento de ativistas em todas as estruturas da sociedade civil?
- O que poderia ser uma estratégia verdadeiramente revolucionária para o século 21?

Estou convencido de que nestas três perguntas um diálogo é inteiramente possível.

Notas

[1] Philomène Rozan era uma trabalhadora de seda de Lyon, presidente da Comissão para a greve que ocorreu durante o verão de 1869. Ela declarou em 6 de julho de 1869, em seu próprio nome e em nome dos oito mil membros que formaram a corporação, a adesão à Associação Internacional dos Trabalhadores. Cf. AUZIAS Claire e HOUEL Annik, *La grève des*

ovalistes (Lyon, Junho-Julho de 1869) Les éditions Atelier de création libertaire.

[2] À propos de l'Alliance syndicaliste,
<http://monde-nouveau.net/spip.php?article379>

Revista Brasileiros. — Felipe Castilho de Lacerda

Afinidades Revolucionárias

Michael Löwy e Oliver Besancenot

Em livro, os sociólogos Michael Löwy e Oliver Besancenot esmiúçam convergências entre anarquistas e marxistas a partir da segunda metade do século XIX

As divergências entre correntes marxistas e anarquistas se desenvolvem praticamente desde a cristalização de ssas tendências do socialismo há cerca de um século e meio. Já as convergências entre defensores da bandeira vermelha e da bandeira negra acabaram por ser minimizadas diante da importância atribuída aos embates e entraram no enorme porão dos fatos esquecidos da história. É para levantar as (possíveis) convergências entre anarquistas e marxistas da segunda metade do século XIX até os dias de hoje que Michael Löwy e Oliver Besancenot brandiram suas penas.

Além de um prefácio e uma conclusão, o texto está dividido em quatro capítulos, os quais possuem suas próprias subdivisões. A escrita, contamnno os autores no prefácio, foi dividida entre ambos, com a exceção de dois textos pessoais: uma “carta” a Louise Michel, do punho de Besancenot, e uma descrição biográfica de Benjamin

Péret, de Löwy. Ainda que os capítulos possuam lógica interna, o livro não tem propriamente um fio condutor cronológico ou teórico. Apresentase muito mais como uma constelação de eventos e personagens que demonstram momentos e possibilidades de convergência entre as estrelas vermelha e negra.

O primeiro capítulo, *Convergências Solidárias*, está dividido em duas partes: a narração de seis eventos históricos em que se pode notar alguma convergência entre marxistas e anarquistas e o retrato de sete figuras que poderiam ser apropriadas pelas duas famílias revolucionárias. Esse primeiro capítulo, disposto em sequência cronológica, dá-nos as bases históricas para pensarmos o sentido em que se pode dar um trabalho comum entre anarquistas e marxistas.

O primeiro evento narrado, a I Internacional e a Comuna de Paris, é de importância fundamental: tratase de um momento em que houve trabalho conjunto entre correntes diversas do movimento operário na primeira associação internacional dos trabalhadores, cuja fundação completou 150 anos em 2014, e na primeira experiência de poder popular. Os demais eventos históricos narrados lembram ainda outros momentos que podem ser interpretados como convergências entre libertários e marxistas. Os autores passam pelo episódio dos mártires de Chicago, de 1886, evento que dá origem à celebração do 1º de Maio como dia da trabalhadora e do trabalhador; pela evolução do sindicalismo revolucionário e a declaração da Carta de Amiens, em 1906, momento importante pela proclamação intransigente da autorrepresentação da classe operária; pela revolução espanhola, intitulada revolução “vermelha e negra”; pelo Maio de 68, com a atuação tanto de CohnBendit quanto de Daniel Bensaïd; e finalmente pelo período atual reconhecido como “do altermundialismo aos Indignados”. Este último conjunto de fatos narrados põe em relevo que a atuação conjunta entre marxistas e anarquistas não se trata apenas de uma proposta para o futuro, mas de um fenômeno observável em alguns dos importantes movimentos das primeiras décadas do século XXI: das grandes manifestações de Seattle ao Reclaim The Streets londrino; dos Indignados espanhóis ao Movimento Passe Livre brasileiro.

Passando dos fatos históricos aos indivíduos, Besancenot e Löwy levantam trajetórias que demonstram possíveis confluências entre a

atuação de marxistas e anarquistas. Destacam-se aqui dois textos em primeira pessoa assinados pessoalmente pelo respectivo autor: uma “carta” dirigida por Olivier Besancenot à grande figura da Comuna de Paris, Louise Michel; e um texto biográfico do surrealista Benjamin Péret, de autoria de Michael Löwy. De não menos importância são as demais figuras mencionadas, como a marxista Rosa Luxemburgo e a anarquista Emma Goldmann; além de Pierre Monatte, Buenaventura Durruti e o mais conhecido pelos militantes da última geração, o Subcomandante Marcos.

O segundo capítulo, *Convergências e Conflitos*, é talvez o que levante os pontos mais polêmicos, deixando os autores mais vulneráveis à crítica vinda tanto de anarquistas quanto de marxistas. O capítulo trata das diferentes interpretações quanto à atuação de bolcheviques e anarquistas na revolução russa e, como continuação desta, nos episódios de Kronstadt e da Makhnovichtchina. No que tange às interpretações sobre a repressão bolchevique aos marinheiros de Kronstadt e à Makhnovichtchina, Besancenot e Löwy se apoiam também em alguns relatos que destoam das interpretações canônicas marxista e libertária, em especial em Victor Serge.

O título do terceiro capítulo, *Alguns Pensadores Marxistas Libertários*, denuncia a interpretação que os autores do livro propõem sobre as obras e trajetórias de três importantes figuras: Walter Benjamin, André Breton, Daniel Guérin. Cada um a seu modo, os três intelectuais expressaram a confluência vermelha e negra, conforme a opinião de Löwy e Besancenot. Considerado ato de absoluta atualidade por Besancenot e Löwy, Guérin postulou a necessidade de que o marxismo tomasse “um banho de anarquismo”, do qual sairia certamente regenerado.

Finalizando o livro, o quarto capítulo, *Questões Políticas*, busca fazer propostas de leituras e releituras sobre sete temas de constante divergência entre marxistas e libertários. Os temas vão da relação entre “indivíduo e coletivo” à relação entre “sindicato e partido”; de “autonomia e federalismo” à “democracia direta e democracia representativa”; além de “planificação democrática e autogestão”, “ecossocialismo e ecologia libertária” e a questão “fazer a revolução sem tomar o poder?”. Este último capítulo é o mais diretamente propositivo.

vo do livro, discutindo em grande medida alguns aspectos do debate sobre formas de organização bastante presente nos meios da esquerda militante. Característica marcante é a proposição de Besancenot e Löwy da necessidade de uma democracia radical e pluralista, proposição que perpassa diversos aspectos da discussão organizativa. Aqui não se percebe intenção em criar meiotermos ou conciliações do inconciliável, mas, sim, adentrando algumas das principais polêmicas – teóricas, filosóficas e políticoorganizativas – que dividiram a militância e a intelectualidade marxista e anarquista, pôr em relevo as interpretações mais adequadas de ambos os lados.

Por fim, a conclusão do livro está atada a uma palavra de ordem concreta: Por um Marxismo Libertário. Este não deve ser visto, segundo os autores, como um conjunto doutrinário ou um corpus teórico fechado: não há um único marxismo libertário, mas uma miríade de tentativas de juntar os pontos das duas grandes tradições revolucionárias.

Os autores buscam ainda deixar claro seu ponto de partida: são, por formação, marxistas. Na proposta apresentada por Olivier Besancenot e Michael Löwy de um “marxismo libertário”, em que se beba igualmente nas fontes marxista e anarquista, a relação entre substantivo e adjetivo e a trajetória prévia dos autores nos demonstram de onde ela parte e em que sentido se guia. Olivier Besancenot militou na Liga Comunista Revolucionária no início dos anos 1990, tendo sido candidato à presidência da república francesa pelo partido trotskista em 2002 e 2007. Em 2009, participou da fundação do Novo Partido Anticapitalista, integrando sua direção. Já o sociólogo brasileiro radicado na França Michael Löwy dispensa maiores apresentações, importando sobretudo notar que ao longo de sua trajetória agregou as notórias influências de Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo e Georg Lukács, além de, como se pode notar passando os olhos por sua vasta obra, nutrir grande interesse pelo surrealismo de André Breton, pelo pensamento de Che Guevara, pela relação entre o romantismo e o pensamento revolucionário, entre diversos outros temas. Referências diversas que aparecem em *Afinidades Revolucionárias*¹. Assim, é bastante claro que a proposta de um “marxismo libertário” – e não de um “anarquismo marxista” – parte das penas de dois marxistas de tendências revolucionárias. O que, é claro, não

deve restringir a possibilidade de que anarquistas venham a aderir a perspectivas semelhantes. Os próprios autores apontam, na conclusão, alguns grupos de militantes e intelectuais de tendência anarquista diretamente interessados na *démarche* do marxismo libertário, como alguns membros de *Alternative Libertaire*, por exemplo.

As perspectivas propostas por Olivier Besancenot e Michael Löwy neste livro militante são de especial interesse para o atual cenário das lutas sociais no Brasil e no mundo. Como se pode notar pela leitura, a proposta não configura apenas uma ideia original que se poderia pôr em prática no futuro: ela emana da observação do movimento social das classes trabalhadoras em diversos momentos nos últimos 150 anos e, em especial, nas lutas das primeiras décadas do século XXI. É bastante óbvio, por outro lado, que a proposição é corajosa, já que não está imune a ataques de marxistas e anarquistas que não aceitem pensar e repensar suas convicções e práticas. Se for esta a recepção, tanto pior para o movimento social. De qualquer forma, é com grande felicidade que se recebe a tradução do livro para a língua portuguesa realizada por João Alexandre Peschanski e Nair Fonseca, e publicada pela editora da Unesp. Podemos nutrir a esperança de ver no futuro o livroresposta do anarquista francês René Berthier, *Affinités non Électives*², que encetou um interessante debate, igualmente traduzido no Brasil. E que se façam os votos para que as bandeiras e o futuro sejam vermelhos e negros

<i>Introdução</i>	2
<i>01. – A Associação Internacional dos Trabalhadores</i>	10
<i>02. – A Guerra Franco-prussiana, a Comuna de Paris e a Liquidação da AIT</i> 38	
<i>03. – De Saint-Imier à Carta de Amiens</i>	55
<i>04. – Anarquistas e Sindicalistas Revolucionários diante da Revolução Russa</i> 74	
<i>05. – A Herança Espanhola</i>	92
<i>06. – Figuras</i>	111
<i>07. – Convergências entre marxismo e anarquismo</i>	141
<i>08. – Perguntas</i>	167
<i>Considerações finais</i>	204
<i>ANEXOS</i>	212
<i>Afinidades não-eletivas – Entrevista com René Berthier</i>	224
<i>Revista Brasileiros. — Felipe Castilho de Lacerda</i>	231